UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Estudos Latino-Americanos
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas

ANÁLISE COMPARATIVA DO RACISMO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO BRASIL (2012-2022) E DO CHILE (2018-2022)

Carolina de Almeida Pereira

Brasília
2024

Carolina de Almeida Pereira

ANÁLISE COMPARATIVA DO RACISMO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO BRASIL (2012-2022) E DO CHILE (2018-2022)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília, como exigência para a obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas. Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Del Socorro Ruano-Ibarra.

Brasília
2024

Carolina de Almeida Pereira

ANÁLISE COMPARATIVA DO RACISMO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO BRASIL (2012-2022) E DO CHILE (2018-2022)

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra PPGECsA/ELA/ICS/UnB (Presidenta)

Profa. Dra. Susana Martínez Martínez PPGECsA/ELA/ICS/UnB (Membra interna)

Profa. Dra. Maria Nilza da Silva CESA/UEL (Membra externa)

Prof. Dr. Handerson Joseph PPGAS/ UFRGS (Membro externo)

Profa. Dra. Delia Maria Dutra da Silveira Margalef PPGECsA/ELA/ICS/UnB (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado, cujo suporte financeiro tem sido fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Ressalto que as opiniões e conclusões contidas neste material são de minha inteira responsabilidade, não refletindo, necessariamente, as visões da CAPES.

Este estudo foi iniciado em um período marcado por significativos cortes nos financiamentos destinados à pesquisa científica. Destaco, portanto, a importância inestimável das bolsas de estudo e do apoio contínuo da universidade pública desde a minha graduação, passando pela iniciação científica e mestrado, até alcançar o doutorado. Tais recursos foram cruciais não apenas para meu crescimento acadêmico, mas também para minha formação pessoal e profissional.

Em relação ao programa de pós-graduação do Departamento de Estudos Latino-americanos, PPG ECsA, expresso minha profunda gratidão em nome da servidora Cecília Souza, pelo excepcional apoio providenciado pela secretaria e pela coordenação do programa. Minha jornada acadêmica foi enriquecida e possibilitada pela colaboração de estimadas e estimados colegas, docentes e discentes, merecendo especial reconhecimento a Profa. Dra. Elizabeth Del Socorro Ruano Ibarra, cuja orientação incansável e profundamente comprometida delineou um divisor de águas em minha trajetória como pesquisadora.

Finalmente, agradeço a minha mãe, Regina, a minha avó, Mercedes, a minha irmã, Lívia, e ao meu companheiro, Rafael. O suporte inabalável, a paciência, a determinação e o carinho que me foram dispensados por eles foram decisivos para minha perseverança e sucesso constituindo-se como pilares de minha resiliência continuidade acadêmica.

RESUMO

Analiso comparativamente a políticas migratórias: brasileira, referente ao Visto Humanitário para pessoas haitianas (VHH) entre 2012 e 2022; e, a chilena, referente ao Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas venezuelanas (VDR) de 2018 a 2022. O racismo institucional se manifesta como um sistema composto por estruturas, políticas, práticas e normas que sistematicamente organizam oportunidades e atribuem valor baseando-se em fenótipos ou aparências. Esse sistema cria disparidades ao desfavorecer certos grupos, ao mesmo tempo em que privilegia outros. O racismo institucional no contexto das políticas migratórias estudadas revela-se na sua natureza velada, especialmente porque argumentam caráter humanitário. Para investigar dito encobrimento, esta pesquisa se apoiou em quatro categorias principais de análise: estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilização. O corpus documental composto por 26 fontes, sendo 16 relacionadas VHH e 11 ao VDR. A comparação e a triangulação das fontes documentais permitiram observar que embora o racismo seja criminalizado no Brasil e amplamente rejeitado pelos principais instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais ambos Brasil e Chile são signatários, e apesar de ambos serem considerados Estados democráticos, as políticas migratórias analisadas foram estruturadas primariamente para controlar o fluxo de pessoas haitianas e venezuelanas. Estas políticas são fundamentadas em pilares de racismo institucional, uma herança do período colonial que foi reforçada pelas normativas das ditaduras militares e ainda persistem cristalizadas nas instituições estatais. Assim, verifica-se que as políticas de visto humanitário, embora proclamadas sob premissas de assistência humanitária, são sobrepostas por mecanismos administrativos racialmente discriminatórios que visam restringir a entrada e permanência de pessoas imigrantes subalternamente racializadas.

Palavras-chaves: Estereotipização, estigmatização, criminalização, invisibilidade América Latina.

RESUMÉN

Analizo comparativamente las políticas migratorias: la brasileña, referente al Visado Humanitario para personas haitianas (VHH) entre 2012 y 2022; y la chilena, referente al Visado de Responsabilidad Democrática para personas venezolanas (VDR) de 2018 a 2022. El racismo institucional se manifiesta como un sistema compuesto por estructuras, políticas, prácticas y normas que organizan sistemáticamente oportunidades y atribuyen valor basándose en fenotipos o apariencias. Este sistema crea disparidades al desfavorecer a ciertos grupos, mientras privilegia a otros. El racismo institucional en el contexto de las políticas migratorias estudiadas se revela en su naturaleza velada, especialmente porque argumentan carácter humanitario. Para investigar dicho encubrimiento, esta investigación se apoyó en cuatro categorías principales de análisis: estereotipización, estigmatización, criminalización e invisibilización. El corpus documental compuesto por 26 fuentes, siendo 16 relacionadas al VHH y 11 al VDR. La comparación y la triangulación de las fuentes documentales permitieron observar que, aunque el racismo está criminalizado en Brasil y es ampliamente rechazado por los principales instrumentos internacionales de derechos humanos de los cuales Brasil y Chile son signatarios, y a pesar de que ambos se consideran Estados democráticos, las políticas migratorias analizadas fueron estructuradas primordialmente para controlar el flujo de personas haitianas y venezolanas. Estas políticas están fundamentadas en pilares de racismo institucional, herencia del período colonial que fue reforzada por las normativas de las dictaduras militares y que aún persisten cristalizadas en las instituciones estatales. Así, se verifica que las políticas de visado humanitario, aunque proclamadas bajo premisas de asistencia humanitaria, están superpuestas por mecanismos administrativos racialmente discriminatorios que buscan restringir la entrada y permanencia de personas inmigrantes subalternamente racializadas.

Palabras clave: Estereotipación, estigmatización, criminalización, invisibilidad, América Latina.

ABSTRACT

I comparatively analyze the migration policies of Brazil, regarding the Humanitarian Visa for Haitian people (VHH) from 2012 to 2022; and Chile, regarding the Democratic Responsibility Visa for Venezuelan people (VDR) from 2018 to 2022. Institutional racism manifests as a system composed of structures, policies, practices, and norms that systematically organize opportunities and assign value based on phenotypes or appearances. This system creates disparities by disadvantaging certain groups while privileging others. Institutional racism in the context of the studied migration policies reveals itself in its veiled nature, especially because they argue a humanitarian character. To investigate this concealment, this research relied on four main categories of analysis: stereotyping, stigmatization, criminalization, and invisibilization. The document corpus composed of 26 sources, 16 related to VHH and 11 to VDR. The comparison and triangulation of the documentary sources allowed observing that although racism is criminalized in Brazil and broadly rejected by the main international human rights instruments of which both Brazil and Chile are signatories, and despite both being considered democratic states, the analyzed migration policies were primarily structured to control the flow of Haitian and Venezuelan people. These policies are based on pillars of institutional racism, a legacy of the colonial period that was reinforced by the norms of military dictatorships and still crystallized in state institutions. Thus, it is verified that humanitarian visa policies, although proclaimed under premises of humanitarian assistance, are overlaid by racially discriminatory administrative mechanisms that aim to restrict the entry and stay of subalternly racialized immigrants.

Keywords: Stereotyping, stigmatization, criminalization, invisibility, Latin America.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CGIg – Coordenação - Geral de Imigração

CNIG – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Conselho Nacional para Refugiados

DEEST – Departamento de Estrangeiros

INE – Instituto de Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Sumário

Introdução 11

1. 11

1.1. Breve revisão dos estudos sobre migrações na América Latina 22

1.2. 28

1.3 Metodologia 49

2. Referencial teórico 72

2.1. Políticas públicas 73

2.2. Políticas migratórias 78

2.3. Arranjos institucionais das políticas migratórias brasileira (2012-2022) e chilena (2018-2022) 93

2.4. Raça e a subalternização racial 97

3. Estereotipização e estigmatização no VHH e VRD 109

3.1 Estereótipos e estigmas nas normativas que fundamentam o Visto Humanitário para pessoas haitianas 112

3.2. Estereótipos e estigmas nas normativas que fundamentam o Visto de Responsabilidade Democrática. 132

4. Análise da criminalização e da invisibilização no VHH e VRD 144

4.1. O potencial criminalizante das normativas do VHH e do VDR 151

Quadro 4. Presunção de criminalidade na política migratória chilena 153

Quadro 5. Exigência de antecedentes criminais 158

Quadro 6. Segurança e interesses nacionais 163

Quadro 7. Proibição seletiva de ingresso 167

Quadro 10. Restrição de ingresso por via terrestre 178

4.2. O potencial invisibilizador das normas instituídas pelo o VHH e o VDR 186

Quadro 13. Quantidade limitada ou indeterminada de vistos 188

Quadro 16. Redução simplista - crise democrática 195

Quadro 17. Segurança e interesses nacionais 196

Conclusão 198

Referências 199

ANEXOS 246

Anexo 1. Quadro 19 - Fontes documentais VHH Brasil 2012 – 2022 246

Anexo 2. Quadro 20 - Fontes documentais VDR Chile 2018 -2022 249

Introdução

Esta pesquisa focou no racismo institucional (Carmichael e Stokely, 1967; Ridemann e Stefoni, 2015; Bullock e Rodgers, 1976; Jones, 2002; Almeida[1], 2019) dado seu caráter estrutural, investigando especificamente as políticas migratórias que instituíram o Visto Humanitário para pessoas haitianas[2] no Brasil (VHH) instituído em 2012 e ainda vigente, e o Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas venezuelanas no Chile (VDR) instituído em 2018 e em vigor até o presente.

A pesquisa permitiu explorar as complexas formas de manifestação do racismo institucional em políticas migratórias de dois países latino-americanos, Brasil e Chile. O racismo institucional (Carmichael e Stokely, 1967; Ridemann e Stefoni, 2015; Bullock e Rodgers, 1976; Jones, 2002; Almeida, 2019) é compreendido como um sistema de dominação e poder que opera através de estruturas sociais, políticas e administrativas para perpetuar desigualdades raciais. Esse sistema garante privilégios a determinados grupos, enquanto vulnerabiliza, invisibiliza e criminaliza outros, com base em uma lógica de racialização que distingue grupos humanos por características fenotípicas ou culturais, hierarquizando-os de forma a manter uma ordem social que favorece a hegemonia branca.

No contexto migratório, o racismo institucional manifesta-se de maneiras que vão além da discriminação individual, operando de forma sistêmica para marginalizar e excluir pessoas imigrantes subalternamente racializadas e em vulnerabilidade socioeconômica. Essas práticas incluem a estereotipização (Hall, 1997, Shohat e Stam, 2006; Domenech e Dias, 2020), que cria e perpetua imagens simplificadas e frequentemente negativas de determinados grupos; e a estigmatização (Goffman, 2006; Fava, 2012), que associa essas imagens a características negativas que

[1] Gostaria de manifestar, de forma veemente e inequívoca, meu repúdio a qualquer conduta que desrespeite a dignidade e os direitos das mulheres, particularmente as mulheres negras, historicamente marginalizadas e violentadas em nosso país. Embora os conceitos trabalhados por Sílvio Almeida tenham sido incorporados ao texto antes de surgirem as denúncias contra ele, considero fundamental destacar que a manutenção desses conceitos na presente tese não representa, de forma alguma, conivência com comportamentos que violam os princípios de respeito e igualdade de gênero. Opto por preservar o texto inalterado devido ao momento da banca, que antecede um julgamento final sobre os fatos em questão; contudo, acredito ser essencial reafirmar meu compromisso com a luta contra qualquer forma de violência e opressão de gênero e com o respeito irrestrito aos direitos das mulheres.

[2] O nome original é "Visto Humanitário para Haitianos". No entanto, para romper com a linguagem masculinizada como mecanismo de invisibilidade de gênero optei pela redação inclusiva usando a expressão “pessoas imigrantes haitianas”.

restringem o acesso das pessoas imigrantes a direitos e recursos. A estereotipização e estigmatização desdobram-se em invisibilidade (Chavez, 1992; Dei, 1996; Goldberg, 1996; Roger, 2000; Villégas, 2010) e criminalização (Simon, 2007; Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007), ao desumanizar e exclui-las da garantia de direitos.

A invisibilização é uma dimensão sociopolítica (Chavez, 1992; Dei, 1996; Goldberg, 1996; Roger, 2000; Villégas, 2010) refere-se ao processo pelo qual as necessidades, contribuições e existências de indivíduos e grupos são sistematicamente ignoradas, minimizadas ou eliminadas da participação social e política. A criminalização (Simon, 2007; Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007), por sua vez, transforma essas pessoas em alvos de suspeitas de segurança, vistos como ameaças ao bem-estar social e nacional, o que legitima medidas punitivas e de controle que reforçam sua exclusão.

Esse conjunto de práticas é sustentado no racismo institucional que, mesmo sem recorrer explicitamente a distinções raciais e de classe social, (re)produz desigualdades através de normas, políticas e práticas que marginalizam indivíduos e grupos. O conceito de racismo institucional na análise de políticas migratórias contribui revelando como essas práticas jurídico-administrativas contribuem para a manutenção de privilégio racial e de classe e simultaneamente exclui pessoas subalternamente racializadas e vulneráveis socioeconomicamente. A tese desvenda essas dimensões do racismo institucional que se manifestam veladamente nas normativas das políticas migratórias estudadas, VHH e VDR.

Para abordar empiricamente o racismo institucional, a partir de molduras de sentido (Entman, 1992), adotei as dimensões de estereotipização (Hall, 1997, Shohat e Stam, 2006; Domenech e Dias, 2020), a estigmatização (Goffman, 2006; Fava, 2012), a criminalização (Simon, 2007; Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007) e a invisibilização (Chavez, 1992; Dei, 1996; Goldberg, 1996; Roger, 2000; Villégas, 2010) de minorias subalternamente racializadas (Cademaroti e Barreto, 2021). Diante disso, busco compreender se, a despeito do pressuposto humanitário do VHH e do VDR, inculcam a supressão do direito de imigrar por fundamentação racial.

A análise comparativa entre Brasil e Chile permite identificar tanto os padrões comuns quanto as particularidades das práticas de exclusão e invisibilização, evidenciando como diferentes contextos nacionais e históricos influenciam a construção de políticas migratórias discriminatórias. Também proporciona uma

compreensão das interseções entre raça, migração, estado-nação e políticas públicas, revelando as complexidades do racismo institucional. Abrangendo o período de 2012 a 2022 para o VHH e de 2018 a 2022 para o VDR, a pesquisa se apoiou na coleta documental na internet. Iniciada em 2022, essa estratégia permitiu superar os obstáculos de financiamento público da pesquisa de campo decorrentes das políticas de ajuste dos programas de fomento à ciência no Brasil.

O *corpus* documental consiste em 26 documentos, dos quais 13 se referem ao Visto Humanitário para pessoas Haitianas (VHH) – três leis (Brasil, 1980, 1988, 2017), cinco resoluções (Brasil, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016), seis portarias interministeriais (Brasil, 2018a, 2018b, 2019, 2020, 2021, 2022), duas portarias do Ministério da Justiça (Brasil, 2018a, 2019) e uma entrevista (Pedrozo, 2012) – e, 11 se referem ao Visto Democrático para pessoas Venezuelanas (VDR) – quatro leis (Chile, 1953, 1975, 1980, 2021), três ofícios circulares (Chile, 2018a, 2019, 2021), duas resoluções (Chile, 2019a, 2021), um decreto (Chile, 1984), uma minuta (Chile, 2018b) e um discurso (Chile, 2018c).

O objetivo geral da pesquisa é comparar as políticas migratórias que instituíram o VHH no Brasil, entre 2012 e 2022 e o VDR no Chile, entre 2018 e 2022, analisando aspectos normativos que possam relevar o racismo institucional. Como objetivos específicos: a) identificar similaridades e diferenças entre as políticas migratórias do período delimitado entendendo como elas se articulam com os contextos sociopolíticos nacional e internacional e b) propor aparato conceitual e categorias de análise capazes de compreender a especificidade da ocorrência do racismo institucional nas políticas analisadas.

Assim a problematização do VHH e do VDR à luz do conceito de racismo institucional demanda a compreensão do contexto em que essas normativas foram criadas. Questiono em que medida o destaque para contextos de pobreza, subdesenvolvimento, desigualdade social e violência do Haiti e da Venezuela nas normativas que instituíram ambos vistos contribui para a estigmatização das origens nacionais das pessoas migrantes haitianas e venezuelanas. É relevante investigar se as políticas migratórias que se baseiam nesses vistos refletem e perpetuam o repúdio gerado por esses processos de estigmatização.

Busquei salientar os seguintes aspectos:

i) **A política externa** do governo de Dilma Rousseff que buscava maior protagonismo político na América do Sul e do governo Piñera que se manifestou por meio do "Proceso de Quito".

ii) **Uso de normas infralegais:** Ambos os governos optaram por normas infralegais com caráter administrativo, como a resolução normativa e o ofício circular, para regulamentar o VHH e o VDR, respectivamente.

iii) **Burocracia e racismo institucional:** As normas burocráticas e os dispositivos institucionais do VHH e do VDR revelam discursivamente a naturalização velada do racismo institucional.

iv) **Análise comparativa diacrônica entre as normativas ditatoriais e as contemporâneas no Brasil e no Chile**: Esse tipo de análise permite compreender como as práticas autoritárias históricas continuam a influenciar as políticas atuais. Assim, torna-se possível explorar as raízes das legislações atuais, identificar padrões de continuidade e mudança e realizar uma avaliação crítica das reformas políticas. Contudo há também o desafio significativo de evitar interpretar fenômenos históricos através das perspectivas e valores contemporâneos. Esse cuidado é fundamental para assegurar uma compreensão autêntica das normativas e contextos do passado, sem distorcê-los com juízos de valor modernos que podem obscurecer a realidade histórica.

Minha experiência pessoal com migrações internacionais como tema de pesquisa iniciou durante a graduação, em 2016, quando realizei o projeto de iniciação científica (PIBIC/FAP-DF) intitulado "Português como língua de acolhimento em contexto de imigração e refúgio: proposta de inserção linguístico-laboral no distrito federal" junto ao Projeto Português como Língua de Acolhimento (ProAcolher), do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (Neppe) na Universidade de Brasília (UnB). O objetivo desse projeto é promover o ensino gratuito de português para pessoas imigrantes e refugiadas[3].

[3] "O ProAcolher nasceu em 2013, por iniciativa da professora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em português para Estrangeiros (Neppe) da UnB, Lúcia Barbosa. Tudo começou quando um refugiado africano a procurou porque queria aprender o idioma. No entanto, os cursos oferecidos até então eram pagos. Percebendo que a maioria dos imigrantes em situação de vulnerabilidade não podia pagar os custos de um curso de idiomas, a professora deu início ao projeto que hoje funciona inteiramente com a ajuda de pessoas dispostas e que acreditam e incentivam a causa. O ProAcolher funciona com a ajuda de voluntários e nos seis anos de trabalho, já teve ajuda de cerca de 200 colaboradores". Disponível em https://proacolherunb.wixsite.com/proacolher/quem-somos

A experiência no ProAcolher me possibilitou a novidade de examinar o fenômeno migratório no contexto do Brasil e da América Latina, podendo observar suas características próprias, por meio de um enfoque indutivo, partindo do relato das próprias pessoas imigrantes, de sua vivência pessoal e suas nuances. A partir daí, procurei elucidar alguns questionamentos tais como: o que atraía essas pessoas ao Brasil? Como elas eram aqui recebidas? Qual a história que deixaram em seu país de origem? E, se conseguiram ter suas expectativas satisfeitas?

Pude então perceber, por meio das experiências migratórias dos estudantes do ProAcolher, dificuldades que revelavam as incongruências das políticas públicas para pessoas imigrantes. Essas pessoas que buscavam o curso objetivando melhorar seu conhecimento da língua portuguesa, majoritariamente o faziam com o intuito de aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho. No entanto, havia uma diferença significativa entre ser estudante do ProAcolher e ser discente regular da UnB. Enquanto os primeiros tinham vínculo apenas com um projeto de extensão, os outros tinham vínculo formal assegurado por processo seletivo público de ampla concorrência. Apenas discentes regulares podiam usufruir de políticas sociais e redistributivas, como o subsídio de transporte público no Distrito Federal.

Dessa forma, sem vínculo regular, não é possível usufruir da política distrital de gratuidade no transporte público. Como a maioria dessas pessoas imigrantes estava desempregada, sem renda e morava nas cidades do entorno do Distrito Federal e longe da UnB, não conseguia comparecer regularmente às aulas de português do ProAcolher. Essa dinâmica incidiu diretamente na evasão dos cursos do português indicando um ciclo perverso, em que os migrantes não conseguem emprego porque não tem conhecimento da língua portuguesa, e ao carecer de conhecimento da língua não conseguem se inserir no mercado laboral do local de destino.

Porém, a inserção no mercado de trabalho é somente uma das dimensões obstaculizadas pelo desconhecimento linguístico. O acesso a serviços de saúde pública ou a criação de vínculos sociais também são atravessados pelas barreiras idiomáticas. Esse paradoxo constitui, mesmo que no nível micro, um exemplo das inconsistências das políticas migratórias de integração no Brasil com as quais me deparei nessa primeira experiência junto a migrantes internacionais.

Na pesquisa de mestrado (PEREIRA, 2019) continuei investigando a temática migratória, dessa vez, mediante o contato direto com pessoas imigrantes haitianas. Parti do pressuposto que essas pessoas buscavam no Brasil, país de economia e índices de qualidade de vida em ascensão na primeira década do século XXI[4], melhores oportunidades de emprego, educação e qualidade de vida. No entanto, essas pessoas relataram que o Brasil se tornou um destino migratório secundário, pois, o desenho prioritário tinha como objetivo países francófonos do Norte global, como França e Canadá. Mas, o enrijecimento das políticas migratórias e as consequências da desaceleração econômica, a partir da crise global de 2008[5], dificultaram a mobilidade migratória latina para o norte global.

Durante minha investigação de mestrado se tornaram gritantes os relatos de racismo que, segundo as pessoas imigrantes haitianas, teriam se intensificado simultaneamente ao início da crise econômica no Brasil, a partir de 2014[6]. O racismo foi percebido tanto no contato interpessoal cotidiano quanto no âmbito institucional. Como, por exemplo, a rispidez no atendimento recebido no serviço público de saúde

[4] O crescimento significativo da economia brasileira durante os anos 2000 tornou o país um polo atrativo de imigrantes que buscavam melhoria na qualidade de vida. Tal progresso remonta ao período da implantação do Plano Real nos anos 1990 (FERNANDES, 2015), que permitiu ao país apresentar um quadro de crescimento contínuo que perseverou até a primeira década dos anos 2000. Dessa forma, quando a crise econômica ocasionada pela explosão da bolha imobiliária dos EUA em 2008 afetou boa parcela dos países europeus, o impacto no Brasil foi relativamente menor, de modo que as taxas de crescimento anual do PIB nos anos seguintes lhe garantiram lugar de destaque entre as maiores economias do mundo (JUSTUS, 2012). As políticas fiscal e monetária estabelecidas durante o primeiro mandato do governo Lula, aumentaram o nível de confiança e a estabilidade econômica expressiva resultando em indicadores econômicos positivos. A inflação, além de controlada, passou a viger em níveis desejados, a renda aumentou elevando consigo o poder de compra da população, os níveis de miséria e pobreza diminuíram, e o PIB cresceu, revelando não só ganhos econômicos, como também sociais. Este quadro atraiu investimento estrangeiro, valorizou o real frente ao dólar e melhorou significativamente a imagem política do Brasil na cena internacional (CUNHA, 2015).

[5] De acordo com Audebert (2017), a crise econômica global de 2008 ocasionou quadros de severa recessão na França, EUA e Canadá, tradicionalmente países de destino dos haitianos. Este cenário endureceu a política de concessão de vistos a imigrantes e refugiados haitianos, que segundo o autor tiveram, em 2014, apenas 4.5% das solicitações de refúgio deferidas pelo governo francês, o que foi considerado, no período, a taxa mais baixa da história.

[6] A recessão da economia brasileira iniciou em 2014, durante o segundo mandato de Dilma Roussef. Cunha (2015) aponta que em 2011, o cenário internacional já era instável devido à crise econômica de 2008, que teve início nos EUA e que acabou se instalando nas principais economias do mundo, inclusive na China. Assim, mesmo diante das medidas adotadas pelo governo, em 2015, a demanda pelos principais produtos brasileiros exportados caiu consideravelmente atingindo as finanças públicas. Iniciaram-se o ajuste fiscal, os cortes nos gastos públicos, e a diminuição dos níveis de consumo. Ainda assim, a dívida interna continuou a crescer, bem como a especulação internacional, enquanto o índice de crescimento da economia estagnou e a inflação subiu impulsionada pelo preço dos combustíveis e da energia elétrica. Houve queda no valor dos salários, aumento das taxas de juros e de desemprego. A combinação de todos esses elementos afetou intensamente a empregabilidade dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro.

e a diminuição das oportunidades de emprego frente a pessoas brancas ou pessoas negras brasileiras. Cerca de 70% das pessoas entrevistadas contaram que perceberam a preferência dos empregadores por funcionários brasileiros, em detrimento aos haitianos (Pereira, 2019).

Por essa razão, na pesquisa de doutorado, me debruço sobre a centralidade do racismo institucional em contextos migratórios. Entendo que a questão racial tem progressivamente se tornado importante fator de reflexão nos processos migratórios ao revelar estruturas sociopolíticas racistas ainda fortemente presentes na América Latina. A superação de formas institucionalizadas de racismo, como a abolição da escravatura negra no Brasil, em 1888, e em 1811, no Chile, não finalizaram o curso do racismo na esfera social. Tampouco o fizeram a criação da lei de criminalização do racismo no Brasil e as políticas de ações afirmativas (Hasenbalg, 1979; Quijano, 2000).

A presente tese está estruturada em cinco partes interligadas, que analisam as políticas migratórias do Brasil e do Chile, para pessoas haitianas e venezuelanas, respectivamente, à luz do racismo institucional e suas implicações. A introdução contextualiza o problema da pesquisa estabelecendo as questões centrais que guiarão a investigação.

Além disso, apresenta também os objetivos da pesquisa e fundamenta a relevância de se explorar a migração na América Latina como contraponto às abordagens dominantes centradas no contexto europeu, que frequentemente negligenciam a dimensão racial. Esta seção destaca, ainda, a necessidade de um olhar crítico sobre as políticas migratórias, situando a discussão em um panorama global de tensões políticas, sociais e econômicas.

No Capítulo 1, realizo uma revisão sobre migrações na América Latina, evidenciando a lacuna deixada pelas análises tradicionais que se concentram predominantemente na Europa. Argumento que essas abordagens eurocêntricas não conseguem abarcar de maneira adequada as dinâmicas de racialização que atravessam os fluxos migratórios na América Latina, subestimando o papel do racismo institucional.

Nesse sentido, o capítulo não apenas reposiciona o debate migratório no contexto latino-americano, como também sublinha a importância de um entendimento mais profundo das interseções entre raça, política e mobilidade. Adicionalmente,

exploro o contexto histórico, político, econômico e social da região, elementos fundamentais para compreender as especificidades da experiência migratória. Este capítulo também delimita as dimensões da pesquisa, com foco no racismo institucional, e apresenta a metodologia utilizada: uma abordagem que se apoia em três pilares metodológicos: a pesquisa documental online, a triangulação documental e a análise comparativa, que, combinados, garantiram uma abordagem aprofundada e verificável das políticas migratórias do Brasil e do Chile.

O Capítulo 2 é dedicado ao desenvolvimento do referencial teórico que sustenta esta investigação. Aqui, busco ampliar os conceitos centrais que guiaram a análise, tais como políticas públicas, políticas migratórias, raça, racialização subalterna e racismo institucional. Esses conceitos são fundamentais para problematizar a maneira como as instituições envolvidas na gestão migratória regulam os corpos subalternamente racializados, especialmente no que tange às políticas de mobilidade.

O capítulo articula esses conceitos de forma a construir uma base sólida para a análise documental, ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão crítica sobre a função das políticas migratórias na perpetuação de desigualdades raciais estruturais. A relação entre raça e políticas públicas é explorada de maneira a expor como os processos de racialização subalterna moldam a experiência migratória, criando barreiras e estabelecendo hierarquias no acesso a direitos.

No Capítulo 3, passo à análise detalhada do corpus documental, utilizando as dimensões da estereotipização e da estigmatização como lentes analíticas. Aqui, examino como os discursos institucionais e normativos construídos em torno das pessoas imigrantes na América Latina reproduzem estereótipos e reforçam estigmas sociais, contribuindo para sua marginalização.

A estereotipização, enquanto mecanismo simbólico de controle social, opera de forma a desumanizar essas populações, reduzindo suas experiências a categorias simplistas e preconceituosas. O processo de estigmatização, por sua vez, associa a imigração a uma série de desvantagens sociais e morais, posicionando os imigrantes como ameaças à ordem nacional. Este capítulo busca revelar como essas narrativas são perpetuadas e legitimadas por meio de normativas institucionais, que ao invisibilizarem as complexidades dessas populações, colaboram para a manutenção de um sistema excludente.

No Capítulo 4, a análise se aprofunda com a incorporação das dimensões de criminalização e invisibilização das pessoas imigrantes. Aqui, examino como os marcos legais e institucionais tratam a imigração não apenas como uma questão administrativa, mas como uma questão de segurança, o que contribui para a criminalização de determinados grupos. A criminalização, entendida como o processo de construção do imigrante como uma figura associada ao crime ou à desordem social, é um dos principais mecanismos que sustentam a exclusão dessas populações.

A invisibilização, por outro lado, refere-se à negação sistemática de sua existência e de suas demandas dentro dos marcos institucionais, o que agrava sua vulnerabilidade. Neste capítulo, apresento quadros com trechos selecionados das normativas analisadas, evidenciando como os discursos de controle e marginalização são institucionalizados e perpetuados no âmbito das políticas migratórias. A análise comparativa dos documentos revela padrões recorrentes de criminalização e invisibilização, que, em última instância, contribuem para o aprofundamento das desigualdades estruturais.

1. Capítulo teórico-metodológico

Neste capítulo descrevo o "caminho do pensamento" (MINAYO, 1994, p. 22) da tese que se nutre dos estudos sobre as migrações no contexto sul-americano, das dimensões de estereotipização, estigmatização, criminalização, invisibilização e da perspectiva comparada. Na primeira seção do capítulo apresento uma contextualização sobre a criação do Visto Humanitário para pessoas Haitianas, do Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas venezuelanas e dos estudos das migrações na América Latina. Na segunda parte, na forma de sistematização de uma revisão de literatura, discorro sobre as dimensões do racismo institucional. Na terceira seção do capítulo apresento a abordagem teórico-metodológica da tese que se orientou para a coleta e a análise do *corpus* sob a perspectiva da técnica de pesquisa documental.

Embora o racismo seja ilegítimo e punível em ambos os países e naqueles que aderem à valores republicanos e democráticos, esse fenômeno social persiste de maneira insidiosa nas políticas migratórias. A lei nº 7.716 de 1989, que torna crime os atos de racismo no Brasil, não encontra dispositivo similar no Chile[7]. A lei de criminalização do racismo no Brasil data do período da redemocratização trata como crime inafiançável e rende de 2 a 5 anos de reclusão (Muniz, 2015). A criação deste

[7] É importante ressaltar aqui que a Constituição Federal Chilena ainda data do período militar. Houve uma mobilização pela criação de uma Assembleia Constituinte no Chile a partir dos anos 2000 de um movimento minoritário que resistia à reforma da constituição criada durante o regime militar. Em 2002, diversas escolas de direito do país se uniram por meio do Movimento por uma Assembleia Constituinte (MOVASAC) e posteriormente, em 2004, foi criado o Movimento Chile à Carta (PALMA). Em 2006 começaram as manifestações sociais nas ruas reivindicando a criação de uma nova constituição. Ao passar dos anos o tema foi ganhando força política e se tornou pauta da agenda dos presidenciáveis. Em 2011 houve novas manifestações sociais que intensificaram as demandas por melhorias sociais com a criação de uma nova constituição. O mesmo aconteceu em 2013, às vésperas da eleição presidencial em que Michelle Bachelet foi vitoriosa, no entanto, devido a dissenso entre a elite política o tema seguiu sem encaminhamento prático. Em 2015, em seu segundo ano de mandado, Bachelet sinaliza que avançará para a criação de uma no constituinte ao definir um itinerário, que foi votado e aprovado pelo congresso nacional em 2017, no entanto, o processo estagnou mais uma vez. Somente em 2019, com as manifestações sociais resultantes do aumento das passagens do metrô, mas que depois abriu espaço para outras demandas sociais como previdência, educação pública, saúde, acesso à moradia, entre outros, que resultaram em centenas de prisões e milhares de feridos (inclusive centenas de pessoas que perderam a visão, fato amplamente denunciado pelas associações de direitos humanos), que o caminho para nova constituinte se tornou mais aberto (Gonzáles, 2020). A Assembleia constituinte foi entendida como um mecanismo político em que o povo, como soberano, pode participar de forma inclusiva, participativa e diversa. Nos dias 15 e 16 de maio de 2021 houve o resultado da convenção constitucional com a instalação de uma convenção constituinte com o intuito de se elaborar uma nova constituição (Escudero, 2021). A convenção conta com 155 membros escolhidos entre os diversos segmentos étnicos e sociais do país objetivando a máxima representatividade da constituição (Román, 2022). O processo iniciado em julho de 2021 deve ter a duração de um ano (Tavares, 2021).

dispositivo foi celebrada como uma vitória dos movimentos sociais, mas apenas 130 anos após o fim da escravatura.

1.1. Breve revisão dos estudos sobre migrações na América Latina

No início do século XXI, as migrações internacionais se transformaram profundamente. Ao contrário do cenário migratório dos séculos XIX e XX, em que pessoas europeias constituíam o principal fluxo emigrante global, no século XXI, a Europa tornou-se um dos principais destinos migratórios, especialmente devido ao seu declínio demográfico (Weden, 2013). Desde meados da década de 1990, as migrações globalizaram-se e triplicou-se o contingente de pessoas imigrantes atingindo 244 milhões nos anos 2000. Esse processo é impulsionado por fatores estruturais como desigualdades no desenvolvimento humano, crises políticas e ambientais, redução dos custos de transporte, maior emissão de passaportes e a ideia da melhora de vida por meio da migração (Fargues, 2011).

Assim, o século XXI é marcado por movimentos migratórios que passaram a abranger novos destinos no Golfo Árabe, no continente africano, na Ásia e na América Latina. Países que anteriormente eram pontos de partida, como o sul da Europa, México, Turquia, Norte da África (Magrebe) e o Cone Sul, agora são destinos e zonas de trânsito (Wenden, 2016). Em termos de fluxo, a União Europeia permanece como o destino mais procurado, seguida pelos Estados Unidos, Golfo Árabe e Rússia. No entanto, embora os fluxos migratórios do Sul[8] para o Norte Global dominem os debates eurocentrados, os movimentos Sul-Sul são igualmente significativos, totalizando cerca de 120 milhões de pessoas imigrantes. Esses movimentos são igualmente significativos, quantitativa e qualitativamente, já que colocam em relevo dinâmicas políticas e socioeconômicas como a feminização dos fluxos migratórios e deslocamentos migratórios ocasionados por mudanças climáticas ou ambientais, além de conflitos armados e crise econômica (Fargues, 2011; United Nation, 2016).

[8] O termo Sul Global tem sido utilizado em substituição à "Terceiro Mundo" que surgiu durante a Guerra Fria (1947-1991) e englobava os países que não pertenciam ao chamado "Primeiro Mundo" (nações ocidentais e desenvolvidas) e "Segundo Mundo" (nações socialistas e comunistas). O termo Sul Global (e Norte global) oferece outra visão ao contextualizar relações econômicas e políticas contemporâneas (Teixeira e Marcolino, 2023).

Além disso, as migrações se regionalizaram, organizando-se em sistemas migratórios complexos em torno de regiões específicas, baseados em proximidades geográficas, vínculos históricos, linguísticos e culturais, e redes transnacionais. Esse fenômeno é evidente na América Latina, onde países como Argentina, Brasil, Chile e Venezuela atraem principalmente imigrantes dos países vizinhos (Baeninger, 2018). O cenário migratório global reflete uma combinação de fatores de oferta e demanda de mão-de-obra que formam espaços de circulação, muitas vezes acompanhados de facilidades institucionais (Wenden, 2016).

Cabe destacar que os estudos migratórios latino-americanos envolvem o reconhecimento das especificidades da conjuntura social, cultural, histórica, geográfico-espacial, política e econômica do subcontinente. Os novos contornos da geopolítica regional transformaram os fluxos de pessoas refugiadas e imigrantes alçando alguns países à posição de origem, de destino e de trânsito (Melde et al., 2014). É a partir desse ponto de vista que compreendo os fluxos migratórios de pessoas haitianas para o Brasil e de pessoas venezuelanas para o Chile.

As migrações latino-americanas e caribenhas se configuram historicamente conforme à posição periférica e dependente do subcontinente na divisão internacional do trabalho. Isto é, as migrações contemporâneas estão intimamente ligadas à posição internacional latino-americana e caribenha, à demanda de mão-de-obra do mercado internacional e aos regimes internacionais de controle da mobilidade migratória[9]. Esse padrão remete ao conceito de colonialidade, que caracteriza a dominação global do sistema capitalista a partir do colonialismo europeu desde o século XVI (Quijano, 2000; Mignolo, 2007).

Este conceito refere-se à perpetuação das estruturas e hierarquias de poder que se estabeleceram durante o colonialismo Iberico e que continuam a influenciar as sociedades contemporâneas, especialmente na América Latina e no Caribe. Essa hierarquia, que deriva da ideia de raça como experiência básica da dominação colonial, posiciona as populações afrodescendentes, indígenas e outros grupos racializados em posições de subordinação, marginalização e exclusão social

[9]A mobilidade migratória é uma prática social que envolve íntima interação entre o sujeito e o espaço pelo qual este circula. Esse espaço não deve ser compreendido apenas por meio de suas qualidades naturais, físicas e econômicas, mas como o resultado de uma relação inextricável, entre ele e a pessoa imigrante, que nele incorpora sua subjetividade por meio de mecanismos complexos que o transformam e redefinem (Sierra, 2018). Por isso, a mobilidade migratória envolve o deslocamento de pessoas, de suas habilidades e de seus saberes em íntimo diálogo com as fronteiras pelas quais se percorre (Knowles, 2017).

(Calazans, 2019). Dessa maneira, no contexto migratório, essas populações enfrentam discriminação tanto nos países de origem quanto nos de destino, limitando suas oportunidades de mobilidade social, econômica e migratória (Quijano, 2000; Mignolo, 2007).

Por isso, de acordo com Sassen (2010), para avançar nesse campo há de se compreender as dimensões econômicas, políticas, institucionais, espaciais e politicamente hierarquizadas. Dessa forma, constitui-se como desafio ir além das correntes que focalizam a equação migração *versus* desenvolvimento nos fluxos migratórios Sul-Norte. A comparação das políticas migratórias de Brasil e Chile, unidades heterogêneas de análise comparativa, implicou na busca por compreender o florescimento desses países como 'espaços de trânsito' nas migrações internacionais (Ratha e Shaw, 2007), e, principalmente, dos reflexos político-econômicos (Hujo e Piper, 2007).

A dinâmica da mobilidade humana na América Latina e no Caribe (ALC) desempenhou papel fundamental na integração internacional da região no sistema capitalista global. Desde o século XVI, tanto os movimentos de caráter intrarregional quanto extrarregional têm moldado interações estáveis na paisagem migratória regional e mundial, marcados por complexidades significativas. O sistema migratório latino-americano e caribenho pode ser interpretado como uma estrutura geográfica que se baseia na circulação de pessoas e no intercâmbio de capital, informações, cultura e mercadorias.

A ampla diversidade de perfis migratórios, que inclui pessoas trabalhadoras, imigrantes, refugiadas, turistas, estudantes e diplomatas, e a variedade de características geopolíticas de cada país, leva à subdivisão do sistema de imigração da região em subsistemas ou sub-regiões distintas, cada uma com suas particularidades. Podem-se identificar esses subsistemas nas áreas do México e América Central, Caribe, região andina e Cone Sul (Martínez et al. 2014; Martínez E Orrego, 2016; Mejía, 2018; Canales E Rojas, 2018 E Stefoni, 2018).

No período compreendido entre os séculos XV e XIX, testemunhou-se um fluxo migratório originado da metrópole e impulsionado pela necessidade de fazer funcionar a administração colonial. No mesmo período também foi marcado pelo tráfico de pessoas africanas que foram submetidas à escravidão com o objetivo de suprir a demanda por mão de obra (Pellegrino, 2003).

Já no limiar do século XX, observa-se outra onda migratória, desta vez de origem europeia, influenciada pela pobreza e pela fome decorrentes de conflitos armados (Pellegrino, 2003; Martínez & Orrego, 2016). Essa migração também foi moldada por políticas de atração seletiva, que visavam predominantemente pessoas "brancas" em consonância com ideologias que promoviam o conceito de "branqueamento," "progresso," e "civilização" (Acosta, 2018).

A partir da primeira metade do século XX e estendendo-se até meados dos anos 1960, com o contexto de consolidação do modelo primário-exportador na América Latina e no Caribe, testemunhou-se intensificação das migrações internas, com a população rural migrando para as áreas urbanas, e migrações intrarregionais (Pellegrino, 2003; Martínez & Orrego, 2016). A migração intra-regional na América Latina é um processo que compreende movimentos dentro da própria região, entre países vizinhos que compartilhem fronteiras (Balán, 1988; Cerruti e Maguid, 2007). É caracterizado por sua longa duração, ampla difusão e intensidade moderada, iniciando-se no século XIX com a definição das fronteiras nacionais.

Os primeiros fluxos foram predominantemente entre países vizinhos e, até a década de 1970, a maioria dos movimentos ocorria dentro da Mesoamérica, Caribe ou América do Sul, principalmente devido ao alto custo de transporte e comunicação e à necessidade de passaportes e vistos. Argentina e Brasil foram exceções porque receberam mais amplamente pessoas imigrantes regionais que os outros países, padrão que só declinou durante as ditaduras militares dos anos 1970 e 1980 (Durand e Massey, 2010).

A liberalização dos controles de trânsito para comércio, turismo e trabalho durante a globalização dos anos 1990 na América Latina evidenciou três padrões distintos de migração intrarregional. O primeiro é a migração de fronteira entre países, caracterizada por movimentos temporários de curta distância ligados às colheitas sazonais. O segundo padrão é a migração étnica, que ocorre quando os povos indígenas têm terras ancestrais que cruzam uma fronteira nacional[10]. Finalmente, o terceiro tipo é a migração direcionada para cidades (Durand e Massey, 2010).

[10] Essencialmente, este movimento não é considerado migração, pois essas pessoas se movem dentro de seu território ancestral; no entanto, devido à supremacia das fronteiras nacionais sobre territórios étnicos, se entende como uma forma de migração intrarregional (Durand e Massey, 2010).

A migração intra-regional na América Latina foi facilitada pela liberalização dos requisitos de migração como uma consequência direta da integração econômica sob o Mercosul; a Comunidade Andina; e acordos de livre comércio negociados na América Central e do Sul, mais recentemente a UNASUL, a União das Nações Sul-Americanas, lançada pelo Brasil em 2008. O facilitamento da migração intra-regional foi impulsionado pela liberalização dos requisitos migratórios, um resultado direto da integração econômica em blocos como o Mercosul, a Comunidade Andina e, mais recentemente, a UNASUR, lançada pelo Brasil em 2008 (Durand e Massey, 2010).

Essa abertura ocorreu em um contexto de restrições crescentes nas políticas migratórias dos países do Norte Global, exacerbadas pela crise econômica de 2008 e pelo *boom* das *commodities*, que impulsionou o crescimento econômico em países como Argentina, Brasil e Chile. Esses países, que tradicionalmente eram vistos como destinos migratórios, viram-se alternando entre serem receptores e emissores de migrantes devido às flutuações econômicas e políticas (Stefoni, 2018).

É importante ressaltar que a dinâmica econômica das migrações na América Latina reflete profundamente o legado da colonialidade do poder dentro do sistema financeiro e econômico global. Este sistema confina o continente a uma posição de dependência, mantendo os países latino-americanos como fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata. Enquanto isso, os países do Norte Global dominam os setores de tecnologia e inovação, gerando produtos de alto valor agregado. Como forma de subverter esta lógica, pessoas imigrantes latino-americanas optam por emigrar dentro da própria região em busca de melhores oportunidades.

No entanto, essas pessoas enfrentam barreiras que refletem ou mimetizam as políticas migratórias restritivas do Norte Global e ao mesmo tempo perpetuam um ciclo de desigualdade e exploração enraizado no colonialismo. Assim, a migração intrarregional espelha as desigualdades históricas e ressalta como as políticas migratórias contemporâneas são influenciadas pela desigualdade global (Cardoso e Faleto, 1975; Mignolo, 2007).

O suporte teórico-metodológico para o estudo das migrações tem se transformado buscando responder à complexidade do objeto. Os estudos atuais abarcam a focalização nas populações diaspóricas (García Gómez, 2014; Perera López, 2020; Canales, 2021), a imigração circular (Ambriz Nava, 2016) e os direitos cidadãos das pessoas imigrantes (Campos Delgado, 2010; Correa Álvarez, 2014).

Cresceu o interesse por analisar a discriminação sofrida por populações fronteiriças, africanas e asiáticas e as alteridades em contextos de Estado-nação. Esse interesse está diretamente relacionado à contemporânea perspectiva do enfrentamento da imigração como problema a ser vigiado.

Assim, os estudos sobre migração na América Latina e no Caribe revelam a necessidade de investigações mais profundas sobre as políticas migratórias e suas interações com as agendas nacionais históricas. Notavelmente, a análise da relação entre imigração e a demanda por mão de obra escravizada desde os séculos XVI até o XIX oferece uma perspectiva crítica, evidenciando como as práticas coloniais de exploração se entrelaçam com as dinâmicas migratórias contemporâneas.

Essa conexão histórica é crucial para compreender as raízes do racismo institucional e sua persistência nas políticas de migração. Por exemplo, com contexto da migração intra-regional latino-americana, pessoas trabalhadoras não qualificadas preenchem vagas de empregos, geralmente precarizados, em áreas urbanas para assumir funções em mercados de trabalho secundários como serviços domésticos, cuidado de idosos, construção civil e serviços de limpeza (Durand e Massey, 2010).

No desvendar dessas interações, torna-se evidente como os ideais nacionais têm sido frequentemente construídos em torno de noções raciais que perpetuam a exclusão e a marginalização de grupos racializados. Estes ideais são refletidos nas políticas migratórias que, por vezes, reproduzem dinâmicas de segregação e discriminação. Ao problematizar essas questões, destaco a importância de questionar as políticas migratórias historicamente, evidenciando as continuidades do colonialismo e do racismo institucional (Trpin e Jardim, 2015). Portanto, questiona-se não apenas a funcionalidade dessas políticas em termos de governança migratória, mas também seu papel na perpetuação de desigualdades sociais.

Nesse contexto, torna-se evidente que a complexidade do fenômeno migratório se manifesta na multiplicidade de temporalidades, na heterogeneidade das origens dos migrantes e nas diversas composições sociais que se entrelaçam. Paralelamente, é frequente deparar-se com carência de informações devido ao dinamismo dos processos migratórios (Domeniconi, 2021).

No que diz respeito à dificuldade de obtenção de dados, enfrentei desafios significativos ao buscar documentos oficiais relacionados ao Visto de Residência Temporária no Chile. Foi somente por meio da solicitação formal de acesso à

informação ao Ministério das Relações Exteriores que obtive uma cópia do ofício-circular nº 96 de 2018, que não estava disponível nos canais oficiais na internet. Essa situação impactou a duração da pesquisa de campo e o cronograma geral do estudo, já que a média de tempo de resposta foi de 20 dias úteis. Vale ressaltar que essa dificuldade de acesso à informação oficial torna-se ainda mais premente em contextos de crises ambientais, como a do Haiti, e em situações de instabilidade socioeconômica e política, como a da Venezuela.

Importa considerar que a criação do VHH deriva do entendimento do ministro da Justiça do Brasil, José Eduardo Cardozo (2010-2016), de que a concessão de refúgio político para pessoas haitianas não se enquadrava como decisão amparada legalmente. Isso se deve ao fato dessas pessoas terem imigrado impulsionadas pela situação de vulnerabilidade econômica e ambiental ocasionada pelo terremoto de 2010 e não por perseguição política (CONARE, 2012).

Esse entendimento converge com a determinação da Convenção de Genebra (1951), da qual o Brasil é signatário, o refúgio pode ser concedido a qualquer pessoa que, possuindo medo bem fundamentado de ser perseguida por razões de raça, religião, nacionalidade, associação a qualquer grupo social particular ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e por temor não deseja se valer da proteção deste país.

É fundamental ressaltar que a Convenção de Genebra de 1951, apesar de ser um marco crucial para a proteção de pessoas refugiadas, não contempla os deslocamentos forçados por motivos ambientais, evidenciando a necessidade de atualização para melhor adequar-se ao contexto de mudanças climáticas.

A ausência de consenso sobre esses deslocamentos dificulta a proteção sob o instituto do refúgio. Isso ficou evidente no caso das pessoas haitianas que imigraram para o Brasil após o terremoto de 2010 ocorrido em Porto Príncipe. As causas ambientais de migração são complexas e interligadas a fatores econômicos, políticos e sociais, o que complica a atribuição de migração a uma única causa (Mattar, 2012).

Desde 1977, Lester Brown já enfatizava a necessidade de reconhecer a figura da pessoa refugiada ambiental, uma necessidade mais tarde reafirmada por El-Hinnawi, em 1985, Myers e Kent, em 1995 e por Claro, em 2018 Claramente, os impactos ambientais constituem uma causa significativa de migração. No entanto, sem uma definição clara e aceita globalmente, e sem a inclusão formal na legislação

internacional de refugiados, permanece na ambiguidade legal, sublinhando a importância da inclusão nos acordos internacionais.

É importante enfatizar que durante os governos de Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Roussef (2011-2016), a política brasileira para pessoas refugiadas destacou-se pelo fortalecimento das iniciativas humanitárias no cenário internacional. Durante o governo Lula, o Brasil desempenhou um papel ativo na proteção das pessoas refugiadas, exemplificado pela elaboração do Plano de Ação do México em 2004, que visava integrá-las nas comunidades locais e pelo Programa Regional de Reassentamento, uma iniciativa brasileira que promovia a cooperação e a solidariedade internacional (Moreira, 2010; Dominguez; Baeninger, 2017).

A gestão Lula também estreitou laços com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e fortaleceu o papel da sociedade civil na promoção dos direitos dos refugiados. Já no governo Dilma, apesar das adversidades políticas e econômicas domésticas que desafiaram a continuidade de uma política externa ativa, esforços foram feitos para manter os princípios estabelecidos anteriormente, enfrentando um aumento significativo das solicitações de refúgio e facilitando a entrada de pessoas refugiadas sírias por meio de vistos humanitários, além de endereçar as necessidades migratórias emergentes do Haiti (Gonçalves, Loureiro, Ornellas, 2018).

O Visto Humanitário para pessoas Haitianas (VHH) foi estabelecido pela Resolução Normativa nº 97 de 2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Antes do devastador terremoto de 2010 no Haiti, no Brasil já era exigido que pessoas haitianas obtivessem um visto de turismo para ingressar no país, conforme regulamentação de 2009 (BRASIL, 2009). Dessa forma o VHH facilitou a entrada daqueles que não conseguiram obter o status do refúgio ou limitou e controlou a forma de ingresso?

Durante a implementação do Visto Humanitário para Haitianos (VHH), o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), sob recomendação do Conselho Nacional de Refúgio (CONARE), estabeleceu o Grupo de Trabalho "Haitianos no Brasil". Este grupo tinha um objetivo ambíguo: por um lado, garantir o "caráter humanitário do acolhimento"; por outro, buscar "evitar o recrudescimento" do fluxo migratório haitiano para o Brasil (Lois e Rodrigues, 2014, p. 8).

Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg de 2007 a 2017 e responsável pela promulgação da Resolução nº 97/2012 que instituiu o VHH, expressou ser "razoável prestar solidariedade aos haitianos diretamente atingidos pelo terremoto", mas que, ao mesmo tempo, seria imperativo que o Brasil não se tornasse "destino para um fluxo migratório maior" (Lois e Rodrigues, 2014, p. 9). Diante disso, cabe questionar: por que o governo brasileiro temia o aumento do fluxo de pessoas haitianas no Brasil?

Uma hipótese plausível consiste na perspectiva de que a implementação do VHH emergiu como uma política dual: se por um lado, manifestava-se como uma iniciativa de auxílio humanitário às pessoas afetadas pelo devastador terremoto de 2010; por outro, servia como uma ferramenta para conter e regular a entrada de pessoas imigrantes subalternamente racializadas, visando controlar o número e o perfil das pessoas que ingressavam no país.

É importante destacar também, que a resolução normativa que instituiu o VHH foi respaldada pelo artigo 16 da Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, o Estatuto do Estrangeiro, que previa a concessão do visto permanente à pessoa estrangeira que manifestasse desejo de fixar residência definitiva no Brasil, com a seguinte condição:

> A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (Brasil, 1980).

É imprescindível ressaltar que o Estatuto do Estrangeiro, revogado em 2017, foi instituído durante a ditadura militar no Brasil, especificamente sob a administração de João Figueiredo (1979-1985), último presidente do período da ditadura militar no Brasil. Embora tenha assumido a presidência com a promessa de tornar o Brasil politicamente mais flexível, seu governo foi marcado por forte repressão a movimentos de oposição e por episódios significativos de violência política, como a repressão de greves operárias e manifestações estudantis (Skidmore, 2010)

O Estatuto do Estrangeiro foi embasado na Constituição Federal de 1967, que foi outorgada por meio de emenda constitucional durante o regime militar (1964-1985), essa lei priorizava a segurança nacional e ampliava os poderes da União e do Presidente da República, ao mesmo tempo em que reduzia a autonomia individual e suspendia direitos e garantias constitucionais (BRASIL, 1967). Essa orientação

refletiu-se em uma política migratória marcadamente restritiva em relação aos direitos dos migrantes.

No Chile, o Visto de Responsabilidade Democrática (VDR) foi implementado por meio do Ofício-Circular nº 96 de 09 de abril de 2018 pelo Ministério das Relações Exteriores. Este visto emergiu em resposta ao aumento do fluxo migratório venezuelano na América do Sul e a partir do contexto de cooperação multilateral na região. Este contexto foi marcado pelo fim da convergência ideológica entre os países da região que ocorreu a partir dos anos 2000 (Acosta Et. Al 2019; Gandini, Et Al. 2019; Barbieri *et al*. 2020) e fez com que respostas discricionais surgissem perante a migração venezuelana. Duas iniciativas principais que surgiram para abordar a crise migratória venezuelana são o Grupo de Lima e o Processo de Quito.

O Grupo de Lima foi criado em 8 de agosto de 2017 sob a liderança do ex-presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), como parte de sua política externa em relação à Venezuela. Esta iniciativa surgiu devido ao crescimento do fluxo migratório venezuelano no Peru, que se tornou o segundo maior destino dessa população.

A iniciativa incluiu os seguintes países e suas respectivas lideranças presidenciais: Argentina, Mauricio Macri (2015-2019), Brasil, Michel Temer (2016-2018), Canadá, Justin Trudeau (2015-presente), Chile, Michelle Bachelet (2014-2018), seguida por Sebastián Piñera (2018-2022), Colômbia, Juan Manuel Santos (2010-2018), Costa Rica, Luis Guillermo Solís (2014-2018), Guatemala, Jimmy Morales (2016-2020), Guiana, David Granger (2015-2020), Honduras, Juan Orlando Hernández (2014-2022), México, Enrique Peña Nieto (2012-2018), Panamá, Juan Carlos Varela (2014-2019), Paraguai, Horacio Cartes (2013-2018), Peru, Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), seguido por Martín Vizcarra (2018-2020), Santa Lúcia, Allen Chastanet (2016-2021).

Com a ascensão de governos de direita e centro-direita e a mudança no cenário político regional, o Grupo de Lima surgiu em um contexto de fragmentação dos organismos de concertação regional (Van Klaveren, 2018, 2020). Conforme García (2020, p. 179-181), o Grupo foi criado como um mecanismo diplomático informal com o objetivo de proteger a institucionalidade democrática na Venezuela de maneira pacífica. Porém, ao longo do tempo, distanciou-se da mediação, adotando uma postura confrontacional contra o regime de Nicolás Maduro (2013-presente), como

exemplificado pelo reconhecimento de Juan Guaidó (presidente interino da Venezuela 2019-2023) como presidente legítimo em janeiro de 2019. Nesse cenário, o Grupo de Lima se configurou em instrumento de alinhamento da política externa de países marcados pela tendência eleitoral à direita do espectro ideológico.

Assim, em outubro de 2016, o governo peruano divulgou uma declaração condenando o que chamou de alteração da ordem democrática na Venezuela, considerando que os acontecimentos no país implicariam em uma ameaça a estabilidade de toda a região e em março de 2017 retirou seu embaixador de Caracas (Aron Said; Castillo Jara, 2020).

No Peru, a migração venezuelana ocorreu em meio a uma crise política interna que resultou na renúncia de Kuczynski em 2018 e na posse de Martín Vizcarra (2018-2020). Kuczynski abordou a questão no âmbito da política externa, enfatizando a oposição ao regime venezuelano e adotando medidas empáticas às pessoas imigrantes, enviando uma mensagem diplomática contra o regime socialista de Maduro (Aron Said; Castillo Jara, 2020).

Um ano depois dos compromissos adquiridos no Grupo de Lima surgiu o Processo de Quito, no Equador, a partir da Declaração de Quito, assinada no dia 4 de setembro de 2018. De forma semelhante ao Grupo de Lima, este processo foi criado por iniciativa presidencial, com o apoio de instituições especializadas no tratamento do fenômeno migratório como a Organização Internacional das Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O Processo de Quito foi iniciado em setembro de 2018 pelo presidente equatoriano Lenín Moreno (2017-2021), também como parte da sua política externa em relação à Venezuela. À diferença da gestão do seu antecessor Rafael Correa (2007-2017), que não reconhecia a existência de uma crise na Venezuela, em razão de seu alinhamento ideológico com o presidente venezuelano, a administração de Moreno tinha relações tensas com o governo de Nicolás Maduro, o que implicou na denúncia da crise multidimensional do país e na sua ativa participação no Grupo de Lima (González, 2019).

O posicionamento de Moreno decorre também de mudanças na postura e nas prioridades do governo equatoriano ocasionadas pela eclosão de uma crise política interna e pela deterioração econômica do país. Essa crise foi intensificada pela percepção cada vez mais negativa sobre a migração e por problemas

equivocadamente atribuídos à chegada das pessoas imigrantes – como a sobrecarga dos serviços estatais e o suposto aumento da insegurança, sensação amplificada pela alta midiatização de crimes cometidos por venezuelanos (Malo, 2021).

Essas mudanças foram percebidas no discurso oficial que enfatizava a importância do acolhimento dos "irmãos que fogem da ditadura de Maduro" e no discurso discriminatório e securitista que assinalava a importância de "proteger as fronteiras para que não chegue gente ruim" porque "eles vêm para desestabilizar o país" (Ramírez, 2020, p. 18). Dessa forma, passou-se a requerer a exigência de visto para pessoas venezuelanas no Equador, em 2019.

Esta iniciativa foi criada para tratar especificamente da migração venezuelana, em contraste com o enfoque mais amplo do Grupo de Lima na crise política. A Declaração de Quito foi assinada por 11 países, incluindo Argentina, presidente Maurício Macri (2015-2019), Brasil, presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), Chile, presidente Sebastián Piñera (2018-2022), Colômbia, presidente Iván Marques Duque (2018-2022), Costa Rica, presidente Rócio Aguilar Montoya (2018-2019), México, Andrés Manuel López Obrador (2018-2024), Panamá, presidente Juan Carlos Varela (2014-2019), Paraguai, presidente Mário Abdo Benítez (2018-presente), Peru, presidente Martín Vizcarra (2018-2020) e Uruguai, presidente Tabaré Vazquez (2015-2020), e o Equador (González, 2019; pq, 2021).

No Chile, Sebastián Piñera (2018-2022) foi pioneiro na oposição a Maduro. Seu governo participou ativamente do Grupo de Lima e do Processo de Quito, reconhecendo Guaidó como presidente interino e justificando a criação do VDR como resposta à (assim chamada no contexto do Grupo de Lima e do Processo de Quito) crise democrática na Venezuela (Doña-Reveco; Gouveia, 2020). Embora crítico ao regime de Maduro, Piñera manteve relações diplomáticas com a Venezuela mesmo tendo se manifestado explicitamente pela existência de uma ditadura na Venezuela (Chile, 2019a; 2019b).

O Chile, no contexto da administração Piñera, implementou medidas que correspondiam às suas propostas de campanha conectadas com a intenção de refrear os fluxos migratórios para o Chile. Assim, seu governo adotou medidas de restrição migratórias sob o pretexto de uma política de “ordenar a casa” e que não se dirigira de maneira exclusiva às pessoas venezuelanas, mas incluía também as pessoas

imigrantes haitianas, outro grupo populacional também subalternamente racializado (Stefoni; Brito, 2019, p. 21).

Isso reforça a compreensão do Processo de Quito como um instrumento de política externa que reuniu governos neoliberais com o objetivo de estreitar e fortalecer os vínculos socioeconômicos e políticos entre os países do MERCOSUL (Proceso de Quito, 2018). Dessa forma, a preocupação com a estabilização socioeconômica e política da Venezuela, como maneira de garantir os direitos dos imigrantes venezuelanos, servia de pano de fundo para a articulação de um controle do fluxo migratório venezuelano e para um movimento de pressão e oposição ao governo Maduro (2013-presente).

Retomando a publicação do VDR por meio do Ofício-circular nº 96 de 2018, é importante destacar que o visto foi anunciado pelo presidente Sebastián Piñera (2010-2014; 2018-2022) em discurso no Senado Nacional chileno. Nesse discurso, o presidente apresentou as diretrizes para a reforma migratória que seu governo implementaria, referindo-se ao Chile como um país em desenvolvimento, etnicamente diverso e acolhedor, que necessitava de uma legislação moderna para abrigar o "fluxo migratório internacional" (Chile, 2018d).

No entanto, a reforma migratória proposta não foi abrangente, mas focou apenas no fluxo migratório de pessoas haitianas e venezuelanas. Neste discurso, Piñera destacou que havia mais de 300 mil pessoas imigrantes em situação irregular no país e, por isso, era imperativo que essa migração passasse a ser "segura, ordenada e regular" (Chile, 2018d).

O Ofício-circular nº 96 de 2018, similar à Resolução Normativa nº 97 de 2012 que instituiu o VHH no Brasil, estabeleceu condições significativamente restritivas para as pessoas venezuelanas. E, neste sentido, as semelhanças entre as normativas são evidentes em três aspectos principais: i) a curta duração do visto, com permanência concedida pelo VDR de 12 meses, prorrogável por até 24 meses; ii) um rito institucional excessivamente burocrático, incompatível com a crise sociopolítica e econômica venezuelana; e iii) a fundamentação legal do visto na Ley de extranjería (Lei nº 1094 de 1975), criada durante a ditadura militar de Pinochet.

Além disso, a normativa do VDR associa o aumento do número de pessoas imigrantes venezuelanas no Chile ao crescimento da criminalidade, o que é uma questão crucial para análise. A abordagem neoliberal do governo Piñera se alinha com

o paradigma da Segurança Nacional, que trata pessoas imigrantes racializadas e pobres como ameaças ao Estado. Um elemento central dessa política é a utilização de medidas penais para controlar ou excluir pessoas consideradas improdutivas da sociedade, através de ações punitivas como encarceramento ou expulsão (Wacquant, 2009; Natter, 2018).

Stefoni et al. (2019) entendem que a criação do VDR visou resguardar os interesses do governo Piñera ao permitir a revogação do visto temporário de trabalho implementado em 2015 pela presidenta Michelle Bachelet (2006-2010; 2014-2018). Esse visto permitia que pessoas imigrantes tivessem vínculo trabalhista com um ou mais empregadores e pudessem assinar novos contratos de trabalho sem a obrigatoriedade de renovar o visto.

Além disso, oferecia a possibilidade de solicitar visto permanente após um ano de permanência no Chile. No entanto, segundo o governo Piñera, o visto temporário para fins trabalhistas aumentou o fluxo de imigrantes contratados por empresas de reputação duvidosa, fomentou contratos empregatícios falsos, ofereceu salários baixíssimos e representou um risco potencial para a vida dos trabalhadores imigrantes (Rodríguez, 2019).

A implementação do VDR concomitantemente à eliminação do visto temporário de trabalho indica um retrocesso na garantia dos direitos das pessoas imigrantes. Esse retrocesso pode ser entendido pela remoção de uma via legal de permanência e trabalho que oferecia certa estabilidade e perspectiva de permanência a longo prazo para essas pessoas. Além disso, o apelo à "responsabilidade democrática" no nome do visto parece ser um argumento meramente discursivo para legitimar uma medida governamental restritiva. Segundo Dufraix, Ramos e Quinteros (2020), a criação do VDR retrata uma política de imposição de visto consultar que objetiva a diminuição da mobilidade migratória. E, de fato, de acordo com Rivers (2019), o VDR acarretou diminuição significativa no número de imigrantes venezuelanos no Chile. Dados do Serviço Jesuíta (2022) indicam que, de abril de 2018 a setembro de 2021, 387.251 solicitações de VDR foram negadas (86%), enquanto apenas 61.474 foram concedidas (14%). Em 2018, foram concedidas 440 mil permissões de residência temporária, a maior cifra desde 2010. No entanto, em 2019, o número de permissões para residência temporária decresceu pela primeira vez na década, totalizando

328.115 concessões. Em 2020, esse número diminuiu novamente para 199.585 concessões.

Ainda nesse contexto, a exigência de visto consular ou de turismo para o ingresso de pessoas venezuelanas (e haitianas) no Chile foi instituída após a criação do VDR. Cabe ressaltar que, diferentemente do VDR, criado por meio de um ofício-circular do Ministério das Relações Exteriores, a exigência de visto consular para pessoas venezuelanas foi determinada pelo decreto nº 237 de 2019 do Ministério do Interior e Segurança Pública. Este decreto destaca o "número expressivo de imigrantes venezuelanos em situação irregular no país" e indica que a criação do visto consular visa "ordenar" esse fluxo. O visto consular permite a permanência de imigrantes venezuelanos no Chile por um período máximo de 90 dias (Chile, 2019c).

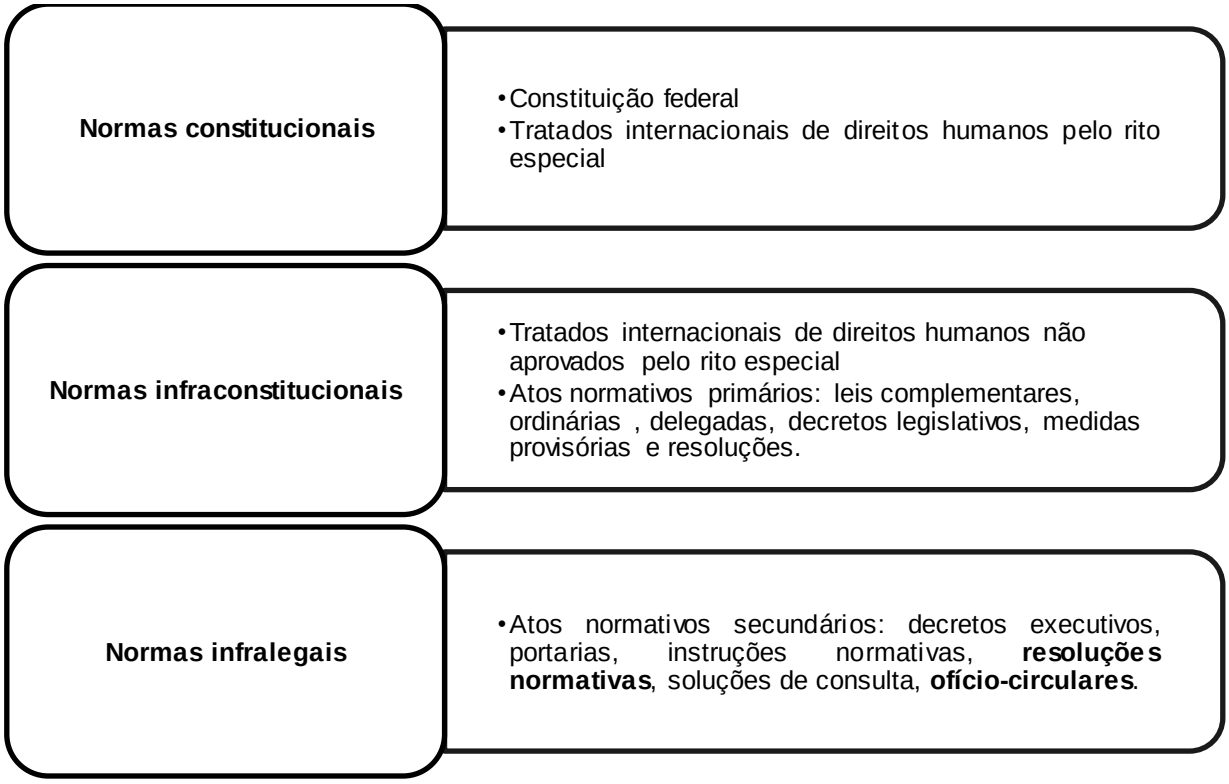
Importa ainda destacar que para Cademartoti e Barreto (2021), a manifestação social do racismo pode encontrar eco na esfera estatal, originando políticas migratórias excludentes e legalmente referendadas. Tais políticas, embora contrariem os princípios fundamentais de um Estado constitucional, encontram brechas para sua ratificação e não se submetem ao devido processo legislativo. Por serem medidas normativas e não leis propriamente ditas, escapam do rigor do escrutínio parlamentar. Essas normativas discriminatórias, ao se fundamentarem em critérios como local de nascimento, idioma e cultura, legitimam a existência de pessoas privadas de direitos básicos, aprofundando desigualdades jurídicas e reforçando a subalternização de determinados grupos.

A supressão inconstitucional de direitos fundamentais imposta por essas normativas corrobora a perpetuação do racismo em contextos migratórios. As pessoas imigrantes, juridicamente discriminadas, são relegadas à marginalidade antropológica, o que institui uma evidente discriminação social (CADEMAROTI e BARRETO, 2021). Nesse cenário, as políticas migratórias discriminatórias emergem de iniciativas legislativas, administrativas e práticas governamentais de caráter infralegal – atos administrativos que possuem forma, mas não força de lei. Por não terem o status de lei, tais medidas conseguem se consolidar no ordenamento normativo estatal, mesmo sendo incompatíveis com a Constituição (CADEMAROTI e BARRETO, 2021).

Os dispositivos estatais que deram origem ao Visto Humanitário para Haitianos (VHH) no Brasil, por meio da Resolução Normativa nº 97 de 2012, e ao Visto de Responsabilidade Democrática (VDR) no Chile, através do ofício-circular nº 96 de

2018, são exemplos de normativas infralegais, conforme as hierarquias jurídicas de ambos os países. A diferenciação da natureza legal dessas normativas se apresenta de forma hierarquizada, como ilustrado a seguir.

Gráfico 1. Hierarquia das normas legais



Fonte: autoria própria.

A Resolução Normativa que instituiu o VHH é um ato administrativo destinado a especificar normas previstas em lei, tendo como base o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 1980), revogado em 2017. Contudo, não é raro que esse tipo de normativa apresente antinomias, entrando em conflito com a própria lei que deveria regulamentar (Abreu, 2022). Esse cenário comum, no entanto, não justifica a supressão de direitos fundamentais. Pior ainda, o uso frequente de normativas conflitantes, conforme Abreu, permite inferir a recorrência do racismo institucional em atos infralegais, o que reforça a exclusão das pessoas imigrantes.

Conforme Carneiro (2018), normas infralegais são regulamentações internas destinadas a organizar o funcionamento administrativo das instituições públicas e de seus funcionários. Essas normas, ao terem precedência administrativa, podem implicar sanções caso não sejam cumpridas. Assim, ainda que apresentem aspectos

de racismo institucional e entrem em conflito com a Constituição Federal de 1988, sua permanência é administrativamente assegurada.

No Chile, o ofício-circular desempenha função semelhante, ao instruir o funcionalismo público sobre a execução de determinados serviços, como o correto preenchimento de formulários (CHILE, 2022). O ofício-circular nº 96, de 2018, foi anunciado pelo então presidente Sebastián Piñera no Senado chileno como medida de política migratória. Cabe indagar: qual seria a motivação de Piñera ao anunciar uma medida administrativa ao parlamento? Pretendia ele legitimar o ato por meio de uma fachada de escrutínio parlamentar? Ou estaria ciente do caráter autoritário da medida e, por isso, evitou submetê-la ao debate legislativo?

Essas normas infralegais inconstitucionais condenam as pessoas imigrantes à clandestinidade, ao transformarem o direito universal de migrar em uma infração passível de penalidades desproporcionais, que violam os princípios da culpabilidade e da lesividade. A ausência de autorização de residência não deveria ser tratada como uma conduta causadora de dano social, passível de sanções severas como expulsão ou extradição.

Normas infralegais vinculadas a políticas migratórias objetificam as pessoas imigrantes, despojando-as de seu direito humano fundamental de migrar. Nesse contexto, a estereotipização e a racialização dessas pessoas são socialmente construídas e naturalizadas por meio do uso governamental de categorias depreciativas, associando-as à criminalidade, pobreza, atraso ou a características geográficas, culturais e étnicas. Assim, questiona-se se a linguagem da Resolução Normativa nº 97 de 2012 e do ofício-circular nº 96 de 2018 denota estereotipização, racialização, criminalização ou discriminação das pessoas imigrantes.

1.2. Dimensões do racismo institucional

A investigação busca compreender as políticas brasileira e chilena, em particular a implementação do VHH e do VDR, sob a ótica do racismo institucional, isto é, não apenas como respostas administrativas ou de controle de fronteiras, mas como manifestações de um sistema institucionalizado que historicamente marginaliza pessoas subalternamente racializadas. Com apoio nos estudos sobre a continuidade dessas práticas ao longo do tempo (Norambuena et al., 2018; Thayer et al., 2020 e

Wermuth, 2020) é fundamental reconhecer o debate sobre as categorias de estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilização.

Ashmore e Del Boca (1981) argumentam que há, ao menos, três abordagens analíticas amplas que explicam a estereotipização: a sociológica, a psicodinâmica e a cognitiva. Nesta pesquisa, optei pela abordagem sociológica por reconhecê-la como mais apropriada para a investigação do fenômeno social das migrações de pessoas subalternamente racializadas na América Latina à luz do racismo institucional. Sob essa ótica, Wrightsman (1977) define estereótipo como conceitos relativamente rígidos e simplificados de um grupo de pessoas em que todos os indivíduos do grupo são rotulados a partir das características do grupo. Dessa forma, as pessoas que sofrem estereotipização perdem suas características individuais ao serem rotuladas a partir da coletividade à qual pertencem (Pettigrew, 1981).

Para McDonald (1993), os estereótipos fazem parte da retórica de identidade de um grupo e são utilizados como forma de construir e definir as características desse grupo dentro do contexto social. Mesmo que os estereótipos não correspondam à realidade, eles ainda desempenham um papel importante na maneira como os grupos sociais definem a alteridade ou a diferença em relação a outros grupos.

Devido às diferentes formas como os grupos sociais constroem suas categorias e percepções do mundo, os estereótipos funcionam como um discurso autônomo que pode ser predominante entre os que os representam. Isso significa que os estereótipos têm seu próprio valor dentro do grupo que os usa, independentemente de sua veracidade ou precisão. Eles são apreciados não pelo que realmente representam, mas pelo papel que desempenham na manutenção da identidade e da coesão social do grupo.

Assim, Hall (1997) argumenta que o estereótipo é uma forma de categorização subalterna da diferença e por isso tem implicações diretas na conformação das dinâmicas socioculturais. Quando se analisa a estereotipização como uma ferramenta de tipificação de classificação social, percebe-se que ela reúne informações sobre pessoas ou fenômenos específicos. Essa tipificação destaca e amplifica características específicas, muitas vezes simplificando nuances da diferenciação social, para fixá-las em um único sentido. Portanto, os estereótipos são percepções supergeneralizadas e sobredeterminadas que podem refletir preconceitos ideológicos

e políticos como sexismo, racismo, xenofobia e classismo (O'Donnell, 1977; Noyman, 1984; Elfenbein, 1989).

No entanto, segundo Noyman (1984), o estereótipo não é um arquétipo claro: ele divide o mundo em duas categorias: familiar e desconhecido. Se o conhecido é sinônimo de bom, o estranho é sinônimo mau. Esse processo, quando aplicado de maneira unilateral, tem o potencial de estabelecer o que é considerado normal e o que está fora desse padrão, e, consequentemente, o que (ou quem) é aceitável e o que (ou quem) será marginalizado. Com isso, um sentido e uma ordem simbólica de poder são estabelecidos, moldando as interações sociais, políticas e econômicas (Hall, 1997).

Nesse sentido, estereótipos são mais do que simples categorizações, eles influenciam profundamente na forma como se percebe e se interage com diferentes grupos culturais, étnicos ou sociais são percebidos e tratados, afetando as políticas públicas e a distribuição de recursos e oportunidades de maneira desigual, e até mesmo perpetuando desigualdades estruturais. Portanto, a análise crítica dos estereótipos é essencial para desvendar as complexas dinâmicas de poder que moldam nossa sociedade.

Por exemplo, o termo haitianismo constituiu-se como uma estereotipização no Brasil do período Regencial (1831-1840). Este termo exemplifica como a aversão e o medo das elites escravocratas brasileiras ao processo haitiano de libertação nacional e racial permearam o discurso público, dominando debates parlamentares e manchetes jornalísticas[11]. Essa expressão, junto com variantes como haitianar e haitianada constituíram a prática discursiva poderosamente disseminada para representar o anti-brasileiro, antipatriota ou traidor do Brasil.

Ser acusado(a) de haitianismo ou chamado(a) de haitiano era uma das piores ofensas políticas já que eram empregadas para denotar radicalismo político ou traição ao Brasil em conluio com potências estrangeiras. O objetivo era desqualificar a pessoa tipificada, porém, ao mesmo tempo esse discurso refletia a aversão profunda às ideias de liberdade e igualdade racial que poderiam desafiar a ordem estabelecida. Geralmente proferida por homens brancos e influentes a sujeitos pares, a alusão racial contida é evidente (Sá e Silva, 2021).

[11] Esses veículos jornalísticos defendiam a restrição à entrada de pessoas africanas, incluindo as escravizadas e incentivavam a militarização das fronteiras (Sá e Silva, 2021).

A elite política brasileira e sua concepção de nacionalidade e cidadania renegaram a Revolução Haitiana (1791-1804). A aversão à Revolução Haitiana ajudou a moldar a política nacional brasileira, fortalecendo a construção de identidades e alteridades que definiam o 'outro' em oposição ao qual a elite política brasileira forjou sua própria concepção de nacionalidade e cidadania. A Revolução haitiana serviu de pretexto para justificar medidas restritivas e centralizadoras que se seguiram à independência do Brasil da coroa portuguesa, reivindicando valores europeus como a branquitude, o cristianismo e a civilização ocidental (Sá e Silva, 2021).

Isso corrobora a tese de Noyman (1984) de que a principal tarefa dos estereótipos é servir como meio de defender tradições e posição na sociedade. Funcionam como garantia de autoproteção, protegendo os direitos dos grupos dominantes na sociedade. Os estereótipos não são eternos, apesar de sua existência constante. Eles são moldados por dois fatores diferentes: o processamento coletivo mal compreendido e o ambiente sociocultural individual.

A diferença entre estereótipo e estigma é fundamental para entender as dinâmicas do racismo institucional no contexto migratório. Como já mencionado, o estereótipo é uma crença ou suposição específica sobre pessoas baseados exclusivamente em sua pertença a um grupo, ignorando suas características individuais. Por outro lado, o estigma é uma determinação social necessariamente negativa. Na Grécia antiga, a palavra estigma referia-se a marcas corporais que identificavam pessoas a serem evitadas, como pessoas escravizadas ou pessoas criminosas. Goffman (1993) argumenta que, no século XX, o termo é usado de maneira semelhante, mas aplicado mais ao descrédito social do que à evidência física. O estigma é compreendido como uma diferença indesejada e pode ser classificado em três tipos: marcas físicas (deficiências), marcas de comportamento (doenças mentais, desemprego) e marcas sociais (nacionalidade, religião).

Jones et al. (1984) definem estigma como um resultado de um processo de descrédito, onde a pessoa é vista como moralmente falha e provoca repulsa. Para Pfuhl (1980), o estigma determina a identidade moralmente maculada de alguém, tornando-o socialmente indesejável. Schur (1983) afirma que pessoas estigmatizadas são pouco valorizadas como indivíduos. Birenbaum e Sagarin (1976) destacam que o estigma abrange todas as pessoas vistas negativamente, seja por violarem regras ou simplesmente por terem características que não são valorizadas.

Retomando Goffman (2006), o estigma pode ser resumido como um processo de desvalorização baseado em atributos sociais, físicos ou mentais que são percebidos como discordantes das expectativas sociais. Esses estigmas podem estar relacionados a aspectos linguísticos, religiosos, culturais, de gênero, entre outros. Fava (2012) acrescenta o conceito de estigma territorial, que se refere à subalternização das práticas sociais das pessoas em determinados territórios.

O estigma, como conceito, combina estereótipos e atributos ou um conjunto de elementos visíveis externamente ao sujeito, simplificando e reduzindo a complexidade da realidade a algumas características distintas, tornando-as facilmente identificáveis. Esse processo resulta na descredibilização do sujeito estigmatizado, o que frequentemente leva à discriminação e/ou marginalização (Goffman, 2006).

Segundo Link e Phelan (2001), o estigma se manifesta quando cinco componentes inter-relacionados convergem. Primeiro, se identificam e rotulam diferenças humanas, destacando características específicas. Em segundo lugar, as crenças culturais dominantes associam essas pessoas portadoras dessas características específicas a estereótipos negativos. No terceiro momento, ocorre a separação dessas pessoas em categorias distintas, criando uma divisão entre "nós" e "eles".

O quarto componente é a perda de status social e a discriminação enfrentada pelas pessoas rotuladas, resultando em desigualdades. Por fim, a estigmatização depende do acesso ao poder social, econômico e político, que permite a identificação de diferenças, a separação em categorias distintas e a execução completa da desaprovação, rejeição, exclusão e discriminação. Cabe retomar mais uma vez Goffman (1993) para argumentar que raça também é um estigma. Segundo Howarth (2007), conceitualizar a raça como estigma esclarece o funcionamento e a contestação do racismo, promovendo uma crítica social que destaca como o estigma opera para produzir e defender as desigualdades estruturais.

Compreender a raça como estigma assegura a incorporação da raça à existência física, ou seja, a raça existe no corpo ou sobre ele. Embora possa informar aspectos socioculturais como idioma, vestimenta e padrão alimentar, a raça está principalmente ligada ao corpo, mais especificamente à pele. Ainda nesse sentido, compreender a raça como estigma revela a natureza desumanizadora dos discursos e práticas que racializam as pessoas subalternamente, resgatando a afirmação de

Goffman (1993) de que o estigma reduz a totalidade de uma pessoa a uma situação de descrédito e desvalorização.

Além disso, a raça como estigma só pode ser entendida em relação aos seus contextos materiais de relações desiguais de poder. Assim, a raça é algo que produz e sustenta desigualdades materiais e está ancorada em histórias de preconceito, exclusão e pobreza (Miles, 1989). A raça gera seu significado e poder a partir de suas histórias particulares de dominação e colonização. Ela é constituída em e por meio de relações estruturais de poder e opressão, e só pode ser compreendida com referência a essas histórias muito materiais (Howarth, 2007).

Dessa forma, o estigma (e a raça como categoria do estigma) não é inerente a um atributo em si, mas sim uma categoria de classificação social que emerge das interações sociais, sendo uma categoria relacional. De tal maneira, o estigma é resultado de uma qualificação social e não um ato individual (Fava, 2012). No que tange o funcionamento das instituições, Corrigan e Lam (2007) apontam que o estigma estrutural se refere às maneiras pelas quais ideologias perpetuam ou exacerbam um *status* estigmatizado. Assim, como já argumentado por Howarth (2007), o estigma reproduz as desigualdades sociais existentes e é perpetuado pela hegemonia e pelo exercício do poder social, econômico e político (Campbell & Deacon, 2006). Como as estruturas sociais que promovem a estigmatização variam cultural e historicamente, a análise do estigma estrutural exige a investigação do contexto social em que esse estigma ocorre e dos sistemas de conhecimento local que contribuem para o estigma estrutural (Foucault, 1977).

É nessa perspectiva que a categoria de estigma desempenha um papel significativo nas políticas migratórias estudadas. As migrações frequentemente envolvem a interação de diferentes culturas, identidades e expectativas sociais, o que pode agravar as situações de estigmatização e marginalização das pessoas migrantes. A análise crítica do estigma é, portanto, fundamental para compreender as complexas questões de poder e identidade que moldam as experiências migratórias nos países dessa pesquisa – Brasil, Chile, Haiti e Venezuela, destacando como o estigma estrutural contribui para a perpetuação das desigualdades sociais.

A categorização das nacionalidades frequentemente funciona como uma ferramenta classificatória que, quando aplicada com ênfase em atributos depreciativos, como a pobreza, pode revelar práticas estigmatizantes. Nesse

contexto, neste estudo é importante examinar como as nacionalidades haitiana e venezuelana são instrumentalizadas politicamente. Isso leva a questionar se as normativas que estabeleceram os Visto Humanitário para pessoas haitianas (VHH) e os Vistos de Responsabilidade democrática para pessoas venezuelanas (VDR) enfatizam de maneira depreciativa as características dessas nacionalidades.

Essa análise permite compreender como a estigmatização desempenha um papel racista nessas políticas de migração e como essas políticas, por sua vez, podem influenciar e ser influenciadas pelas narrativas estigmatizantes associadas a grupos específicos de pessoas migrantes. Desse modo, procuro uma compreensão mais completa das complexas dinâmicas sociais, políticas e culturais que cercam ambos os fluxos migratórios – Haiti para o Brasil e Venezuela para o Chile. Além disso, é essencial reconhecer como o racismo institucional, por meio da estigmatização e da estereotipização, pode criar um ambiente propício para a criminalização, ao reforçar percepções negativas que justificam medidas repressivas.

A criminalização das migrações é um processo que envolve o uso do sistema de justiça criminal — leis e instrumentos legais — para regular a mobilidade humana. Este processo é profundamente entrelaçado com as estruturas de repressão e controle dos Estados, resultando em um conjunto complexo de regulações que impactam diretamente as pessoas imigrantes. Frequentemente, essas políticas levam à criminalização de pessoas imigrantes, refugiadas e deslocadas, estereotipadas e estigmatizadas, interferindo em seus deslocamentos e estratégias de mobilidade (Simon, 2007).

Historicamente, a vinculação entre migração e criminalidade surge com a formação dos Estados-nação modernos e a estruturação dos sistemas de justiça criminal. No entanto, desde a década de 1980, observa-se um aumento na criminalização das migrações, muitas vezes mascarada por instrumentos legais que formalizam práticas discriminatórias (Simon, 2007). No Brasil e no Chile, por exemplo, a legislação sobre migração irregular vigente durante a promulgação dos Vistos de Residência Temporária para Venezuelanos (VDR) no Chile e dos Vistos Humanitários para Haitianos (VHH) no Brasil, reflete essa tendência.

No Brasil, a migração irregular era rigorosamente abordada pelo antigo Estatuto do Estrangeiro, que foi substituído pela Lei Nº 13.445 de 2017. De forma similar, no Chile, a *Ley de Extranjería*, que foi substituída pela Lei nº 21.325 de 2021,

também tinha uma abordagem severa contra a migração não autorizada. Ambas as legislações refletem um legado de racismo institucional que data do período colonial e que foi intensificado por políticas nacionalistas e de segurança durante os regimes ditatoriais militares (Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007).

Ambas as legislações destacam a criminalização da migração irregular, processo fortemente influenciado pelo racismo institucional, renovado pelo foco em segurança e controle migratório. Este enfoque é amplificado pelas políticas de combate ao narcotráfico que moldam a administração das fronteiras e o controle de populações subalternamente racializadas, reforçando a marginalização e associação de migrantes a questões de segurança nacional, terrorismo e delinquência (Augustín, 2007; Aas & Bosworth, 2013).

A criminalização das migrações também surge como parte de estratégias políticas neoliberais que posicionam o crime e os sistemas de conhecimento associados ao fenômeno criminal como áreas prioritárias para intervenção estatal. Este enquadramento promove uma governança das migrações orientada principalmente pelo viés criminológico, deslocando-se da abordagem civil para a punitiva. Nesse contexto de criminalização, as dimensões de cidadania e direitos humanos dos fenômenos migratórios são frequentemente relegadas, primando sua vinculação à políticas de segurança, terrorismo, tráfico de drogas e de pessoas y lavagem de dinheiro, tornam-se estreitamente (Aas & Bosworth, 2013).

Apesar das novas leis de migração, do Brasil e do Chile terem adotado um compromisso formal com a não criminalização da migração, incluindo disposições como a do Art. 3, inciso III da lei brasileira que se compromete a "não criminalização da migração" (Brasil, 2017a) e a do Art. 3 da lei chilena que assegura “A todo extranjero que solicite el ingreso [...] en el país se asegurará la aplicación de un procedimiento racional y justo para la aprobación o rechazo de su solicitud, el que se efectuará bajo criterios de admisión no discriminatoria[12]” (Chile, 2021c), o cotidiano administrativo permanece atrelado ao paradigma criminalizante.

[12] A definição de discriminação constante na Lei Nº 21.325 de 2017 é “toda distinción, exclusión o restricción que carezca de justificación razonable, efectuada por agentes del Estado o particulares, y que cause privación, perturbación o amenaza en el ejercicio legítimo de los derechos fundamentales establecidos en la Constitución Política de la República o en los tratados internacionales sobre derechos humanos ratificados por Chile y que se encuentren vigentes, en particular, cuando se funden en motivos como la raza o etnia, la nacionalidad, situación migratoria, la situación socioeconómica, el idioma, la ideología u opinión política, la religión o creencia, la sindicación o participación en

Isto é, apesar das mudanças legais que visam a não criminalização da migração, na prática, obstáculos administrativos que incluem exigências financeiras, como taxas de processamento e provas de sustento econômico, além de proibitivas tendem a se tornar intransponíveis para pessoas imigrantes que já se encontram em situações vulneráveis, especificamente a vulnerabilidade por carecer de renda. Além disso, a burocracia envolvida no processo de regularização ou obtenção dos vistos é complexa e demorada, exigindo uma quantidade considerável de documentação e interações com órgãos governamentais, o que pode retardar e/ou desencorajar a solicitação do trâmite de regularização.

Assim, o aparato burocrático e tecnológico envolvido na gestão das fronteiras nacionais de países na/da América Latina e no controle da mobilidade de populações continua a operar em consonância com as perspectivas e práticas institucionais da legislação revogada. Isso sugere que, na prática, as abordagens punitivas e discriminatórias ainda persistem, influenciando negativamente as experiências dos migrantes e perpetuando o estigma e a exclusão social (Domenech e Boito, 2019).

Assim, a compreensão das migrações nos países da América Latina exige uma análise crítica das políticas e das lógicas subjacentes à criminalização da migração contextualizando o arcabouço histórico e as dinâmicas contemporâneas de governança, segurança e controle de fronteiras. A complexidade dessas dinâmicas reflete como os aspectos legais e os enfoques securitários se entrelaçam, influenciando diretamente a vida das pessoas imigrantes e configurando uma realidade em que a criminalização se sobrepõe aos direitos humanos.

Além disso, o papel dos aparatos burocráticos e tecnológicos na gestão das fronteiras na América Latina e Caribe é crucial para entender como estes regimes fronteiriços têm se conectado globalmente nas últimas duas décadas. Os discursos, tanto punitivos quanto humanitários, de governos e organizações internacionais, têm legitimado e justificado uma variedade de intervenções estatais contra a migração dita irregular. Durante os governos alinhados ideologicamente à direita e à extrema-direita, como o de Sebastián Piñera no Chile, e os de Michel Temer e Jair Bolsonaro no Brasil, observa-se um reforço nas políticas de securitização e na retórica nacionalista, que

organizaciones gremiales o la falta de ellas, el sexo, la orientación sexual, la identidad de género, el estado civil, la edad, la filiación, la apariencia personal, la enfermedad o discapacidad, o cualquier otra condición social" (Art.1, inciso VII, Chile, 2021c).

frequentemente alimenta a criminalização das pessoas imigrantes. Problematicamente, essas políticas podem reforçar ciclos de exclusão e violência, ao enfatizar a segurança e ignorar as causas das migrações.

Domenech (2019) aponta que há um regime de migração e controle de fronteiras específico da América do Sul denominado zona ou espaço sul-americano de fronteira. Esta região fronteiriça emergiu por meio de um complexo processo de regionalização e internacionalização da migração e das políticas de controle fronteiriço que se alinha com o fenômeno da globalização do controle migratório e a instituição de um regime de controle global da migração (Domenech, 2019; Düvell, 2015; Mezzadra, 2005). Esse regime é caracterizado por um conjunto diversificado de políticas migratórias que envolvem múltiplos atores em diferentes níveis, com Processos Consultivos Regionais (PCRs) e iniciativas como a Conferência Sul-Americana de Migração e o Acordo de Residência do Mercosul atuando como importantes mecanismos para moldar a governança migratória sul-americana (Domenech, 2019).

Segundo Domenech (2015), as políticas de imigração e o controle de fronteiras intensificados na América do Sul refletem-se no aumento do uso de medidas punitivas, como detenções, expulsões e rejeições na fronteira, que estão interligadas com outras medidas, como o aumento das exigências para entrada, a imposição de vistos consulares e humanitários, e a negação do estatuto de refugiado. A implementação dessas políticas tem sido justificada por crises forjadas para restringir a migração, aumento do controle estatal e da securitização da migração, o que frequentemente leva a uma maior criminalização dos migrantes.

A perspectiva de crise forjada de Domenech (2019) se correlaciona com a ideia de que países têm adotado políticas migratórias restritivas valendo-se de argumento de crise e de ajuda humanitária para conter, ordenar e regularizar as migrações internacionais. A experiência política sul-americana, especialmente durante a ascensão e a subsequente queda de governos progressistas, na primeira década dos anos 2000, ilustra esse fenômeno.

Mesmo que, inicialmente, governos como os de Evo Morales (2006-2019) na Bolívia e Rafael Correa (2007-2017) no Equador tentaram implementar constituições progressistas que incluíam direitos mais amplos para pessoas imigrantes, isso não reverberou de forma homogênea por toda a região. Em outros Estados como Brasil e

Argentina, apesar da retórica antineoliberal, as políticas implementadas não romperam significativamente com a herança ditatorial e as reformas não foram suficientemente robustas para alterar as estruturas de poder institucionais que continuaram a criminalizar populações vulneráveis (Zibechi e Machado, 2017).

A virada à direita em países como Chile (com a presidência de Sebastián Piñera) e Brasil (com as presidências de Michel Temer e Jair Bolsonaro) intensificou as políticas de securitização e controle migratório. A utilização de dispositivos legais e tecnológicos fortaleceu o controle de fronteiras, mais uma vez, justificado por uma suposta necessidade de gerenciar crises migratórias ou humanitárias, como a haitiana e a venezuelana. Essa perspectiva é apoiada pela implementação de políticas que limitam a mobilidade e os direitos das pessoas imigrantes sob o pretexto de segurança nacional, como visto com a imposição de vistos consulares (Dufraix, Ramos e Quinteros, 2020).

Dessa forma, fronteiras tornam-se mais receptivas ou mais restritivas em face de características estigmatizantes, estereotipificantes ou criminalizantes da pessoa imigrante. Documentos comprobatórios da regularização da situação migratória são exigidos para se obter emprego, matricular-se na escola ou universidade, alugar uma moradia e ter acesso a direitos ou auxílio social. A obtenção de documentação, quase sempre, envolve trâmites burocráticos, confusos, custosos e excludentes. Dessa forma, fronteiras internacionais tornam-se mecanismos estatais de controle, criminalização e marginalização (Domenech, 2015; Domenech e Boito, 2019).

Por outro lado, as conexões entre visibilidade e poder, assim como invisibilidade e ausência de poder são essenciais para a compreensão da herança colonial que atravessa a existência das pessoas imigrantes subalternamente racializadas no século XX. No contexto colonial, a pessoa colonizadora é destacada e empoderada, enquanto as colonizadas são desumanizadas e suas demandas ignoradas, tornando-as invisíveis. Esta interação evidencia a importância de marcadores sociais como raça e outros aspectos interseccionais como gênero e orientação sexual, que podem atribuir ou retirar poder (Villégas, 2010).

A visibilidade, além de conferir poder, geralmente significa também a garantia de acesso a oportunidades e habilidades, enquanto a invisibilidade se conecta com a ausência, escassez e impotência. No contexto colonial, a visibilidade é outorgada às pessoas colonizadoras por meio do reconhecimento de suas reivindicações e saberes

como verdades universais, enquanto a invisibilidade resulta na eliminação das experiências e conhecimentos das populações colonizadas, perpetuando sua subordinação. Ressaltando que todas essas condições são atravessadas por marcadores sociais como raça (Goldberg, 1996).

Nesse sentido, a raça é um marcador social de poder, pois legitima ou deslegitima experiências individuais, afetando a distribuição de privilégio social (Dei, 1996). É relevante destacar que, sob essa perspectiva, a branquitude também é um marcador social de raça, porém é considerada a norma universal, o que lhe confere uma forma de invisibilidade positiva, já que raramente é questionada e analisada (Roger, 2000).

No cenário migratório, a invisibilidade imposta a pessoas imigrantes, principalmente as pessoas com *status* migratório irregular, as relega a uma condição de desumanização e negação de direitos. Esta condição surge de discursos racistas e legalistas que as categorizam e as disciplinam, obrigando-as a se ocultarem para evitar perseguição. Este processo de ilegalização é reforçado por discursos raciais e práticas institucionais, fazendo da raça subalternizada também um marcador de diferença e exclusão (Chavez, 1992).

Portanto, a ilegalidade é criada a partir de narrativas raciais. É nesse sentido que determinadas pessoas suscitam dúvidas e suspeitas sobre sua condição legal, enquanto outras são normalizadas dentro dos estereótipos nacionais de cidadania. Esses estereótipos geram impactos significativos, fazendo com que pessoas socialmente marcadas pela categoria raça, de forma subalterna, tenham sua identidade vinculada a narrativas de criminalidade, reforçando o racismo institucional. A raça, nesses contextos, serve para distinguir e marginalizar (Villégas, 1996).

Dessa forma, as categorias de população colonizadora e população colonizada são construções sociais, com as pessoas colonizadas sendo moldadas a partir do parâmetro de suposta superioridade das pessoas colonizadoras, de onde estas últimas extraem sua legitimidade e riqueza. Esse processo inclui a desumanização das pessoas colonizadas com o intuito de facilitar sua exploração. Com isso, a manutenção da classe dominante colonizadora exige a invisibilização das pessoas colonizadas, sob o disfarce de um sistema que se apresenta como igualitário (Goldberg, 1996; Villégas, 1996).

A liberalização das políticas de imigração em meados do século XX eliminou as exclusões de ingresso por motivo racial, no entanto o sistema que favorece certos grupos sociais em detrimento de outros continua vigente. A crença em um sistema de imigração equitativo é utilizada para intensificar a produção de uma ilegalidade derivada do colonialismo que ainda persiste. Isso se dá de maneira velada por meio de leis e agendas que garantem privilégios para perpetuar a marginalização de pessoas racialmente subalternas (Villégas, 1996).

Nessa seção aprofundei na apresentação das dimensões de estereotipização (Hall, 1997, Shohat e Stam, 2006; Domenech e Dias, 2020), estigmatização (Goffman, 2006; Fava, 2012), criminalização (Simon, 2007; Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007) e invisibilização Chavez, 1992; Dei, 1996; Goldberg, 1996; Roger, 2000; Villégas, 2010). A seguir detalho a metodologia empregada, descrevo as técnicas e procedimentos adotados para coleta e análise de dados.

1.3 Metodologia

A análise comparativa se justifica pela relevância do Brasil e do Chile como principais destinos migratórios ou polos de atração de imigrantes na América Latina a partir de 2010. Analiso comparativamente o racismo institucional nas políticas migratórias do Brasil e do Chile, focando especificamente no Visto Humanitário para pessoas Haitianas (VHH) e no Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas Venezuelanas (VDR). Por meio da pesquisa documental e da triangulação metodológica, a análise sobre o VHH no Brasil, considerou o período entre 2012 e 2022, e o VDR no Chile, entre 2018 e 2022. Esse enfoque permitiu incorporar dimensões normativas e institucionais, sociais e culturais, além de considerar as dimensões temporais e espaciais específicas dos contextos analisados.

A abordagem comparativa enriquece a análise ao possibilitar revisões contínuas das teorias e categorias analíticas, contribuindo para o avanço do conhecimento teórico e uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e das relações que envolvem os fluxos migratórios desses dois países. A pesquisa social é inerentemente comparativa (Landman e Robinson, 2012), o que permite a incorporação de variáveis sociais e culturais, e das dimensões de tempo e de espaço específicos aos casos estudados (Przeworski e Teune, 1970). Além disso, a abordagem comparativa enriquece a análise, permitindo revisões e aprimoramentos

contínuos das teorias e categorias analíticas, o que contribui significativamente para o avanço do conhecimento teórico. Dessa forma, a compreensão da complexidade social é possibilitada mediante o aprofundamento nas estruturas e nas relações sociais do objeto comparativo (Ragin, 2007).

A partir de 2010, a migração internacional, a diversidade cultural e a desigualdade social se tornaram o centro dos debates sobre políticas públicas, direitos humanos e inclusão social. A América Latina não ficou isenta dessas tendências e preocupações com a superlotação habitacional, emprego precário, acesso à educação, saúde, desigualdade de gênero, que aumentaram significativamente os deslocamentos humanos. O Chile é um dos principais países de destino desses fluxos migratórios, juntamente com Argentina, Brasil e Colômbia, por exemplo.

O relatório do Observatório de Migrações (OBMIGRA, 2021), da Universidade de Brasília, financiado pelo Ministério da Justiça do Brasil, apontou o crescimento dos fluxos migratórios para o Brasil, entre 2010 e 2020 (CAVALCANTI, 2021). O número de refugiados reconhecidos no país foi de 86, em 2011 para 26,5 mil, em 2020. Além disso, em 2020, o número de pessoas imigrantes registradas foi 24,4% maior que no início da década.

Os maiores fluxos migratórios foram de pessoas venezuelanas, haitianas e colombianas. As solicitações de refúgio também aumentaram de 1,4 mil, em 2011, para 28,8 mil, em 2020. As pessoas imigrantes ocuparam também mais postos de trabalho no mercado brasileiro; em 2011 foram 62.423 e em 2020, 181.358, o que demonstra aumento de mais de 190% (CAVALCANTI, 2021).

No Chile, o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2017) demonstrou que em 2002 o número de imigrantes no país era de aproximadamente 2.500 pessoas, para aproximadamente 32.900 pessoas em 2017. Além disso, o censo apontou que 77,6% desse fluxo é composto por pessoas imigrantes provenientes do Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Argentina e Haiti. Porém, os fluxos migratórios mais expressivos a partir de 2010 foram de pessoas haitianas, colombianas e venezuelanas.

Ao longo do tempo, a definição de políticas e marcos legais tomaram como princípio a avaliação positiva da migração europeia versus uma construção negativa dos imigrantes dos países da região. As populações de vários países da região que enfrentavam suas próprias crises econômicas e políticas foram atraídas ao Brasil e ao

Chile pelo discurso economicamente bem-sucedido que parecia oferecer boas condições de trabalho e expectativas de bem-estar (Pereira, 2019).

A incorporação do Brasil no itinerário migratório das pessoas haitianas destaca-se por divergir das rotas migratórias tradicionais. Historicamente, a diáspora haitiana inclinou-se por destinos francófonos e/ou países do Norte Global como Guiana Francesa, França, Canadá e Estados Unidos, dada a afinidade linguística e cultural (Pereira, 2019). Porém, após o terremoto no Haiti, em 2010, houve o aprofundamento dos fatores de expulsão contribuíram para ampliação da diáspora haitiana[13] (Jackson, 2011).

Já a incorporação do Chile como destino migratório das pessoas venezuelanas, além das históricas relações sociopolíticas[14], também está associada à eclosão da crise econômica de 2008. A crise estimulou o aumento de fluxos migratórios para países do Norte Global que, como resposta, desenvolveram severas restrições à imigração, em especial, à imigração dita irregular. Assim, novos destinos, com legislações menos restritivas, foram incorporados ao projeto migratório dessas pessoas, como México, Chile, Argentina e Brasil (Pereira, 2019).

No Brasil, a presença haitiana é documentada desde 1940, conforme registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1940 e 2019). No entanto, foi após o terremoto de fevereiro de 2010 que o fluxo de pessoas imigrantes haitianas marcou um ponto de inflexão, com grupos de até 200 pessoas cruzando as fronteiras brasileiras pelo Peru. Até o final de 2011, estima-se que mais de 4.000 pessoas haitianas tenham ingressado no Brasil, e este número cresceu para cerca de 20.000 em 2013, refletindo a crescente migração haitiana na América do Sul, onde países

[13]De acordo com Handerson (2015), diáspora ou *dyaspora é* um termo polissêmico porque seu semântico articula três verbos relacionados: "residir" no exterior, "voltar" ao Haiti e "retornar" ao exterior. Ele é utilizado para designar as pessoas haitianas residentes no exterior e que voltam ao Haiti. Quando utilizada como adjetivo qualifica objetos e ações.

[14] As relações políticas entre a Venezuela e o Chile no século XX foram marcadas pela cooperação comercial e apoio mútuo. Um dos momentos mais significativos nessa relação ocorreu durante o governo de Salvador Allende no Chile (1970-1973). Allende, conhecido por suas políticas socialistas e por nacionalizar indústrias chave, incluindo as de cobre, encontrou um aliado ideológico na Venezuela, que na época também adotava uma postura mais progressista em relação à política e à economia na América Latina (Salas, 2009). Após o golpe militar que instaurou o regime de Augusto Pinochet (1973-1990), a Venezuela assumiu um papel crucial ao acolher muitos exilados chilenos que fugiam da repressão política instaurada pelo novo governo autoritário. A recepção dos exilados chilenos pela Venezuela contrastava com o apoio anterior ao governo democrático de Allende, destacando-se como um ato de oposição às ditaduras militares e às violações de direitos humanos que caracterizaram muitos regimes da época na região (Roniger e Sznajder, 2007).

como Chile, Argentina, Equador e Peru inicialmente não exigiam vistos de turismo para pessoas haitianas em 2010 (Costa, 2012; Silva, 2013).

Em 2012, diante do aumento exponencial de pessoas haitianas no Brasil e a subsequente institucionalização do VHH, o Peru passou a exigir visto de turismo para essas pessoas, pressionado pelo governo brasileiro. Medidas semelhantes foram consideradas pelo Equador em 2013, embora não tenham sido implementadas (Fernandes *et al*., 2013).

Em 2014, dois anos após a institucionalização do VHH, tanto os governos estaduais quanto o governo federal ainda demonstravam falta de preparação para gerenciar o fluxo migratório haitiano. A situação se agravou no estado Acre quando foi declarada calamidade pública devido à cheia do Rio Madeira. Como resultado de uma política higienista[15], eugenista[16] e discriminatória, pessoas imigrantes haitianas foram transferidas para um parque de exposições em Rio Branco, que foi adaptado para funcionar como abrigo humanitário.

Quando esse abrigo ficou superlotado, as pessoas recém-chegadas foram impedidas de acessar o abrigo temporário oferecido pelo governo estadual. Diante dessa insuficiência de espaço, o governo do estado optou por uma solução

[15] O discurso higienista se situa em uma zona ambígua entre o moral e o técnico, abrangendo não apenas intervenções relacionadas a elementos sanitários, mas também avaliações morais. Os primeiros higienistas não se preocuparam apenas com a prevenção de doenças contagiosas, mas também com questões sanitárias abrangentes, como condições de vida precárias, prostituição, etilismo, alimentação e educação (Caponi, 2002). Surtos de febre amarela ocorridos no século XIX, no Brasil, identificaram os cortiços foram como locais de proliferação dos germes da doença. Isso levou os higienistas a defenderem planos abrangentes de transformação do espaço público em prol da saúde da população (Chalhoub, 1996). A partir dos anos 1920, médicos e intelectuais começaram a destacar a influência de fatores ambientais, como doenças, subnutrição, herança escravista e condições imorais do meio social, como responsáveis pela deterioração da saúde do povo brasileiro. O interessante é que, ao contrário da raça e do clima, esses fatores poderiam ser modificados rapidamente por meio de intervenções higienistas. Assim, o problema do brasileiro passou a ser visto não mais como relacionado à raça, mas sim à doença (Carrara, 2000).

[16] O termo eugenia, derivado do grego "bem-nascido", foi introduzido, em 1883, pelo o matemático inglês Francis Galton (1822-1911), com o intuito de aplicar os princípios da teoria da seleção natural aos seres humanos. Ele buscava desenvolver uma ciência da hereditariedade com o propósito de identificar os membros mais qualificados da sociedade, com base em suas características, para determinar se deveriam ou não procriar. Galton argumentava que o Estado deveria intervir na reprodução de pessoas que apresentassem características consideradas degenerativas, co mo etilismo, prostituição, sonambulismo e outros "vícios." Ele acreditava que estava em curso um declínio racial, no qual os indivíduos degenerados superariam os mais aptos, prejudicando o progresso da sociedade (DEL CONT, 2008). Nesse contexto de consolidação do movimento eugênico, Formiga (2007) destaca que aspectos políticos, sociais e econômicos desempenharam um papel significativo em suas premissas. Isso contribuiu para a aceitação dessa ciência em vários países e a tornou uma justificativa para o controle de problemas sociais modernos, como pobreza, imigração e criminalidade. Isso ocorreu à medida que a eugenia atendia aos interesses de uma minoria elitista.

improvisada, transferindo essas pessoas para a cidade de São Paulo através de transporte aéreo. Contudo, essa medida emergencial não foi acompanhada de um planejamento adequado, pois nem o governo municipal nem o estadual de São Paulo possuíam estruturas ou políticas pré-definidas para gerir o aumento substancial do fluxo migratório, resultando em uma resposta descoordenada e inadequada às necessidades desses imigrantes (Fernandes e Faria, 2017).

No Chile, diferentemente do Brasil, o fluxo migratório de pessoas venezuelanas ganhou destaque na segunda década do século XXI, especialmente entre 2017 e 2018. Em 2017, o Chile recebeu cerca de 83.045 de pessoas venezuelanas, número que cresceu para 288.233 no ano seguinte, fazendo deste grupo o maior contingente de pessoas imigrantes no país (Stefoni, 2019). Esta elevação nos números é atribuída à crise multidimensional na Venezuela, exacerbada pela queda dos preços do petróleo e sanções internacionais (Lander, 2018).

Comparativamente, em 2022, enquanto o Chile acolhia 560 mil pessoas venezuelanas, representando 0,3% de sua população, o Brasil acolhia cerca de 150 mil pessoas haitianas, o que correspondia a apenas 0,07% de sua população (R4V, 2022; Cavalcanti *et al.,* 2022). Apesar desses fluxos migratórios representarem uma pequena fração da população total em ambos os países, Brasil e Chile implementaram políticas migratórias restritivas, apoiadas por legislações rigorosas como o Estatuto do Estrangeiro no Brasil e a *Ley de Extranjería* no Chile.

Essa abordagem restritiva pode levanta questões sobre as motivações subjacentes dessas políticas. A preocupação desproporcional com fluxos migratórios relativamente pequenos sugere uma dinâmica de exclusão baseada em critérios raciais onde o controle rigoroso e a securitização das fronteiras são justificados pelas origens étnicas e geográficas dessas pessoas. Isso reflete uma problemática mais ampla de racismo institucional, em que políticas migratórias regulam o direito humano à mobilidade das pessoas perpetuando raciais historicamente enraizadas.

Em 2018, sob a administração de Sebastián Piñera, o Chile implementou o Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas (VDR), por meio do Ofício Circular Nº 96 de 2018, que incluiu outras reformas significativas na política migratória. Entre elas constaram a eliminação do visto de trabalho e a imposição de um visto de turismo para pessoas haitianas (que anteriormente não precisam de visto para

ingressar no Chile), além de demandar a regularização de todas as pessoas imigrantes com situação dita irregular (Stefoni, 2018).

A intenção do Ofício Circular nº 96 foi destacada, pelo governo, como dotada de caráter humanitária, especialmente voltada no tocante à possibilidade de reunião familiar de pessoas haitianas. No entanto, essas medidas também tinham o objetivo explícito de controlar o fluxo migratório de pessoas venezuelanas, tornando a regularização um requisito essencial para entrar no país (Stefoni, 2019).

A regulamentação do Visto de Responsabilidade Democrática (VDR) se mostrou restritiva e onerosa, dificultando o acesso de muitas pessoas venezuelanas devido aos altos custos e taxas aplicadas em dólares estadunidenses. Por exemplo, a taxa de 30 dólares estadunidenses para a solicitação do VDR (Chile, 2024), ao câmbio atual (Banco Central, 2024), corresponde a $161,30 reais ou a $109.116.966,30 bolívares venezuelanos. Adicionalmente, até dezembro de 2020, somente 21% das 164.908 solicitações de VDR realizadas desde a sua promulgação, em abril de 2018, foram aprovadas pelo governo chileno (Estado de Minas, 2021).

Essa situação reflete a complexidade das políticas migratórias na América Latina, moldadas por uma variedade de fatores, incluindo pressões diplomáticas e a necessidade de administrar fluxos migratórios em um ambiente regional volátil. As medidas adotadas buscaram regularizar a imigração, tornando indispensável a regularização para entrada no país (Stefoni, 2018; Servicio Jesuita, 2022). No entanto, tanto o Brasil quanto o Chile demonstraram ineficiência no desenvolvimento de medidas políticas que facilitassem a garantia de direitos das pessoas imigrantes, apesar dos discursos de proteção humanitária que marcaram a implementação desses vistos.

As políticas de imigração no Brasil e no Chile em relação às pessoas imigrantes haitianas e venezuelanas permitem aprofundar a compreensão sobre os vistos e a discriminação institucional que permeiam essas abordagens. Essas políticas revelam diretrizes restritivas, estigmatizantes, estereotipificantes, criminalizantes e invisibilizantes, características intrínsecas ao conceito de racismo institucional.

No Chile, a *Ley de Estranjeria*, promulgada durante a ditadura militar (1973 a 1990) e que esteve em vigor até março de 2021, destacou-se como um marco regulatório de políticas migratórias historicamente restritivas. Similarmente, no Brasil, o Estatuto do Estrangeiro, instituído pela Lei nº 6.815 de 1980, durante a ditadura

militar brasileira (1964-1985), representou um dispositivo legal que favorecia o controle policial e militar da imigração, fundamentado em preceitos de segurança nacional. Ambas as regulamentações, no Chile e no Brasil, legitimaram a recusa ao ingresso de pessoas imigrantes consideradas perigosas ou ameaçadoras à soberania nacional, conferindo amplos poderes aos órgãos governamentais sobre o ingresso ou expulsão de pessoas imigrantes.

Norambuena *et. al* (2018) e Thayer*et. al* (2020) traçaram um panorama detalhado da continuidade nas políticas migratórias chilenas desde o início do século XIX até a década de 1970. Eles dividem esse longo período em duas fases distintas: uma seletividade inicial para pessoas imigrantes europeias no século XIX seguida por uma abordagem mais condicionada para pessoas europeias baseada em critérios de segurança nacional (política e policial) já no século XX (Thayer *et al*, 2020).

Wermuth (2020) também observou marcos paradigmáticos similares na política migratória brasileira durante o mesmo período: o racista e o de segurança nacional. Segundo o autor, as políticas migratórias das últimas décadas do século XIX, foram alicerçadas no equívoco racista do "embranquecimento" da população mediante o incentivo à imigração europeia (Brasil, 1980).

A comparação entre o VHH no Brasil e o VDR no Chile ressalta questões importantes relacionadas ao racismo institucional. A ambiguidade inerente a esses vistos que equacionam direitos a restrições levanta questionamentos sobre suas dimensões humanitárias e suas motivações subjacentes. Ambos os vistos foram criados em contextos de política externa articulada, demonstrando a interligação entre interesses nacionais e políticas migratórias.

No caso do VHH, sua promulgação coincidiu com a liderança das tropas brasileiras na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), indicando um possível alinhamento das políticas migratórias brasileiras com seus interesses geopolíticos na época. Essa convergência coloca em questão o foco nos direitos das pessoas imigrantes, pois as coloca como instrumentos de política externa, sujeitas a estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilidade.

A liderança do Brasil nessa missão humanitária se alinhava com a conjuntura internacional de expansão democrática em alguns países, em conjunto com o processo de globalização. Esse contexto favoreceu uma maior participação de nações do Sul Global em questões de segurança global. Além disso, a missão estava em

consonância com o interesse brasileiro em ampliar sua participação em projetos de cooperação em operações de paz internacionais, fortalecendo assim sua candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A condução militar da operação enfatizou o potencial dessa campanha e evidenciou a intenção do Brasil de desempenhar um papel mais ativo no sistema de segurança global, destacando a trajetória brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) (SÁ, 2015).

A preocupação dos governos do Brasil e do Chile com os fluxos migratórios haitiano e venezuelano reflete as políticas externas desses países, conformando-se ao padrão estabelecido durante os regimes ditatoriais, em que a migração era estrategicamente vinculada aos interesses nacionais. Essa vinculação tende a obscurecer os direitos das pessoas imigrantes, subjugando-as a processos de estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilização.

No entanto, diferenças significativas marcam as políticas migratórias do Brasil e do Chile, notadamente influenciadas pelo espectro político de seus governos. No Brasil, o VHH foi instituído durante a gestão de Dilma Rousseff (2011-2016), marcada por uma orientação centro-esquerda e neodesenvolvimentista[17], marcada por uma política externa que buscava maior relevância do país no contexto internacional. Nesse sentido, questiona-se se a política migratória que implementou o VHH poderia ser vista como uma estratégia de inserção política mais efetiva no cenário global.

Por outro lado, o governo de Michel Temer (2016-2017), que sucedeu a Dilma Rousseff após o controverso *impeachment* de 2016, e, posteriormente, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) significou, para Souza e Hoff (2019), o retorno do país ao neoliberalismo[18]. Durante esse período, o VHH sofreu modificações significativas, tornando-se mais restritivo e menos acolhedor, alinhando-se com uma abordagem neoliberal mais ampla.

No Chile, o VDR foi criado no segundo governo de Sebastián Piñera (2018-2022), também em um contexto neoliberal. A administração Piñera significou um relevante retrocesso no tema das políticas públicas de direitos humanos e nas

[17] O neodesenvolvimentismo é entendido nessa pesquisa como reformas institucionais e político-econômicas centradas na economia. A função do Estado nesse regime é articular o mercado interno ao mercado global buscando atrair investimento em infraestrutura e ampliando as relações comerciais (Ruiz e Boccardo, 2014; Molina et al, 2018)

[18] O neoliberalismo a doutrina que defende a liberdade máxima do indivíduo no âmbito da política econômica do Estado. Nessa doutrina há o predomínio de propostas baseadas na evocação de valores em torno do individualismo, da meritocracia e a opção pela preponderância de pautas baseadas na manutenção da lei e da ordem pública (Molina et al, 2018; Souza e Hoff, 2019).

políticas migratórias, em comparação com o governo de Michelle Bachelet que lhe precedeu (Schuster e Morales, 2015; Stefoni, 2019). Em 2017, ainda em campanha presidencial, com a intensificação dos fluxos migratórios, Piñera incitou o debate acerca da reformulação da política migratória. Ele defendia uma política mais restritiva, fundamentado no entendimento de que o ingresso numeroso de pessoas imigrantes afetava negativamente a economia chilena e aumentava os índices de violência (Gonzáles, 2019a). A retórica de "ordenar a casa" utilizada por Piñera no discurso de publicação do VDR reflete o enquadramento das políticas migratórias no contexto neoliberal (Chile, 2018c).

Vale destacar que no contexto da América do Sul, as políticas neoliberais têm sido observadas como agravantes da desigualdade estrutural e pela fomentação de crises político-econômicas. Esse modelo econômico, ao privilegiar a liberdade de mercado, desvia os interesses individuais do mercado para dentro das instituições estatais, exacerbando a corrupção e gerando uma crise de legitimidade que permeia o sistema político. O resultado são os conflitos contínuos entre grupos de poder (Calderón; Castells, 2019). Nesse sentido, compreendo que a liberdade máxima do indivíduo, predominante no discurso neoliberal, é restringida à liberdade econômica, à liberdade de empreender e ao direito de propriedade, porém não garante os direitos humanos e civis fundamentais.

Em resumo, as políticas migratórias no Brasil e no Chile em relação às pessoas imigrantes haitianas e venezuelanas estão enraizadas em contextos históricos, políticos e ideológicos complexos. Elas demonstram a necessidade de uma análise crítica que leve em consideração não apenas os aspectos humanitários dos vistos, mas também suas motivações subjacentes e as implicações do racismo institucional nas políticas de imigração. Evidencia-se a necessidade de questionar a problemática das medidas restritivas adotadas em face de fluxos migratórios relativamente modestos e o quanto isto está associado ao racismo institucional.

A coleta de dados baseou-se em fontes documentais disponíveis *online* (Crush et. al, 2012), uma vez que a pesquisa foi impactada pelas restrições de mobilidade impostas pela pandemia de Covid-19 e pelas limitações orçamentárias enfrentadas pela ciência brasileira durante o governo Bolsonaro (2019-2022). O foco esteve nas instituições responsáveis pela regulação migratória no Brasil e no Chile, como os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho no Brasil, e os

Ministérios do Interior e Segurança Pública e das Relações Exteriores, além da Polícia de Investigações no Chile.

Os documentos analisados incluem legislações, resoluções normativas, portarias e discursos oficiais, que foram sistematizados para identificar as concepções explícitas e implícitas das políticas migratórias em ambos os países. A análise revelou como o racismo institucional se manifesta de maneira velada, mas eficaz, nas políticas migratórias, perpetuando desigualdades e marginalizando grupos subalternamente racializados.

O uso de documentos se justifica porque essa técnica amplia o entendimento e a contextualização histórica e sociocultural do objeto de pesquisa, a um custo financeiro geralmente baixo (Ludke E André, 1986; Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009). Entendo por documento todo material escrito, iconográfico e audiovisual, passível de utilização para a compreensão aprofundada do problema de pesquisa. A pesquisa documental favorece a investigação temporal a partir de um corte longitudinal, permitindo a observação do objeto estudado, bem como das práticas ao longo do tempo (Cellard, 2008). A perspectiva abrangente da análise documental sobre as transformações e continuidades ao longo do tempo facilita a compreensão do contexto histórico e social em que o objeto de estudo está inserido.

Essa pesquisa foi iniciada em março de 2020 sendo afetada pelos protocolos contra a pandemia por Covid-19, especialmente pelas restrições à mobilidade que vigoraram até 2021. De outro lado, a restrição orçamentária imposta pela administração de Jair Bolsonaro (2019-2022) à ciência brasileira também contribuiu para a opção pela estratégia de coleta de dados mediante a *internet*. A pesquisa documental tem se mostrado uma ferramenta metodológica capaz de proporcionar a cobertura e representatividade necessárias para abranger a complexidade dos estudos sobre migrações (Crush *et.al*, 2012). A coleta de dados focalizou as instituições responsáveis pela regulação migratória no Brasil e no Chile, o Ministério da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores, da Polícia de investigações e do Ministério do Interior e da Segurança Pública do Chile.

No Brasil, a formulação e a execução da política migratória envolvem a articulação dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho. Esses órgãos possuem unidades responsáveis pelas atividades relacionadas à aplicação da

legislação de controle e fiscalização dos movimentos migratórios e a emissão de documentos associados. Esses órgãos também atuam na revisão de instrumentos normativos, na discussão sobre as alterações da política migratória e na elaboração de propostas de lei e decretos por solicitação da Presidência da República ou do Congresso Nacional.

No âmbito do Ministério da Justiça (MJ), as atividades relacionadas às migrações estão concentradas no Departamento de Estrangeiros (DEEST) da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) e no Departamento de Polícia Federal (PF). No Ministério das Relações Exteriores (MRE), essas atividades se concentram no Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) e sua Divisão de Imigração (DIM). No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os setores responsáveis pela gestão das migrações são a Coordenação-Geral de Imigração (CGIg) e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (Camara, 2015).

O Ministério da Justiça e a Polícia Federal são responsáveis pela análise de requerimentos de extensão de vistos de permanência e naturalização, de pedidos de refúgio no âmbito do Conselho Nacional para Refugiados – CONARE, entre outras atividades. O controle das fronteiras acontece por meio da Polícia Federal. O Departamento de Estrangeiros (DEEST), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, trata dos assuntos relacionados à nacionalidade, naturalização e regime jurídico dos estrangeiros.

O DEEST analisa os processos de permanência de estrangeiros no território nacional, de naturalização e de retiradas compulsórias de estrangeiros do território nacional com o cumprimento de medidas administrativas ou judiciais, ordinariamente instruídos nas unidades descentralizadas do Departamento de Polícia Federal (DPF), são encaminhados ao MJ para decisão ministerial e direcionados ao DEEST (Camara, 2015).

O Ministério do Trabalho é o órgão federal responsável pela concessão da autorização de visto de trabalho a pessoas estrangeiras. Em sua estrutura contém: a Coordenação Geral de Imigração (CGIg), responsável pela operacionalização dos processos de solicitação de vistos de trabalho com o apoio de unidades das Superintendências Regionais do Trabalho em todo o país; o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) encarregado da formulação da política de imigração conforme o decreto nº 840 de 1993 e de propostas de alteração da legislação específica vigente.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) mantém em sua estrutura o Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ), o qual também é integrado pela Divisão de Imigração (DIM). O DIJ é responsável pelo controle da emissão de vistos de entrada concedidos pelas repartições consulares brasileiras no exterior e pela legalização de documentos no Brasil, entre outras atividades. O MRE, por meio da rede consular no exterior, emite vistos e coordena a regularização da permanência de pessoas estrangeiras em território brasileiro. Também é responsável pelas negociações de acordos sobre isenção ou dispensa de vistos, como no caso do Mercosul e de reciprocidade à entrada, permanência e retirada compulsória (Camara, 2015).

No Chile, as instituições responsáveis pelas migrações são: o Departamento de Estrangeiros e Migração (DEM) do Ministério do Interior e Segurança Pública, o Ministério das Relações Exteriores e a Polícia de Investigação do Chile (PDI) (Cabrera, 2018). O DEM é abrigado pelo Ministério do Interior e Segurança Pública e tem entre as suas funções a "análise dos pedidos de residência temporária, permanente, refúgio e nacionalização". Também deve promover a modernização da legislação migratória, instruir a política migratória, propiciar o acolhimento das pessoas imigrantes e gerar as ordens de expulsão (Chile, 2016).

Os consulados do Ministério das Relações Exteriores são responsáveis pela outorga de vistos de turismo e de residência temporária solicitados em postos internacionais (Pedemonte e Dittborn, 2016). Internamente, essas funções são desempenhadas pelo Departamento de Imigração que foi criado em 1954, por meio do Decreto com Vigor de Lei nº 69 (Cano *et al*., 2009). Segundo informação do site, "o Departamento aplica os atuais regulamentos de imigração definidos no Regulamento de Imigração do Ministério do Interior aprovado pelo Decreto Supremo nº 1.306 de 27 de outubro de 1975 e modificado pelo Decreto Supremo nº 597 de 14 de junho de 1984" (Chile, 1984).

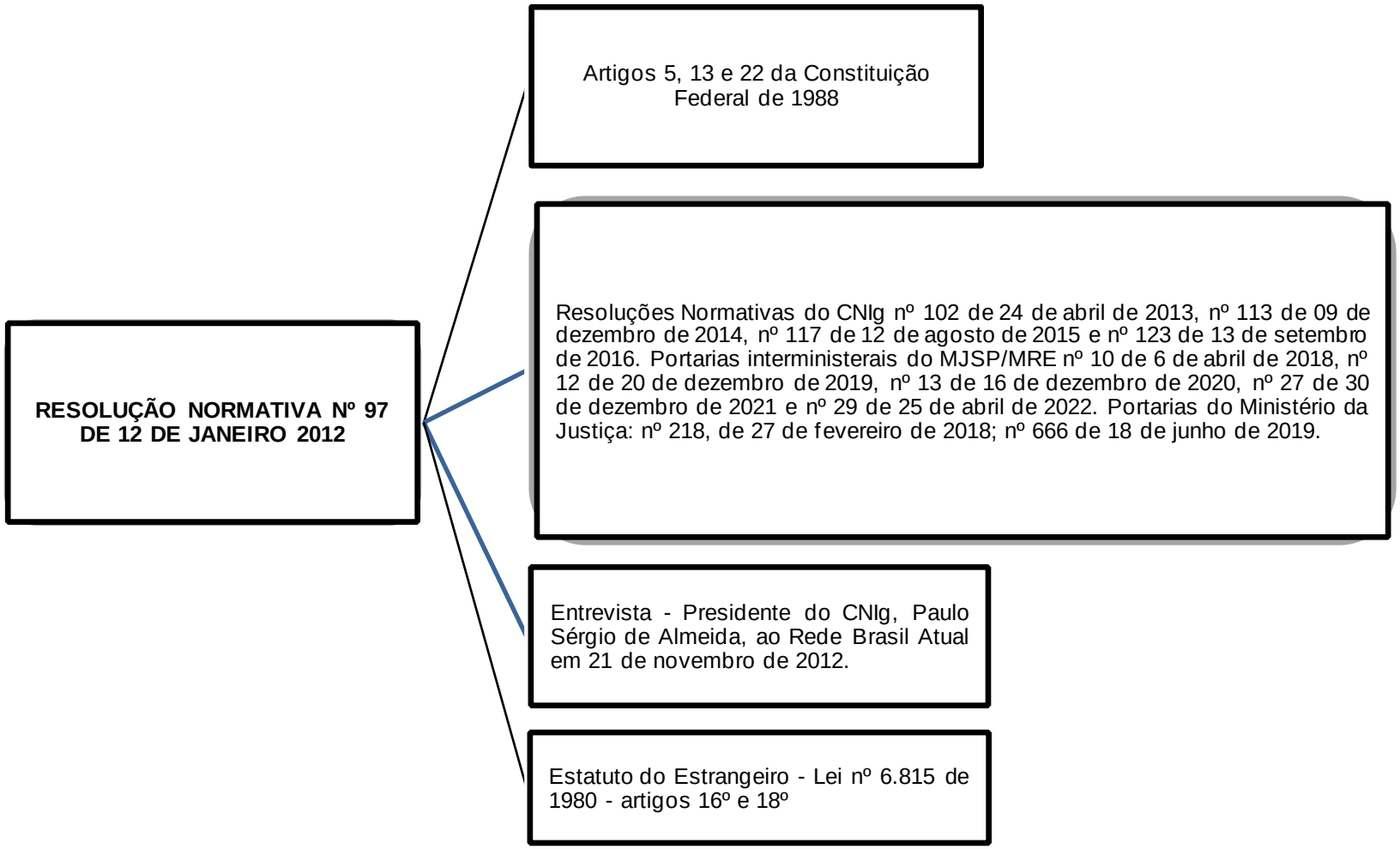
A Polícia de Investigação Chilena deriva da Subsecretaria do Interior e depende do Ministério do Interior e Segurança Pública. Tem como uma das suas funções "controlar a entrada, saída e reentrada de pessoas do território nacional e o controle da permanência de estrangeiros". É importante ressaltar que o viés policial da legislação migratória chilena repousa sobre uma institucionalidade fortalecida que

vem sendo reforçada desde o século XX, tanto na ditadura quanto em governos anteriores (Cabrera, 2018).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos (Ludke e André, 1986). A coleta de informações não é acumulação cega e mecânica, exige análise. À medida que colhe as informações, a pesquisadora percebe o fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (Laville; Dione, 1999). Neste caso, os documentos oficiais são as principais fontes sobre o objeto em análise. Como apresento no capítulo de resultados da pesquisa, os documentos sobre o VHH e o VDR revelam concepções explícitas e subjacentes das políticas migratória brasileira e chilena.

O corpo documental desta pesquisa composto por 26 documentos, dezenove se referem ao VHH e quinze ao VDR, foi sistematizado nos apêndices 1 e 2. A figura 1 sintetiza os documentos relativos ao VHH há três leis: nº 6.815 de 1980, Estatuto do Estrangeiro, promulgado pela presidência da república; os artigos 5 e 22 da Constituição brasileira de 1988; lei de imigração nº 13.445; cinco resoluções normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg): nº 97 de 2012; nº 102 de 2013; nº 113 de 2014; nº 117 de 2015; nº 123 de 2016; nº 395 de 2021; cinco portarias interministeriais do Ministério da segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho: nº 10 de 2018; nº 12 de 2019; nº 13 de 2020; nº 27 de 2021; nº 29 de 2022; duas portarias do Ministério da Justiça: nº 218 de 2018, nº 666 de 2019; e uma entrevista com o presidente do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida para o jornal Rede Brasil (Pedrozo, 2012).

Figura 1 – Fontes documentais do Brasil 2012-2022

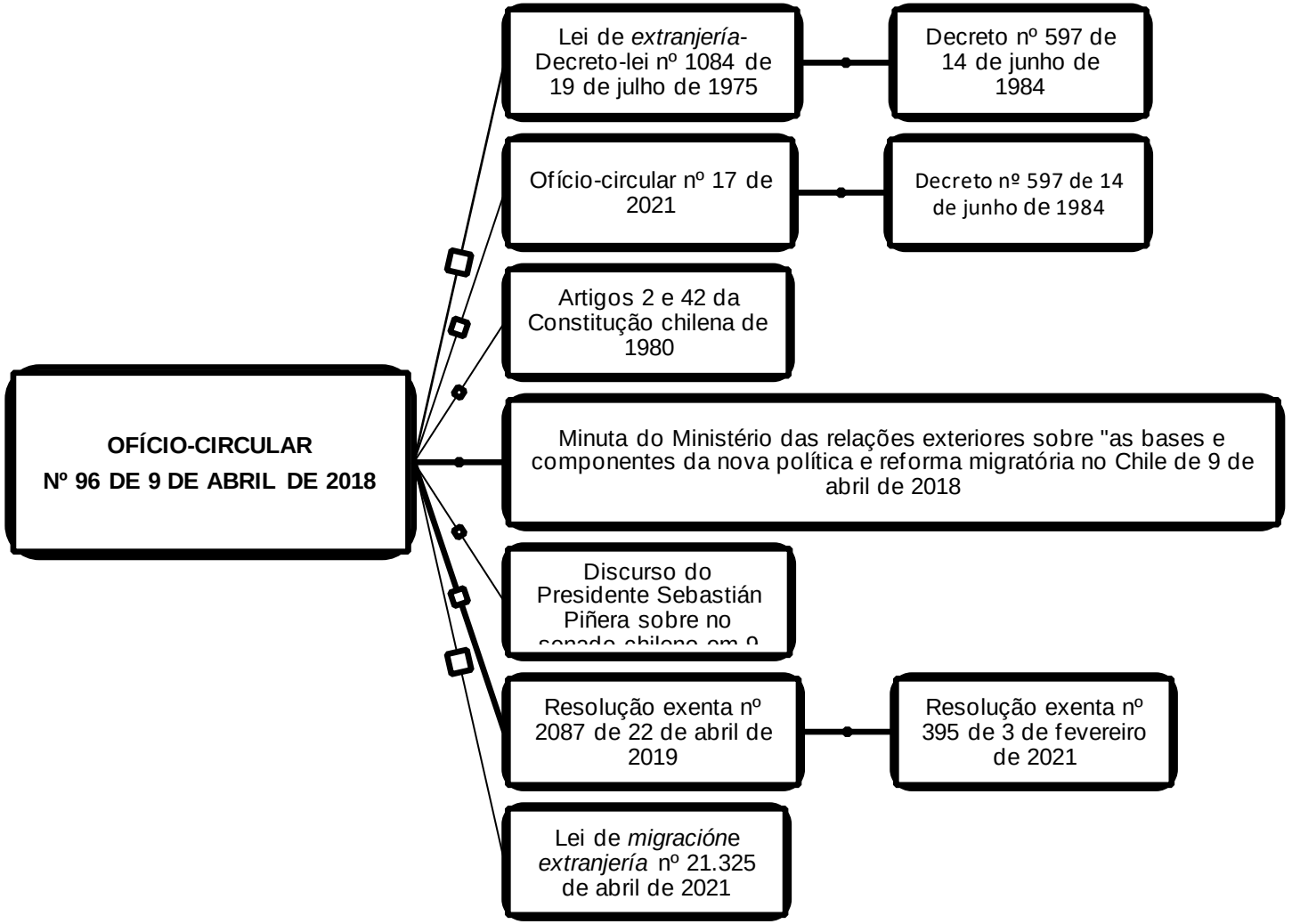


Fonte: Elaboração Própria.

A figura 2 apresenta os documentos relativos ao VDR, dentre os quais há quatro leis: nº 1084 de 1975, *Ley de Extranjería*; nº 3464 de 1984, aprova a ratificação de nova constituição; os artigos 2 e 42 do decreto nº100, Constituição chilena decretada pela presidência da república; nº 597 de 1984, complementa a *Ley de Extranjería;* nº 21.325 de 2021, lei de imigração e *extranjería*; três ofícios administrativos: nº 96 de 2018 da subsecretaria de relações exteriores, institui o visto de responsabilidade democrática; nº 17 de 2021 da subsecretaria de relações exteriores, retifica a normativa do visto de responsabilidade democrática; nº 212 de 2021 da subsecretaria de relações exteriores, atualiza a normativa do visto de responsabilidade democrática frente à pandemia do Sars-Cov-19; duas resoluções: resolução *exenta* nº 2087 de 2019 do Ministério do Interior e Segurança Pública, qualifica a validade de documentos de viagens de pessoas imigrantes venezuelanas; resolução *exenta nº 395 de 2021* do Ministério do Interior e Segurança Pública, atualiza a normativa do visto de responsabilidade democrática frente a pandemia do Sars-Cov-19*;* um discurso do Presidente Sebastián Piñera no senado (Chile, 2018c) e a minuta do Ministério das Relações Exteriores sobre a "nova política migratória do Chile".

Esta pesquisa analisa as diretrizes normativas do VHH e do VDR e as leis e normas administrativas que os fundamentam. Por isso, a pesquisa considera majoritariamente a dimensão macro contextual a partir das normativas estatais do Brasil e do Chile triangulando-as com discursos de autoridades governamentais e dados estatísticos. Neste trabalho, busco questionar a normalização do racismo institucional no âmbito da normativa imigratória. Utilizo a triangulação metodológica com o objetivo de favorecer a compreensão aprofundada e multilateral do racismo institucional nas políticas migratórias (Flick, 2009; Denzin e Lincoln, 2006).

Figura 2 - Fontes documentais Chile 2018 - 2022



Fonte: Elaboração Própria.

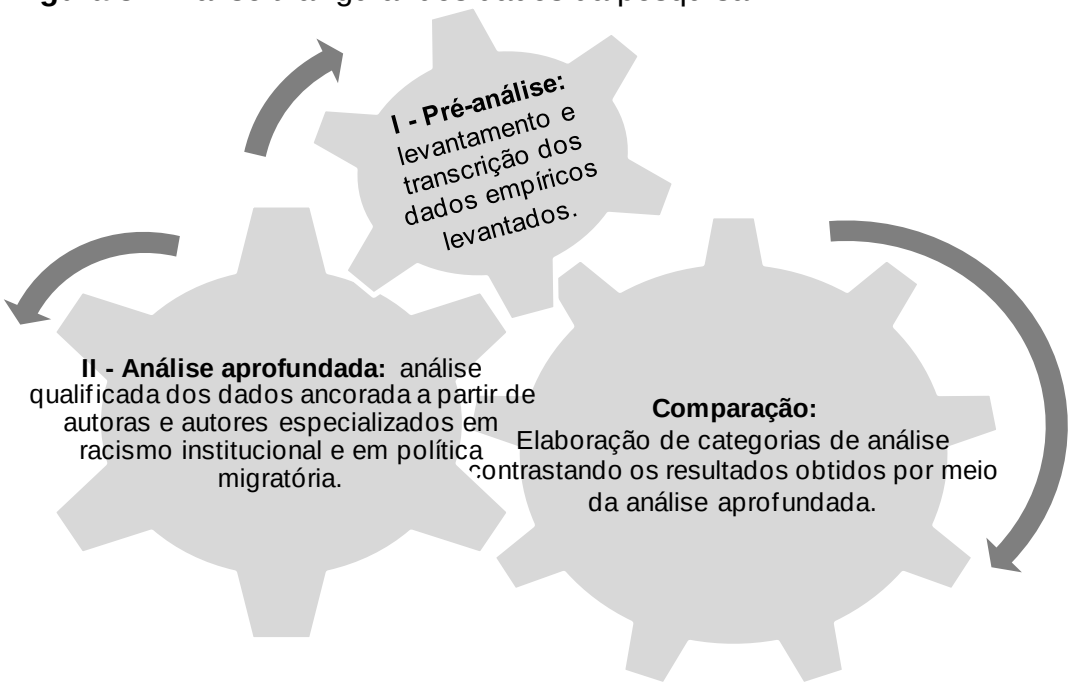
Historicamente, a triangulação era usada principalmente para verificar a objetividade e a precisão dos dados em campos como a agrimensura e a navegação (Flick, 2009). Contudo, nas ciências sociais, introduzida por Webb et al. (1966), a triangulação transcendeu essas origens para focar na combinação de métodos e na exploração de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Esta evolução transformou a triangulação em uma ferramenta poderosa para desvendar as camadas complexas das interações sociais, especialmente útil em estudos sobre migração e racismo institucional, onde múltiplas realidades e percepções coexistem e frequentemente conflitam (Denzin, 1970).

Denzin (2000) sugere que a triangulação como estratégia metodológica deve ser vista não apenas como um meio para validar dados, mas como uma forma de enriquecer a investigação, trazendo maior rigor, complexidade e profundidade. Isto é especialmente pertinente no estudo das políticas migratórias, onde a compreensão da legislação, das normativas e das declarações oficiais precisa ser complementada por um entendimento dos contextos sociais e das dinâmicas humanas subjacentes. Neste sentido, a triangulação entre métodos, como sugerido por Flick (2009), propõe um cotejamento entre diferentes instrumentos de coleta de dados, permitindo uma análise mais abrangente e menos suscetível a vieses de um único método.

Essa ferramenta metodológica não apenas facilita a análise das normativas do VHH e do VDR, como também permite uma investigação crítica das leis e regulamentos que as fundamentam, integrando diferentes fontes de dados para uma análise mais robusta e detalhada (Gomes et al., 2010; Minayo, 2010), de forma a favorecer a validade dos resultados (Durand e Massey, 2004; Ariza e Velasco, 2015; Fauser, 2018).

A complexidade dos fenômenos sociais demanda um aparato metodológico capaz de considerar os diferentes prismas de interpretação do objeto de pesquisa (Tuzzo, 2016). Nesse sentido a triangulação metodológica foi adotada visando também como sua natureza dialética favorece o contraste empírico e o questionamento do objeto de estudo (Minayo, 2004). Essas dimensões se articulam dialeticamente favorecendo uma percepção da totalidade do objeto (Marcondes e Brisola, 2014). Para tanto, busco o contraste teórico e a comparação dos dados empíricos.

Figura 3. Análise triangular dos dados da pesquisa.



Fonte: elaboração própria.

A triangulação metodológica descrita na Figura 3 aplicada nesta pesquisa constitui uma estratégia robusta, estruturada em três etapas críticas que garantem uma análise aprofundada e multidimensional do racismo institucional nas políticas migratórias.

a) **Preparação e coleta de dados empíricos**: Esta fase inicial é crucial para a fundação da pesquisa. Após delimitar o problema da pesquisa em 2021, iniciei a coleta de dados a partir dos órgãos responsáveis pelo controle migratório no Brasil e no Chile. No Brasil, os órgãos investigados foram o CNIg e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e no Chile, foram também o Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Interior e da Segurança Pública do Chile. Nesta fase, foram coletadas as normativas que instruíram o VHH e o VDR, seguidas das legislações migratórias pertinentes e outros documentos correlatos, incluindo discursos e minutas. A meticulosa transcrição desses materiais permitiu uma análise detalhada de suas nuances e densidade

informativa, fundamentando-se em uma extensa revisão bibliográfica sobre migração e racismo institucional (Gomes et al., 2010; Minayo, 2010).

b) **Análise dos dados em diálogo com o referencial teórico:** Nesta etapa, refleti sobre os significados do material documental levantado. Fiz leituras em profundidade a fim de obter estabelecer ligações entre o *corpus* documental. Recorri aos os conceitos que integram o referencial teórico, especificamente ao de racismo institucional e as dimensões de estereotipo, discriminação e estigma. Nesta pesquisa, a busca por autores e autoras que tratam sobre o tema tem ocorrido desde o levantamento bibliográfico preliminar iniciado em 2019 para a preparação do anteprojeto dessa tese. Essa busca permeou constantemente a realização dessa pesquisa.

c) **Comparação e síntese analítica:** Trata-se do processo interpretativo que culminou na construção da síntese dos dados empíricos e a teoria. A análise comparativa a partir do contraste entre os achados de cada conjunto documental e pelas dimensões de análise da estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilização. Este processo comparativo não apenas destacou as singularidades e convergências entre as políticas migratórias examinadas, mas também permite uma elaboração teórica mais rica, ancorada nas realidades documentadas do VHH e do VDR. As categorias de análise representam ferramentas conceituais fundamentais que permitiram o redimensionamento do racismo institucional a partir de barreiras administrativas e legais discriminatórias.

A **estereotipização** envolve a identificação e a análise das representações simplificadas e muitas vezes distorcidas pelas quais a sociedade e as instituições interpretam as pessoas imigrantes. Por meio da análise comparativa, é possível examinar como as pessoas imigrantes sob diferentes regimes de vistos são retratadas e percebidas pela sociedade e como essas representações influenciam sua aceitação.

A **estigmatização**, por sua vez, refere-se à atribuição de rótulos negativos a grupos específicos de pessoas imigrantes com base em características como nacionalidade, origem étnica ou status legal. Por meio da análise comparativa, é possível investigar como a estigmatização afeta a experiência das imigrantes em termos de acesso aos direitos fundamentais.

A categoria de **criminalização** diz respeito à tendência de enquadrar os imigrantes como potenciais ameaças à segurança pública e nacional. Por meio da análise comparativa, é possível examinar como diferentes regimes de vistos podem levar à criminalização das pessoas imigrantes e quais são as implicações disso em termos de políticas de imigração e controle.

Por fim, a **invisibilização** decorre da forma como certos grupos migrantes são tornados invisíveis por meio de discursos e práticas políticas. Isso inclui a falta de reconhecimento de suas necessidades, trajetórias, identidades e direitos, resultando em uma marginalização que os exclui das considerações políticas e sociais.

Em resumo, a adoção dessas quatro categorias facilita uma análise rigorosa e multifacetada das políticas migratórias, revelando não apenas como essas políticas refletem e reforçam dinâmicas de poder e exclusão dentro da sociedade. As dimensões da estereotipização e da estigmatização serão analisadas em profundidade do capítulo 3 e as dimensões da criminalização e da invisibilização serão analisadas no capítulo 4.

O Quadro n. 1 sintetiza visualmente os elementos potencialmente criminalizantes presentes no conjunto normativo relativo ao VHH e ao VDR. Esses elementos são: presunção de criminalidade, restrição territorial, solvência econômica e controle punitivo. O Quadro nº 1 também evidencia o contexto histórico em que cada elemento foi identificado. A apresentação histórica é crucial para entender como as normativas migratórias, mesmo sob o pretexto humanitário, como é o caso do VHH instituído pela Resolução Nº 97 de 2012 (Brasil, 21012), por exemplo, ainda podem perpetuar a lógica racista institucional do período ditatorial, dado que se baseia na Lei de Migração Nº 6.815 de 1980, criada durante a ditadura militar brasileira.

A análise documental mostrou os quatro elementos criminalizantes são recorrentes nos documentos do período ditatorial tanto no Brasil (1980) quanto no Chile (1953, 1975, 1984), evidenciando uma continuidade preocupante das práticas discriminatórias e repressivas. Nos documentos instrutivos referentes ao período contemporâneo três dos quatro elementos criminalizantes foram identificados. No *corpus* documental do Brasil (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022) identifiquei a presunção de criminalidade, a restrição territorial e a solvência econômica, enquanto no *corpus* documental

do Chile (2018a, 2018b, 2019, 2021), localizei a presunção de criminalidade e a restrição territorial. E, por fim, dois elementos criminalizantes foram observados nos documentos informativos do período contemporâneo, no Brasil está presente a restrição territorial (Pedrozo, 2012) e no Chile está presente a presunção de criminalidade (2018c).

Quadro 1. Criminalização nas normativas que instituíram o VHH e o VDR

Período histórico	VHH Brasil (2012-2022)	VDR Chile (2018-2022)
Documentos instrutivos do Período Ditatorial (1964-1990)	- Presunção de criminalidade - Restrição territorial - Solvência econômica - Sanção e punição	- Presunção de criminalidade - Restrição territorial - Solvência econômica - Sanção e punição
Documentos Instrutivos Contemporâneos	- Presunção de criminalidade - Restrição territorial - Solvência econômica	- Presunção de criminalidade - Restrição territorial
Documentos Informativos Contemporâneos	- Restrição territorial	- Presunção de criminalidade

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 apresenta uma análise sintética dos elementos de invisibilização de pessoas imigrantes haitianas e venezuelanas nas políticas migratórias do VHH no Brasil e do VDR no Chile, categorizando normas que, assim como as criminalizantes, refletem o racismo institucional que invisibiliza as pessoas imigrantes ao negligenciar aspectos cruciais de seus direitos. Esses elementos são agrupados em quatro categorias principais: limitação de ingresso, foco unilateral na inserção laboral, redução simplista-crise democrática e segurança e interesses nacionais.

Quadro 2. Invisibilização nas normativas que instituíram o VHH e o VDR

Período histórico	VHH Brasil (2012-2022)	VDR Chile (2018-2022)
Documentos instrutivos do Período Ditatorial (1964-1990)	- Limitação de ingresso - Foco unilateral na inserção laboral	- Limitação de ingresso - Redução simplista - Crise democrática;
Documentos Instrutivos Contemporâneos	- Foco unilateral na inserção laboral - Segurança e interesses nacionais	- Foco unilateral na inserção laboral - Segurança e interesses nacionais

Documentos Informativos Contemporâneos	- Foco unilateral na inserção laboral	

Fonte: Elaboração própria.

Os documentos referentes ao período ditatorial, tanto Brasil (1980) quanto Chile, (1953, 1975, 1984) apresentam o elemento: limitação de ingresso. Essa categoria é potencialmente invisibilizante porque a oferta restrita de vistos limita o acesso legal ao território e, consequentemente, aos direitos que poderiam ser acessados por uma maior quantidade de pessoas imigrantes.

Ainda neste mesmo período grupo documental está a categoria redução simplista - Crise democrática. Esta categoria aparece unicamente no *corpus* documental chileno e se refere a forma como as normativas do VDR simplificam a complexidade do fluxo migratório de pessoas venezuelanas para o Chile ao associá-lo, de forma oportunista, unicamente ao que a administração Piñera chama de crise democrática (Chile, 2018c). Essa simplificação nega ou invisibiliza a profundidade dos problemas enfrentados pelos imigrantes e reduz o escopo de suas soluções.

Também neste mesmo grupo documental consta a categoria foco unilateral na inserção laboral. Por meio desta categoria observa-se como mecanismos das normativas tendem a reduzir a pessoa imigrante à sua capacidade laboral, ignorando outras dimensões vitais como direitos sociais e políticos, e contribuições culturais que essas pessoas podem oferecer ao país. Mesmo em comunicações mais gerais, como a entrevista do presidente do CNIg ao jornal Rede Brasil atual (Pedrozo, 2012) persiste a visão da pessoa imigrante primariamente como fornecedora de força de trabalho, o que contribui para a perpetuação de uma narrativa que ignora suas outras contribuições e necessidades.

Ainda dentro deste período histórico, relacionado apenas às normativas do Brasil está o elemento “foco unilateral na inserção laboral” que destaca a tendência dessas políticas migratórias em enxergar as pessoas imigrantes como provedoras de mão-de-obra, ignorando outras dimensões vitais de sua existência, como direitos sociais, políticos e contribuições culturais. Este elemento, porém, está presente também nos documentos instrutivos contemporâneos, tanto nas normativas brasileiras quanto nas chilenas; e, nos

documentos informativos contemporâneos, que aliás é o único elemento invisibilizante encontrado neste grupo documental e foi identificado apenas nas normativas brasileiras.

2. Referencial teórico

Neste capítulo, retomo a discussão da tese, considerando o problema de pesquisa apresentado no capítulo inicial. No primeiro capítulo, construí a problemática que questiona, à luz do debate conceitual sobre o racismo institucional, as políticas migratórias que deram origem ao Visto Humanitário para pessoas Haitianas, no Brasil (VHH) e ao Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas venezuelanas, no Chile (VDR).

A partir do levantamento e do exame dos 35 documentos relacionados aos vistos busco, neste capítulo, embasar conceitualmente a compreensão sobre como o racismo institucional pode estar entrelaçado nessas políticas migratórias específicas. Esta recapitulação teórico-conceitual serve de aparato epistemológico para a discussão subsequente, em que apresentarei a base teórica que sustenta os principais conceitos utilizados na análise crítica dessa pesquisa: política pública, política migratória e racismo institucional.

Atualmente, a compreensão das intrincadas relações entre política migratória e racismo institucional torna-se imperativa, destacando a importância de uma definição precisa de cada um desses termos. Este capítulo se dedica a explorar as definições fundamentais desses conceitos, sublinhando seu papel essencial na dissecção das dinâmicas sociais e nas injustiças inerentes às políticas migratórias que afetam comunidades específicas, particularmente aquelas subalternamente racializadas.

A política pública, como expressão do poder estatal na formulação e implementação de medidas, assume um papel determinante na configuração do cenário sociopolítico. No âmbito migratório, é vital compreender como as políticas institucionais moldam a experiência de grupos específicos, como o das pessoas haitianas no Brasil e das pessoas venezuelanas no Chile. Assim, conceituar a política pública nesse contexto, isto é, as políticas migratórias em tela, é essencial para discernir as nuances que refletem a postura do Estado em relação à diversidade racial.

Simultaneamente, a análise do racismo institucional emerge como uma ferramenta crítica para examinar como as estruturas institucionais podem perpetuar discriminações sistemáticas, mesmo que de forma não explícita. Ao trabalhar o conceito de racismo institucional, busco elucidar como as políticas

migratórias podem refletir e contribuir para estruturas discriminatórias, muitas vezes veladas, que afetam as pessoas haitianas e venezuelanas de maneiras específicas.

Este capítulo visa, portanto, proporcionar uma base teórica, enfatizando a necessidade premente de conceituar as noções de política pública, política migratória e racismo institucional, a fim de poder analisar e compreender, nos capítulos três e quatro, as evidências do racismo institucional nas políticas migratórias direcionadas a instituir o VHH e DRD.

2.1. Políticas públicas

Para compreender as políticas migratórias, é crucial iniciar pela compreensão do conceito de políticas públicas. Oszlak e O´Donnell (1982) definem política pública ou estatal como um conjunto de ações ou omissões derivadas da ação do Estado em relação a questões que requerem atenção, interesse ou mobilização da sociedade civil. Essa intervenção tem caráter normativo que implica na alteração do processo social. No mesmo sentido, Bucci (2006), por sua vez, conceitua política pública como um programa de ação de governo resultante de processos juridicamente regulados, visando coordenar os recursos disponíveis ao Estado e à iniciativa privada para realizar objetivos determinados por meio político, relevantes para a sociedade.

Embora o estudo de políticas públicas remonte ao período medieval sendo desenvolvido por filósofos políticos como Maquiavel e Tomás de Aquino, o tema ganhou maior relevância no século XX, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos. Isso se deu em um contexto de críticas crescentes aos estudos sociais por serem considerados demasiadamente formalistas e legalistas (Ascher, 1994). Essas críticas apontavam para a necessidade de abordar a realidade de maneira mais concreta e de auxiliar o governo nos processos decisórios e é neste contexto que se pode situar o nascimento da Análise de Políticas Públicas (Aguillar, 2003).

Na década de 1950, impulsionada pela teoria keynesiana de bem-estar a atuação direta dos Estados na gestão pública se fortaleceu, originando a planificação das políticas públicas como resposta às crises do pós-Segunda Guerra, abordando questões relacionadas à pobreza, desemprego, saúde e

educação, todos ligados à desigualdade gerada pelo capitalismo (Hernandez Mar, 2003).

Desde então, a esfera dos estudos em políticas públicas se desenvolveu seguindo dois enfoques predominantes: um que pressupõe uma conduta racional de atores relevantes, e outro que entende as políticas públicas como produtos de um processo político. Essa bifurcação teórica reflete uma tensão entre compreender políticas públicas como decisões baseadas em racionalidades individuais ou considerá-las como resultados de dinâmicas políticas complexas e muitas vezes incrementais (Lindblom, 1991).

A abordagem racional foca no comportamento humano e pressupõe que as decisões públicas possam ser dissecadas utilizando-se a mesma lógica de racionalidade que rege as decisões individuais. Essa perspectiva foi especialmente aplicada ao estudo de sistemas de ação específicos, como os da saúde e educação, utilizando métodos quantitativos com o objetivo de maximizar o benefício público. Tal abordagem encontrou ressonância em teorias como a da escolha pública (Birkland, 2005).

De fato, durante o levantamento documental desta pesquisa, observou-se uma pluralidade de estudos de casos e de pesquisas quanti e qualitativas focadas na saúde e na educação de pessoas imigrantes, a partir da perspectiva do racismo institucional, que adotaram entrevistas como metodologia central com a intenção de ancorar a investigação na experiência pessoal das pessoas imigrantes.

Em contraste, a abordagem política, marcada pela pluralidade e pela perspectiva de que conhecimentos racionais não podem abarcar sistemas de ação completos, sublinha que os valores têm um papel central nas políticas públicas e que estas não são intervenções neutras, mas decisões tomadas dentro de um processo político que são fundamentalmente incrementais e moldadas por contingências políticas e por grupos de poder (Birkland, 2005).

Este paradigma enfatiza o impacto de múltiplos interesses e conflitos de poder dentro do processo político, evidenciando que as políticas públicas são configuradas por uma série de fatores que transcendem a simples lógica racional de decisão. Neste sentido, a presente pesquisa adota uma análise comparativa das políticas migratórias do VHH e do VDR, explorando a complexa teia de variáveis que influenciam tais políticas. A fundamentação desta investigação se

dá através da análise meticulosa de documentos diretamente associados às normativas do VHH e do VDR.

O objetivo é capturar a dinâmica racista imbricada no processo político das próprias instituições envolvidas na elaboração dessas políticas migratórias, compreendendo que o processo político de negociação de interesses das políticas públicas são frequentemente o resultado de intensas disputas por poder e influência entre diferentes grupos. As especificidades dessas instituições e o detalhamento de suas contribuições serão amplamente discutidos na última seção deste capítulo, proporcionando uma compreensão aprofundada do contexto institucional em que essas políticas são criadas e implementadas.

Retomando a discussão, as políticas públicas surgem como intervenções estatais em áreas onde se identifica que as condições existentes não são as ideais. Este conceito envolve a ideia de que, para cada problema público[19] identificado, deve existir uma ação correspondente por parte do Estado para mitigar ou resolver tal problema. Essas ações são moldadas e definidas através de um processo de debate público e decisões governamentais, onde se discutem e definem as abordagens e as medidas a serem tomadas (Dye, 2002).

Para Kraft e Furlong (2004) as políticas públicas são como um curso de ação determinado pelo Estado em resposta a problemas sociais, refletindo os valores predominantes na sociedade e indicando conflitos entre esses valores, bem como as prioridades que são atribuídas a diferentes questões em momentos específicos.

Por isso, a política pública não é apenas uma reação a um problema identificado, mas também um reflexo das decisões e da autoridade do Estado,

[19] Um problema público é definido como uma questão que exige a intervenção do Estado devido às suas repercussões negativas na sociedade, impactando aspectos como o bem-estar, o desenvolvimento social, o meio ambiente, ou até mesmo a existência de uma comunidade. A identificação de um problema como público requer a observação de deficiências objetivas na sociedade, que devem ser evidenciadas por meio de estudos e pesquisas sociais. A transformação de uma questão em um problema público também depende do reconhecimento e da mobilização de atores influentes, tanto dentro quanto fora do Estado, que considerem a situação atual como inaceitável e demandem ações corretivas. Esse reconhecimento pode ser motivado por diversas razões, que variam de considerações éticas e morais, como a luta contra a pobreza, até questões mais complexas como o combate ao aquecimento global ou a necessidade de reformas institucionais. Portanto, um problema público é um fenômeno social profundamente enraizado na ação política, necessitando de reconhecimento e esforços conjuntos para ser efetivamente abordado nas políticas públicas (Lahera, 2002; Howlett e Ramesh, 2003).

que escolhe como agir ou não agir em determinadas situações. Thomas Dye (2002) articula que políticas públicas podem ser qualquer coisa que o governo decida fazer ou não fazer, onde essas decisões regulam conflitos dentro da sociedade, organizam sua estrutura para enfrentar ameaças externas, distribuem benefícios e coletam recursos, como impostos. Este entendimento destaca que as políticas públicas são essenciais para a gestão e organização de recursos e conflitos dentro de uma sociedade.

Ainda neste sentido, a Análise de Política Pública surge como uma técnica e uma disciplina orientada à solução de problemas públicos, que utiliza métodos, técnicas e ferramentas multidisciplinares para compreender e caracterizar situações. Para Lasswell (2003), um dos precursores dessa disciplina, a importância da análise de políticas públicas reside na capacidade de orientar o campo para apoiar ações e decisões governamentais em regimes democráticos, movendo-se além da especulação para se concentrar na resolução de problemas sociais pertinentes.

Além disso, a análise de políticas públicas é vital para fornecer assessoria profissional a tomadores de decisão e desempenha um papel essencial em influenciar decisões políticas, oferecendo análises que fundamentam alternativas de intervenção e suas consequências esperadas. Esta prática ajuda a moldar as políticas ao identificar a eficácia das intervenções e ao sugerir formas mais eficientes de tratar os problemas identificados. Portanto, a abordagem multidisciplinar não apenas abrange a compreensão técnica e científica dos problemas, mas também considera as dimensões sociais, econômicas e políticas que influenciam e são influenciadas pelas políticas públicas (Lasswell, 2003a; Dunn, 2004).

Por fim, a análise de políticas públicas além de visar à compreensão profunda de situações problemáticas para assessorar na formulação e avaliação de políticas públicas também promove a participação cidadã nos processos políticos, fornecendo informações que permitem às pessoas cidadãs entender melhor os problemas que afetam suas comunidades e participar ativamente na proposição de soluções e na tomada de decisões (Lasswell, 2003a; Dunn, 2004).

Trazendo a análise de políticas públicas para o contexto da América Latina, cabe destacar que durante os anos 1980, em resposta a desafios como déficit fiscal e estagnação política, especialmente notáveis na região, os Estados

passaram por uma fase de reestruturação e racionalização da gestão pública (Aguilar, 2003). Nesse período, a análise das políticas públicas ganhou importância ao favorecer a investigação de problemas sociopolíticos como pobreza e degradação ambiental, que assumiram uma escala global, frequentemente ultrapassando a capacidade de controle dos Estados (Hernandez Mar, 2003; Lasswell, 2003b).

É vital criticar a forma como Hernandez Mar (2003) apresenta em seu estudo, juntamente com a pobreza e a degradação ambiental, também a migração como um problema social, vinculando-a de maneira problemática a atividades como o narcotráfico e a pobreza, o que implica uma criminalização indevida de um fenômeno reconhecido como um direito humano (Cademartori e Barreto, 2021). Tal associação reforça estigmas e perpetua a criminalização de certos grupos migratórios, questões que serão detalhadamente discutidas nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa, com foco em dados empíricos.

Além disso, a equiparação formulada por Hernandez Mar (2003) desconsidera a natureza multifacetada da migração, que muitas vezes é impulsionada por fatores socioeconômicos, políticos ou ambientais complexos. Ao classificar a migração como um problema global, o autor também negligencia as contribuições valiosas que as pessoas imigrantes agregam nas sociedades de acolhimento, como diversidade cultural, impulso econômico e enriquecimento social. Essa comparação perigosa entre migração e consequências deletérias para o país de acolhimento fortalece políticas focadas no controle e na repressão favorecendo um contexto de políticas que focam mais na segurança e menos na compreensão das raízes e nuances subjacentes à migração.

Neste contexto de políticas públicas, em que os Estados buscam equilibrar os benefícios da globalização com seus desafios, Bulcourf e Cardozo (2008) apontam, que a pesquisa comparada em políticas públicas apresenta dimensões temporais e geográficas críticas. A dimensão temporal permite observar as mudanças no Estado ao longo do tempo ou em diferentes contextos históricos, enquanto a dimensão geográfica possibilita a análise de políticas em diversos níveis — regional, nacional e internacional.

A análise comparativa das políticas públicas, com foco no Estado como ator principal da ordem social moderna, possibilita uma investigação aprofundada sobre o papel dos atores estatais e sociais dentro de um contexto

político específico. Segundo Bulcourf e Cardozo (2008), essas políticas emergem de um processo decisório complexo que envolve múltiplas interações entre os diferentes detentores de poder e recursos, que são distribuídos de maneira desigual. Este panorama reflete a natureza pluralista das dinâmicas sociais e políticas que moldam as políticas públicas, fundamentais para compreender as decisões políticas nos âmbitos nacional e internacional.

Neste contexto, a revisão bibliográfica sobre análise de políticas públicas comparadas torna-se essencial, especialmente para examinar as políticas migratórias dos vistos VHH e VDR, levando em conta os contextos históricos e sociopolíticos do Haiti, Venezuela, Brasil e Chile. A interconexão desses contextos com as dinâmicas globais desempenha um papel crucial na forma como as políticas são desenvolvidas e implementadas.

Dado o impacto significativo dessas políticas, esta pesquisa adota uma abordagem comparativa de análise de políticas públicas com o enfoque político conforme discutido por Birkland (2005) visando analisar como as políticas migratórias de cada país derivam de processos políticos que envolvem a luta entre múltiplos interesses e são influenciadas por seus contextos domésticos e interações internacionais ao longo do período estudado. A próxima seção da pesquisa abordará o conceito de política migratória, destacando sua complexidade e interdependência, preparando o terreno para uma discussão mais detalhada sobre os vistos VHH e VDR.

2.2. Políticas migratórias

De acordo com Sanchéz (2021) e Xavier (2021) inexiste consenso entre as correntes de estudos migratórios sobre o conceito de política migratória. Apesar disso, as políticas migratórias são descritas pelos autores supracitados como um conjunto de propostas dos Estados e das suas instituições para governar os fluxos migratórios. Elas são definidas por decretos, resoluções, leis, diretrizes, entre outros, que regulamentam a entrada, saída e permanência da população nativa ou estrangeira no território nacional.

A implementação de políticas migratórias está intimamente relacionada com as necessidades e interesses imperativos do Estado naquele determinado

contexto histórico em que é desenvolvida. Esses interesses estão associados à presença permanente de determinados grupos sociais que possuem interesse em manter seu papel de destaque no plano político e econômico do país.

Além disso, as políticas migratórias correspondem também a situações geopolíticas, raciais, culturais e ideológicas que podem estar associadas a interesses de determinadas classes ou grupos sociais. Isso demonstra que as políticas migratórias resultam de um conjunto constante de tensões que envolvem o Estado e a sociedade em cada momento histórico e que, por fim, definem o controle e a liberdade de circulação dos fluxos migratórios.

Isso quer dizer que as políticas migratórias estão diretamente relacionadas com o posicionamento do governo em relação a determinado fluxo migratório, de tal forma que pode produzir ações que excluam ou incentivem a entrada de certos grupos. Dessa maneira, até mesmo a ausência de medidas em relação a determinados fluxos migratórios revela o interesse ou a falta de interesse do governo em incorporá-los ao território nacional (Sanchéz, 2021).

Porque o conceito de política migratória carece de um consenso claro, com o intuito de enriquecer a análise, trago interpretações das correntes teóricas mais relevantes para o estudo do tema. A perspectiva marxista das políticas migratórias (Beard e Beard, 1944; Gorz,1970; Marshall, 1973; Castells, 1975; Castles e Kosack, 1985; Bovenkerk et al., 1991) argumenta que fatores econômicos e processos políticos determinam o caráter das políticas de imigração.

A análise marxista das políticas migratórias oferece uma perspectiva crítica, sublinhando como os imperativos do capital moldam a dinâmica global de mobilidade humana. Capitalistas fomentam a imigração de pessoas trabalhadoras como um meio de exercer pressão descendente sobre os salários[20], aumentando assim seus lucros. Neste aparato teórico, as pessoas imigrantes são vistas como parte de uma reserva industrial de trabalho, essencial

[20] A pressão salarial descendente é uma situação no mercado de trabalho onde os salários tendem a diminuir ou crescer mais lentamente do que o normal. Esse fenômeno pode ser causado por diversos fatores, como um aumento na oferta de mão de obra, automação, a introdução de tecnologias que substituem trabalho humano, pressões econômicas ou mudanças na demanda por certos tipos de trabalho (Botelho,1966).

para o desenvolvimento capitalista e para a divisão internacional do trabalho (Beard e Beard, 1944; Gorz, 1970).

Dentro desta abordagem, a imigração é considerada uma componente estrutural do capitalismo que serve de forma direta aos interesses da classe capitalista dominante. Capitalistas, ao longo do desenvolvimento deste regime econômico-político, têm incentivado a migração entre países de desenvolvimento desigual, prevendo um crescimento contínuo da migração de trabalho a longo prazo (Marshall, 1973). Adicionalmente, as flutuações no ciclo econômico e nas taxas de desemprego têm um impacto direto e imediato na imigração, com governos frequentemente interrompendo ou revertendo fluxos migratórios durante períodos de recessão econômica para prevenir crises sistêmicas no capitalismo (Castells, 1975).

Conforme a teoria marxista clássica, a sociedade é estratificada em duas classes fundamentais: capitalistas/empresários/burgueses e o proletariado/classe trabalhadora, sendo a posição social de um indivíduo definida pela sua relação com os meios de produção. A migração é interpretada como resultado da "submissão do trabalhador à organização dos meios de produção, ditada pelo capital", e das disparidades de desenvolvimento entre setores e regiões, bem como entre países (Castells, 1975, p. 34).

Assim, a imigração não é simplesmente uma resposta às necessidades de mão de obra dos países capitalistas avançados; é, ao contrário, uma tendência estrutural característica da fase atual do capitalismo monopolista. Consequentemente, enquanto as condições de emprego em curto prazo impactam imediatamente os níveis de imigração, a tendência de longo prazo é o contínuo crescimento da imigração de trabalho (Castells, 1975).

Outra corrente teórica relevante no debate sobre política migratória é a abordagem da identidade nacional (Higham, 1955; Brubaker, 1992). Ela oferece um paradigma elucidativo para analisar as políticas migratórias, postulando que a singularidade histórica de cada país, aliada às suas concepções de cidadania e nacionalidade, bem como os debates sobre identidade nacional e conflitos sociais internos, desempenham papéis fundamentais na moldagem dessas políticas. Esta análise, arraigada em teorias de sociologia histórica e política, destaca elementos como construção nacional, preconceitos, alienação e fechamento social.

Distanciando-se de teorias que priorizam fatores externos e situacionais, essa perspectiva privilegia a interação entre ideias e identidades, caracterizando os interesses e as identidades do estado como produtos de processos históricos específicos, uma abordagem que encontra paralelos no construtivismo das relações internacionais (Wendt, 1992; Koslowski e Kratochwil, 1994).

Em contraste com outras teorias que focam em fatores externos e situacionais, a abordagem da identidade nacional ressalta a interação entre idéias, interesses e identidade do Estado, caracterizando-os como produtos de processos históricos específicos (Wendt, 1992; Koslowski e Kratochwil, 1994). Por exemplo, tanto o trabalho de Higham (1995), que trata sobre como a evolução do espírito anti-imigrante, quanto o de Brubaker (1992), que examina como percepções contemporâneas sobre pessoa imigrantes e políticas de cidadania, emergiram de experiências históricas nacionais que se cristalizaram nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial (Brubaker, 1992).

A abordagem da identidade nacional se fundamenta em amplos estudos históricos influenciados por considerações econômicas, demográficas e militares em curto prazo, explicando o momento das políticas de imigração com base em conflitos sociais e debates sobre identidade nacional (Leitner, 1995; Kurthen, 1995). Ela explica variações nas políticas de imigração e cidadania entre países de destino com base em suas diferentes concepções de identidade nacional ou características diferentes.

Três distinções desse tipo, que se sobrepõem parcialmente, são: 1) entre sociedades colonizadoras, que aceitam imigração em larga escala, e Estados étnicos, que tendem a rejeitá-la; 2) entre países homogêneos e heterogêneos; e 3) entre países cujas leis de cidadania tendem para *jus sanguinis* (cidadania pela nacionalidade dos genitores) e aqueles cujas leis de cidadania tendem para *jus soli* (cidadania pelo local de nascimento) (Money, 1999).

A primeira distinção é entre sociedades colonizadoras que foram construídas por pessoas imigrantes e favorecem a imigração permanente, e Estados étnicos, que tendem a se opor a tal imigração, especialmente de origem étnica dissimilar. A imigração, portanto, é vista como uma ameaça fundamental à unidade nacional e ao bem comum (Freeman, 1995). A segunda distinção pressupõe que países etnicamente homogêneos são menos propensos a aceitar imigração permanente étnica dissimilar do que países heterogêneos. E, por fim,

a terceira distinção refere-se às regras que regem a cidadania ao nascer e se alinha em parte com as duas categorizações anteriores.

Há ainda uma terceira corrente teórica relevante sobre política migratória denominada abordagem da política interna ou abordagem centrada na sociedade. Ela postula que o Estado atua como uma arena neutra, onde interesses diversos da sociedade, por meio de grupos de interesse e partidos políticos, convergem e negociam. Este modelo teórico sugere que a formulação de políticas é fruto de negociações e compromissos entre esses grupos e reflete o quanto eles são capazes de influenciar o aparato estatal (Craig, 1971; Zolberg, 1981; Hoffmann-Nowotny, 1985).

Trabalhos como os de Shughart et al. (1986), Layton-Henry (1992) e Hollifield (1992), aplicam essa abordagem para explicar as mudanças nas políticas migratórias, atribuindo-as a fatores socioeconômicos situacionais, como recessões e migrações em grande escala de composições raciais ou étnicas dissimilares, que frequentemente conduzem a restrições imigratórias. Neste contexto, grupos de interesse e partidos políticos se utilizam de discursos anti-migratórios como plataforma eleitoral e instrumentalizam o racismo como elemento da política eleitoral.

A lógica dessa abordagem funciona da seguinte forma: cada partido político apresenta seu próprio programa durante as eleições, assim o eleitorado seleciona entre os partidos com base em suas plataformas, e o partido ou coalizão vencedora implementa sua agenda. Paralelamente, no processo político dos grupos de interesse, grupos organizados de pressão exercem influência sobre partidos, legisladores e administradores para adotar políticas específicas. Este processo frequentemente resulta em políticas que beneficiam apenas segmentos específicos da população, contrastando com o processo político partidário, onde, idealmente, as políticas deveriam refletir as atitudes da maioria da população (Freeman, 1995; Hoffmann-Nowotny, 1985).

Por fim a abordagem institucional da política migratória introduz o Estado como ator, revelando uma visão complexa e multifacetada do Estado e evidenciando distintos níveis de autonomia e coesão entre suas agências (Birrell, 1981; Schultz, 1982; Whitaker, 1987; Abella, 1988; Suyama (1991), Simmons e Keohane, 1992; e Fitzgerald, 1996). Segundo essa perspectiva, as instituições políticas criam políticas públicas de acordo com os interesses do Estado e essas

políticas permanecem imunes a pressões sociais ou de grupos de interesse. Nesse sentido, decisões políticas feitas por gerações/governos anteriores criam instituições que moldam tanto políticas quanto ideias para gerações posteriores (Fitzgerald, 1996; Skocpol, 1985; Goldstein, 1989).

Essa abordagem se divide principalmente em duas concepções: uma que entende o Estado como uma entidade autônoma, que opera de acordo com seus próprios interesses estratégicos e de segurança; e a outra que reconhece que diferentes agências estatais podem advogar por interesses sociais específicos, como o Ministério do Trabalho e Emprego defendendo os trabalhadores, enquanto o Ministério das Relações Exteriores lida com questões migratórias (Allison, 1969).

Os estudos relativos à política de imigração, ao se concentrarem na esfera estatal, exibem variações consonantes. Whitaker (1987) descreve a política imigratória canadense durante a Guerra Fria como uma instância onde o Estado agiu de forma quase completamente autônoma, ocultando deliberadamente medidas de segurança imigratória do público e da imprensa, e até mesmo de alguns burocratas.

No entanto, análises como as de Calavita (1992) e Simmons e Keohane (1992) sugerem que, embora o Estado possa desfrutar de considerável autonomia, ele ainda é influenciado por diversos elementos sociais, incluindo capital, grupos étnicos, organizações humanitárias e províncias, os quais moldam a política de imigração.

A perspectiva institucional é ainda mais aprofundada por Katzenstein (1978), que distingue Estados fortes, onde as instituições estatais são relativamente imunes às pressões sociais, dos Estados fracos, onde tais pressões conseguem penetrar nas instituições e influenciar políticas públicas. Fitzgerald (1996) adapta esse modelo ao descrever os Estados Unidos como um estado setorial, onde a autonomia estatal varia significativamente entre diferentes políticas de imigração: mais robusta na política de refugiados, menos intensa nas políticas de imigração tradicionais e naquelas relativas a pessoas em situação migratória irregular.

As políticas migratórias do Visto Humanitário para Haitianos (VHH) no Brasil e do Visto de Responsabilidade Democrática para Venezuelanos (VDR) no Chile oferecem um campo fértil para a aplicação das abordagens teóricas

discutidas. No contexto das políticas adotadas por Sebastián Piñera no Chile e Jair Bolsonaro no Brasil, a abordagem da política doméstica é particularmente relevante.

Ambos os líderes utilizaram discursos anti-migratórios como plataforma política, demonstrando como as políticas migratórias podem ser influenciadas por interesses partidários que buscam manipular as expectativas sociais. Esses líderes apelaram para a identidade nacional, empregando-a como um instrumento para contrastar com a entrada de imigrantes, refletindo uma estratégia que visa consolidar bases eleitorais através do fortalecimento de sentimentos nacionalistas, em um contexto onde os partidos políticos emergem como atores principais no cenário das políticas migratórias.

Por outro lado, a abordagem institucional ilumina como as políticas migratórias de ambos os países são moldadas por legados históricos, especificamente as heranças das políticas de períodos de ditaduras militares, que ainda exercem influência sobre as estruturas e práticas atuais. Enquanto isso, a abordagem marxista traz à tona a relação entre economia e migração, destacando como as políticas migratórias podem se tornar mais restritivas em períodos de crise econômica, à medida que a força de trabalho imigrante é percebida tanto como uma ameaça ao emprego local quanto como uma válvula de escape necessária para manter a competitividade econômica em tempos de crescimento.

Essas análises demonstram a complexidade das políticas migratórias, que são simultaneamente afetadas por dinâmicas internas de poder e por condições econômicas globais, ressaltando a interconexão entre as abordagens discutidas e a necessidade de uma compreensão multifacetada para abordar integralmente a questão migratória contemporânea.

Corroborando as abordagens institucional (Fitzgerald, 1996; Skocpol, 1985; Goldstein, 1989) e de identidade nacional (Leitner, 1995; Kurthen, 1995), Sanchéz (2021) destaca que durante as primeiras décadas da República, no Chile, a política migratória esteve intrinsecamente ligada ao contexto político e social da época, uma fase marcada pela formação e consolidação do Estado chileno.

Nesse período, a independência do país não alterou radicalmente as classes sociais nem o modelo econômico; ao contrário, a focalização estava na

organização estatal e no desenvolvimento econômico. Esses interesses levaram à implementação de políticas que visavam o povoamento de áreas desabitadas do território para assegurar a soberania nacional e promover o crescimento de setores como a agricultura e a indústria, por meio do aporte de pessoas imigrantes (Sanchéz, 2021).

Este plano foi especialmente focado no incentivo à imigração europeia, entendida como essencial para avançar nos projetos de desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que se negligenciavam os processos migratórios espontâneos provenientes de países latino-americanos vizinhos. Porquanto a legislação da época refletia essa visão ao oferecer incentivos às pessoas imigrantes que se dedicassem à agricultura, eximindo-as de impostos por dez anos e concedendo terras para cultivo (Norambuena e Bravo, 1990).

Mais tarde, a lei de colonização de 1845[21] ampliou essas prerrogativas, permitindo ao Presidente da República ceder terras e materiais necessários para a agricultura, incentivando ainda mais a fixação de pessoas imigrantes europeia com a intenção de se estabelecerem permanentemente nas colônias. Essa política migratória foi bem-sucedida porque de fato atraiu pessoas europeias até o Chile. No entanto, ela também revelou a incapacidade do Estado em regular os fluxos migratórios mais amplos e lidar com as realidades migratórias espontâneas dos países vizinhos (Thayer e Durán, 2017).

Entre 1918 e meados do século XX, a política migratória do país passou por uma série de mudanças que refletiam as complexas dinâmicas internas e as transformações sociais em curso. Políticas migratórias mais restritivas e seletivas passaram a ser implementadas, marcando uma mudança significativa na abordagem governamental em relação à imigração (Plaza y Muñoz, 2013).

A expulsão de pessoas imigrantes consideradas inadequadas, por estarem associadas a ideologias políticas consideradas subversivas, passou a ser permitida por lei. Neste contexto, as ideologias mais perseguidas eram o anarquismo e o comunismo, com as quais se associavam pessoas imigrantes europeias (Plaza y Muñoz, 2013; Sanchéz, 2021).

O contexto dessa época foi fortemente influenciado pelos desafios enfrentados devido ao rápido crescimento urbano: problemas sanitários,

[21] Lei promulgada em 18 de novembro de 1845, sem numeração. Dispõe sobre colônias naturais e pessoas imigrantes. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=1062510

aumento da criminalidade e politização das classes trabalhadoras. Esses problemas eram frequentemente atribuídos, pelas elites dominantes, à influência de pessoas imigrantes com ideologias deletérias. Assim, a legislação migratória começou a refletir uma necessidade de controlar rigorosamente quem poderia entrar no país, com o objetivo de proteger a sociedade chilena de influências externas consideradas perigosas ou desestabilizadoras (Plaza y Muñoz, 2013).

A política de imigração do Chile continuou a endurecer ao longo dos anos, com uma crescente institucionalização de práticas discriminatórias contra pessoas imigrantes de países vizinhos e uma preferência continuada por pessoas de origem europeia, percebidas como mais desejáveis devido às suas supostas qualidades morais e biológicas (Thayer e Durán, 2017).

Esta política migratória restritiva culminou nas décadas seguintes com uma série de leis e decretos que fortaleceram ainda mais o controle estatal sobre a imigração. As disposições legais passaram a enfatizar ainda mais a segurança nacional e uma suposta integridade cultural do Chile. A migração não era apenas uma questão de movimento de pessoas, mas tornou-se um fenômeno intensamente regulado, refletindo as preocupações da elite chilena com a estabilidade e a identidade nacional (Thayer e Durán, 2017).

Esse cenário se intensificou ainda mais com o início da ditadura militar chilena, em 1973. Ela foi liderada por Augusto Pinochet que implementou a visão de que qualquer pessoa imigrante era potencialmente vista como um risco à segurança do Estado, o que justificava medidas extremas de controle e restrição à imigração. O período foi marcado por uma atmosfera de suspeita e hostilidade contra influências externas, especialmente aquelas associadas a ideologias comunistas ou de esquerda, consideradas subversivas e uma ameaça à estabilidade do regime militar (Thayer e Durán, 2017; Norambuena et al., 2018).

O Decreto Lei N° 1.094 de 1975 (*Ley de extrangería*) é um exemplo emblemático dessa nova fase de políticas migratórias. O decreto foi explicitamente concebido para impedir a entrada e facilitar a expulsão de pessoas imigrantes consideradas subversivas. Essa legislação refletia um deslocamento significativo das políticas anteriores que incentivavam a imigração europeia por razões econômicas e demográficas. Em contraste, as novas políticas estavam obcecadas com a segurança nacional e com o isolamento de potenciais ameaças internas, o que incluía uma vigilância rigorosa sobre todas

as pessoas imigrantes dentro do país (Thayer e Durán, 2017; Norambuena et al., 2018).

Este enfoque na segurança nacional conduziu ao fortalecimento da infraestrutura legal e institucional para o monitoramento e o controle de pessoas imigrantes. As autoridades chilenas passaram a ter poderes consideráveis para supervisionar, restringir e, se necessário, expulsar estrangeiros do território nacional. A legislação permitia ações rápidas e decisivas contra qualquer pessoa considerada uma ameaça, sem a necessidade de um processo judicial detalhado, o que muitas vezes resultava em abusos e violações de direitos humanos (Stang, 2016).

Além disso, o decreto ampliou significativamente o escopo das autoridades no que diz respeito à concessão de vistos, permanências e expulsões, centralizando muitas dessas funções no Ministério do Interior e na Direção Geral de Investigação. Essa centralização de poderes refletia a intenção do regime de manter um controle estrito sobre a imigração, enquadrando-a dentro de uma lógica de segurança nacional que priorizava a proteção do regime em detrimento da abertura e do intercâmbio internacional (Stang, 2016).

Após o fim da ditadura em 1990, a política migratória chilena passou por mudanças significativas, especialmente visíveis com a promulgação da Lei N° 20.603 (Chile, 2010) durante o primeiro mandato de Sebastián Piñera (2010-2014). Essa lei, inicialmente discutida no primeiro governo de Michelle Bachelet (2006-2010), focava em oferecer alternativas às penas privativas de liberdade para reduzir a superlotação carcerária (Thayer et. al, 2020).

No entanto, sob a administração Piñera, a lei sofreu alterações significativas que introduziram a expulsão judicial de pessoas imigrantes, refletindo uma estreita vinculação entre políticas migratórias e políticas penais. Esta dualidade na abordagem permitiu que tanto autoridades administrativas quanto juízes penais ordenassem a remoção de pessoas imigrantes, destacando a complexa interação entre lei, política e as realidades sociais que moldam as políticas migratórias em um mundo globalizado (Sanchéz, 2021). Em consonância com a abordagem da política doméstica das políticas migratórias.

Navarrete Yáñez (2017) e Thayer et al. (2020) destacam críticas significativas à política migratória chilena, evidenciando uma persistência de aspectos racistas desde a Lei 1.904 de 1975 e uma contínua ausência de

iniciativas claras e articuladas, desde o nível federal até o municipal, que caracteriza uma fragmentação e indefinição de objetivos a longo prazo. Essa situação resulta em uma política migratória marcada por tensões entre a necessidade de controlar as fronteiras e a urgência de assegurar um tratamento humano e justo às pessoas imigrantes.

Este dilema sublinha o desafio contínuo de equilibrar esses interesses, situando-se no cerne das discussões sobre migração e direitos humanos no Chile, destacando a interação complexa entre leis, políticas e realidades sociais que moldam a abordagem do país à migração em um contexto globalizado.

No segundo mandato do presidente Sebastián Piñera (2018-2022), a política migratória chilena passou por mais uma significativa reestruturação, marcada pela aprovação da Lei N°21.325 de Migração e Estrangeiros (Chile, 2021c). Esta lei representa uma resposta às críticas de longa data sobre a falta de uma política migratória clara e consistente, bem como à inércia legislativa que manteve até 2021 uma abordagem inspirada na doutrina de segurança nacional (Thayer et. al, 2020).

Desde o início de seu segundo governo (2018-2022), Piñera colocou a gestão das migrações como uma prioridade, implementando medidas que visavam não apenas organizar o sistema de vistos e iniciar um processo de regularização extraordinária, mas também impulsionar o projeto de lei de Migração e Estrangeiros que havia sido introduzido em 2013. A estratégia do governo incluiu uma forte componente comunicativa, com a publicização triangulada do VHH em diferentes instituições governamentais, conforme apresentado nos capítulos 3 e 4 deste trabalho. Por meio dessa estratégia, enfatizou-se uma suposta necessidade de "ordenar a casa" (Chile, 2018c) em resposta ao que foi descrito como um caos migratório resultante da ausência de políticas anteriores em direto ataque ideológico ao segundo governo de Michelle Bachelet (Stefoni, 2018).

A nova lei reflete uma mudança substancial na abordagem da migração, integrando considerações de segurança mais estritas e estabelecendo procedimentos claros para a expulsão de pessoas imigrantes, tanto na esfera administrativa quanto judicial. No entanto, permanece o viés securitista, embora renovado, mantendo o foco na criminalização da migração indocumentada e

fortalecendo a associação entre migração e delinquência ou segurança (Thayer et. al, 2020).

A Lei n° 21.325 de 2021, portanto, não apenas reorganizou a infraestrutura institucional da migração no Chile, mas também modificou a normativa para expulsões, continuando a enfatizar a fronteira como um espaço de controle rigoroso, ao mesmo tempo em que negligenciava políticas de acolhida ou o reconhecimento de direitos das pessoas imigrantes (Sanchéz, 2021).

Essas mudanças legislativas e de política indicam uma persistência da visão histórica do Estado chileno em desenvolver uma política migratória seletiva, focada principalmente na gestão da fronteira e menos no acolhimento ou integração. Essa abordagem reforça a tendência de longo prazo de considerar a migração mais como uma questão de segurança do que como uma oportunidade para o desenvolvimento social ou econômico, refletindo uma continuidade das ideologias políticas que têm influenciado a legislação migratória chilena ao longo das décadas.

A política migratória do Brasil também se transformou profundamente desde o período colonial até a contemporaneidade. Embora o Brasil do período colonial (1500-1808) tenha sido marcado pela presença de pessoas imigrantes, principalmente portuguesas colonizadoras e africanas escravizadas, o marco inicial da imigração organizada foi a abertura dos portos às nações amigas em 1808 por Dom João VI, que facilitou a entrada de pessoas imigrantes e estimulou a imigração europeia (Aguiar, 1991). Desde então, a política migratória brasileira passou por várias fases que moldaram profundamente o caráter e a composição demográfica do país.

A política migratória deste período inicialmente incentivou a colonização europeia, marcada pela concessão de sesmarias para pessoas europeias que visavam a ocupação e desenvolvimento de áreas pouco povoadas, como evidenciado pelo Decreto de D. João VI em 1808 (Brasil, 1808). Pessoas imigrantes suíças e alemãs, por exemplo, estabeleceram-se no Rio de Janeiro por meio de facilitação do Estado brasileiro que promoveu planejamento e subsídios para a agricultura familiar, visando tanto a ocupação territorial quanto a substituição gradual da mão de obra escravizada por pessoas trabalhadoras livres e brancas (Beozzo, 1992; Iotti, 2001).

Ao longo do século XIX, sob influência da Lei nº 581 de 1850, também chama Lei Eusébio de Queiroz (Brasil, 1850) que proibiu o tráfico negreiro, e com a iminência da abolição da escravatura, o Brasil intensificou seus esforços para atrair pessoas imigrantes europeias com o intuito de substituir a mão de obra escravizada nas lavouras de café. Com isso, a política migratória adotou um caráter mais xenófilo, atraindo pessoas imigrantes não apenas para trabalhar, mas também como parte de uma política de branqueamento[22] que visava europeizar e modificar a composição étnica da população (Elias, 2005).

De forma similar ao Chile e de maneira dialógica com a abordagem da identidade nacional, a Constituição brasileira de 1891 (Brasil, 1891) liberalizou ainda mais a entrada de pessoas imigrantes, garantindo benefícios e facilidades para sua instalação e naturalização, embora com uma preferência clara por pessoas imigrantes europeias em detrimento de outros grupos (Oliveira, 2002). Esta fase foi marcada por um forte crescimento da população imigrante que contribuiu significativamente para a urbanização e a industrialização do país, apesar das crescentes tensões sociais e restrições legais que começaram a emergir nas primeiras décadas do século XX, refletindo mudanças na percepção nacional sobre os impactos da imigração (Oliveira, 2002).

A partir de 1930 a política migratória brasileira adquiriu características intensamente xenófobas e racistas (Carneiro, 2003; Truzzi, 2003; Koifman, 2015), profundamente influenciada pelos contextos políticos e econômicos desse período. A crise econômica de 1929, a Grande Depressão, catalisou uma onda de restrições à imigração no Brasil, visto que pessoas imigrantes passaram a ser responsabilizadas pelos problemas econômicos e pela instabilidade social. Esta percepção levou a uma política migratória que não só limitava a entrada de novas pessoas imigrantes, mas também regulava de maneira estrita a vida daquelas que já estavam no país.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a instauração do Estado Novo em 1937, as políticas migratórias tomaram um caráter ainda mais

[22] A essência desta política estava na expectativa de que, com o tempo, a população negra seria progressivamente absorvida pela população branca, levando a um desaparecimento gradual dos traços negros. Esta política se apoiava na ideia de que a mistura racial não resultaria necessariamente em descendentes "degenerados", mas sim em uma população mestiça vigorosa que, ao longo das gerações, se tornaria cada vez mais branca, tanto em aspectos culturais quanto físicos (Skidmore, 2012, p. 111).

restritivo e institucionalizado. O Decreto 19.482 (Brasil, 1930, preâmbulo), emitido logo após Vargas assumir o governo, expressava claramente essa tendência xenófoba ao associar o desemprego à "entrada desordenada de estrangeiros".

A Constituição de 1934 e posteriormente a de 1937 reforçaram essas políticas, introduzindo, respectivamente, a necessidade de preservar a "integração étnica" e a "capacidade física e civil" das pessoas imigrantes, impondo limites quantitativos baseados em uma porcentagem dos imigrantes de cada nacionalidade já estabelecida no país. E a xenofobia institucionalizada estendeu-se até a educação, com restrições ao ensino de idiomas estrangeiros e a imposição do português como única língua na educação primária, visando a assimilação cultural das pessoas imigrantes "a instrução primária será ministrada exclusivamente em Português" (Brasil, 1938, Art. 7º).

Mesmo após o fim do Estado Novo em 1945, a Constituição de 1946 manteve uma abordagem restritiva em relação à imigração, subordinando-a às exigências do "interesse nacional" (Brasil, 1946, Art. 162). Isso evidencia uma continuidade das políticas de controle rígido e seletividade racial, que persistiram mesmo em um contexto político declaradamente mais democrático. Assim, de 1930 a 1969, a política migratória brasileira não só refletiu as tensões raciais e ideológicas globais, mas também moldou de forma significativa a estrutura social e demográfica do Brasil, favorecendo uma composição étnica que se alinhava com os interesses políticos e econômicos das elites dominantes.

A partir de 1969, já durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), a política migratória brasileira foi fortemente caracterizada pela influência da doutrina de segurança nacional, de forma similar ao que ocorreu na conformação da política migratória chilena. Neste período, como já mencionado no capítulo 1, foi institucionalizado o Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980), que regulava os fluxos migratórios sob prisma de segurança nacional. Este enquadramento legal refletiu as tensões da época, em que a estagnação econômica e o desemprego fomentavam uma atmosfera de desconfiança e a necessidade de controlar demograficamente o país (Faria, 2015).

Durante esse período, a política migratória brasileira impunha severas restrições à entrada e permanência de pessoas imigrantes, sendo a Polícia Federal a responsável pelo controle e regulamentação dessas atividades,

reforçando a percepção da imigração como uma questão de segurança pública (Andena, 2013). O Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) permitia a expulsão de pessoas imigrantes por meras infrações administrativas ou mesmo por avaliações subjetivas de seu potencial ameaça à ordem pública ou aos interesses nacionais.

A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 não significaram uma mudança significativa dessa situação. Embora a nova constituição tenha avançado em direitos humanos e liberalização em muitos aspectos, a política migratória manteve elementos securitários anteriores até a aprovação da nova lei de migração Lei nº 13.445/2017 (Silva, 2015).

Esta lei representou uma ruptura ideológica com o passado, buscando integrar o Brasil às normativas internacionais de direitos humanos e reconfigurando a gestão migratória para um enfoque mais centrado nos direitos humanos e menos securitário. O novo marco legal desloca o foco da segurança nacional para a proteção dos direitos dos imigrantes, permitindo uma abordagem mais aberta e inclusiva, que vê as pessoas imigrantes não como ameaças, mas como potenciais contribuintes para a sociedade brasileira. Essa mudança reflete uma nova compreensão da migração no contexto global contemporâneo, marcado por desafios e oportunidades de integração cultural e econômica.

Ao revisitar as políticas migratórias do Brasil e do Chile, observamos um cenário de transformações significativas e desafios persistentes. No Brasil, a adoção da Lei 13.445/2017 marcou um ponto de inflexão na abordagem das migrações, direcionando as políticas para a proteção dos direitos humanos e buscando uma integração mais humanizada das pessoas imigrantes. No Chile, apesar de uma evolução na legislação e nas práticas administrativas, as políticas migratórias têm enfrentado períodos de indefinição e fragmentação, influenciadas por mudanças políticas e tensões locais. Ambos os países demonstram uma luta contínua entre abrir suas fronteiras de maneira inclusiva e lidar com pressões internas que favorecem abordagens mais restritivas. A seguir, esta análise se aprofundará no arranjo institucional dessas políticas migratórias, explorando quais as instituições governamentais responsáveis pela operacionalização das políticas migratórias.

2.3. Arranjos institucionais das políticas migratórias brasileira (2012-2022) e chilena (2018-2022)

No Brasil, a formulação e a execução da política migratória envolvem a articulação entre três principais Ministérios: o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cada um desses órgãos possui divisões específicas dedicadas a gerenciar as nuances da migração, abrangendo desde a supervisão do controle de movimentos migratórios até a emissão de documentos, fiscalização e a revisão legislativa.

Além de ações procedimentais, os órgãos também interagem na revisão de instrumentos normativos, bem como na discussão sobre as necessárias alterações da política migratória e a elaboração de propostas de Lei e decretos a serem submetidas à análise do Chefe do Poder Executivo e do Congresso Nacional.

No âmbito do Ministério da Justiça, a gestão das migrações está centralizada na Secretaria Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Estrangeiros (DEEST), e no Departamento de Polícia Federal (PF). Ao MJ e a PF cabem a análise de requerimentos de extensão de vistos de permanência e naturalização, a análise de pedidos de refúgio no âmbito do Conselho Nacional para Refugiados – CONARE, entre outras atividades (Sprandel, 2015). O controle das fronteiras é realizado por meio da Polícia Federal e do Departamento de Estrangeiros (DEEST), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, que trata dos assuntos relacionados à nacionalidade, naturalização e regime jurídico dos estrangeiros (Lopes, 2011).

Cabe ao DEEST também analisar os processos de permanência, de naturalização e de retiradas compulsórias de pessoas imigrantes do território nacional. Isso se dá por meio do cumprimento de medidas administrativas ou judiciais ordinariamente instruídas nas unidades descentralizadas do Departamento de Polícia Federal (PF), encaminhados ao MJ para decisão ministerial e direcionados ao DEEST (Lopes, 2011).

A atuação do Ministério das Relações Exteriores na política migratória se dá por meio do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) e sua Divisão de Imigração (DIM), desempenha um papel crucial na regulamentação

da entrada de pessoas imigrantes no país e na gestão das questões legais relacionadas à imigração (Prado e Coelho, 2015).

O MRE atua também através da rede consular no exterior pela emissão de vistos e na coordenação de processos de regularização de documentos necessários à permanência do estrangeiro em território brasileiro. Além disso, realiza, no plano internacional, as negociações de acordos sobre isenção ou dispensa de vistos com outros Estados, como no caso do Mercosul e de países que oferecem reciprocidade nos assuntos referentes à entrada, permanência e retirada compulsória de estrangeiros.

O Ministério do Trabalho é a instituição federal responsável pela concessão da autorização de vistos de emprego por meio de dois órgãos: a Coordenação Geral de Imigração (CGIg) e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg). O CGIg é responsável pela operacionalização dos processos de solicitação de vistos de trabalho com o apoio das unidades das Superintendências Regionais do Trabalho em todo o país (Sprandel, 2015).

Conselho Nacional de Imigração (CNIg), sendo este um órgão colegiado quadripartite, envolvendo representantes de diversos órgãos públicos, dos empregadores, das centrais sindicais e da sociedade civil, responsável, entre outras atribuições, por formular políticas de imigração e por opinar a respeito de propostas de alteração da legislação relativa à imigração (Sprandel, 2015).

O CNIg foi instituído pelo Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 que definiu as seguintes competências:

> I - Formular a política de imigração; II - Coordenar e orientar as atividades de imigração; III - Efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporário; IV - Definir as regiões de que trata o art. 18 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e elaborar os respectivos planos de imigração; V - Promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração; VI - Estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos; VII - Dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes; VIII - Opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, quando proposta por qualquer órgão do Poder Executivo; IX - Elaborar seu regimento interno, que deverá ser submetido à aprovação do Ministro de Estado do Trabalho (Brasil, 1993).

O CNIg vem atualizando e tornando mais protetiva a legislação migratória por meio de portarias e resoluções, entre as quais a Resolução Normativa nº 93/2010, que disciplina a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a vítima do tráfico de pessoas. A Resolução Normativa nº 77/2008, que dispõe sobre critérios para a concessão de visto temporário ou permanente, ou de autorização de permanência, ao companheiro ou companheira, em união estável, sem distinção de sexo (Sprandel, 2015).

Podem ser citadas, ainda, a Resolução Normativa nº 6, de 21/08/1997, que regula a concessão de permanência definitiva a pessoas asiladas ou refugiadas e suas famílias; a Resolução Normativa nº 108, de 12/02/2014, que dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar; e a Resolução Normativa nº 97, de 12/01/2012, que dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no artigo 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti por razões humanitárias, prorrogada pelas Resoluções Normativas: nº 106 em 24 de outubro de 2013, RN nº 113 em 09 de dezembro de 2014, RN nº 117 em 12 de agosto de 2015, e finalmente a RN nº 123 em 13 de setembro de 2016, que permaneceu em vigor até 30 de outubro de 2017, que integram o corpus analítico da tese e serão retomadas nos capítulo 3 e 4.

Por fim, além das entidades governamentais envolvidas na formulação e execução da política migratória, caberia citar a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), que também atua na reflexão acerca das políticas públicas que abrangem o tema das migrações. A CNPD foi criada em 1995 após a Conferência do Cairo de 1994 sobre População e Desenvolvimento e atualmente está vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Baeninger e Leoncy, 2001).

No Chile, as instituições responsáveis pela administração e gestão das migrações são o Departamento de Estrangeiros e Migração (DEM) do Ministério do Interior e Segurança Pública, o Ministério das Relações Exteriores e a Polícia de Investigação do Chile (PDI). O Departamento de Estrangeiros e Migração está situado no Ministério do Interior e Segurança Pública, é encarregado de emitir ordens de expulsão e processar solicitações de residência temporária e permanente, bem como de refúgio e nacionalização. Ele também é responsável por fomentar a integração dos migrantes por meio de iniciativas de acolhimento,

trabalhar na modernização das estruturas institucionais, legislações e na gestão migratória do país, além de implementar as diretrizes da Instrução Presidencial sobre Política Migratória (Chile, 2016).

O Ministério das Relações Exteriores é responsável pelos vistos consulares, isto é, vistos de turismo e de residência temporária solicitados nos diferentes consulados ao redor do mundo (Pedemonte e Dittborn, 2016). Internamente, o Ministério das Relações Exteriores do Chile desempenha um papel central na gestão migratória, especialmente através de seu Departamento de Imigração, criado em 1954 pelo Decreto com Vigor de Lei nº 69 (Cortés, 2007; Liberona, 2012).

O Departamento de Imigração tem a responsabilidade de adaptar e implementar as diretrizes do Regulamento de Imigração estabelecido inicialmente pelo Decreto Supremo nº 1.306 de 1975 e suas modificações subsequentes. Este regulamento detalha os critérios e procedimentos para a admissão, permanência e saída de estrangeiros do território chileno, garantindo que essas etapas sejam conduzidas de acordo com os interesses nacionais de segurança e ordem pública (Cortés, 2007; Liberona, 2012).

Historicamente, o departamento também refletiu a política migratória chilena de promover a imigração de certos grupos nacionais, como espanhóis, italianos e alemães, visando fortalecer laços culturais e econômicos. Este enfoque se manifesta através das diversas normativas e acordos internacionais que o Chile estabeleceu ao longo dos anos para facilitar e incentivar a migração de populações específicas. Desta forma, o Departamento de Imigração desempenha um papel crucial na gestão e controle dos fluxos migratórios, assegurando que a entrada e a estadia de pessoas imigrantes no Chile ocorram de maneira organizada e alinhada com as políticas governamentais (Christiny et al, 2008).

A Polícia de Investigação do Chile (PDI) está vinculada ao Ministério do Interior e Segurança Pública e desempenha um papel crucial na gestão migratória do país. Suas funções incluem a fiscalização das fronteiras, controle de entrada, de saída, de reentrada no território nacional e o monitoramento da estadia de pessoas imigrantes no Chile (Pavez-Soto e Colomes, 2018).

Este papel é particularmente significativo devido ao histórico de políticas migratórias que, durante períodos como a ditadura militar, refletiam um forte viés

de controle e segurança. Mesmo em tempos mais recentes, a abordagem da PDI à migração pode ser vista como uma extensão das políticas de segurança nacional, onde a migração é frequentemente tratada mais como um assunto de controle do que como uma questão de integração ou direitos humanos (Pavez-Soto e Colomes, 2018).

A próxima seção da pesquisa se aprofundará no conceito de política migratória, explorando como essas dinâmicas se desdobram em um contexto internacional e como se relacionam especificamente com as realidades do Brasil, do Chile, do Haiti e da Venezuela no período definido pelo estudo.

2.4. Raça e a subalternização racial

O racismo é uma ideologia e uma prática social que estabelece uma divisão hierárquica entre grupos humanos baseada na noção de raças distintas, que supostamente determinam capacidades e valores intrínsecos aos indivíduos. Esta ideologia implica a suposição da existência de raças distintas dentro da espécie humana, gerando, por consequência, relações sociais assimétricas e hierárquicas (Memmi, 2000).

Levi-Strauss (1976), Guimarães (2002), Munanga (2004), Koifman (2012) e Handerson (2017a) explicam que o conceito de raça resulta de uma contínua construção sociocultural. Por isso, raça não deve ser compreendida como uma categoria biológica inerente, mas uma construção ideológica que segmenta a humanidade em subgrupos distintos, baseados em características fenotípicas (Omi e Winant 1994; Murji e Solomos 2005).

O conceito de raça, entendido através de estudos contemporâneos e históricos, é significativamente influenciado por processos de racialização que interagem diretamente com padrões de imigração. Esses padrões não apenas influenciam a identidade individual e coletiva, mas também moldam as relações intergrupais e as hierarquias raciais dentro de novos contextos sociais e legais em que os imigrantes se inserem.

Como Lee (2002) e Molina (2013) apontam, as dinâmicas históricas e contemporâneas são cruciais para compreender como as categorias raciais são construídas e transformadas em resposta às mudanças demográficas e às

políticas de imigração. Portanto, entender a racialização exige uma análise das interações entre a chegada de novos grupos imigrantes e as estruturas sociais e legais existentes, que frequentemente posicionam esses grupos dentro de um sistema de estratificação já estabelecido, mas em constante evolução.

Munanga (2004, p.28) caracteriza raça como uma ideologia que presume a divisão da humanidade em "raças contrastadas", que compartilham traços fenotípicos comuns de forma hereditária. Tal como Levi-Strauss (1970), Munanga enfatiza que a existência da categoria raça é um fenômeno social, sustentando que as distinções entre grupos humanos são consequências de evoluções culturais, e não biológicas.

Por sua vez, Handerson (2017a) explica que, enquanto a distinção entre raças é um conceito aplicado em zoologia para classificar diferentes espécies animais e vegetais, sua aplicação aos seres humanos só começou no século XVII. No século XVIII, o racismo científico tentou justificar biologicamente as diferenças entre os indivíduos humanos, baseando-se na premissa de que existem raças distintas.

Foi neste período que Carl Von Linné publicou sua classificação dos seres humanos em categorias raciais distintas, atribuindo características comportamentais e morais fixas a grupos raciais específicos como "americano (moreno, colérico), asiático (amarelo, melancólico), africano (negro, preguiçoso) e europeu (branco, engenhoso)". Essas classificações forneceram uma base pseudocientífica que justificava a dominação europeia sobre outras raças, perpetuando uma visão de superioridade racial que fundamentou o colonialismo e práticas discriminatórias extensivas (Handerson, 2017, p.594).

No entanto, o avanço da ciência no século XX começou a desafiar essas noções arcaicas. Em 1950, a UNESCO publicou "A questão das raças", uma declaração influente que destacava a incongruência da divisão da humanidade em raças biologicamente distintas. Este documento enfatizava que as variações genéticas entre as pessoas são mínimas e que as semelhanças entre os seres humanos são muito mais significativas, deslegitimando as bases científicas do racismo. Este foi um passo crucial na desmistificação das categorias raciais como entidades biológicas, encorajando um entendimento mais inclusivo e igualitário entre os seres humanos.

Contudo, apesar dessas revelações científicas, a noção de raça ainda persiste nas práticas sociais contemporâneas, perpetuando o racismo em diversos níveis da sociedade. Esta persistência reflete não apenas a força dos legados históricos, mas também a capacidade das estruturas sociais de sustentar desigualdades sob novas formas. O conceito de raça, embora refutado cientificamente como uma diferenciação biológica, continua a moldar identidades sociais, políticas públicas e interações interpessoais, demonstrando a complexidade e a resiliência das construções sociais mesmo frente a evidências científicas contrárias.

Handerson (2015) aponta que, apesar da ciência refutar a raça como uma base genética significativa, ela continua a ser um marcador de diferença entre indivíduos, devido ao seu profundo significado cultural e histórico, associado à herança da escravidão que ainda ressoa para os descendentes de africanos. Stuart Hall (2015) amplia essa compreensão ao descrever a raça como um significante flutuante, variável conforme o contexto social e histórico, submetido a constante ressignificação.

Dessa forma, nesta pesquisa levo em consideração que o conceito de raça se trata de uma noção socialmente construída e historicamente contingente, variando significativamente entre diferentes contextos sociopolíticos (Hall, 2015). Com isso, compreendo que, apesar das similaridades históricas, os Brasil e Chile apresentam diferenças significativas na concepção e no estudo do racismo.

Isso foi evidenciado durante o levantamento documental: enquanto no Brasil a pesquisa pelos termos "migração", "racismo" e "migração e racismo" revela múltiplos estudos focados em experiências racistas sofridas por pessoas negras latino-americanas e africanas, no Chile, os resultados são mais escassos e frequentemente vinculados a questões étnicas, principalmente em relação às populações indígenas como os Mapuches. O racismo direcionado a pessoas negras, muitas vezes associado à pessoa imigrante haitiana, é frequentemente interpretado não como racismo, mas como divergência cultural.

Este trabalho busca desvendar como o racismo se manifestou nas últimas décadas em ambas as sociedades, conduzindo ao conceito de xeno-racismo. A próxima seção desta pesquisa aprofunda o conceito de política migratória, explorando sua interdependência com esses elementos e a necessidade de uma análise comparativa para uma compreensão integral dos vistos VHH e VDR.

O racismo fez parte do projeto político colonial, de acordo com Faustino e Oliveira (2021), e sustentou a dinâmica das trocas comerciais mercantilistas do período por meio da escravatura. Essa foi uma dinâmica que ocorreu dentro do âmbito doméstico do Brasil em um primeiro momento, mas nos séculos XIX e XX acabou se refletindo nas políticas migratórias da época. O Estado passou a dar preferência pela força de trabalho da pessoa imigrante europeia em detrimento de pessoas brasileiras ou provinda de países africanos e asiáticos.

No Brasil, a política de "branqueamento" criou condições sociais, políticas e econômicas especialmente favoráveis às pessoas imigrantes europeias, concebidos como agentes ideais para a transformação demográfica e cultural desejada pelas elites do país. Essa política não apenas facilitou a inserção dessas pessoas no Brasil, mas também promoveu uma espécie de xenofilia seletiva, onde as pessoas europeias eram projetadas de forma positiva e privilegiada devido à seu alinhamento com os interesses econômicos e os ideais estéticos das elites locais.

Faustino e Oliveira (2021) argumentam que, enquanto a presença europeia era incentivada e romantizada, as pessoas trabalhadoras brasileiras não brancas eram estigmatizadas e marginalizadas, caracterizadas como alienígenas nativos. Esta dualidade reflete uma complexa dinâmica racial e social, na qual as pessoas europeias eram valorizadas por sua contribuição percebida para o aprimoramento da população, enquanto as brasileiras não brancas eram catalogadas como uma ameaça à ordem social e ao progresso, uma percepção que se estende desde o período da escravidão até os dias atuais. Esse contexto histórico enfatiza como as políticas migratórias e raciais no Brasil foram moldadas por uma interseção de racismo e xenofobia, com implicações profundas que persistem nas estruturas sociais e no imaginário nacional.

É relevante ressaltar que o conceito de xenofobia no contexto migratório também deve ser compreendido como um mecanismo de exclusão social e política que se manifesta a partir da rejeição ao estrangeiro, especialmente quando associado a características racializadas e estereotipadas. Mas, no caso das migrações contemporâneas, a xenofobia opera de maneira intrínseca às estruturas raciais históricas que reforçam a marginalização de determinados grupos, como as pessoas negras e indígenas, posicionando-as como

"indesejáveis" ou ameaças ao status quo cultural, econômico e político dos países de acolhimento. Esse fenômeno se conecta ao racismo estrutural, que atravessa tanto as políticas migratórias quanto as dinâmicas sociais que definem quem tem ou não direito de circular, habitar ou participar da construção da sociedade.

Handerson Joseph (2021) ressalta que a negrização das migrações expõe como a xenofobia e o racismo, frequentemente amalgamados, afetam desproporcionalmente as pessoas migrantes negras. A naturalização de narrativas que associam esses indivíduos à pobreza, ao trabalho precário e à vulnerabilidade perpetua práticas discriminatórias que vão desde a exclusão formal em políticas migratórias até a violência simbólica nas interações sociais. Além disso, a xenofobia não é apenas uma reação às pessoas estrangeiras, mas também uma ferramenta de controle social que opera para preservar hierarquias raciais e culturais já estabelecidas. Em contextos de maior visibilidade internacional das migrações negras, como as rotas haitianas e senegalesas na América Latina, a xenofobia reforça barreiras institucionais e culturais que desumanizam as pessoas imigrantes, negando-lhes o direito à dignidade e à agência política.

Ao mesmo tempo, a xenofobia atua como ferramenta de controle social, reproduzindo e reforçando hierarquias raciais e culturais que historicamente definiram quem é "desejável" nos territórios de acolhimento. No contexto latino-americano, por exemplo, as políticas migratórias frequentemente priorizaram a imigração de pessoas europeias, associando-as a ideais de progresso e modernização, enquanto relegavam as pessoas negras e indígenas à marginalização, como exemplificado na política de branqueamento do Brasil. Essas práticas evidenciam como a xenofobia é estrategicamente utilizada para justificar a exclusão e limitar a mobilidade de grupos subalternamente racializados.

Joseph (2021) argumenta que, embora as políticas migratórias restritivas e xenófobas frequentemente busquem desumanizar e deslegitimar as trajetórias das pessoas migrantes negras, essas populações não permanecem passivas. Pelo contrário, mobilizam estratégias e constroem redes transnacionais de solidariedade para resistir às opressões. Ao reivindicar suas subjetividades e desafiar as estruturas de exclusão, essas pessoas contribuem para a

descolonização das teorias migratórias e para a formulação de novos paradigmas baseados na valorização da diversidade e na promoção da justiça social.

Santos (2007), ao analisar as desigualdades raciais decorrentes da colonização e da escravatura argumenta que o pensamento moderno ocidental é orientado por um sistema de separação social, cultural e epistêmico, que ele define como linhas abissais. Essas linhas são divisórias invisíveis que fundamentam as divisões visíveis da sociedade. Em um lado da linha encontram-se os indivíduos dotados de direito, conhecimento, identidade, espiritualidade e que tem sua epistemologia reconhecida. Do outro lado, estão os indivíduos invisibilizados, e que têm suas crenças e direitos negados.

Para o autor, as linhas abissais foram primeiramente impostas pelas relações coloniais e seu sistema de dominação e exploração, mas não se diluiu com o fim da colonização. As relações hierárquicas estabelecidas ainda persistem e são determinantes para a racialização da identidade e dos corpos negros. De acordo com Gomes (2005), essa hierarquização foi construída culturalmente por meio das relações de poder, e são transpostas para o contexto social e político, por meio da naturalização da opressão.

Dessa forma, no Brasil, a hospitalidade ou a aversão à pessoa imigrante é historicamente seletiva. A intensificação dos fluxos migratórios nas últimas décadas revelou a xenofobia ou aversão às pessoas estrangeiras sem que seja necessário especificar nenhum outro atributo identitário além da nacionalidade, tem “alvo e cor” (Faustino e Oliveira, p. 203, 2021). A xenofobia se orienta a pessoas imigrantes subalternamente racializadas provenientes de origens geográficas associadas à pobreza (aporofobia) e à escassez (bem como os alienígenas nativos).

Cabe aqui destacar que o entendimento da subalternidade racial decorre da compreensão da branquitude enquanto privilégio no jogo de oposição que a contrapõe aos corpos e espaços racializados de forma subalterna, por exemplo, pessoas negras e indígenas. Segundo Lourenço Cardoso (2010), a dominação racial se evidencia nos conceitos de branquitude crítica e branquitude (a)crítica. A branquitude, entendida como uma pertença sócio-histórica à identidade branca, pode adotar uma postura crítica ao repudiar publicamente o racismo, seja de forma individual ou coletiva.

Por outro lado, a branquitude (a)crítica caracteriza-se pela preservação dos privilégios raciais oriundos dos genocídios/epistemicídios históricos que moldaram a branquitude como expressão corpórea do ocidente. A branquitude apresenta uma divisão geopolítica, em que as elites *criollas*[23] nas neocolônias formam a branquitude local ou periférica, exercendo domínio sobre os corpos racializados na periferia do capitalismo. Em relação à branquitude central, composta por sujeitos identificados pela branquitude em países centrais, a branquitude local desempenha um papel subordinado, agindo com relativa autonomia em prol dos interesses extrativistas da branquitude central (Silva, 2019; Silva, 2020).

No Chile, pesquisadores e pesquisadoras que estudam as relações raciais apontam para a invisibilização de pessoas subalternamente racializadas como decorrência da construção identitária dessa sociedade. De acordo com Pedemonte *et al* (2015), para se compreender como esse mecanismo do racismo funciona no Chile contemporâneo é preciso entender que essa sociedade se considera branca, liberal e católico-conservadora. Assim, o racismo se trata de práticas individuais, coletivas e institucionais que criam formas de segregação e legitimação da dicotomia “nós” e “eles”.

Destaco que neste capítulo teórico-metodológico a compreensão da dinâmica com a qual se manifesta o racismo institucional é chave para o debate das dimensões do conceito de racismo institucional, que são minhas categorias de análise. Essas quatro categorias são: estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilização. A estereotipização refere-se à criação de imagens simplificadas e frequentemente negativas que influenciam a percepção pública das pessoas imigrantes (McDonald, 1993; Hall, 1997). A estigmatização envolve rotular essas pessoas com características negativas baseadas em etnia, origem ou status legal, restringindo seu acesso a direitos e recursos (Goffmann,

[23] O termo "criollo", originado no século XVI, inicialmente designava todos nascidos na América, inclusive de pais europeus, mas com o tempo passou a incluir todos os não-índios adaptados à vida americana. No século XVII, o termo se expandiu para abranger qualquer pessoa nascida no continente, marcando a emergência de uma nova cultura "criolla" que unificava índios, negros, brancos e mestiços sob uma identidade comum. Esta cultura refletia uma distinção da herança espanhola e evoluiu em meio a uma sociedade majoritariamente analfabeta e discriminada, dando origem a uma rica literatura barroca e, eventualmente, a movimentos de independência influenciados pelas ideias iluministas. A transformação do conceito de "criollo" simboliza a formação de uma identidade única americana, destacando a complexidade da interação cultural e a gradual autoconsciência de uma sociedade distinta da colonizadora européia (Silva, 1992; Lafaye, 1998).

1993; Miles, 1989; Howarth, 2007). A criminalização transforma as pessoas imigrantes em alvos de suspeitas de segurança, vistos como ameaças ao bem-estar social e nacional, justificando assim medidas de exclusão e vigilância (Simon, 2007; Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007). Por fim, a invisibilização ocorre quando as necessidades e contribuições das pessoas imigrantes são ignoradas ou minimizadas, marginalizando-os da participação social e política (Dei, 1996; Villégas, 2010).

Segundo Faustino e Oliveira (2021), o termo xeno-racismo foi cunhado nos anos 2000 como uma nova forma de compreender as relações raciais decorrentes do aumento dos fluxos migratórios para a Europa. O xeno-racismo denota o racismo que não é direcionado apenas àqueles que têm pele escura, como aconteceu no período colonial, mas se refere a pessoas migrantes que padecem das desigualdades decorrentes do capitalismo. Assim, pessoas imigrantes despossuídas, ainda que com pele branca, podem se tornar alvo de menosprezo, discriminação ou estigma.

A partir da problematização do termo “denegrir” explicam que esse menosprezo às pessoas imigrantes é associado à reificação e desvalorização de sua humanidade. Nesse processo, as pessoas imigrantes são destituídas de direitos, sua presença sendo associada a ideia de periculosidade, para legitimar a criminalização. Dessa forma, o xeno-racismo pode adquirir diferentes concepções de acordo com o contexto: islamofobia, darwinismo socioeconômico, racismo pós-racial. Nessa pesquisa a perspectiva do xeno-racismo como projeto nacionalista é interessante para problematizar o racismo institucional nas políticas migratórias de países do Sul global.

O xeno-racismo, não encontra sua legitimação no determinismo biológico, mas determinismo cultural. Pedemonte *et al* (2015) o descreve como diferencialista ou neorracismo, entendendo que, em um primeiro momento, não postula a superioridade de determinados grupos, mas a irredutibilidade das diferenças culturais, com o pressuposto que de que há uma nocividade no desaparecimento das fronteiras e das tradições.

Nesse sentido, o discurso neorracista encontra sua legitimação na cultura e a partir daí encontra espaço para naturalizar as diferenças sociais, justificando formas de exclusão, desprezo e opressão de grupos subalternizados numa sociedade que formalmente se considera igualitária. Dessa forma, no Chile, o

racismo está fortemente condicionado à ideologia nacionalista, e nesse sentido, nação, classe e raça são elementos intercambiáveis.

Levando em consideração que existe uma construção idealizada de nação acompanhada da crença em uma homogeneidade racial, cultural e religiosa da população, a população chilena se baseia na oposição entre civilização e barbárie. Assim, o racismo no Chile é respaldado pela dinâmica sociocultural que perpetua a valorização hierárquica da ascendência europeia em detrimento das pessoas subalternamente racializadas (Pedemonte *et al,* 2015).

Ridemann e Stefoni (2015) apontam ainda a negação como elemento crucial da formação do racismo contemporâneo no Chile. A negação, neste sentido, significaria um mecanismo para salvaguardar a própria imagem positiva ante uma ameaça. A negação do racismo não só favorece as ações racistas não explícitas como também favorece os processos de invisibilização, naturalização e legitimação do sistema de estratificação social com base em categorias racializadas socialmente construídas.

O conceito de racismo institucional foi cunhado por Stokely Carmichael e Charles Hamilton (1967) no livro intitulado *Black Power: politics of liberation in America*. Segundo esses autores, o racismo institucional revela a hierarquização e subordinação de corpos subalternamente racializados em decorrência de cor, etnia ou origem cultural. Embora o racismo individual possa ser reconhecível, o racismo institucional "se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade, e, portanto, recebe muito menos condenação pública" (Carmichael e Hamilton, 1967, p.53).

> Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente [condenado] pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando, na mesma cidade - Birmingham, Alabama - quinhentos bebês negros morrem a cada ano por falta de poder, comida, abrigo e instalações médicas, e milhares mais são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente devido às condições de pobreza e discriminação na comunidade negra, isso é uma função do racismo institucional (Carmichael e Hamilton, 1967, p.54)

O racismo institucional refere-se à forma como ideias de dominação ou superioridade branca[24] são apropriadas no discurso e pensamento cotidianos, moldando um sistema onde crenças, atitudes, arranjos institucionais e atos que tendem a posicionar pessoas ou grupos, por características fenotípicas ou afiliação étnica, em situação de desvantagem política, social e econômica (Schucman, 2012). As injustiças raciais e étnicas contemporâneas refletem o racismo institucional que permeia as políticas, as normas e as práticas excludentes. Nessa lógica, o racismo institucional se utiliza de características culturais e físicas para desumanizar, excluir, assediar e tratar de modo discriminatório.

Bullock e Rodgers (1976) argumentam que à medida que formas evidentes de discriminação foram proibidas, o impacto de outra forma de racismo tornou-se mais aparente. Essa forma menos óbvia de discriminação é o racismo ou subordinação institucional. Trata-se de colocar ou manter pessoas em uma posição ou *status* de inferioridade por meio de atitudes, ações ou estruturas institucionais que não usam a cor em si como mecanismo de subordinação, mas usam outros mecanismos indiretamente relacionados (Bullock e Rodgers, 1976).

O racismo institucional, portanto, é uma estratégia política de opressão que sistematicamente impede o acesso de pessoas negras e de outras minorias raciais a oportunidades iguais, perpetuando desigualdades históricas. Este tipo de racismo se manifesta através de estruturas e práticas estabelecidas que, mesmo não sendo explicitamente racistas, resultam em discriminação. Bullock e Rodgers (1976) identificam três formas principais através das quais o racismo institucional se concretiza:

(i) *Prerequisiting*: forma pela qual pré-requisitos ou condições são estabelecidos de maneira que desqualificam desproporcionalmente indivíduos negros sem que haja uma justificativa válida para tais exigências. Este mecanismo atua como uma barreira invisível que impede pessoas de grupos

[24] O conceito de supremacia branca descreve a supervalorização social, cultural e política atribuída a características associadas às pessoas brancas, como inteligência e beleza. Historicamente, este conceito serviu para justificar desigualdades e perpetuar o racismo, posicionando os brancos em vantagem em muitas esferas da sociedade. Apesar de muitos indivíduos brancos não se perceberem como superiores, eles involuntariamente se beneficiam de privilégios que reforçam essa superioridade. A mídia e outras instituições perpetuam essa visão, mantendo padrões estéticos e de poder que favorecem os brancos, o que se reflete em uma série de vantagens cotidianas pouco questionadas pela maioria (Sovik, 2004).

raciais subalternos de avançar ou acessar determinados recursos ou posições, sob a fachada de neutralidade;

(ii) *Freezing:* Refere-se à aplicação rígida de critérios que são igualmente impostos a todas as pessoas, mas somente após um período em que pessoas brancas puderam se beneficiar de critérios menos rigorosos. Este processo "congela" a vantagem acumulada por pessoas brancas, cristalizando desigualdades e impedindo que grupos racialmente marginalizados alcancem um patamar de igualdade mesmo quando se qualificam sob os novos critérios;

(iii) *Mapping*: Esta forma de racismo institucional envolve a delineação de fronteiras geográficas que segregam racialmente as populações, confinando comunidades negras a áreas específicas enquanto simultaneamente as exclui de outras. Esta segregação não só limita o acesso a recursos e oportunidades, mas também perpetua estereótipos e preconceitos raciais, reforçando um ciclo de desvantagem e exclusão.

O racismo institucional, conforme proposto por Jones (2002), revela-se então como um sistema de dominação enraizado em estruturas, políticas, práticas e normas que discriminam e segregam com base no fenótipo ou na aparência das pessoas. Essa organização sistêmica de privilégios e barreiras não apenas desfavorece injustamente alguns grupos, perpetuando a desigualdade, como também favorece outros, mantendo uma hierarquia social rígida. O racismo institucional é frequentemente normativo e, em alguns casos, legalizado, cristalizando-se em desvantagens que são transmitidas de geração em geração, codificadas em práticas sociais, costumes e leis, sem que haja um agente claro responsável por essas ações, habitualmente se manifestando como inércia.

Essa dinâmica de exclusão e privilégio manifesta-se tanto nas condições materiais de vida quanto no acesso ao poder político e social. Nas condições materiais, reflete-se em discrepâncias no acesso a recursos essenciais como educação de qualidade, habitação digna, emprego remunerado, instalações médicas adequadas e um ambiente saudável. Quanto ao acesso ao poder, o racismo institucional limita o acesso diferencial à informação, incluindo conhecimento sobre a própria história, a recursos financeiros e infraestruturas organizacionais, bem como à participação política, evidenciado pela restrição ao

voto, à representação governamental e ao controle sobre os meios de comunicação (Jones, 2002).

A compreensão dessa inércia é crucial para analisar como as políticas migratórias do Brasil e do Chile perpetuam o racismo institucional. Ambas as políticas podem inadvertidamente reforçar sistemas de exclusão herdados de períodos coloniais e ditatoriais, ao não abordarem de maneira eficaz as raízes profundas da discriminação racial. Essa inércia nas políticas migratórias evidencia a reprodução de uma estrutura que, ao não ser desafiada ou significativamente reformulada, continua a marginalizar populações específicas, perpetuando antigas hierarquias raciais e sociais.

Para se entender o racismo institucional é preciso abandonar os esquemas interpretativos que tomam as desigualdades raciais como produtos de ações (discriminações) inspiradas por atitudes (preconceitos) individuais. É preciso salientar os mecanismos de discriminação inscritos no sistema social e que funcionam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. Mais contemporaneamente, Silvio Almeida (2019), filósofo brasileiro negro, explicou o racismo institucional como a relação entre racismo e o Estado, visando refletir a desigualdade racial na dinâmica do funcionamento das instituições para conferir desvantagens e privilégios, mesmo que indiretamente. A desigualdade racial provém da hegemonia branca que historicamente se utiliza de mecanismos institucionais para garantir seus interesses políticos, econômicos e culturais.

Após abordar o referencial teórico que englobou temas como políticas públicas, política migratória, raça e racismo, o próximo capítulo desta pesquisa se dedicará à análise documental dos Visto Humanitários para pessoas Haitianas (VHH) e dos Vistos de Responsabilidade Democrática (VDR) para pessoas Venezuelanas. Essa análise se concentrará nas dimensões de estigmatização e estereotipização, investigando como esses processos se manifestam nos documentos e práticas associadas a essas políticas migratórias.

3. Estereotipização e estigmatização no VHH e VRD

Neste capítulo, analiso comparativamente as dimensões de estereotipização (Hall, 1997, Shohat e Stam, 2006; Domenech e Dias, 2020) e de estigmatização (Goffman, 2006; Fava, 2012) do racismo institucional (Carmichael e Stokely, 1967; Ridemann e Stefoni, 2015; Bullock e Rodgers, 1976; Jones, 2002; Almeida, 2019) nas políticas migratórias que institucionalizaram o Visto Humanitário para pessoas Haitianas (VHH) e o Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas venezuelanas (VDR).

Os dados empíricos sobre VHH se referem à Lei nº 6.815 de 1980; Lei de Imigração nº 13.445 de 2017; cinco normativas emitidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), resoluções nº 97 de 2012, nº 102 de 2013, nº 113 de 2014, nº 117 de 2015, nº 123 de 2016 e nº 395 de 2021; cinco portarias interministeriais provenientes dos Ministérios da Segurança Pública, Relações Exteriores e Trabalho, portarias nº 10 de 2018, nº 12 de 2019, nº 13 de 2020, nº 27 de 2021 e nº 29 de 2022 e a entrevista com o presidente do CNIg, Paulo Sério de Almeida, concedida ao jornal Rede Brasil em 2012 (Pedrozo, 2012).

Analiso também os enunciados de 15 documentos relacionados ao Visto de Responsabilidade Democrática: Lei nº 1084 de 1975; Lei nº 3464 de 1984; os artigos 2 e 42 do decreto nº 100; Lei nº 597 de 1984; Lei nº 21.325 de 2021; ofício-circular nº 96 de 2018 da subsecretaria de relações exteriores; ofício nº 17 de 2021 da subsecretaria de relações exteriores; ofício nº 212 de 2021 da subsecretaria de relações exteriores; resolução exenta nº 2087 de 2019 do Ministério do Interior e Segurança Pública; resolução exenta nº 395 de 2021 do Ministério do Interior e Segurança Pública; discurso proferido pelo Presidente Sebastián Piñera no Senado, em 2018 (Chile, 2018c) e a minuta do Ministério

das Relações Exteriores sobre a "nova política migratória do Chile" (Chile, 2018b).

Os contextos em que estes documentos foram constituídos e o enquadramento das pessoas imigrantes haitianas e venezuelanas, no Brasil e no Chile, respectivamente, também são base fundamental desta investigação. No cerne dessa operacionalização reside a preocupação em compreender as molduras de sentido (Entman, 1993) estabelecidas por esses documentos, que evidenciem o racismo institucional. Essas molduras, que chamo aqui de dimensões, garantem o enquadramento de perspectivas específicas que criam contexto de sentidos, a partir do qual, o conteúdo do *corpus* documental se torna passível de interpretação.

A abordagem sociológica sobre a estereotipização refere-se às generalizações depreciativas e altamente simplificadas das características de um determinado grupo, refletindo os preconceitos subjacentes da pessoa estereotipadora (Adorno et al. 1950). O estereótipo é um produto social fruto das relações estabelecidas entre indivíduos (Lippman, 2008) que implica em uma taxonomia de fácil acesso capaz de auxiliar nas decisões e na rápida interpretação dos fatos.

Embora a estereotipização não implique, necessariamente, uma conotação negativa, nesta pesquisa proponho a compreensão do estereótipo no sentido negativo do termo, como uma distinção potencialmente discriminatória. Nesse sentido, o fator discriminatório decorreria de cada conotação que configure as pessoas imigrantes como um grupo constituído por pessoas não pertencentes à sociedade e que, por isso, são impedidos de compartilhar da cidadania.

Assim, a estereotipização incide sobre as populações imigrantes subalternamente racializadas (Villégas, 1996), como as pessoas haitianas e as venezuelanas, por meio do reforço do discurso de inferiorização que perpetua uma lógica de dominação-subordinação que as marginaliza, isto é, as exclui da possibilidade de gozar dos direitos cidadãos.

Isso ocorre por meio da fixação de diferenças através de uma imagem congelada de elementos culturais como etnia/raça/cor, idioma, costumes, religião; elementos geográficos como localização em uma região mais ou menos desenvolvida; e, elementos sociopolíticos como instabilidade política ou

econômica e organização social, por exemplo. Nesse sentido, a análise mostra como os documentos equacionam o ingresso das pessoas imigrantes haitianas e as venezuelanas, no Brasil e no Chile, à situação de vulnerabilidade social por meio da fixação de diferenças veiculadas como características negativas.

Diferentemente do estereótipo, o estigma é uma construção social que necessariamente implica uma conotação negativa porque constantemente originam percepções discriminatórias que desqualificam o indivíduo ao localizá-lo em um patamar social hierarquicamente inferior (Goffmann, 1975). O estigma existe quando em um contexto de disputa de poder, elementos de rotulação se associam à desqualificação social padronizando pré-conceitos sobre determinados grupos, alimentando ou intensificando comportamentos discriminatórios.

No contexto dessa pesquisa, a estigmatização das pessoas imigrantes nas políticas migratórias implica em relações institucionais racistas que representam, constantemente, a pessoa imigrante subalternamente racializada, como um problema social (Stefoni, 2011). A estigmatização de uma pessoa imigrante implica a existência de traços compreendidos como negativos que se impõem nas relações sociais destruindo suas possibilidades de inserção na sociedade. No contexto migratório isso pode ser interpretado por meio do estabelecimento de regras normativas de difícil cumprimento para determinado segmento populacional, como taxas com valores elevados e documentos pessoais que demandam constante atualização, por exemplo.

Considerando a estereotipização e a estigmatização como dimensões orientadoras da análise, prosseguirei com o exame dos documentos que, direta ou indiretamente, estão associados à instituição do VHH e do VDR. A análise se dará por meio da contrastação de documentos, que no Brasil e no Chile, possuem conteúdo ou função equivalente, conforme a divisão do quadro abaixo:

Quadro 3. Síntese de documentos que embasam a comparação do VHH e do VDR

Grupo	Brasil	Chile
Definição, instrução ou modificação do VHH e do VDR.	Resoluções normativas nº 97 de 2012, nº 102 de 2013, nº 113 de 2014, nº 117 de 2015, nº 123 de 2016; Portarias interministeriais nº 10 de 2018, nº 12 de 2019, nº 13 de 2020, nº 27 de 2021 e 29 de 2022; e Portarias do Ministério da Justiça nº 218 de 2018 e nº666 de 2019.	Ofícios circulares nº96 de 2018, nº 274 de 2018, nº 160 de 2019, nº 17 e nº 212 de 2021. Resoluções *exentas*: nº395 e nº 2087 de 2019.
Leis e decretos que regulam a imigração e, por isso, constituem fundamento para instituir os vistos analisados.	Lei nº6.815 de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) e Lei nº 13.445 de 2017 (Nova lei de migração).	Decreto lei nº 1094 de 1975 (*Ley de extranjería*), Lei nº 21.325 de 2021 (*Ley de migración y extranjería)*, Decreto-lei nº 69 de 1953, Decreto nº 172 de 1977 e Decreto nº 597 de 1984.
Documentos com caráter informativo sobre os vistos.	Entrevista com Paulo Roberto de Almeida, Presidente do CNIg, entre 2012 e 2016.	Discurso do presidente da república Sebastián Piñera (2018-2021).

Fonte: elaboração própria

Este capítulo está subdividido em duas seções principais: a primeira dedicada à análise sobre o VDH no Brasil e outra ao VRD no Chile. Na primeira seção início com a análise com a Resolução nº 97 de 2012, a primeira normativa sobre o VDH. A partir dela, examino as dimensões de estereotipização e de estigmatização do racismo institucional no percurso temporal, legal e administrativo de continuidades e descontinuidades. De forma similar, na seção dedicada ao Chile, início a análise a partir do Ofício Circular nº 96 de 2018, dispositivo administrativo responsável pela instituição do VDH, e a partir dele investigo as referidas dimensões assim como as permanências e mudanças na normativa em questão.

3.1. Estereótipos e estigmas nas normativas que fundamentam o Visto Humanitário para pessoas haitianas

As resoluções normativas e as portarias interministeriais são dispositivos administrativos regulamentados por normas legais distintas. As resoluções se fundamentaram na Lei nº 6.964 de 1980 e as portarias na Lei nº 13.445 de 2017. A Lei nº 6.964 de 1980, também chamada de Estatuto do Estrangeiro, foi decretada pelo Congresso Nacional no governo de João Figueiredo (1979-1985), o último da ditadura militar brasileira. Assim, não é por acaso que essa lei

determina que o ingresso de pessoas imigrantes se dê de forma condicionada à segurança nacional.

Essa legislação é uma continuação direta do paradigma da segurança nacional (Feldman-bianco, 2018; Moreira, 2018), que historicamente legitimou a perseguição contra opositores políticos sob o pretexto da cruzada contra o comunismo. A doutrina de segurança nacional, amplamente utilizada durante a ditadura militar, forneceu uma base para a instrumentalização da normativa de imigração para fins políticos que resultou na limitação da entrada de pessoas com base em suas opiniões públicas ou associações políticas.

Além disso, a priorização da segurança nacional como critério para a admissão de pessoas imigrantes pode levar à justificação da negação de entrada com base em critérios subjetivos e politicamente motivados. É importante notar que a utilização dessa abordagem securitária também pode ser uma forma de censura indireta, restringindo o acesso a um país com base em considerações políticas. Esse tipo de controle de fronteira, que exclui indivíduos com base em sua filiação política, representa uma ameaça à democracia e à proteção dos direitos humanos, promovendo a discriminação e a violação dos princípios fundamentais de liberdade e igualdade.

O Estatuto do Estrangeiro, ao adotar a redação do artigo 2º que enfatiza a priorização da segurança nacional e dos interesses políticos, delineia uma clara orientação que coloca a defesa dos interesses nacionais em destaque: "na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional" (Brasil, 1980). O artigo 3º, por sua vez, reforça a ideia de que a concessão, prorrogação ou transformação do visto está sempre condicionada aos interesses nacionais. Essa ênfase nos interesses do Estado estabelece uma postura de protecionismo que pode ser usada para promover o que é institucionalmente definido como benéfico para o país a despeito dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ainda tratando da preponderância da segurança nacional sobre os direitos da pessoa imigrante, vale destacar que o artigo 62º do Estatuto do Estrangeiro determinava que “(...) quando existirem indícios sérios de periculosidade ou indesejabilidade do estrangeiro, proceder-se-á à sua

expulsão" e no artigo 65º, havia a determinação de que mesmo em situação regular:

> É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais (BRASIL, 1981).

A ampla margem para a expulsão arbitrária de pessoas imigrantes, coerente com a vulneração de direitos no período ditatorial, instrumentalizou a censura e a perseguição de pessoas críticas ao regime. Foi um período em que pessoas perseguidas pelas ditaduras de países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Chile, procuravam asilo nos países vizinhos (Chaguaceda, 2018; Trapp, 2021). Além disso, durante esse período, as políticas migratórias eram frequentemente utilizadas para fins securitários e políticos, favorecendo ou prejudicando determinados grupos de pessoas imigrantes, com base em critérios subjetivos e políticos.

No âmbito dessa conjuntura histórica, o Plano Condor foi uma operação clandestina realizada por várias ditaduras militares na América do Sul durante a década de 1970 e 1980. Seu objetivo principal era a cooperação entre regimes autoritários da região para reprimir opositores políticos e eliminar ameaças percebidas aos seus governos. O nome "Condor" foi escolhido para simbolizar a união entre as nações sul-americanas envolvidas na operação. Os países que participaram ativamente do Plano Condor incluíram Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru, com o apoio indireto dos Estados Unidos. O plano envolveu o compartilhamento de informações de inteligência, prisões ilegais, tortura, desaparecimento forçado e assassinato de dissidentes políticos e ativistas de direitos humanos que eram considerados uma ameaça aos regimes militares (Feitlowitz; 1999; Gradin, 2004; Stern, 2011)

O parágrafo único do artigo 16º (Brasil, 1981) é ainda mais explícito quanto ao propósito da imigração no Brasil:

> A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (Brasil, 1981).

Essa compreensão economicista (Ferreira e Bittas, 2008) da pessoa imigrante apenas como mão-de-obra se consolidou com a instalação do CNIg no Ministério do Trabalho em 2019 (Lima, 2019). O foco na força de trabalho é no aumento da produtividade promovido pela ditadura que visava a industrialização como motor do crescimento econômico brasileiro.

Nesse sentido, as políticas educacionais se orientaram para o trabalho mediante colégios industriais (Ferreira e Bittar, 2008). Da mesma forma, delimitou que nem toda pessoa imigrante está apta, de acordo com os interesses do Estado, a ingressar no Brasil, mas somente aquelas que possam agregar ao desenvolvimento[25] do país. Esse entendimento, ao mesmo tempo, estereotipiza as pessoas imigrantes como mão de obra, para tanto as desumaniza e legitima a negação de direitos, e as estigmatiza configurando critérios que demarcam quem não é suscetível do status de migrante regular.

A fruição de direitos condicionada ao interesse do Estado brasileiro também pode ser verificada na redação do artigo 48º "(...) a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado" (BRASIL, 1980). Esta cláusula estabelece que a pessoa imigrante somente se torna sujeito de direitos se estiver em situação migratória regularizada. No entanto, essa abordagem, alinhada ao paradigma securitista (Feldman-bianco, 2018; Moreira, 2018), suscita a preocupação com a estigmatização das pessoas imigrantes irregulares e cria um ambiente propício à vulnerabilidade, já que a segurança nacional se sobrepõe aos princípios fundamentais de igualdade, não discriminação e acesso a direitos, prejudicando a garantia dos direitos das pessoas imigrantes no Brasil.

Nesse sentido, a institucionalização de barreiras à participação na vida pública e na educação, com base na regularidade da situação migratória, perpetua um ciclo de marginalização e discriminação. A imposição de tais restrições não apenas nega a indivíduos em situação irregular o acesso a oportunidades educacionais e empregos dignos, mas também prejudica o

[25] As estratégias de ação ditatorial para garantir o desenvolvimento foram: 1) reorientação do processo de acumulação de riqueza; 2) Redução da taxa do salário real básico e 3) Fomento da exportação de produtos industriais (Ferreira e Bittar, 2008).

desenvolvimento de uma sociedade e instituições preparada para proporcionar o devido suporte humanitário.

Vale ressaltar que o termo utilizado ao longo do Estatuto (Brasil, 1981) para denominar a pessoa imigrante, é “estrangeiro”, o que revela a estereotipização como estranho ou que não pertence[26]. A rigor, esse termo significa: “1. Que ou quem tem nacionalidade diferente daquela do país onde está. 2. Que ou quem pertence ou sente que pertence à outra região ou grupo, a outra classe ou a outro meio que não aquele onde está. = ESTRANHO, FORASTEIRO” (Estrangeiro, 2021). O ideal nacionalista ditatorial reforçou aideia de proteção contra um inimigo comum, o comunismo. No caso do estatuto, o inimigo foi personificado na pessoa imigrante estigmatizada como ameaça.

A utilização desse vocábulo pelo Estatuto do Estrangeiro no Brasil e pela *Ley de Extrangería* no Chile, que será analisada na próxima seção deste capítulo, ambas vigentes quando da criação do VHH e do VDR para venezuelanos, revela elementos significativos sobre a base em que se desenvolveram as políticas migratórias.

Parece-me considerável a equivalência do termo “estrangeiro” aos termos “estranho” e “forasteiro” porque ambos fortalecem a ideia do não pertencimento. Essa perspectiva foi abordada pelo escritor francês Albert Camus em sua obra “O Estrangeiro” (2009). O romance conta a história de Mersault, homem argelino de nacionalidade francesa, responsável pelo assassinato de um argelino árabe. A tônica do romance demonstra que esse personagem não se insere socialmente e emocionalmente no contexto em que vive. Ao longo de toda a história permanece alheio, até durante seu próprio julgamento, como um estranho que não reconhece a sociedade que o desconhece.

[26]O entendimento jurídico do *ius migrandi* é o direito inerente de mobilidade humana em resposta ao deslocamento forçado de milhões de pessoas durante a Segunda-Guerra Mundial (Costa, 2020; Cademartori e Barto, 2021). A cidadania estrangeira limitava a garantia de direitos no país de destino dessas pessoas deslocadas forçosamente, o que evidenciou a contradição entre soberania nacional e direitos humanos. Essa dissociação favorece ideologias racistas e totalitárias contra as pessoas imigrantes (Brito, 2013). Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral em 1948, os Estados-membros se comprometeram com os direitos inalienáveis para todo ser humano. Embora a Declaração não garanta o respeito aos direitos das pessoas imigrantes, iniciou o reconhecimento da problemática. Em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos Humanos dos Imigrantes, ainda não foi ratificada por todos os países. Ainda assim, o regime internacional de direitos humanos se impõe como paradigma vigente (Ramos, 2009; Brito, 2013).

A revisão anterior se torna necessária para enfatizar que resolução normativa nº 97 de 2012 que possibilitou a concessão de visto permanente a pessoas haitianas, por motivos humanitários, se baseia no artigo 16º do Estatuto do estrangeiro (BRASIL, 1980). Essa resolução normativa foi criada no Conselho Nacional de Imigração (CNIg[27]), órgão de deliberação coletiva integrante do Ministério do Trabalho (Brasil, 1993), em 12 de janeiro de 2012, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2010-2016). O motivo humanitário foi definido no artigo 1º, parágrafo único da Resolução, remetendo ao "agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência ao terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010" (Brasil, 2012).

O termo "agravamento" na definição adotada pela resolução normativa nº 97 (Brasil, 2012) reafirma estereótipo de subdesenvolvimento e de miséria daquele país. De fato, de acordo com Fundo Monetário Internacional (FMI), o Haiti tem enfrentado dificuldades de estabilização econômica devido à instabilidade política. A crise econômica também está intimamente associada com o déficit externo decorrente de embargos internacionais que se arrastam desde o período colonial (FMI, 2020).

Ainda assim, embora grandes reformas políticas ou econômicas não tenham sido feitas, há o crescimento gradual da economia haitiana com a valorização em 50% da moeda nacional, gourde haitiano, frente ao dólar estadunidense em 2022. Esse período de valorização da taxa de câmbio também coincidiu com aumento das remessas internacionais e redução das importações (Bhattacharya e Shenai, 2022).

É relevante o registro do aspecto econômico porque do ponto de vista do sistema capitalista mundial, o Haiti é considerado um país com baixo nível de riqueza. O positivismo e o darwinismo social que fizeram prosperar a lógica capitalista contemporânea também fez vicejar a associação entre progresso socioeconômico e raça (Gouveia, 2016). Nesse sentido, o subdesenvolvimento estaria atrelado à miséria, à corrupção, à desorganização e, também, ao racismo.

Thomaz (2011) descreve que na ocasião do terremoto no Haiti, em 2010, a população se organizou em conglomerados com o intuito de resgatar pessoas

[27]Atualmente, o CNIg é um órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo e consultivo, integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2019c).

feridas ou mortas. Diferentemente do que foi veiculado pela mídia, não houve caos nem violência generalizada. As associações de moradores, de profissionais, de religiosos e os núcleos estudantis organizaram acampamentos para o acolhimento de pessoas desabrigadas e para a distribuição de alimentos doados, principalmente, por mulheres haitianas comerciantes. A agência da população haitiana contestou o estereótipo de violenta e incapaz econômica, cultural e socialmente. De outra parte, o apoio da cooperação internacional não foi imediato e quando iniciou se concentrou nos aeroportos e nos hotéis onde circulavam pessoas estrangeiras objetivando a evacuação imediata do país.

Posteriormente, no Brasil, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado que tratava sobre o fluxo migratório haitiano para o Brasil em 2015, imigrantes haitianos alertaram que as violações aos direitos humanos no Haiti se devem principalmente à presença de forças militares internacionais (Agência Senado, 2015). Vale destacar que a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) ocorreu entre 2004 e 2017, e foi comandada pelas forças armadas brasileiras.

A missão foi considerada mal sucedida em seu intuito de estabilização política e os soldados que compunham as forças militares foram denunciados por múltiplos abusos sexuais contra mulheres e meninas haitianas (Toledo e Braga, 2020). Os imigrantes sugeriram também que o financiamento do governo brasileiro para manter militares no Haiti pudesse ser direcionado para a melhoria dos abrigos de acolhimento de pessoas imigrantes (Agência senado, 2015). Ainda nessa audiência, autoridades do Ministério das Relações Exteriores discutiram a necessidade de incentivar as pessoas imigrantes haitianas a optarem pela chamada rota legal de ingresso no país.

Essa rota é determinada pelo artigo 2º da resolução normativa nº 97 de 2012 que prevê a concessão do visto unicamente a partir da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, capital do Haiti. Isso sugere estratégia governamental para manter maior controle sobre quem são e quantas são as pessoas haitianas que pretendem ingressar no Brasil, e principalmente, sugere o intuito de refrear o ingresso de pessoas imigrantes por meios terrestres. A entrada por via terrestre sobrecarrega a infraestrutura das cidades fronteiriças da Região Norte do país, o que requer providências do governo, no nível estadual e no federal, no sentido de promover formas de acolhimento digno. Por certo, a despeito do discurso de

caráter humanitário, o VHH buscou desestimular o ingresso de pessoas imigrantes pela fronteira norte do Brasil, com a justificativa de carência de infraestrutura para o acolhimento.

Ademais, a Resolução Normativa nº 97 de 2012, apesar do caráter humanitário, impôs consideráveis restrições às pessoas imigrantes haitianas no Brasil, que abrangiam o processo formal de obtenção de vistos, a quantidade anual de vistos emitidos, o período de validade e as condições de permanência no país. Essas barreiras administrativas ao fluxo migratório haitiano para o Brasil são contraditórias quando confrontadas com a extensa devastação provocada pelo terremoto no Haiti, que resultou na desarticulação de serviços públicos essenciais, incluindo os consulares. A limitação de 1200 vistos humanitários por ano estabelecida pelo VHH revela-se paradoxal diante do argumento de assistência humanitária, considerando que, entre 2012 e 2014, cerca de 31 mil pessoas haitianas solicitaram refúgio no Brasil (ACNUR, 2014). Essa discrepância evidencia tensão entre a narrativa humanitária e a prática política restritiva.

Além disso, a Resolução Normativa nº 97 de 2012, que regula a emissão desses vistos, tem uma vigência inicial limitada a apenas dois anos. A expiração da resolução sem renovação ou substituição adequada poderia significar o fim da concessão desses vistos essenciais. Nesse sentido, embora o Art. 1º do Visto Humanitário para pessoas haitianas estabeleça um compromisso de cunho humanitário ao prever que "ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no artigo 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias" (Brasil, 2012), a Resolução Normativa nº 97 de 2012 introduziu, simultaneamente, significativas restrições à pessoa imigrante haitiana no Brasil.

Este limite temporal para a normativa introduz uma incerteza considerável no processo de acolhimento dessas pessoas, forçando-as a depender de uma política potencialmente efêmera para sua permanência e estabilidade no Brasil. Ademais, o Artigo 3º da Resolução normativa nº 97 de 2012 subordina a permanência das pessoas haitianas no Brasil a comprovação de estabilidade laboral, “(...) o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil" (Brasil, 2012). Esta exigência, que ecoa o artigo 16 do Estatuto do Estrangeiro relacionado à provisão de mão-de-

obra estrangeira, desconsidera os desafios de inserção em um mercado de trabalho estrangeiro e as barreiras frequentes na validação de qualificações e diplomas estrangeiros.

Isso complexifica e encarece o trâmite burocrático que envolve a regulação do status migratório e obstaculiza a capacidade de obtenção de emprego estável e de integração social e econômica. Além disso, a autorização de residência limitada a dois anos pode não ser suficiente para que pessoas imigrantes se estabeleçam de maneira efetiva, considerando os desafios de adaptação cultural, obtenção de emprego, laços familiares, regularização de status educacional e profissional.

As restrições impostas pelo processo formal de obtenção de vistos se manifestam por rotinas burocráticas e administrativas desconectadas dos impactos da tragédia haitiana, o país teve 70% de sua infraestrutura predial, residencial e estatal, destruída pelo terremoto, incluindo o edifício do palácio presidencial (Salatiel, 2012). No primeiro ano após o terremoto, somente 5% dessa estrutura foi reconstruída e 100 mil pessoas seguiram desabrigadas (Globo, 2021).

Ainda tratando da Resolução normativa nº 97 de 2012, é problemático que artigo 4º determine o período de apenas dois anos de vigência do visto frente ao estado de calamidade que a própria normativa enfatiza e considera. E, nesse mesmo sentido, apesar de evidenciar a preocupação com a assistência humanitária, a resolução determina que sejam concedidos o máximo de 1.200 vistos por ano em seu artigo 2º, parágrafo único. Essa proposição contrasta diretamente com o fluxo de pessoas haitianas que ingressaram no Brasil. Em todo o ano de 2010, chegaram 456 pessoas; em 2011, 1.898 pessoas e, apenas em janeiro de 2012, antes da instituição do visto, 1.460 pessoas imigrantes haitianas chegaram ao Brasil, apenas pela fronteira de Tabatinga- Amazonas (Agência senado, 2012).

A Resolução Normativa nº 97 de 2012 foi posteriormente atualizada e substituída por uma série de Resoluções Normativas (RN) emitidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg): RN nº 106 em 24 de outubro de 2013, RN nº 113 em 09 de dezembro de 2014, RN nº 117 em 12 de agosto de 2015, e finalmente a RN nº 123 em 13 de setembro de 2016, que permaneceu em vigor até 30 de outubro de 2017. No entanto, desde 2018, ainda na administração

Michel Temer (2016-2018), a regulação do Visto Humanitário para pessoas haitianas tem sido responsabilidade de portarias conjuntas do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, atualizadas anualmente.

Oito meses após a instituição do VHH, Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg (2012 e 2016), na época o CNIg integrava o Ministério do Trabalho, concedeu ao jornal Rede Brasil (Pedrozo, 2012), entrevista em que tratou sobre os desdobramentos desse visto para o governo brasileiro. Desde o início da entrevista, as pessoas haitianas são apresentadas, por Paulo Sérgio de Almeida, como "população do país mais pobre das Américas" que sofre com o agravamento, ocasionado pelo terremoto, da "condição de pobreza" (Pedrozo, 2012). Esse discurso estereotipiza as pessoas imigrantes como carentes de recursos e fornecedoras de mão-de-obra de baixa especialização, estereótipos que permeiam toda a entrevista. O apontamento desses aspectos é estereotipizante e reducionista porque coloca o Haiti como equiparável à miséria.

Essa ênfase silencia o legado histórico-cultural, que inclui por exemplo, as contribuições artísticas, as religiões afro-caribenhas e a Revolução haitiana[28]. A estereotipização que enfatiza a pobreza e a instabilidade política do Haiti também se observa na narrativa dos meios de comunicação e em algumas pesquisas acadêmicas. Em sentido contrário, nesta pesquisa, defendo que a pobreza é apenas uma dimensão da multifacetada história desse país. Os seguintes trechos da fala do presidente do CNIg, mostram que a concessão do VHH exclusivamente na embaixada brasileira em Porto Príncipe teve como objetivo "[...] frear a entrada por via terrestre" embora o argumento das "questões humanitárias depois das implicações do terremoto de janeiro de 2010 que devastou o país" (Pedrozo, 2012).

Isto é, a política migratória instituída pelo VHH se vale da retórica humanitária, mas foi projetada para restringir a entrada desse fluxo migratório

[28] A Revolução Haitiana, ocorrida entre 1791 e 1804, foi um movimento revolucionário na colônia francesa de São Domingos, atual Haiti, que culminou na primeira e única independência no continente americano conquistada por uma rebelião de pessoas escravizadas e negras libertas. Iniciada sob a liderança de Toussaint Louverture e concluída por Jean-Jacques Dessalines, a revolução foi impulsionada contra o sistema colonial escravista e pelos ideais de igualdade promovidos pela Revolução Francesa. Após uma luta sangrenta e a abolição da escravidão em 1794, o Haiti declarou independência em 1804, renomeando-se em homenagem aos povos indígenas originarios e estabelecendo um governo liderado por Dessalines. Essa revolução desafiou as estruturas de poder coloniais e moldou as políticas e identidade nacional haitiana (Pereira, 2019).

por via terrestre. Inibir o direito de imigrar de pessoas haitianas que só podem realizar o trajeto por via terrestre revela o estereótipo de classe social já que o custo de passagens áreas configura uma barreira intransponível para migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo a declaração do presidente do CNIg, "não é muito fácil, não são muitos [pessoas migrantes haitianas] que podem ingressar no Brasil por via aérea, a partir de Porto Príncipe" (Pedrozo, 2012).

No seguinte trecho, o presidente do CNIg destaca a importância das pessoas imigrantes haitianas para superar "dificuldades" em algumas cidades e empresas "do Sul do país que buscam trabalhador haitiano no Norte" do Brasil. Isso porque o mercado laboral brasileiro nas cidades do interior é deficitário de mão de obra "ordeiros e [que] aprendem facilmente o serviço". Essa "dificuldade" das empresas é superada ao aproveitar-se da vulnerabilidade das pessoas imigrantes haitianas que "precisam mandar dinheiro para a família". Ao enfatizar as características como "maior disposição para o trabalho", "ordem" e "dedicação", estereotipiza e afirma a subalternidade das pessoas imigrantes.

> [...] **Em algumas cidades há dificuldade em conseguir mão de obra brasileira**. **No interior dos estados, cidades com grandes obras, empreendimentos de maior porte, há dificuldade de conseguir trabalhadores**. A outra questão é que o trabalho deles [pessoas imigrantes haitianas] é bem avaliado. [pessoas imigrantes haitianas] **São considerados ordeiros, dedicados, e aprendem facilmente o serviço**. São pessoas que estão chegando ao Brasil e têm a maior disposição. **Precisam mandar dinheiro para a família. Têm vontade de vencer**, e isso tudo tem feito os empresários os avaliarem de forma positiva. A propaganda tem sido boca a boca. Uma empresa comenta com a outra. **Muitas vezes as empresas saem do Sul do país para buscar trabalhador haitiano no Norte** (Pedrozo, 2012, negrita minha).

Exposto isso, é relevante questionar esse posicionamento do CNIg à luz da abordagem securitista (Feldman-Bianco, 2018; Moreira, 2018)[29] do Estatuto do Estrangeiro. Essa lei, em vigor na época da entrevista do presidente do CNIg, reduz a agência das pessoas imigrantes e as subordina aos interesses nacionais do Brasil, no caso em tela suprir falhas do mercado de trabalho mediante

[29] O paradigma da securitização consiste na criação de políticas que favorecem a equalização entre imigração e criminalidade. Para facilitar o controle migratório, os Estados associam os direitos humanos apenas a migração "segura, ordenada e regular" (Feldman-bianco, p.17, 2018). Desse modo, os Estados discriminam, desumanizam e criminalizam as pessoas imigrantes com documentação irregular considerando-as potencialmente perigosas e associadas ao tráfico de pessoas, ao contrabando e ao terrorismo (Feldman-Bianco, 2018; Moreira, 2018).

estratégias de interiorização. A vulnerabilidade socioeconômica das pessoas imigrantes haitianas constringe a aceitação desses empregos, rejeitados pela mão-de-obra brasileira, negando oportunidades de integração digna. Nesse sentido, o VHH reproduz a lógica de oportunismo diante da vulnerabilidade das pessoas imigrantes.

Quando questionado pela escolaridade e classe social das pessoas haitianas migrantes no Brasil, o presidente do CNIg respondeu:

> A gente vê **alguns com nível de escolarização alto, que têm formação**. De alguma maneira, **conseguiram juntar dinheiro**, ou a pessoa individualmente ou a própria família. **A maioria das pessoas tem nível de escolaridade de médio incompleto, médio completo, fundamental completo – cerca de 60% da migração haitiana. Superior completo e incompleto são 10**%. Fundamental incompleto é grande também (...). Há uma variedade muito grande de qualificações, mas em geral são pessoas que juntaram dinheiro para custear a viagem ao Brasil (Pedrozo, 2012, negrita minha).

Esse posicionamento esclarece que a despeito da diversidade de níveis de escolaridade e qualificações profissionais/ocupacionais, a maioria não possui educação formal completa. Enfatiza também as dificuldades para financiar o deslocamento até o Brasil. Desse modo, o argumento da inibição do ingresso terrestre tem caráter seletivo afetando deliberadamente as pessoas haitianas com menor poder aquisitivo. Se trata de uma barreira pautada por critérios velados de classe social, estereotipiza as pessoas migrantes empobrecidas.

Diante do questionamento sobre a possibilidade de as pessoas imigrantes haitianas retornarem ao Haiti, o presidente do CNIg afirma que "a grande pobreza, o mais pobre das Américas" "não se reverte em curto prazo". Essa situação "agravada pelo terremoto e todo o histórico de catástrofes naturais, furacões. Teve recentemente problemas de cólera e outras doenças, e a própria instabilidade política são fatores que levaram **o Haiti a ser um país de grande emigração**" (Pedrozo, 2012, negrita minha). A despeito dessa compreensão sobre a baixa probabilidade de retorno no médio prazo, a normativa nº 97 de 2012 instituiu a duração temporária e de apenas dois anos além de limitar o montante de vistos concedidos.

A figura abaixo contém os principais trajetos de entrada por via terrestre de pessoas imigrantes haitianas no Brasil. O deslocamento pode iniciar por via aérea a partir da República Dominicana com destino ao Equador ou ao Peru

porque até 2012 não havia exigência de visto de entrada para pessoas haitianas em ambos os países. Uma vez nesses países, seguem por trajeto terrestre ou fluvial até a fronteira do Brasil, em diferentes pontos. Tabatinga, Assis Brasil, Brasiléia são os mais frequentes, mas também há a possibilidade de entrada por Corumbá. A escolha do transporte para efetivar o trajeto migratório está intimamente ligada à disponibilidade financeira da pessoa imigrante (UNISINOS, 2012).

Figura 4. Principal rota do fluxo migratório de pessoas haitianas para o Brasil



Fonte: Conselho Nacional de Imigração – CNIg (2011)

A dualidade desse discurso limita o escopo da ajuda humanitária e estigmatiza as pessoas imigrantes haitianas ao associarem-nas a ameaças potenciais à estabilidade social, política e econômica. A resolução normativa nº 102 que foi instituída no ano seguinte, em 2013, deu nova escrita ao artigo 2º e estabeleceu que o visto passaria a ser concedido também pelo Ministério das Relações Exteriores no Brasil (Brasil, 2013), com o objetivo de atender as pessoas imigrantes que já estavam sem documentação no Brasil.

As resoluções normativas nº 113 de 2014, nº 117 de 2015 e nº 123 de 2016 tiveram como única função a prorrogação das atribuições do VHH por mais um ano. Em 2017 não foi lançada nenhuma resolução e, institucionalmente, o VHH ficou sem uma normativa que o regulamentasse de 30 de outubro de 2017 até 10 de abril de 2018, quando foi publicizada a portaria interministerial nº10 de 6 de abril de 2018 que passaria a normatizar o "visto temporário e a autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti" (Brasil, 2018a).

É relevante ressaltar que esse período de transição da resolução normativa para a portaria ministerial, de outubro de 2017 a abril de 2018, coincide com o período do golpe parlamentar que demoveu Dilma Rousseff da presidência da república em 31 de agosto de 2016. Tal decisão parlamentar resultou na ascensão interina de Michel Temer, até o final do mandato, em 2017, configurando o giro à direita no poder governamental no Brasil. Temer desempenhou um papel central nas mudanças políticas subsequentes. Em 2018, tomou posse como presidente eleito, Jair Bolsonaro, que instituiu durante todo o mandato, o discurso anti-imigrante e decisões ultraconservadoras nas pautas de imigração. Esse governo sinalizou a soberania e os interesses de grupos aliados nas políticas migratórias (Grajales e Gallegos, 2021).

Essas mudanças no poder executivo brasileiro refletiram modificando o VHH e consequentemente recuando ainda mais nas garantias das pessoas imigrantes haitianas. Até 2018, o VHH tinha caráter permanente condicionado à permanência da pessoa imigrante por cinco anos no Brasil. A residência permanente seria concedida mediante a comprovação de vínculo laboral estável. Nesse ano, o visto tornou-se temporário, com a duração máxima de dois anos. A partir desse momento, como se constatou na análise documental, a regulamentação do VHH incluiu novos atores institucionais. A partir da portaria interministerial nº 10 de 2018[30] essas medidas passaram a ser elaboradas em conjunto pelos Ministérios da Justiça, da Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho.

[30] As portarias interministeriais diferentemente das resoluções normativas costumam ser mais extensas. Essa portaria é composta por 13 artigos em comparação com as resoluções normativas que instituíram o VDH formadas por apenas dois. Essa portaria resolve duas modalidades de visto: o temporário e o de residência.

No artigo 2º, parágrafo primeiro da portaria interministerial nº 10 de 2018, consta a determinação: “O visto temporário para acolhida humanitária será concedido às pessoas mencionadas no caput [pessoa com cidadania haitiana e às pessoas apátridas que sejam residentes no território da República do Haiti] com prazo de validade de noventa dias” (Brasil, 2018a). Essa definição transformou radicalmente a proposta inicial do VHH que concedia a permanência no Brasil, mesmo que condicionada, às pessoas haitianas. O parágrafo segundo do mesmo artigo, retoma a determinação de que a concessão do visto seja feita em caráter exclusivo pela embaixada brasileira em Porto Príncipe. Como supracitado, a proposta de emissão do visto unicamente em Porto Príncipe desestimula o ingresso no Brasil por via terrestre, mais difícil de ser controlado pelas autoridades migratórias brasileiras. Ao mesmo tempo, essa medida exclui também a possibilidade de concessão de visto para pessoas que não possam custear nem o deslocamento até Porto Príncipe nem a taxa de solicitação do visto. Por tanto, a mudança estipulada pela Portaria, da mesma forma, também estigmatiza as pessoas haitianas com baixo poder aquisitivo que não podem arcar com os custos implícitos nessa decisão governamental brasileira.

Situação similar pode ser constatada no item IV do artigo 3º que determina a necessidade de apresentação de comprovante de meio de transporte na entrada no território brasileiro. Assim, sob a proposta de refrear a entrada de pessoas imigrantes irregulares e combater o tráfico de pessoas e a ação de coiotes (Agência Senado, 2015), o VHH acaba delimitando quem poderá imigrar ao Brasil, a partir de sua capacidade financeira. Desse modo, estigmatiza as pessoas haitianas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e coíbe a pretensão migratória.

Em seu artigo 6º, a Portaria (Brasil, 2018a) determina que a pessoa imigrante haitiana que tenha residido no Brasil nos últimos cinco anos pode solicitar a autorização de residência temporária. Essa autorização concede a permanência no Brasil pelo período de dois anos, desde que essa pessoa possa comprovar: que entrou e saiu do Brasil exclusivamente pelo controle migratório, ou seja, possuir situação migratória regular; que não possui registro criminal no Brasil; e, que comprove meios de subsistência conforme as indicações do artigo 7º. Essas exigências criam obstáculos significativos para as pessoas migrantes em situação irregular no Brasil, desconsiderando a vulnerabilidade e os direitos

humanos. Essas barreiras no contexto de uma normativa de suporte humanitário são contraditórias porquanto deixam de observar a vulnerabilidade após o terremoto. E neste sentido, estigmatiza a vulnerabilidade associando-a com ilegalidade e punindo a quem já enfrenta negação de direitos.

A determinação de que a pessoa imigrante comprove meios de subsistência, conforme indicado no artigo 7º, coloca a carga da prova sobre as pessoas imigrantes, atuando em desacordo com princípios de assistência humanitária e proteção, a normativa cria barreiras para pessoas imigrantes irregulares e que, pela vulnerabilidade precisam de proteção e assistência humanitária. A determinação de comprovação de meios retoma o paradigma de securitização (Feldman-Bianco, 2018) discrimina as pessoas imigrantes empobrecidas.

A portaria interministerial nº 12 de 2019 (Brasil, 2019a) mantém redação similar à de 2018, já a portaria interministerial nº 13 de 2020, em seu artigo 2º, determina que o tempo de permanência da pessoa imigrante passa de 90 para 180 dias (Brasil, 2020). Embora o período de permanência tenha dobrado, se trata de um espaço de tempo reduzido para cumprir as exigências do VHH: Ingressar no mercado de trabalho e obter estabilidade financeira. Dada a vulnerabilidade das pessoas imigrantes haitianas subalternamente racializadas seis meses é uma janela de tempo insuficiente para o desafio imposto pela normativa do VDH de comprovar meios de subsistência, o que pode resultar em trabalho informal e exploração.

Essa medida, que condiciona a segurança e a estabilidade de pessoas imigrantes haitianas a uma política de curta duração e a requisitos de empregabilidade rígidos, reflete uma desconexão entre os objetivos humanitários proclamados e a realidade prática dessas políticas. Ao invés de oferecer acolhimento e oportunidades para reconstrução de vidas, essas medidas podem inadvertidamente perpetuar a vulnerabilidade das pessoas que buscam segurança e um novo começo no Brasil, ilustrando um paradoxo flagrante frente ao propósito humanitário anunciado.

A portaria interministerial MJSP/MRE nº 27 de 2021 (Brasil, 2021) que institui o VHH foi elaborada pelo Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores. Em seu artigo 9º, a portaria determina que a obtenção de autorização de residência implica na desistência de reconhecimento ou na renúncia da

condição de pessoa refugiada. Cabe salientar que o reconhecimento do refúgio no Brasil, regulada pela Lei nº 9.474 de 1997, garante prerrogativas à pessoa refugiada diferente das concedidas às detentoras do VHH. As pessoas em condição de refúgio no Brasil não podem ser criminalizadas pela entrada irregular em território nacional; não podem ser deportadas, expulsas ou extraditadas; têm facilitadas a integração local e a solicitação de naturalização (Brasil, 1997).

A priorização de uma forma de ingresso das pessoas haitianas ao Brasil sobre a outra obedece a interesses socioeconômicos, políticos e burocráticos do governo brasileiro, e se desdobra em implicações sociais. As pessoas refugiadas podem permanecer por tempo indeterminado no Brasil ao passo que o VHH estipula prazo máximo de dois anos. A pessoa solicitante de refúgio é isenta de pagamento de taxa de solicitação e a pessoa imigrante está sujeita a um trâmite custoso[31] e demorado, que afeta diretamente a capacidade de integração social. Por fim, a escolha de priorizar o reconhecimento do refúgio ou a concessão do VHH determinada pela normativa levanta preocupações sobre a igualdade de tratamento, acesso à proteção internacional e o respeito pelos direitos humanos das pessoas haitianas, principalmente as mais vulneráveis.

De outro lado, a Lei de migração nº 13.445 promulgada em maio de 2017, respaldo legal das portarias interministeriais que instituem o VHH, foi promulgada durante o governo interino de Michel Temer (2016-2018). Resultando de um processo relativamente plural, porém menos enfático no paradigma de direitos humanos que a proposta original, devido aos vetos impostos por Temer, dentre eles a expulsão de imigrantes com antecedentes criminais.

Essa lei representou alguns avanços em relação ao Estatuto do Estrangeiro porque incorporou os direitos humanos[32] e repudiou a discriminação da pessoa imigrante e a criminalização da imigração. Por outro lado, o Decreto 9.199 de novembro de 2017, que regulamentou e instituiu a Lei nº 13.445 de

[31] Valor da taxa de solicitação de carteira de estrangeiro em 2023: R$124,23 (HAITI AQUI, 2023). Valor de passagem aérea de Porto Príncipe a São Paulo em 2023: R$5.550 (site decolar.com)

[32] Os direitos humanos podem ser divididos em duas categorias: 1) Direitos de primeira geração ou direitos-liberdade que tem como objetivo limitar o poder do Estado (LAFER, 2006); 2) Direitos de segunda geração que contemplam os deveres do Estado para garantir o bem-estar dos cidadãos, como o direito à segurança, ao trabalho, à saúde, à educação etc. (Lefort, 1991; Ferry e RENAUT, 1997). Ambas as categorias estão presentes na Lei nº 13.445 de 2017.

maio de 2017 e a Portaria Interministerial nº 10 de abril de 2018, mantém a visão restritiva pautada no paradigma da securitização (Feldman-bianco, 2018; Moreira, 2018), ao estabelecer nos artigos 176 e 185, a deportação de pessoas imigrantes com documentação irregular. A política migratória, a despeito da modificação do aparato legal, continuou sendo marcada pela estatização dos assuntos migratórios e pelo foco na soberania, autonomia e interesses nacionais (Grajales e Gallegos, 2021). A política migratória sob a lente da securitização (Feldman-Bianco, 2018; Moreira, 2018) é conflitante com os princípios progressistas da democracia onde os Estados são responsáveis pela plena garantia dos direitos humanos.

Antes disso, Temer (2016-2018) implementou a Força Tarefa Logística Humanitária (FTLogHum), popularmente conhecida como Operação Acolhida, para o assentamento de pessoas migrantes venezuelanas no Brasil. Envolveu o trabalho conjunto do Ministério da Defesa, das agências das Nações Unidas e das organizações da sociedade civil e se ancorou em três principais pilares de ação: a) facilitar o trânsito fronteiriço; b) assistência e abrigo as pessoas imigrantes e refugiadas, especialmente as de maior vulnerabilidade e c) implementação de estratégias de interiorização mediante, por exemplo, deslocamento para outras regiões e cidades brasileiras. Desde o início, em abril de 2018 até agosto de 2019, quase 15 mil pessoas migrantes venezuelanas foram realocadas em diferentes Estados brasileiros (Mendes e Menezes, 2019; Plataforma de coordenação interagencial, 2019).

A expectativa de essa iniciativa de cunho humanitário se tornar importante precedente para o Exército Brasileiro foi frustrada. De acordo com Vasconcelos e Machado (2021), o imaginário social sobre a hospitalidade brasileira se descaracterizou nessa Operação. Isso porque o estabelecimento de distância essencial entre o Estado brasileiro ou anfitrião e as pessoas estrangerias é marcado pela legitimidade da violência estatal. Isso resultou em uma visão excludente do espaço público, onde determinados indivíduos são prontamente rotulados como "estrangeiros", ou seja, como supracitado (Santos, 2017), aqueles que estão fora do grupo, desprovidos dos direitos concedidos aos membros da nação.

Na Operação Acolhida, verificou-se traços de política higienista dos espaços públicos, que envolveu a remoção de pessoas migrantes que ocupavam

praças, ruas, canteiros de avenidas, terrenos baldios e edifícios abandonados (Butler, 2011). Isto é, as pessoas imigrantes são catalogadas como "indesejáveis". Na cidade de Boa Vista (RO), de acordo com Vasconcelos e Machado (2021), vigorou a seletividade migratória a partir de marcadores sociais da diferença como nacionalidade, gênero, classe social e origem étnico-racial. Assim, a Operação acolhida, desvelou as marcas da exclusão e discriminação, juntamente com a reconfiguração dos fundamentos tradicionais do controle migratório. (Domenech, 2015).

De outra parte, a campanha eleitoral que elegeu a Jair Bolsonaro, em 2018, prenunciou o retrocesso nos direitos humanos no contexto imigratório brasileiro. Durante a campanha, Bolsonaro caracterizou negativamente as pessoas imigrantes, discursou sobre a imigração como um mal a se combater e advogou pela revogação da Lei de Migração nº 13.445 de 2017. Dessa forma, em matéria migratória esse governo não apenas deu continuidade na retrocessão iniciada por Temer (2016-2018), mas liderou significativo retrocesso na garantia dos direitos das pessoas imigrantes (Fellet, 2019).

No dia da posse presidencial, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro, por meio do Itamaraty, emitiu nota ao secretário-geral das Nações Unidas informando a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (Brasil, 2019a). No dia 8 de janeiro, mediante telegrama às missões do Brasil na ONU e em Genebra ao Diretor-Geral da Organização Internacional de Migração, o Brasil formalizou a dissociação do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (Cunha, 2019).

Bolsonaro se alinhou à política anti-imigrante de Donald Trump (2017-2021), presidente estadunidense, de Matteo Salvini (2022- até atualidade), ex-vice-ministro (2018-2019) e atual primeiro-ministro da Itália e de Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria (1998-2002; 2010 até a atualidade). Trump propôs a construção de um muro anti-imigração na fronteira com o México (Demarche, 2019), já Salvini e Orbán defendem proeminentemente a anti-imigração africana e muçulmana na Europa. Assim, como esses políticos, Bolsonaro se posicionou como contra a imigração sustentando a ideologia nacionalista (Mendes e Menezes, 2019).

Além da retirada do Brasil do Pacto Global para Migração, o governo Bolsonaro também encerrou a Operação Acolhida e editou a portaria nº 666 de

2019, que determinou a deportação sumária de pessoas imigrantes substanciada pela mera suspeição de “envolvimento em terrorismo, organização criminosa, tráfico de drogas, torcida com histórico de violência em estádios e pornografia infantil” (Brasil, 2019b). Essa portaria (Brasil, 2019b), que concede a pessoa imigrante o prazo de 48 horas para se retirar do país Brasil ou para apresentar defesa, foi criticada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados como uma medida que restringe direitos com base em mera suspeita (Conectas, 2019; Mello, 2019).

A portaria interministerial MJSP/MRE nº 29 de 25 de abril de 2022, instituída durante a administração Jair Bolsonaro (2019-2022), última versão da portaria interministerial analisada dentro do escopo temporal desta tese, implicou em uma mudança significativa ao substituir o visto permanente por um visto temporário e autorização de residência, com a duração do visto fixada em 180 dias e a autorização de residência estendida para dois anos, ambas expedidas exclusivamente pela embaixada brasileira em Porto Príncipe, Haiti (BRASIL, 2022). Esta transição para vistos temporários e a limitação de tempo na autorização de residência apresentam um contexto mais desafiador para pessoas imigrantes haitianas. A curta duração do visto de 180 dias impõe um fardo administrativo decorrente da obrigatoriedade de renovar frequentemente sua permissão legal para permanecer no Brasil.

A política anti-imigratória do governo Bolsonaro sinaliza a retomada do paradigma securitista (Feldman-Bianco, 2018; Moreira, 2018) indicando marginalização dos princípios progressistas da Lei migratória nº 13.445 de 2017 (Wermuth, 2020). Dessa forma, mesmo que essa Lei (Brasil, 2017a), por via jurídica, tenha trazido avanços para a garantia dos direitos das pessoas imigrantes, a política migratória dos governos de Temer e Bolsonaro, por via administrativa, integralizou diretrizes restritivas, estereotipizantes e estigmantizantes, ao VHH.

A limitação temporal é particularmente problemática no contexto das necessidades de uma população que migra em resposta a crises e instabilidades significativas, como as enfrentadas pelas pessoas no Haiti. A natureza temporária e a frequente necessidade de renovação desses documentos legais, paradoxalmente, mina os objetivos humanitários que motivam a concessão de

tais vistos e autorizações, refletindo uma política migratória desconectada das situações humanitárias enfrentadas pelas pessoas imigrantes.

3.2. Estereótipos e estigmas nas normativas que fundamentam o Visto de Responsabilidade Democrática.

O ofício-circular nº 96 de 2018, da Subsecretaria das Relações Exteriores do Chile instituiu o VDR. Tratou-se de uma medida do segundo mandato não contínuo do ex-presidente Sebastián Piñera (2018-2021). A normativa do VDR explica, em seu item 1º, que a instituição do visto se deve:

> (..) la crisis democrática por la que actualmente atraviesa la República Bolivariana de Venezuela, se ha producido un éxodo masivo de nacionales de ese país, aumentando considerablemente el número de venezolanos que ingresan a Chile en calidad de turistas y que solicitan cambios de su categoría migratoria (Chile, 2018a).

A expressão "crise democrática, nesse ofício deliberadamente suprime outros aspectos como a economia hiperinflacionária[33] (Forbes, 2020) que incide nos fluxos migratórios desde a Venezuela. Além disso, assim como nas normativas do VHH, estereotipiza as pessoas imigrantes venezuelanas ao generalizar o ingresso com visto de turista e posteriormente solicitação de modificação de categoria migratória. Subentende-se que essa estratégia é nociva para o Chile. No entanto, a solicitação de mudança na categoria de visto é autorizada pelo artigo 78º do decreto nº 597 de 1984.

> Los extranjeros que hubieren obtenido visación (...) en las calidades establecidas en el presente Reglamento, podrán solicitar su cambio por otra calidad distinta a la que poseen. En tal caso, las solicitudes y las resoluciones respectivas que las aprueben deberán hacerse extensivas a los dependientes.
>
> Asimismo, los extranjeros que posean visaciones de residentes en la condición de dependientes, podrán solicitar su cambio a la calidad de titulares de estas visaciones u otra calidad distinta (Chile, 1984).

[33] A economia hiperinflacionária da Venezuela se refere a uma situação em que a taxa de inflação é excepcionalmente alta, caracterizada por aumentos substanciais e generalizados nos preços dos bens e serviços. A hiperinflação geralmente é definida quando a taxa de inflação mensal ultrapassa 50% e mantém esse nível por um período prolongado. A hiperinflação no país começou em meados da década de 2010, agravada por uma série de fatores, incluindo a queda nos preços do petróleo, má gestão econômica, políticas monetárias inadequadas e instabilidade política. De acordo com relatórios econômicos, a hiperinflação na Venezuela atingiu seu pico em 2018 e 2019, com taxas de inflação mensal e anual que superaram milhares por cento. Isso resultou em escassez de alimentos e medicamentos, perda de poder aquisitivo, colapso dos serviços públicos e uma grave crise humanitária (Hanke, 2019, Forbes, 2020; The word bank, 2020)

A própria ênfase na denominação do VDR, especificamente os termos “Responsabilidade Democrática”, conecta-se semanticamente com a ideia de crise democrática citada na primeira linha do artigo 1º. Essa denominação determina dois aspectos implícitos inter-relacionados: o Chile é um país democrático, a Venezuela não. O caráter democrático do VDR auto atribuído pelo governo chileno é instrumentalizado enquanto acusação à Venezuela que gera “êxodo massivo” (Chile, 2018b).

No artigo 2º do ofício-circular nº 96 de 2018 há a indicação de que:

> **Los éxodos de esta naturaleza, tienden a provocar vulneraciones de derechos fundamentales, aumento de la trata de personas y tráfico ilícito de migrantes**, razón por la cual, se ha adoptado la decisión de otorgar a los nacionales de la República Bolivariana de Venezuela, que así lo solicitaren, un Visado Responsabilidad Democrática (Chile, 2018a, negrita minha).

A afirmação presente no artigo 2º do ofício-circular nº 96 de 2018, que associa os êxodos migratórios com o aumento do tráfico de pessoas e do tráfico ilícito de pessoas imigrantes, estigmatiza indevidamente as pessoas imigrantes venezuelanos ao criar uma relação direta entre seu movimento em busca de condições melhores de vida e a prática de atividades criminosas. Além disso, a afirmação é imprecisa em sua correlação entre êxodos migratórios e crimes, pois não são os atos de migração em si que aumentam a criminalidade, mas sim a exploração de indivíduos vulneráveis por parte de redes criminosas. Portanto, o problema reside mais na exploração da vulnerabilidade das pessoas imigrantes do que na migração em si. Essa generalização é instrumentalizada pela política migratória do VDR para legitimar a exclusão de pessoas imigrantes “indesejadas”.

O VDR é fundamentado legalmente na já citada Lei nº1094 de 1975 e pelo decreto nº 597 de 1984, ambos elaborados no período ditatorial chileno. Esse visto prevê a residência temporária de pessoas venezuelanas, por um ano, prorrogável por igual período. Como apontado em relação ao VHH, a vigência é significativamente curta em vista à crise econômica, com início na década de 2010, causa principal desse fluxo migratório.

Também de maneira similar ao VHH, o VDR é concedido exclusivamente pela autoridade consular chilena estabelecida na Venezuela, como consta no

artigo 5º “Dichos visados serán otorgados por la autoridad consular chilena en la República Bolivariana de Venezuela (...)” (Chile, 2018a). Isto é, assim como o VHH, impossibilita o acesso ao visto as pessoas migrantes venezuelanas em condição irregular no Chile.

No sétimo e último artigo do Ofício (Chile, 2018a) se retoma como embasamento legal, determinações do artigo 15º da *Ley de extranjería,* no qual se define quem não poderá obter o visto de residência temporária. O endosso desse artigo pelo VDR estereotipiza as pessoas imigrantes como ameaça em potencial ao Estado chileno refletindo um padrão histórico e já institucionalizado de controle estrito e regulamentação discriminatória da imigração no Chile.

> Se prohíbe el ingreso al país de los siguientes extranjeros: 1.- **Los que propaguen o fomenten** de palabra o por escrito o por cualquier otro medio**, doctrinas que tiendan a destruir o alterar** por la violencia, el orden social del país o **su sistema de gobierno, los que** estén sindicados o **tengan reputación de** ser **agitadores o activistas de tales doctrinas** y, en general, los que ejecuten hechos que las leyes chilenas califiquen de delito contra la seguridad exterior, la soberanía nacional, la seguridad interior o el orden público del país y los que realicen actos contrarios a los intereses de Chile o constituyan un peligro para el Estado (Chile, 1975, negrita minha).

O ofício-circular nº 96 de 2018 foi complementado pelo ofício-circular nº274 de 2018 que instruiu sobre a ampliação da concessão de vistos, em caráter temporário, para dependentes de pessoas imigrantes venezuelanas contempladas pelo VDR. Como retificação de elementos não incluídos inicialmente no instituto do VDR, a resolução *exenta* nº 2087 de 2019 determina que passem a ter validez os documentos vencidos de viagem ou de identidade das pessoas imigrantes venezuelanas. O primeiro numeral desta normativa (Chile, 2019a) informa que:

> A Declaración de Quito sobre Movilidad Humana de Ciudadanos Venezolanos en la Región, suscrita el 4 de septiembre de 2018, los Gobiernos de la República de Chile, República Argentina, República Federativa del Brasil, República de Colombia, República de Costa Rica, República del Ecuador, Estados Unidos Mexicanos, República de Panamá, República del Paraguay, República del Perú y República Oriental del Uruguay, acordaron, entre otros aspectos, de acuerdo con la legislación nacional de cada país, **acoger los documentos de viaje vencidos como documentos de identidad de los ciudadanos venezolanos para fines migratorios** (Chile, 2019a, negrita minha).

Importa destacar que, no momento desta declaração, todos dos países signatários eram liderados por políticos situados no espectro da direita. Alguns, na extrema-direita, como Jair Bolsonaro. Essa orientação política influencia diretamente no viés das tomadas de decisões e nas políticas governamentais, incluindo aquelas relacionadas à migração. A ideologia neoliberal da direita frequentemente promove, políticas de imigração mais restritivas fundamentadas na percepção estereotipada e estigmatizante das pessoas imigrantes, revelando a institucionalização do racismo a partir desses governantes.

É relevante compreender também que a determinação da aceitação dos documentos vencidos das pessoas imigrantes venezuelanas se originou de um acordo celebrado no contexto internacional regional por meio da constatação da dificuldade de cumprimento das normas migratórias a partir da atividade consular. Este avanço na garantia dos direitos das pessoas imigrantes revela que a normatização constante do Ofício Circular nº 96 de 2018, de fato estigmatizava as pessoas imigrantes venezuelanas ao estabelecer regras de difícil cumprimento para a concessão do VDR. Revela também certo descompasso ou despreparo do aparato administrativo do Estado chileno em comparação com a sofisticação dos mecanismos de proteção de direitos humanos e/ou pode evidenciar a instrumentalização das políticas de direitos humanos como ferramenta de barganha no contexto da cooperação internacional.

Em 2019, foi lançado o ofício circular nº 160, da Subsecretaria das Relações Exteriores, com o objetivo de modificar os ofícios-circulares nº 96 e nº 274 de 2018. Essa normativa reafirma em seu artigo 1º que o VDR é uma medida direcionada a pessoas venezuelanas que “abandonan el país debido a la crisis democrática” (Chile, 2019b). Como mencionado nas páginas acima, o argumento da crise democrática venezuelana no ofício-circular nº 96 (Chile, 2018a) ignora a multicausalidade do fluxo migratório venezuelano.

O crescimento do deslocamento humano venezuelano a partir dos anos 2000 é um fenômeno multicausal: i) a crise econômica desde o início dos anos 2000, caracterizada pela queda dos preços do petróleo e hiperinflação desdobra-se em deterioro das condições de vida, incluindo escassez de alimentos, medicamentos e equipamentos médicos; ii) a erosão das instituições democráticas, a repressão política, a perseguição do governo de Nicolás Maduro

à oposição política, a supressão da liberdade de expressão e a violação dos direitos humanos; ii) deficiência de serviços públicos de água potável, eletricidade e saneamento básico; iv) colapso do sistema de saúde (Escobar e Romero, 2005; Lander, 2005; Valente, 2012; Salas, 2015).

Cabe ponderar sobre a estigmatização da Revolução Bolivariana como um movimento antidemocrático – "ditadura" - e falido por parte de governos de direita. Sebastian Piñera, em entrevista ao jornal espanhol El Mundo (Muller, 2019), atribuiu a "tragédia" na Venezuela ao governo venezuelano, na figura do presidente Nicolás Maduro.

> Porque Venezuela está viviendo una **tragedia** (...) porque hay una **dictadura** que no respeta la democracia ni los derechos humanos y no hay separación de poderes. Hoy, en Venezuela, **el país más rico de América Latina, el 90% de sus habitantes está literalmente en la pobreza,** sin alimentos, sin medicamentos. Y en tercer lugar porque hay ciertos valores como la libertad, la democracia y los derechos humanos, que para mí son sagrados y que deben ser defendidos siempre y que no reconocen límites ni fronteras. En este momento, dada la crisis que existe y el sufrimiento del pueblo venezolano, no corresponden posiciones ambiguas. Hay que ser fuertes y claros: **el Gobierno de Maduro es una dictadura** (Muller, 2019, negrita minha).

Cabe ressaltar, de acordo com Marques (2019), que a revolução bolivariana impactou positivamente os sistemas de saúde, de educação e do esporte e lazer. No sistema de saúde, apesar da queda no abastecimento de remédios, 65% da população venezuelana tem atendimento gratuito garantido. Criou o sistema nacional de educação para a inclusão de estudantes com idade avançada. O número de estudantes matriculados na educação infantil, fundamental, ensino médio e superior cresceu em mais de 50% desde o início dos anos 2000. Foram criados programas de atletismo para detectar e investir em novos talentos e a *Universidad Iberoamericana y del Desporte* para desenvolver conhecimento científico sobre os esportes. Desde 2021, a economia venezuelana tem dado indícios de recuperação. O banco *Credit Suisse* previu recuperação de 4% de crescimento devido ao crescimento do PIB petroleiro (Moreiro, 2021). E em 2022, se constatou a superação da hiperinflação, a valorização do petróleo e crescimento da economia em 1,5% (Bermúdez, 2022).

Retomando o Ofício nº 160 de 2019, ainda na redação do artigo 1º há a indicação de que 288 mil venezuelanos se instalaram no Chile devido à crise democrática na Venezuela. No artigo 2º afirma-se que há um estado de:

> (…) **grave deterioro del acceso a determinados derechos de estas personas desplazadas**, lo que ha llevado a los países de la región en el marco del Proceso de Quito[34], a generar mecanismos de **acogida regular** de esas personas en sus respectivos países, a fin de lograr que esta **migración** sea **segura, ordenada y regular** (Chile, 2019b, negrita minha).

Essa redação estabelece uma relação antitética a respeito do fluxo imigratório das pessoas venezuelanas para o Chile. Por um lado, descreve a situação na Venezuela como precária, marcada pela deterioração no acesso aos direitos. No entanto, ao mesmo tempo, reforça a retomada do paradigma securitário, que dá prioridade à regularidade, ordem e segurança, muitas vezes à custa dos direitos dos migrantes (Feldman-Bianco, 2018; Moreira, 2018). A ênfase dada à acolhida apenas para as pessoas imigrantes venezuelanas em situação regular é evidenciada novamente no artigo 5º, que determina que "será requisito que el postulante se encuentre en situación de regularidad migratoria en el país donde postule" (Chile, 2019b).

Essa definição estigmatiza as pessoas imigrantes, especialmente ao enfatizar que a vulnerabilidade resulta de uma entrada desordenada. Essa abordagem não considera as múltiplas causas do fluxo migratório venezuelano e coloca a ênfase na regularização como uma medida de segurança.

Dois anos após a instituição do ofício nº 160 tornaram-se públicos dois novos ofícios-circulares sobre o VDR. O ofício-circular nº 17, instituído em janeiro de 2021. determinou regras para a reunião familiar de pessoas venezuelanas possuidoras do VDR e, o ofício-circular nº 212, instituído em outubro de 2021, passou a incorporar como fundamentação legal, a Lei de migração e *extranjería* nº 21.325, promulgada em maio de 2021. Apesar disso, o novo embasamento legal não significou importante alteração no caráter securitista do VDR, como pode ser verificado no item A do artigo 1º "La reciente publicación de la (…) Ley de Migración y Extranjería (…) tiene como uno de sus principales objetivos lograr una **migración segura, ordenada, regular y responsable**" (Chile, 2021b, negrita minha).

[34] Sobre esse processo consultar o capítulo 1.

A Ley de Migración y Extranjería nº 21.325 de 2021, revogou a Lei nº 1094 de 1975, *ley de extranjería,* publicada cinco anos antes do Estatuto do Estrangeiro no Brasil. Decretada durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990) se fundamentou no paradigma da segurança nacional. Essa lei, como o Estatuto do Estrangeiro no Brasil, ressaltou o entendimento da pessoa imigrante como ameaça potencial ao equilíbrio social e econômico do país. Assim, a desejabilidade da pessoa imigrante está permeada pelos paradigmas securistista e economicista que privilegiam a condição socioeconômica da pessoa imigrante, o pertencimento étnico-racial, o país de origem.

Mesmo com as reformulações da *Ley de extranjería* a partir do decreto nº 597 de 1984, o caráter securitista permaneceu basilar. Como se pode ler no artigo 26º, que replica o artigo 15º da Lei 1.094 de 1975.

> **Se prohíbe el ingreso al país a los siguientes extranjeros**: 1. Los que propaguen o fomenten de palabra o por escrito o por cualquier otro medio, doctrinas que tiendan a destruir o alterar por la violencia, el orden social del país o su sistema de gobierno; los que estén sindicados o tengan reputación de ser agitadores o activistas de tales doctrinas y, en general, los que ejecuten hechos que las leyes chilenas califiquen de delito contra la seguridad exterior, la soberanía nacional, la seguridad interior o el orden público del país y los **que realicen actos contrarios a los intereses de Chile o constituyan un peligro para el Estado** (Chile, 1984, negrita minha).

É necessário, no entanto, ressaltar que a política migratória dos governos não consecutivos de Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), estavam comprometidos com o fortalecimento da democracia e a diminuição das desigualdades sociais (Schuster e Morales, 2015). Eu seu governo houve a criação do visto para fins profissionais, que foi abolido pelo governo Piñera, como já citado. Porém, apesar dos esforços, o governo Bachelet manteve a vigência da lei nº 1.094 e com ela os princípios de segurança nacional e controle aos migrantes.

Uma das evidências levada em consideração para essa interpretação é que a Lei nº. 20.507 de 2011, que reconheceu os acordos internacionais de proteção de refugiados, proposta pelo governo de Bachelet e aprovada no primeiro governo de Sebastián Piñera (2010-2014), tem como principal finalidade tipificar e prevenir o tráfico de pessoas (Villanueva, 2018).

Tanto a *Ley de extranjería* quanto o Decreto nº 597 de 1984 mencionam o Decreto com força de Lei nº 69 de 1953 como fundamento da concessão de

vistos. A Lei de *extranjería* o faz no artigo 4º em que se lê: “Los inmigrantes se regirán por el decreto con fuerza de ley N° 69, de 27 de abril de 1953”; e, o Decreto nº 597 de 1984, o faz em seu artigo 1º que resolve:

> El ingreso al país, la residencia, la permanencia definitiva, el egreso, el reingreso, las sanciones y el control de los extranjeros se regirán por el Decreto Ley N° 1.094, de 19 de Julio de 1975 y sus posteriores modificaciones, el presente Reglamento y el Decreto con Fuerza de Ley N° 69, de 27 de abril de 1953 (Chile, 1984).

O Decreto nº 69 de 1953, que foi promulgado no governo de Carlos Ibañez del Campo (1952-1958), considera que por motivos demográficos, étnicos e pela sobrevivência do país, se faz necessária a realização imediata de um plano efetivo de imigração. O aumento da população chilena, por meio da imigração, tinha como intenção incentivar a industrialização e ampliar o mercado interno, conforme consta no prólogo do decreto:

> Que no sólo la inmigración de carácter agrícola se hace necesaria en el país, sino también y **principalmente la incorporación de elementos técnicos, pescadores, obreros especializados y artesanos**;
> Que el aumento de la población es un factor fundamental a la industrialización, porque aumenta el mercado de consumo interno; Que **necesitamos elemento humano de las características ya señaladas**, porque el país se encuentra en un proceso de industrialización intensivo en todos los órdenes de la producción. (Chile, 1953, negrita minha).

Essa citação revela uma abordagem seletiva e instrumental da imigração no Chile, semelhante à que ocorre no Brasil, onde as pessoas migrantes são estereotipadas como força de trabalho a serviço do crescimento econômico. Importante notar que essa demanda por mão-de-obra imigrante não abrange todas as profissões, mas se concentra principalmente naquelas que servem aos interesses do regime ditatorial revelando o caráter estritamente utilitarista. Essa abordagem seletiva e instrumental desdobra-se em discriminação e negação de direitos.

Ainda nesse sentido, o prólogo do decreto destaca o interesse dos governos europeus em encontrar locais de imigração para seus excedentes populacionais. Ao mesmo tempo em que alimentaria o propósito do governo chileno de aceitar a cooperação técnica e financeira de organizações internacionais voltadas para a imigração:

> Que el aporte de contingentes seleccionados de inmigrantes debe hacerse dentro de la mayor brevedad, aprovechando el **interés de los gobiernos europeos de buscar ubicación para sus excedentes de población** fuera del continente (Chile, 1953, negrita minha).

A explícita intenção de empreender um processo de imigração selecionada, priorizando pessoas de países da Europa, denota o racismo institucional por meio de um estereótipo de dupla face. Por um lado, traz implícita a ideia do branqueamento necessário ao povo chileno, herdeiro da miscigenação colonial. Isso pode ser interpretado como uma estereotipização desvalorizante do Chile. Por outro lado, denota o estereótipo da superioridade étnico-racial europeia. Ambos os aspectos refletem uma abordagem instrumental e utilitária da imigração, "una **inmigración selecionada** [que] producirá el aumento de la población, el mejoramiento técnico (...) la inmigración con elementos de selección contribuirá a **perfeccionar las condiciones biológicas de la raza**" (Chile, 1953, negrita minha).

No artigo 3º do decreto há a determinação que a função do Departamento de imigração seja:

> a) Proponer todas las iniciativas que convenga adoptar en lo relativo a una política de inmigración que incremente la capacidad productora y técnica del país y que mantenga y asegure la unidad espiritual de la nación, mediante la incorporación de **elementos aptos** y **fácilmente asimilables**, evitando el ingreso de **individuos indeseables o inadaptables** (Chile, 1953, negrita minha).

Os termos "elementos aptos e facilmente assimiláveis" em contraposição com "**indivíduos** indesejáveis e inadaptáveis" presentes na citação acima, se relacionam com teorias eugenistas do início do século XX que articulavam ciência, política e a seleção racial com a ideia de progresso socioeconômico (Souza, 2022). Dessa forma, a seleção racial, que incorre em racismo institucional, é justificada institucionalmente como mecanismo de controle que visa o bem-estar e desenvolvimento da nação. Assim, a decisão de fundamentar o VDR no Decreto nº 69 de 1953 revigora a legitimidade da vulneração de direitos típica da legislação ditatorial chilena.

Em 2018, no discurso de lançamento do VDR pelo presidente Sebastián Piñera no senado, reconheceu a desatualização do aparato legal migratório "una legislación migratoria moderna, **que esté a la altura de los más altos**

estândares internacionales y **que se condiga com nuestra condición actual de país de oportunidades**" (Chile, 2018c). O discurso foi usado para legitimar a adesão da política migratória chilena aos paradigmas de securitização. Essa afirmativa citada não condiz com a decisão de Piñera de retirar o Chile do Pacto Global para Migração Segura, considerado um modo de governança migratória inclusiva.

Sebastián Piñera, como Bolsonaro, assinou a retirada do Chile do Pacto (Chile, 2018e; O Globo, 2018). O subsecretário do Interior do Chile, Rodrigo Ubilla, afirmou que:

> (...)o texto [pacto] funciona como "uma espécie de **camisa de força** a respeito do que corresponde a cada país soberanamente fazer" **em sua política migratória**. Ele reclamou do fato de **o pacto não diferenciar a imigração regular da irregular**, o que é uma forma de facilitar a regularização do status do imigrante e vai contra a política migratória mais restritiva adotada recentemente pelo país, que nos últimos anos recebeu 155 mil haitianos e 200 mil venezuelanos (O Globo, 2018, negrita minha).

O discurso de Piñera (Chile, 2018c) aponta que a reforma migratória proposta está de acordo com a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Imigrantes, documento elaborado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016. Os compromissos desta declaração voltam-se para a responsabilidade compartilhada entre os países na proteção das pessoas refugiadas e imigrantes (ACNUR, 2016). A Declaração conclama os Estados-membros a participarem do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e regular, que foi assinado em 2018.

Embora a Declaração de Nova Iorque cite a expressão "migração segura, ordenada e regular" (ACNUR, 2016, p. 3), uma única vez, em seu discurso, Sebastián Piñera a cita onze vezes. Essa reiteração sugere a esteoreotipização da imigração irregular como causa de instabilidade e incômodo verifica-se no seguinte trecho "**Como Presidente** (...) y **he podido tomar plena conciencia de que existe hoy día en Chile una creciente y justificada inquietud** por la forma en que se está dando **el proceso migratório**" (Chile, 2018c, negrita minha).

No discurso, Piñera trata de vistos direcionados a apenas dois grupos migratórios: pessoas imigrantes venezuelanas e haitianas. Estigmatiza as pessoas de ambos os grupos migratórios asociando-os à desorden. Segundo afirmou, era preciso "**poner orden en nuestro hogar** [...] **firmado un** (...)

conjunto de Instructivos Presidenciales y Decretos". Dita orden só poderá ser estabelecida se "(...) **esas personas entran a Chile respetando nuestras leyes**" (Chile, 2018c, negrita minha).

Diante das reflexões apresentadas, a estigmatização e a estereotipização de pessoas imigrantes haitianas no Brasil e de venezuelanas no Chile, embora as características particulares em cada país, se constatou tanto na política migratória brasileira quanto na chilena. No VHH no Brasil, o estereótipo associado às pessoas imigrantes haitianas está relacionado à pobreza econômica e baixa formação educacional utilizados como marcas sociais para a alocação como mão-de-obra de baixa especialização. Quanto à estigmatização, a política migratória brasileira identifica as pessoas imigrantes haitianas ao associarem-nas a ameaças potenciais à estabilidade social, política e econômica, principalmente ao associar irregularidade migratória com crime.

No Chile, a política migratória que fundamentou o VDR, argumentou retoricamente a defesa da democracia e associou as pessoas migrantes venezuelanas à desordem e ao crime. A restauração da ordem almejada por Sebastián Piñera significou retrocesso nos direitos das pessoas imigrantes no Chile alcançados no governo de Michelle Bachelet. A normativa do VDR estigmatiza as pessoas migrantes como inescrupulosas, criminosas e antidemocráticas, demonstrando semelhanças com o paradigma de segurança nacional do século XX (Feldman-bianco, 2018; Moreira, 2018). De outro lado, seja no Brasil ou no Chile, as pessoas migrantes são enquadradas principalmente como mão de obra subordinada aos interesses dos países receptores.

A estigmatização e a estereotipização são funcionais aos objetivos de políticas migratórias avessas a garantia do direito de imigrar. Evidenciar os estigmas e estereótipos reproduzidos e atualizados tanto no VHH como no VDR permite apreender como o racismo institucional é pervasivo em ambas as políticas migratórias. Essas práticas estigmatizantes e estereotipizantes se fundamentam nas estruturas legais, na burocracia e nas abordagens governamentais que perpetuam a negação de direitos às pessoas imigrantes.

4. Análise da criminalização e da invisibilização no VHH e VRD

Este capítulo dedica-se à compreensão das dimensões analíticas de criminalização (Simon, 2007; Aas & Bosworth, 2013; Augustín, 2007) e da invisibilização (Chavez, 1992; Dei, 1996; Goldberg, 1996; Roger, 2000; Villégas, 2010) enquanto expressão do racismo institucional (Carmichael e Stokely, 1967; Ridemann e Stefoni, 2015; Bullock e Rodgers, 1976; Jones, 2002; Almeida, 2019) nas normativas do VHH e VDR.

Cumpre lembrar, conforme abordado nos capítulos anteriores, que no Brasil, a política migratória para pessoas haitianas foi formalizada por meio do Visto Humanitário para pessoas Haitianas, instituído pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Esta resolução representa um marco na política migratória brasileira ao estabelecer parâmetros específicos para a concessão de visto de residência de caráter humanitário a pessoas nacionais do Haiti, em resposta ao devastador terremoto de alta magnitude ocorrido em 12 de janeiro de 2010 (Fernandes, 2012).

Embora fundamentada pelo artigo 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, a resolução apresenta uma proposta inovadora que contrasta diretamente com a própria natureza do estatuto. O Estatuto do Estrangeiro, criado no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985) e marcado por um viés discriminatório e persecutório em relação às pessoas imigrantes, oferecia um suporte que contrastava com uma política migratória mais inclusiva e humanitária.

A implementação da Resolução Normativa nº 97 foi conduzida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), um órgão criado também pelo próprio Estatuto do Estrangeiro e regulamentado pelo Decreto nº 840, de 1993. O fato de o CNIg, e não o Ministério das Relações Exteriores, ter sido o responsável por essa formulação revela um deslocamento estratégico da medida para o âmbito administrativo. Esse movimento pode ser interpretado como uma forma de contornar a evidente inadequação do Estatuto do Estrangeiro, que já não atendia às necessidades contemporâneas por uma política migratória mais alinhada aos princípios de direitos humanos e de solidariedade internacional.

Ao situar a resolução dentro do escopo do CNIg, o governo evita um confronto direto com a necessidade de reformulação imediata da legislação de imigração, mas, ao mesmo tempo, destaca a urgência de adaptar as políticas migratórias às novas realidades globais e humanitárias. Essa escolha sublinha a importância de refletir sobre as limitações do arcabouço jurídico da época e a necessidade de avançar para uma legislação migratória que estivesse mais efetivamente alinhada com os princípios de direitos humanos, algo que o próprio Estatuto do Estrangeiro, com sua visão restritiva, não era capaz de proporcionar.

No mesmo ano em que foi promulgada a Resolução nº 97 de 2012, Paulo Sérgio de Almeida, então presidente do CNIg, concedeu uma entrevista ao jornal online Rede Brasil Atual, abordando os impactos dessa implementação (Pedrozo, 2012). Essa entrevista, que integra o corpus documental do Visto Humanitário Permanente (VHH), evidenciou o interesse do governo em limitar o número de pessoas haitianas ingressando no Brasil por via terrestre.

Ao afirmar que o VHH fazia parte de uma "política do governo brasileiro firmada em janeiro deste ano para tentar frear a entrada por via terrestre" (Pedrozo, 2012), Almeida expôs a contradição persistente na política migratória brasileira. Apesar dos esforços ostensivos para incorporar abordagens humanitárias, a coexistência dessas iniciativas com estratégias de controle migratório reflete a cristalização do racismo institucional em todo o aparato do Estado (Finn e Umpierrez de Reguero, 2020). Essa contradição evidencia como as estruturas de poder continuam a operar sob lógicas excludentes, perpetuando práticas discriminatórias que, mesmo sob o disfarce de políticas progressistas, revelam a persistente desigualdade enraizada no sistema.

No caso do Chile, a política migratória direcionada às pessoas venezuelanas é regida pelo Visto de Responsabilidade Democrática (VDR), estabelecido pelo Ofício Circular nº 96 de 2018, durante o primeiro ano do governo de Sebastián Piñera (2018-2022). Esse visto foi inicialmente fundamentado legalmente pelo Decreto-lei Nº 1094 de 1975, conhecido como *Ley de Extranjería*, promulgado durante a ditadura militar chilena (1973-1990). O VDR é uma peça normativa essencial para entender as dinâmicas da política migratória chilena voltada para as venezuelanas, pois concretiza a reforma migratória prometida por Piñera durante a campanha presidencial que precedeu seu segundo mandato.

O Visto de Responsabilidade Democrática foi instituído pelo Ministério das Relações Exteriores do Chile por meio do Ofício Circular nº 96 de 2018, que também introduziu outras modalidades de visto, incluindo propostas direcionadas às pessoas haitianas, outro grupo migratório crescente no país, composto majoritariamente por pessoas subalternamente racializadas. Diferente do Brasil, onde VHH foi uma medida específica para as pessoas haitianas no contexto das dificuldades enfrentadas pós-terremoto, no Chile, o então presidente Sebastián Piñera buscava promover uma reforma mais ampla da política migratória.

A publicização do VDR foi realizada de forma triangulada, envolvendo a Subsecretaria de Relações Exteriores (MRE), o próprio Piñera em um discurso no Senado (Chile, 2018c), e uma minuta da Subdireção de Migrações Internacionais (MRE) (Chile, 2018b). Essa estratégia de divulgação não foi casual; ela reflete a ambição de Piñera de sinalizar uma mudança abrangente na abordagem migratória do Chile. Ao articular a reforma por meio de diferentes canais institucionais, Piñera pretendia não apenas legitimar o VDR, mas também preparar o terreno para uma reestruturação completa da política migratória chilena, que não se limitasse a uma única medida, mas englobasse um novo paradigma para o tratamento de diferentes grupos migratórios, ambos subalternamente racializados.

Esse movimento, no entanto, traz à tona a herança autoritária da *Ley de Extranjería*, promulgada durante a ditadura militar chilena. Assim como o Estatuto do Estrangeiro no Brasil, essa legislação foi marcada por uma visão repressiva e excludente em relação às pessoas imigrantes, especialmente aquelas subeltarnamente racializadas. O lema chileno "ordenar a casa", adotado por Piñera como diretriz para a política migratória, ecoa essa mentalidade ditatorial, buscando controlar e regular o fluxo migratório sob o pretexto de organização e segurança, mas na prática, reforçando barreiras que dificultam o acesso das pessoas imigrantes a direitos básicos e à permanência regular no país.

A triangulação da publicização, portanto, pode ser vista como uma tentativa de Piñera de ancorar sua proposta de reforma migratória em diferentes frentes institucionais, criando uma aparência de consenso e inevitabilidade para uma política que, ao mesmo tempo que se apresenta como modernizadora,

continua a reproduzir os mesmos mecanismos excludentes e discriminatórios da legislação ditatorial que a antecedeu (Dufraix *et al*., 2020; Stefoni et al., 2021).

A estrutura deste capítulo divide-se em dois subtítulos. Na primeira parte, as normativas relacionadas ao VHH e ao VDR foram analisadas por meio da lente de compreensão da dimensão da criminalização, por meio de quatro categorias analíticas a partir de aspectos normativos potencialmente criminalizantes identificados na análise documental: i) presunção de criminalidade; ii) solvência econômica; iii) mobilidade territorial restrita e iv) sanção e punição.

A categoria analítica da presunção de criminalidade busca revelar a contradição intrínseca no tratamento das pessoas imigrantes subalternamente racializadas. Enquanto a Constituição Federal de 1988 estabelece de forma explícita o princípio da presunção de inocência em seu artigo 5º, inciso LVII — garantindo que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (Brasil, 1988) —, esta tese busca apontar que a realidade para essas populações subalternamente racializadas reflete uma prática contrária.

Na aplicação sociológica desse princípio, a presunção de criminalidade emerge como uma construção institucional racista que posiciona determinadas nacionalidades e grupos raciais como perigosos por natureza, independentemente de qualquer condenação formal. Essa contradição legal é particularmente visível nas exigências de antecedentes criminais e na seletiva proibição de entrada no país para pessoas oriundas de regiões marginalizadas, como discutido no capítulo anterior.

A presunção de criminalidade, nesse contexto, opera como um mecanismo simbólico e institucional que criminaliza de antemão as pessoas imigrantes, desrespeitando o princípio jurídico que deveria assegurar a dignidade humana e a equidade no tratamento legal. Ao invés de garantir que todos sejam tratados como inocentes até prova em contrário, as políticas migratórias acabam, por meio de critérios raciais implícitos, transformando o próprio ato de migrar em uma evidência de potencial culpabilidade. Esse fenômeno é reforçado por pressões sociais que demandam do Judiciário respostas mais punitivas, intensificando a discriminação racial sob o pretexto da

segurança pública e ignorando as garantias constitucionais estabelecidas pela Constituição de 1988 (Gomes, 1991; Moraes, 2010).

A categoria analítica da solvência econômica expõe um dos principais mecanismos de exclusão presentes nas políticas migratórias contemporâneas, particularmente nas relações entre Brasil e Haiti e entre Chile e Venezuela. Essa exigência, que condiciona a concessão de vistos e permissões de residência à comprovação de meios financeiros, impõe um filtro econômico que nega, de maneira sutil, o direito à migração para populações em situação de vulnerabilidade.

Embora o discurso jurídico (Brasil, 2012; Chile, 2018a) e político possa argumentar que essas exigências visam garantir a segurança econômica do país receptor, na prática, a imposição de critérios financeiros revela um claro processo de exclusão. A exigência de solvência financeira ignora as críticas condições humanitárias dos fluxos migratórios provenientes do Haiti e da Venezuela, relativizando o sofrimento e a precariedade enfrentados por essas populações. Ao exigir que pessoas migrantes vulnerabilizadas demonstrem uma capacidade econômica que muitas vezes não possuem, essas políticas acabam por criar barreiras quase intransponíveis para a regularização de seu status migratório.

Essa lógica se configura como uma forma de negação indireta do direito à migração, uma vez que, ao colocar a solvência econômica como critério de entrada ou permanência, o Estado suprime a dimensão humanitária e trata a pessoa migrante não como sujeito de direitos, mas como um "potencial carga econômica". Além disso, ao negar a regularização para pessoas que não cumprem esse requisito, as políticas migratórias brasileiras e chilenas empurram essas populações para o regime de irregularidade, o qual, nas próprias normativas desses países, é tratado como um crime. O processo de criminalização se intensifica quando o Estado, ao invés de abordar a vulnerabilidade socioeconômica dos migrantes como uma questão de direitos humanos, os vê através de um prisma punitivo, associando a falta de meios econômicos a uma ameaça potencial à ordem pública.

A categoria analítica de sanção e punição revela o caráter severo e, muitas vezes, desproporcional das penalidades impostas por violações das normativas migratórias. Esse mecanismo punitivo reflete uma tendência

crescente de securitização das migrações, onde o tratamento dado às pessoas imigrantes vai além da mera regulação de sua presença no território, incorporando um elemento punitivista que visa coibir qualquer transgressão das normas estabelecidas.

Tanto no contexto brasileiro quanto no chileno, as penalidades impostas às pessoas que infringem os requisitos, como a permanência irregular ou a ausência de documentação, frequentemente resultam em sanções severas, como a deportação ou a negação de pedidos subsequentes de regularização. Esse efeito dissuasivo subjacente às penalidades é parte de um aparato que criminaliza as pessoas imigrantes, impondo-lhes o temor de serem punidas de forma rigorosa, mesmo quando em situações de extrema vulnerabilidade.

A pesquisa comparativa permitiu identificar pontos comuns entre os diferentes fluxos migratórios analisados. Tanto no Brasil quanto no Chile, as políticas migratórias implementam penalidades punitivistas que visam regular o fluxo de pessoas imigrantes vulneráveis, sobretudo aquelas subalternamente racializadas. Ainda que as sanções específicas variem entre os dois países, a lógica subjacente de reforçar a securitização e a criminalização das pessoas imigrantes permeia ambos os contextos. Essa comparação revela que o punitivismo migratório não é uma exclusividade de um único país, mas sim uma tendência regional que impacta fluxos migratórios em toda a América Latina.

Por outro lado, a categoria de mobilidade territorial restrita se aplica especificamente ao VHH**,** refletindo uma característica única do controle migratório no Brasil. Essa categoria refere-se à prática de restringir a entrada de pessoas migrantes por vias terrestres, permitindo o ingresso apenas por pontos de entrada designados, geralmente via aérea. No caso das pessoas haitianas, essa política cria barreiras adicionais para populações que já enfrentam dificuldades financeiras e logísticas para migrar. A mobilidade restrita dificulta o acesso aos direitos básicos, obrigando essas pessoas a utilizarem meios não convencionais e frequentemente perigosos para ingressar no país, aumentando sua vulnerabilidade e exposição a sanções.

Embora essa categoria de mobilidade restrita se aplique exclusivamente ao VHH, sua inclusão é essencial para destacar as diferenças contextuais nas políticas migratórias dos dois países. Em uma análise comparativa, evidenciar essas distinções permite entender como aspectos específicos das políticas

nacionais influenciam os resultados e práticas migratórias. Ao evidenciar a restrição de mobilidade no Brasil, podemos compreender melhor as nuances de controle migratório em relação às pessoas migrantes subalternamente racializadas, reforçando a análise dos contextos haitiano e venezuelano como fenômenos interligados, mas com características próprias.

Na segunda parte do capítulo, as normativas do VHH e do VDR foram analisadas por meio da dimensão de invisibilização, a partir de quatro categorias analíticas: i) limitação de ingresso; ii) inserção laboral como prioridade e; iii) proeminência da ideia de crise democrática na justificativa para instituir o VDR.

A categoria de limitação de ingresso revela a existência de barreiras significativas na concessão de vistos, impondo uma restrição que limita o acesso legal aos territórios brasileiro e chileno. Tanto no VHH quanto no VDR, as políticas migratórias estabelecem requisitos rígido reduzindo as oportunidades de ingresso regular para as pessoas imigrantes.

Essa limitação resulta na invisibilização das demandas legítimas dessas populações, já que, ao restringir o número de vistos emitidos, o Estado nega a essas pessoas o acesso formal a direitos básicos, como a proteção jurídica e social. A imposição de barreiras para o ingresso legal não apenas marginaliza as populações imigrantes, mas também as empurra para a irregularidade, criando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade. Essa categoria evidencia o papel que o Estado exerce ao tornar invisíveis as necessidades das pessoas migrantes por meio da negação sistemática de seu direito de entrada, o que, por consequência, impacta diretamente sua capacidade de regularização e acesso a direitos.

A categoria de foco unilateral na inserção laboral destaca uma característica recorrente nas políticas migratórias analisadas: a tendência de se conceber as pessoas imigrantes principalmente como provedoras de mão de obra, desconsiderando sua condição de sujeitos de direitos. Tanto o VHH quanto o VDR enfatizam a importância da inserção laboral das pessoas imigrantes, condicionando sua permanência e regularização ao cumprimento de requisitos relacionados ao trabalho.

No entanto, ao reduzir as pessoas imigrantes a agentes econômicos, as políticas negligenciam outras dimensões fundamentais de suas vidas, como o acesso à educação, à saúde e à moradia digna. Esse enfoque limita o

entendimento das políticas migratórias e invisibiliza a complexidade da experiência migratória, desumanizando as pessoas migrantes e transformando-as em peças funcionais dentro de uma lógica puramente econômica. Essa abordagem reforça o estigma de que as pessoas migrantes devem "merecer" sua permanência com base em sua utilidade para o mercado de trabalho, ignorando completamente a ideia de que são sujeitos de direitos, independentemente de sua contribuição econômica.

A categoria de proeminência da crise democrática, presente especificamente nas normativas chilenas sobre o VDR, reflete uma justificativa política específica usada pelo governo de Sebastián Piñera para lidar com o fluxo migratório venezuelano. Ao enfatizar a crise política e democrática na Venezuela como principal razão para a migração, o governo chileno ignorou a multiplicidade de causas que forçam a saída de pessoas venezuelanas para o Chile, como a crise econômica, social e humanitária.

Essa ênfase na crise democrática também revela uma estratégia discursiva para legitimar a implementação de políticas migratórias mais rígidas e seletivas, moldadas pelo alinhamento ideológico da administração Piñera com outros governos da região. Ao priorizar essa narrativa, o governo chileno marginaliza outros fatores que contribuem para o fluxo migratório, invisibilizando a realidade multifacetada que afeta as pessoas migrantes venezuelanas. A consequência dessa abordagem é uma política migratória que trata o fluxo migratório venezuelano sob uma ótica reducionista e securitária, que foca na defesa da "ordem democrática" enquanto desconsidera as necessidades humanitárias das pessoas em movimento.

4.1. O potencial criminalizante das normativas do VHH e do VDR

A presunção de criminalidade nas políticas migratórias do Brasil e do Chile revela, por meio do VHH e do VDR, o entrelaçamento da ideologia de segurança nacional com a estereotipização das migrações de pessoas haitianas e venezuelanas, baseada na racialização subalterna e na estigmatização de migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, resultando em exclusão social fundamentada na criminalização presumida. Esses vistos, ao mesmo tempo em que se legitimam como medidas humanitárias atualizam

políticas migratórias ditatoriais que implementaram controle racial, de classe social e ideológico.

No cerne dessa problemática está a aplicação do sistema de justiça criminal, que não apenas reforça a racialização subalterna, mas também as divisões de classe, exacerbando desigualdades raciais enraizadas (Murakawa e Beckett, 2010; Provine e Doty, 2011; Van Cleve e Mayes, 2015; Massey e Pren, 2012). Essa dinâmica é ilustrada pelos modelos de importação e de viés propostos por Wortley (2009), os quais oferecem diferentes perspectivas sobre a relação entre imigração e criminalidade, mas que, em última análise, revelam as mesmas estruturas discriminatórias subjacentes.

O modelo de importação enfatiza a ideia de que a migração está diretamente associada ao crime, partindo do pressuposto de que algumas pessoas imigram com a intenção de se envolver em atividades criminosas no país de destino. Este modelo é frequentemente utilizado para justificar a existência de grupos criminosos inter ou transnacionais, e dá suporte a iniciativas políticas que incluem: a) triagem rigorosa de pessoas imigrantes e refugiadas, em cooperação com agências policiais estrangeiras, para identificar potenciais pessoas criminosas; b) restrição da imigração de pessoas provenientes de países considerados "propensos ao crime" (Wortley, 2009, p. 17); e c) deportação rápida de pessoas imigrantes condenados por crimes. O apelo conservador deste modelo é evidente, pois desvia a responsabilidade pela segurança pública do país de destino, atribuindo a culpa às pessoas imigrantes, que passam a ser lidas como pessoas criminosas motivadas a emigrar.

Em contraste, o modelo de Viés argumenta que a super-representação de pessoas imigrantes nas estatísticas criminais não decorre de uma maior propensão ao crime, mas sim de discriminação sistemática dentro do sistema de justiça criminal e das políticas migratórias. Grupos de pessoas imigrantes subalternamente racializadas são desproporcionalmente alvo de vigilância policial intensificada, mais suscetíveis a prisões, condenações e deportações, em comparação com pessoas brancas (Wortley, 2009). Este modelo destaca como o viés racial e a discriminação institucional se entrelaçam, contribuindo para a perpetuação de estereótipos negativos e para a manutenção de estruturas de poder que marginalizam essas populações.

Assim, ambos os modelos, apesar de suas abordagens distintas, convergem para uma realidade onde as políticas migratórias e o sistema de justiça criminal trabalham juntos para reforçar a exclusão e a marginalização de pessoas imigrantes racializadas. Essa dualidade revela a profundidade com que o racismo institucional está enraizado nas práticas de Estado, perpetuando a desigualdade social e racial sob o disfarce de políticas de segurança e controle.

Quadro 4. Presunção de criminalidade na política migratória chilena

Período histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro: II –[...] **considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais** (Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	Se prohíbe el ingreso al país de los siguientes extranjeros: 1.- **Los que propaguen o fomenten de palabra o por escrito o por cualquier otro medio, doctrinas que tiendan a destruir o alterar por la violencia, el orden social del país o su sistema de gobierno**, los que estén sindicados o **tengan reputación de ser agitadores** o activistas de tales doctrinas y, en general, los que ejecuten hechos que las leyes chilenas califiquen de **delito contra la seguridad exterior, la soberanía nacional, la seguridad interior** o el orden público del país y los que realicen **actos contrarios a los intereses de Chile o constituyan un peligro para el Estado**; 2.- [...] Los que **ejecuten actos contrarios a la moral o a las buenas costumbres** (Art.2º, Chile, 1975, negrita minha)

Fonte: elaboração própria.

No quadro nº 4, as normativas migratórias do Brasil e do Chile manifestam explicitamente a presunção de criminalidade em relação às pessoas imigrantes. No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro de 1980, por meio de seu artigo 7º, estipula a negação de vistos a imigrantes considerados "nocivos à ordem pública ou aos interesses nacionais". Essa formulação ampla e vaga induz interpretações arbitrárias que reforçam uma política excludente e racializada. Durante o período

ditatorial, a concessão de vistos estava condicionada a uma avaliação subjetiva que entendia a pessoa imigrante como potencial ameaça à estabilidade do país. Essa visão sustentava práticas de exclusão e controle rigoroso, justificadas pela presunção de que essas pessoas representavam um perigo *à priori* e inerente.

No Chile, a legislação migratória de 1975, instituída no contexto da ditadura militar de Augusto Pinochet, revela de maneira clara a presunção de criminalidade imposta às pessoas imigrantes, especialmente aquelas que não se alinham à ideologia autoritária da extrema-direita. O Artigo 2º desta normativa proíbe a entrada no país de pessoas que "propaguem ou fomentem doutrinas que tendem a destruir ou alterar por violência o sistema de governo ou a ordem social" (Chile, 1975).

A formulação vaga e abrangente deste artigo permite ao Estado classificar como perigosa qualquer pessoa imigrante cujas ideias ou comportamentos sejam percebidos como subversivos ou discordantes em relação à ordem estabelecida. Essa linguagem ambígua oferece terreno para a criminalização de pessoas que não apenas contestam o regime, mas que também se encontram em posições racializadas e subalternizadas, refletindo uma política que mescla a repressão política com a exclusão racial.

O uso de termos como "agitadores" e "indivíduos com reputação de serem ativistas" revela o caráter profundamente subjetivo das normativas, concedendo ao governo chileno poder discricionário para impedir a entrada de pessoas que possam ser vistas como dissidentes políticos ou como ameaças à estrutura social racista da época. Essa abordagem serve a um duplo propósito: primeiro, perpetuar a repressão contra vozes críticas ao regime ditatorial e, segundo, reforçar uma estrutura racializada de exclusão, onde imigrantes de países considerados indesejáveis – especialmente os não brancos e subalternamente racializados – eram vistos como elementos perturbadores e potencialmente perigosos. O racismo, portanto, não é apenas uma questão secundária nessas políticas; ele se mescla com a repressão política, criando um ambiente no qual a criminalização de imigrantes racializados é legitimada como uma questão de "segurança nacional".

Em uma análise diacrônica que compara o contexto ditatorial com o período contemporâneo, observa-se a continuidade de uma retórica que associa fluxos migratórios a atividades criminosas e à insegurança pública.

> "Los éxodos de esta naturaleza [de nacionales de la República Bolivariana de Venezuela] tienden a provocar vulneraciones de derechos fundamentales, **aumento de la trata de personas y tráfico ilícito de migrantes,** razón por la cual, se ha adoptado la decisión de otorgar a los nacionales de la República Bolivariana de Venezuela, que así lo solicitaren, un Visado Responsabilidad Democrática (Chile, 2018a, negrita minha)".

De maneira semelhante à normativa repressiva de 1975, o discurso do presidente Sebastián Piñera em 2018, ao anunciar a criação do Visto de Responsabilidade Democrática (VDR)**,** resgata mecanismos de presunção de criminalidade ao associar o movimento migratório venezuelano a atividades ilícitas e à violação de direitos. Ao afirmar que "êxodos desta natureza [de nacionais da República Bolivariana de Venezuela] tendem a provocar vulneração de direitos fundamentais, aumento da trata de pessoas e tráfico ilícito de migrantes" (Chile, 2018a, negrita meu), Piñera constrói uma narrativa em que a migração venezuelana é apresentada como uma ameaça à segurança pública, vinculando o movimento de pessoas à criminalidade transnacional e à desordem social.

Embora o VDR seja promovido como uma medida de proteção humanitária, o discurso que o acompanha revela uma criminalização subjacente da pessoa imigrante, similar ao que se observou nas políticas de controle migratório durante a ditadura. A retórica utilizada por Piñera perpetua uma visão securitária, onde as pessoas venezuelanas são tratadas como potenciais perpetradors de crimes, desconsiderando as motivações legítimas que forçam sua migração, como a crise política, econômica e humanitária que enfrentam. Ao associar a migração a ameaças de segurança, como tráfico de pessoas e violações de direitos, o governo de Piñera reforça a ideia de que essas pessoas migrantes são portadoras de riscos inerentes à ordem social e à integridade nacional, deslegitimando a necessidade de proteção e aumentando sua vulnerabilidade.

Esse discurso também revela um processo de criminalização da pobreza[35], uma vez que a entrada irregular de pessoas venezuelanas é

[35]A criminalização da pobreza ocorre quando a condição econômica precária é erroneamente associada à criminalidade, resultando na aplicação seletiva do direito penal e reforçando estereótipos prejudiciais. Isso não apenas viola os direitos humanos, mas também perpetua o

associada à precariedade dos direitos fundamentais. Ao mencionar as condições de vida difíceis das pessoas imigrantes, Piñera não apenas estigmatiza a pobreza que muitas dessas pessoas enfrentam, mas também transfere a responsabilidade das deficiências do Estado chileno para os próprios imigrantes. Essa retórica disfarça as falhas estruturais das políticas públicas chilenas, ao passo que projeta nas pessoas imigrantes a culpa pela sobrecarga nos sistemas de saúde, moradia e emprego. Assim como nos discursos repressivos do passado, a vulnerabilidade dessas populações é utilizada como justificativa para sua marginalização e criminalização, desviando a atenção das causas profundas da migração e reforçando um ciclo de exclusão.

No período contemporâneo, governos conservadores como o de Piñera retomam essa perspectiva defensiva contra potenciais inimigos do Estado, ainda que com uma linguagem mais sofisticada. A retórica associada ao VDR no Chile, que liga o fluxo migratório de pessoas venezuelanas a ameaças de segurança, como o tráfico de pessoas, perpetua a lógica de controle e exclusão, vista no passado. Embora as justificativas tenham mudado de foco, a lógica subjacente de criminalização e exclusão permanece, refletindo a continuidade de práticas autoritárias e discriminatórias.

A análise diacrônica revela uma continuidade nos mecanismos de presunção de criminalidade ao longo do tempo, mostrando como essa ferramenta central das políticas migratórias tem sido utilizada tanto para justificar a exclusão racial quanto para reforçar um discurso de securitização. No contexto das ditaduras brasileira e chilena, esse discurso associava imigrantes, sobretudo aqueles subalternamente racializados, a uma ameaça à ordem pública, legitimando práticas repressivas sob o pretexto de proteger a segurança nacional.

Da mesma forma, o discurso de Piñera em 2018, ao anunciar o Visto de Responsabilidade Democrática, reflete essa mesma lógica, mas de forma adaptada ao contexto contemporâneo. Ao associar a migração venezuelana a atividades criminosas e à violação de direitos fundamentais, sua retórica camufla uma prática de exclusão disfarçada de proteção humanitária, perpetuando a

ciclo de pobreza e exclusão social, destacando a importância de abordar essa questão não apenas como um problema de segurança, mas como uma preocupação central de justiça social e direitos humanos (Dornelles, 1988; Ferreira, 2018)

visão de que as pessoas imigrantes são, em essência, um risco que precisa ser gerido pelo Estado. Essa continuidade, observada tanto no passado ditatorial quanto no presente, revela como o Estado historicamente utiliza o controle migratório para marginalizar e criminalizar as pessoas imigrantes, ignorando as causas estruturais de sua vulnerabilidade.

Essa análise revela que, apesar das mudanças nos contextos históricos e nas justificativas legais, as políticas migratórias no Brasil e no Chile ainda operam sob uma lógica de controle que racializa e criminaliza os imigrantes. Esse continuísmo reflete a dificuldade dos Estados em se desvencilhar das práticas autoritárias e excludentes, mesmo em períodos democráticos, perpetuando assim a marginalização de grupos vulneráveis e racializados. O racismo institucional e a presunção de criminalidade permanecem enraizados nas políticas de Estado, evidenciando a necessidade de uma reforma profunda que vá além de mudanças superficiais na retórica oficial.

Verifica-se no discurso do presidente Piñera (Chile, 2018c) a criminalização da pobreza. A associação da entrada irregular de pessoas imigrantes venezuelanas com a precariedade habitacional, laboral e de saúde pública criminaliza as condições de vida das pessoas imigrantes. Essa argumentação ignora as causas estruturais da imigração e responsabiliza as pessoas imigrantes pela insuficiência do Estado chileno para gerir questões socioeconômicas como emprego, direito à saúde e moradia.

A presunção de criminalidade é recorrente nas políticas migratórias contemporâneas, manifestando-se não apenas nas narrativas que associam pessoas imigrantes a ameaças à segurança pública, mas também em práticas concretas, como a exigência de antecedentes criminais. Essa exigência, presente em normativas como as que instituem o VHH no Brasil e o VDR no Chile, reflete uma abordagem que implicitamente criminaliza a condição de ser imigrante.

Importa notar que, no Brasil, a solicitação de antecedentes criminais no contexto laboral é considerada ilegal e pode caracterizar danos morais, conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Paiva, Dainese e Chessa, 2021). A ilegalidade decorre da proteção à privacidade e da vedação à discriminação no ambiente de trabalho. Essa proibição encontra respaldo no princípio da presunção de inocência ou princípio da não-culpabilidade, que é um

alicerce do direito penal constitucional brasileiro e assegura a proteção do indivíduo em face de uma acusação penal (Rebelo e Rosa, 2020).

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Isso significa que apenas após um processo judicial concluído, no qual a culpabilidade da pessoa acusada seja comprovada e não caiba mais recurso, o Estado pode considerar essa pessoa como culpada e aplicar uma pena ou sanção.

O contraste entre a proteção oferecida aos cidadãos brasileiros e o tratamento dado às pessoas imigrantes evidencia um duplo padrão. A exigência de antecedentes criminais para a concessão de vistos ou regularização migratória expõe uma clara presunção de criminalidade aplicada às pessoas imigrantes, que são vistas, desde o início, como potenciais ameaças. Enquanto as pessoas brasileiras são protegidas contra discriminações baseadas em antecedentes criminais, as pessoas imigrantes são submetidas a um escrutínio preventivo e discriminatório, o que perpetua a ideia de que, para elas, a presunção de inocência não se aplica com o mesmo rigor.

Essa disparidade se torna ainda mais evidente quando consideramos que tanto Brasil quanto Chile asseguram, em seus marcos constitucionais e compromissos internacionais, o princípio da presunção de inocência. No Chile, a presunção de inocência é garantida também pelo artigo 19, parágrafo 3º, inciso 6 da Constituição Política da República de Chile (2005 e atualizada em 2021) "Toda persona acusada de un delito tiene derecho a que se presuma su inocencia mientras no se declare judicialmente su culpabilidad". Este princípio estabelece que, tal como no Brasil, ninguém pode ser considerado culpado até que sua culpabilidade seja comprovada em um tribunal.

Além disso, ambos os países são signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1992), que em seu Art. 8 parágrafo 2 afirma "Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa." Este tratado, ratificado por Brasil e Chile, reforça o compromisso internacional com o princípio da presunção de inocência, assegurando a proteção legal de qualquer pessoa acusada de um crime, independentemente de sua nacionalidade.

Dessa forma, enquanto as constituições de Brasil e Chile, assim como os tratados internacionais, garantem de maneira inequívoca o princípio da presunção de inocência para todos, na prática, as políticas migratórias desses países revelam uma profunda incoerência. Ao submeter as pessoas imigrantes a um escrutínio prévio de seus antecedentes criminais, os Estados promovem uma presunção de criminalidade (ou presunção inversa de culpabilidade), desconsiderando as proteções legais que deveriam se aplicar a qualquer indivíduo sob sua jurisdição.

Esse tratamento desigual evidencia não apenas uma lacuna entre os princípios jurídicos e a realidade das políticas migratórias, mas também uma postura institucional que reforça a criminalização de grupos já vulnerabilizados, especialmente pessoas imigrantes subalternamente racializadas. O discurso de proteção à segurança pública, amplamente utilizado para justificar tais práticas, camufla uma lógica de exclusão que contraria os fundamentos democráticos e humanitários que essas nações se comprometem a defender. Ao invés de garantir os direitos universais prometidos em suas constituições e em tratados internacionais, as políticas migratórias, ao perpetuarem a criminalização antecipada das pessoas imigrantes, revelam um viés profundamente discriminatório, que perpetua o racismo por meio do próprio aparato institucional.

A análise do quadro 5 (abaixo), que aborda a exigência de antecedentes criminais como um critério de elegibilidade para a concessão do VHH e do VDR, revela a profunda intersecção entre o direito imigratório e o direito penal, um fenômeno que Stumpf (2006) denomina "crimigração." Essa fusão dos dois campos jurídicos implica que a pessoa imigrante é, simultaneamente, uma presença necessária para o desenvolvimento econômico e uma ameaça potencial ao desenvolvimento social.

Historicamente, as leis de imigração limitavam-se a regular procedimentos administrativos e atos de natureza civil. No entanto, com a crescente convergência entre as leis de imigração e as leis penais, aspectos tipicamente associados ao direito penal, como a análise de antecedentes criminais, passaram a ocupar um papel central nas decisões relativas à permanência ou à expulsão de imigrantes. Essa tendência reflete uma das maneiras pelas quais o Estado busca regular a inclusão e a exclusão de pessoas imigrantes no tecido social, utilizando a segurança pública como justificativa para

práticas de controle que perpetuam sua criminalização (Leun e Woude, 2012; Teixeira, 2013).

No contexto do VHH e do VDR, a exigência de um certificado de antecedentes criminais não só se apresenta como um mecanismo de controle migratório, mas também como uma manifestação explícita da presunção de criminalidade. Ao impor tal requisito, o Estado implicitamente sugere que pessoas imigrantes são, em essência, criminosas potenciais, uma suposição que contraria o princípio da presunção de inocência e reforça a discriminação sistêmica.

Além disso, essa prática revela uma contradição com a jurisprudência brasileira que considera ilegal a solicitação de antecedentes criminais em contextos laborais, onde a proteção à privacidade e a vedação à discriminação são garantidas. A diferença de tratamento entre pessoas nacionais e imigrantes evidencia a desigualdade intrínseca no sistema jurídico, onde o status migratório se torna um fator determinante na aplicação ou na violação de direitos fundamentais.

Portanto, a exigência de antecedentes criminais, ao ser incorporada nas políticas de imigração, reforça a criminalização de pessoas imigrantes subalternamente racializadas e vulneráveis socioeconomicamente e perpetua a exclusão social. Esse mecanismo de controle, fundamentado na crimigração (Stumpf, 2006), legitima a criminalização institucionalizada, ocultando sob o argumento da segurança pública as práticas que vulneram os direitos das pessoas imigrantes.

Quadro 5. Exigência de antecedentes criminais

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	Parágrafo 2º O estrangeiro que pretender a naturalização deverá requerê-la ao Ministro da Justiça [...] **exigir-se-á a apresentação** apenas de documento de identidade para estrangeiro, atestado policial de residência contínua no Brasil e **atestado policial de antecedentes** (Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	Art. 78 Cuando el funcionario consular sea requerido **para otorgar una visación exigirá al recurrente la presentación de una solicitud** acompañada de los siguientes **certificados, extendidos en fecha reciente:**

		de antecedentes policiales y judiciales […] (Chile, 1977, negrita minha).
Contemporâneo (2012-2022)	Brasil (VHH)	Art. 6 O pedido de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos: **IV - certidão de antecedentes criminais** dos Estados em que tenha residido no Brasil **nos últimos cinco anos; V -** declaração, sob as penas da lei, de **ausência de antecedentes criminais em qualquer país, nos últimos cinco anos** (Brasil, 2018a, negrita minha).
		Art. 6º O requerimento de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos: **IV - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais no Brasil e no exterior,** nos últimos cinco anos anteriores à data de requerimento de autorização de residência (Brasil, 2019a, 2020, 2021, 2022).
	Chile (VDR)	Segundo, combatir el tráfico de migrantes y establecer acciones eficientes y seguras para luchar contra el ingreso clandestino al país, **impidiendo,** además, que **personas con antecedentes penales** en sus respectivos países entren a nuestro país (Chile, 2018c, negrita minha).

Fonte: elaboração própria, negrita minha

O quadro 5 apresenta um levantamento das exigências de antecedentes criminais no Brasil e no Chile, comparando as normativas durante os períodos ditatorial (1964-1990) e contemporâneo (2012-2022). Esse levantamento buscou demonstrar a continuidade e a evolução das práticas de controle migratório, especialmente no que diz respeito à presunção de criminalidade associada aos imigrantes.

No Brasil, durante o período ditatorial, o parágrafo 2º do Estatuto do Estrangeiro de 1980 exigia que a pessoa imigrante que desejasse se naturalizar apresentasse, entre outros documentos, um "atestado policial de antecedentes." Essa exigência era uma forma de o governo ditatorial manter um controle rigoroso sobre quem poderia se tornar cidadão ou cidadã brasileiro/brasileira, utilizando a segurança pública como critério de seleção.

De maneira semelhante, no Chile, a *Ley de Extranjería* de 1977 (Art. 78) determinava que, ao solicitar um visto, a pessoa requerente deveria apresentar certificados de antecedentes policiais e judiciais. Essa exigência reflete a mesma lógica de controle vista no Brasil, onde o Estado utilizava as informações criminais para decidir quem poderia ou não entrar e permanecer no país. Durante a ditadura militar chilena, essa prática estava intimamente ligada à ideologia de segurança nacional, que percebia o imigrante como uma possível ameaça à

estabilidade e à ordem interna, justificando a exclusão com base na prevenção de riscos.

No Brasil, no contexto contemporâneo, a exigência de antecedentes criminais continuou a ser uma parte central do processo de concessão de vistos e autorizações de residência. Por exemplo, o Art. 6 da Portaria Interministerial nº 10 de 2018, que regulamenta o VHH, requer a apresentação de uma "certidão de antecedentes criminais dos Estados em que tenha residido no Brasil nos últimos cinco anos" e uma declaração de ausência de antecedentes criminais em qualquer país nos últimos cinco anos.

Essa exigência é reiterada em normativas subsequentes (Brasil, 2019a, 2020, 2021, 2022), demonstrando a persistência dessa prática como um mecanismo de controle migratório. A evolução da legislação, que passou a requerer a declaração de ausência de antecedentes criminais tanto no Brasil quanto no exterior, reforça a percepção da pessoa imigrante como ameaça potencial que necessita ser rigorosamente verificada.

No Chile, a minuta da Subsecretaria do Ministério das Relações Exteriores (Chile, 2018c) também enfatiza a importância de combater o tráfico de migrantes e impedir a entrada de pessoas com antecedentes penais. A citação destaca a intenção do governo chileno de evitar o ingresso clandestino e de pessoas com histórico criminal, reforçando a ideia de que a migração precisa ser controlada rigidamente para proteger a segurança nacional. Essa prática foi reiterada e ampliada, com o objetivo declarado de combater o tráfico de migrantes e evitar a entrada no país de pessoas com antecedentes penais, sublinhando um enfoque de segurança nacional e de controle.

A comparação entre os períodos ditatorial e contemporâneo revela que, embora a linguagem e as justificativas possam ter evoluído objetivando a incorporação dos direitos humanos, a exigência de antecedentes criminais permanece uma constante nas políticas migratórias do Brasil e do Chile. Durante os regimes ditatoriais, a exigência de antecedentes era claramente motivada por um padrão persecutório, vinculado a uma ideologia que rechaçava o comunismo e o socialismo. As imigrantes eram retratadas como potencial perigo ao Estado e a exigência de antecedentes criminais servia como uma ferramenta para excluir aquelas pessoas que não seriam acolhidas no país.

No período contemporâneo, embora as normativas sejam apresentadas sob o pretexto de combater o crime e proteger a segurança pública, governos conservadores como o de Piñera no Chile retomam essa perspectiva defensiva, tratando as pessoas imigrantes como ameaças em potencial. A exigência de antecedentes criminais nos processos de concessão de vistos, como o VHH e o VDR, reflete uma continuidade na aplicação da presunção de criminalidade às pessoas imigrantes, perpetuando práticas discriminatórias e excludentes que têm raízes nas políticas autoritárias do passado.

Essa continuidade sugere que esses Estados ainda utilizam a criminalização como uma estratégia para regular a imigração, transformando o status migratório em um marcador de suspeição e potencial culpabilidade. Apesar das mudanças nas justificativas legais e nos contextos políticos, a exigência de antecedentes criminais permanece um poderoso instrumento de controle que perpetua a desigualdade e a exclusão das pessoas imigrantes, dificultando sua integração e alimentando a narrativa de que eles são uma ameaça à ordem social e à segurança pública.

A crimigração (Stumpf, 2006) se reflete evidenciando como a fusão entre as esferas do direito penal e do direito imigratório tem sido usada para justificar a criminalização dos imigrantes. Essa abordagem não só compromete a integração das pessoas imigrantes nas sociedades de destino, como também gera incerteza e vulnerabilidade, ao vinculá-las com o crime. Conforme destacado por Provine e Doty (2001), essa associação resulta na perda ou na dificuldade de acesso a direitos, comprometendo significativamente a participação dos imigrantes na sociedade.

Dando continuidade à problematização da exigência de antecedentes criminais, observa-se que a elaboração de políticas migratórias restritivas, inclinadas à criminalização, ganhou força e se consolidou sob os regimes ditatoriais na América do Sul, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, como ilustrado nos trechos das normas apresentadas no Quadro nº 5 – Segurança e interesses nacionais. Esse endurecimento das políticas de imigração esteve alinhado com estratégias mais amplas de consolidação do poder e repressão de qualquer forma de dissidência, utilizando a segurança nacional como uma justificativa central.

Goldberg (2002) argumenta que os Estados-nação modernos utilizam o controle imigratório, por meio de legislação, burocracia estatal e tecnologias de governança, para instaurar e perpetuar hierarquias raciais, moldando os conceitos de cidadania e pertencimento. Nesse contexto, a doutrina do Estado de Segurança Nacional, que predominou nos regimes ditatoriais, promovia a segurança interna como essencial à sobrevivência do Estado. Como resultado, as pessoas imigrantes eram frequentemente enquadradas como ameaças imediatas, legitimando medidas de controle migratório rigorosas. Esse proceder era amplamente sustentado pelo racismo institucionalizado, onde políticas migratórias discriminatórias eram justificadas e implementadas sob o pretexto de proteger o Estado.

A ideologia de segurança nacional ganhou destaque paralelamente à expansão do mercado capitalista global durante a Guerra Fria, um período que testemunhou o surgimento de ditaduras militares na região, como no Brasil e no Chile. Nesses regimes, a segurança nacional tornou-se um eixo central da política externa e interna, com ênfase na guerra e nas ameaças externas ao Estado, que poderiam desencadear instabilidade interna e conflitos (Wolfers, 1962). Krause e Williams (1997) destacam que o medo dos Estados se direcionava às pessoas imigrantes, compreendidas como provenientes de Estados inimigos, associando a imigração ao risco de instabilidade política.

Com a globalização dos mercados e dos modos de produção, a segurança nacional começou a focar especificamente nas pessoas imigrantes, associando-as a conflitos, pobreza, declínio ambiental e crescimento populacional descontrolado (Duffield, 2001). Esse cenário revela como o racismo institucionalizado atua como uma lente crítica essencial para investigar o aprofundamento do controle migratório sob regimes que implementam práticas discriminatórias criminalizantes. Tais práticas são manifestações de uma estrutura institucional permeada por preconceitos raciais, que reflete e sustenta desigualdades sistêmicas.

A compreensão de que o colonialismo se transmutou em padrões de poder que persistem nas sociedades latino-americanas é crucial para entender a dinâmica atual das políticas migratórias (Quijano, 2005). Esses padrões não se limitam ao legado histórico do colonialismo, mas evoluem para a colonialidade, uma manifestação de poder político que distingue as formas

prolongadas de dominação e discriminação que sobreviveram após o fim do colonialismo formal. A criminalização de pessoas imigrantes, especialmente daquelas subalternamente racializadas, pode ser entendida como uma manifestação contemporânea dessa colonialidade, perpetuando as hierarquias raciais e a exclusão originadas no período colonial e intensificadas durante a era escravagista (Mignolo, 2005).

Essa perspectiva sublinha a necessidade de analisar as políticas migratórias não apenas como medidas de controle, mas como continuidades históricas que refletem e reforçam estruturas coloniais de poder e discriminação. As políticas de imigração, assim, podem perpetuar desigualdades raciais, excluindo e marginalizando grupos considerados indesejáveis. Especialmente em regimes autoritários na América do Sul, o controle migratório tem sido empregado para consolidar o poder e suprimir a percepção de ameaça (Golash-Boza, 2016).

Ao avançar na análise das políticas migratórias do Brasil e do Chile para pessoas haitianas e venezuelanas, respectivamente, fica evidente a intrincada relação entre segurança nacional, racismo institucionalizado e práticas de exclusão. Os trechos citados no quadro 6, que emergem dos períodos de ditaduras militares nesses países, revelam como a migração foi concebida e regulamentada sob a ótica da segurança nacional, sublinhando a inseparabilidade entre a gestão migratória e as agendas de segurança estatal. A migração, longe de ser um processo neutro, é profundamente moldada pelas exigências de segurança e controle, perpetuando desigualdades e reforçando hierarquias raciais estabelecidas.

Quadro 6. Segurança e interesses nacionais

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à **segurança nacional,** à organização institucional, aos **interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil,** bem assim à **defesa do trabalhador nacional** (Art.2, Brasil, 1980, negrita minha).
		Concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão **sempre condicionadas aos interesses nacionais** (Art.3, Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	Se otorgará visación de residente temporario al extranjero que tenga el propósito de radicarse en Chile, siempre que

		acredite vínculos de familia o intereses en el país o **cuya residencia sea estimada útil o ventajosa** (Art. 40, Chile, 1975, negrita minha).
		Las visaciones, cambios, prórrogas y traspasos […] serán resueltas o concedidas por el Ministerio del Interior. […] Estas atribuciones serán ejercidas discrecionalmente, atendiéndose, en especial, a la **conveniencia o utilidad que reporte al país** (Art.13, Chile, 1984, negrita minha).
		Podrán ser **rechazadas y las expedidas revocadas** en cualquier tiempo, cuando se estime que la actuación del artista sea reñida o atentatoria a la moral y las buenas costumbres o no constituyan un aporte positivo para la cultura (Art.41, Chile, 1984, negrita minha).

Fonte: elaboração própria.

As citações do quadro acima revelam como, durante os períodos ditatoriais no Brasil e no Chile, as políticas migratórias foram profundamente influenciadas pelas preocupações com a segurança nacional e os interesses estatais. Essas políticas, claramente refletidas nas normativas citadas, evidenciam a forma como a migração foi gerida como uma questão de segurança, vinculada à proteção dos interesses políticos, econômicos e culturais dos Estados.

No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro de 1980 estabelece, no Artigo 2º, que a aplicação da lei migratória deveria atender primordialmente à segurança nacional, à organização institucional e aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do país. Essa abordagem evidencia uma visão da pessoa imigrante não como detentora de direitos e dignidade, mas como um elemento a ser controlado para garantir a integridade e estabilidade do Estado. A ênfase na "defesa do trabalhador nacional" reflete a preocupação do regime em proteger o mercado de trabalho local de influências externas, que poderiam ser percebidas como desestabilizadoras.

Adicionalmente, o artigo 3º do mesmo Estatuto deixa claro que a concessão, prorrogação ou transformação de vistos estava sempre condicionada aos "interesses nacionais". Essa formulação vaga e amplamente discricionária permitia ao Estado excluir qualquer pessoa imigrante cuja presença fosse considerada, por qualquer motivo, contrária aos interesses do Brasil. Essa política migratória, sob a égide da segurança nacional, foi

instrumentalizada como um mecanismo de controle social e de repressão, refletindo a lógica autoritária do período.

De forma semelhante, no Chile, a *Lei de Extranjería* de 1975 (Art. 40) estipula que a concessão de visto de residente temporário seria permitida apenas a pessoa imigrante que demonstrasse vínculos familiares ou interesses no país, ou cuja residência fosse considerada "útil ou vantajosa". Esse critério introduz uma abordagem utilitarista à imigração, onde a presença da pessoa imigrante é avaliada em termos de benefício direto ao Estado chileno, subordinando a migração aos interesses nacionais.

O artigo 13 do Decreto de 1984 amplia essa lógica ao afirmar que as decisões sobre vistos, mudanças, prorrogações e transferências seriam resolvidas pelo Ministério do Interior de forma discricionária, com especial atenção à "conveniência ou utilidade" para o país. Esse grau de discricionariedade reforça o caráter autoritário do regime, permitindo que as decisões sobre a permanência de pessoas imigrantes fossem tomadas com base em considerações subjetivas e políticas, muitas vezes alheias ao respeito pelos direitos humanos.

Além disso, o artigo 41 do mesmo decreto estabelece que os vistos poderiam ser revogados a qualquer momento se a atuação da pessoa imigrante fosse considerada contrária à moral e às boas costumes, ou se não constituísse um "aporte positivo" para a cultura. Esta cláusula não só reforça a subjetividade e arbitrariedade das políticas migratórias chilenas, como também sublinha o controle estrito exercido sobre as pessoas imigrantes, impondo-lhes normas culturais e morais que refletiam a visão conservadora e repressiva do regime.

A análise comparativa das políticas migratórias no Brasil e no Chile durante os períodos ditatoriais revela uma utilização clara do controle migratório como uma ferramenta de reforço da segurança nacional e dos interesses estatais. Tanto o Brasil quanto o Chile adotaram políticas que priorizavam os interesses do Estado sobre os direitos das pessoas imigrantes, utilizando uma linguagem legal que permitia discricionariedade e controle sobre quem podia entrar e permanecer no país.

Essas políticas migratórias foram moldadas por uma ideologia de segurança nacional que enquadrava as pessoas imigrantes como potenciais ameaças à estabilidade e à ordem interna. A utilização de termos como

"interesses nacionais", "conveniência" e "utilidade" sublinha a visão instrumental das pessoas imigrantes, que eram bem-vindas apenas se suas presenças fossem vantajosas para o Estado. Esse enfoque contribuiu para a legitimação de práticas discriminatórias e excludentes, que não apenas restringiam a imigração, mas também condicionavam a permanência dessas à sua conformidade com as normas culturais e sociais impostas pelo Estado.

Nesse sentido, observa-se a correlação entre o poder disciplinar desses regimes autoritários, que se manifesta por meio de normas que disciplinam os corpos e as subjetividades. Segundo Wermuth (2020), emerge uma sociedade de normalização que aceita apenas corpos privilegiadamente racializados, induzindo comportamentos institucionalmente disciplinados e rejeitando corpos subalternamente racializados, além de subjetividades que divergem do que é institucionalmente aceito. Nesse cenário, a migração é vista não como um fenômeno humano ou social, mas como um vetor de ameaças potenciais à integridade e estabilidade do Estado.

Aradau e Tazziolli (2020) destacam como o controle do Estado se dá de forma violenta por meio da delimitação de fronteiras e pela hierarquização da vida. Nesse sentido, os entrelaçamentos entre capitalismo neoliberal e racialização tornam os corpos imigrantes mercantilizáveis como mão de obra, enquanto, ao mesmo tempo, eles são excluídos e marginalizados, especialmente quando são vistos como ameaças ao bem-estar das populações nacionais privilegiadas.

Esses processos de seleção racial e utilitarista, que permeiam a legislação migratória no Brasil e no Chile, especialmente sob os regimes militares, refletem a influência da doutrina de segurança nacional, que tratava as pessoas imigrantes como potenciais inimigas com direitos restritos (Wermuth, 2020). O Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) e a *Ley de Extranjería* (Chile, 1975), como ilustrado no Quadro nº 5, são exemplos claros da abordagem securitária e discriminatória adotada por esses governos, vinculando a admissão de imigrantes aos "interesses nacionais" e à "segurança nacional," ao mesmo tempo em que impõem severas restrições aos direitos fundamentais dos imigrantes.

Portanto, o quadro nº 6 revela a articulação entre segurança nacional e racismo institucionalizado e evidencia a instrumentalização das migrações como

uma ferramenta de controle social, desumanização e criminalização das pessoas imigrantes. O quadro mostra que a convergência entre segurança nacional e as políticas de migração reforça o racismo institucional mediante a criminalização e invisibilização (conforme análise apresentada na segunda seção deste capítulo e quadro nº 17 sobre a ideologia da segurança e interesses nacionais) de pessoas imigrantes na sociedade receptora.

Prosseguindo com a análise sobre a presunção de criminalidade, o quadro nº 7 aborda a questão da proibição seletiva de ingresso, que representa uma das formas mais extremas de controle migratório exercido pelo Estado. Essa prática está profundamente enraizada na ideia de que certas pessoas imigrantes, por sua origem, características ou condição, representam uma ameaça inerente à segurança nacional e aos interesses do Estado. Essa suspeita prévia e generalizada de criminalidade não apenas justifica um controle rigoroso, mas também fundamenta a exclusão total dessas pessoas do território nacional.

Para compreender melhor o contexto e as implicações dessa proibição seletiva, é fundamental retomar o conceito de Estado de Exceção, conforme desenvolvido por Giorgio Agamben (2004). No sentido sociológico, o Estado de Exceção caracteriza-se por um ponto de inflexão em que a vida humana se submete completamente ao poder do Estado, sendo regulada principalmente por sua exclusão. Nesse contexto, a pessoa imigrante, ao ser marcada pela presunção de criminalidade e submetida à proibição seletiva de entrada, assume a figura do "homo sacer" contemporâneo—aquela figura que, segundo Agamben (1998), pode ser morta sem que tal ato tenha consequências legais.

A proibição seletiva de entrada, exemplificada no quadro nº 7, é uma manifestação direta dessa dinâmica de exclusão. Sob o pretexto de proteger a segurança nacional e os interesses do Estado, a pessoa imigrante é marcada como uma ameaça inerente e, consequentemente, excluída não apenas do território, mas também do âmbito dos direitos e da proteção jurídica. Essa exclusão, fundamentada na presunção de criminalidade, transforma a pessoa imigrante no *homo sacer*—alguém que, fora da ordem jurídica, não tem acesso à dignidade nem à proteção legal.

Assim, o estado de exceção, ao ser aplicado às políticas migratórias, revela como a presunção de criminalidade não só restringe a liberdade de

movimento, mas também institucionaliza uma forma de vida em que a pessoa imigrante é tratada como um objeto de controle total. Essa situação exacerba a crise dos direitos humanos e destaca a condição de extrema vulnerabilidade à qual essas pessoas são relegadas, tornando-se uma manifestação contemporânea da exclusão radical e da negação da cidadania.

Quadro 7. Proibição seletiva de ingresso

Chile (Período ditatorial)
Por decreto supremo podrá **prohibirse el ingreso al país de determinados extranjeros por razones de interés o seguridad nacionales** (Art. 2 º, Chile, 1975, negrita minha). Se **prohibe el ingreso** al país de los siguientes extranjeros: los que propaguen o fomenten de palabra o por escrito o por cualquier otro medio, doctrinas que tiendan a destruir o alterar por la violencia, el orden social del país o su sistema de gobierno, los que estén sindicados o tengan reputación de ser agitadores o activistas de tales doctrinas y, en general, los que ejecuten hechos que las leyes chilenas califiquen de delito contra la seguridad exterior, la soberanía nacional, la seguridad interior o el orden público del país y los que realicen actos contrarios a los intereses de Chile o constituyan un peligro para el Estado (Art. 15, Chile, 1975, negrita minha).

Fonte: elaboração própria, negrita minha

A proibição seletiva de ingresso no Chile durante o período ditatorial, revela como as políticas migratórias foram instrumentalizadas para reforçar o controle estatal sob o pretexto de proteger os interesses e a segurança nacionais. Essas normas evidenciam a interseção entre o Estado de Exceção, a presunção de criminalidade e a instrumentalização da lei como ferramenta de controle social e político.

O Artigo 2º da *Ley de Extranjería* (Chile, 1975) confere ao Estado o poder de proibir o ingresso de determinadas pessoas imigrantes por razões de interesse ou segurança nacionais. Ao permitir uma interpretação ampla de "segurança" e "interesses nacionais", esse dispositivo legal abre precedentes para uma aplicação arbitrária da lei, onde a exclusão pode ser justificada sob a égide da proteção do estado nacional. Essa flexibilidade na interpretação permite que o Estado exerça controle rigoroso sobre quem pode ou não entrar no país, transformando a lei em uma ferramenta de exclusão e repressão.

O Artigo 15 da mesma lei (Chile, 1975) vai além ao restringir ainda mais o espectro de entrada no país, excluindo aqueles que possam propagar ideias consideradas ameaçadoras ao ordenamento social ou ao governo estabelecido.

Este artigo reflete a instrumentalização da lei para a manutenção do status quo, criminalizando não apenas ações, mas também ideologias que desafiem a autoridade vigente. Ao ampliar a margem para práticas criminalizantes, essa legislação evidencia uma prática de imunização sociopolítica do corpo nacional contraculturas e ideologias percebidas como ameaças (Esposito, 2004).

A analogia com o sistema imunológico do corpo humano, proposta por Esposito (2004), ilustra como a política migratória se configura como um mecanismo defensivo, regulando e excluindo formas de vida consideradas indesejáveis ou perigosas para a identidade e segurança nacionais. Nesse contexto, a pessoa imigrante é tratada como um "agente patogênico" que deve ser impedido de entrar para preservar a "saúde" do corpo político nacional.

Esse entendimento é complementado pela análise de Baker (1981), que destaca a evolução do racismo para além de uma simples questão de supremacia biológica, introduzindo a noção de culturalismo pseudobiológico. Aqui, a biologia é instrumentalizada para justificar divisões sociais e culturais, sugerindo uma predisposição natural à segregação com base na semelhança biológica, uma noção que é transposta para o domínio cultural. Essa concepção alimenta o medo do "outro" e fornece um terreno fértil para o desenvolvimento de políticas migratórias que se ancoram na segurança nacional, mas que, na realidade, perpetuam a exclusão e a criminalização.

O regime ditatorial chileno utilizou a legislação migratória como instrumento de controle social e político, marcando pessoas imigrantes e ideologias contrárias ao regime como ameaças à segurança nacional. A legislação apresentada nos Artigos 2º e 15 do Decreto Supremo de 1975 é um exemplo claro de como o Estado pode utilizar o aparato jurídico para institucionalizar a exclusão e a repressão, criando um ambiente onde a discriminação é legalmente sancionada.

Esse processo de criminalização seletiva, baseado em critérios ideológicos e culturais, revela as dinâmicas de poder que subjazem às políticas migratórias e a forma como estas podem ser empregadas para reforçar estruturas de racismo institucional. Ao marcar certas pessoas imigrantes e ideologias como perigosas, o Estado não apenas justifica sua exclusão, mas também perpetua uma lógica de segregação e controle que sustenta a ordem social desejada pelo regime.

A proibição seletiva de ingresso, fundamentada na presunção de criminalidade e na segurança nacional, foi utilizada para reforçar o poder do Estado e proteger os interesses do regime ditatorial chileno. Esse tipo de legislação, ao ser aplicada de maneira arbitrária e discriminatória, reflete a intersecção entre o controle migratório, o racismo institucional e as práticas de exclusão que continuam a moldar as políticas migratórias em contextos autoritários. Assim, a política migratória chilena durante o período ditatorial regulava a entrada de pessoas imigrantes, mas também funcionava como uma ferramenta de repressão ideológica e cultural, perpetuando um sistema de exclusão que persistiu mesmo após o fim do regime.

De outra parte, exigência de solvência econômica nas políticas migratórias revela a compreensão das pessoas migrantes como fardo. Carecendo de critérios claros sobre o que constitui "meios econômicos suficientes" abre espaço para a discricionariedade das autoridades, possibilitando decisões arbitrárias e discriminatórias (Pavez-Soto e Colomes, 2018).

Essa discricionariedade nas normativas migratórias atrela o direito de migrar ao status laboral da pessoa imigrante no país de destino, como evidenciado no quadro nº 8. Nesse cenário, a permanência é condicionada à manutenção de um emprego, o que as coloca em uma posição vulnerável, sujeitas à instabilidade e ao risco de irregularidade. Esse arranjo inferiorizante institucionaliza a marginalização e transforma o desemprego em critério criminalizante (Perocco, 2019).

A vinculação do direito de residência ao status laboral perpetua dinâmicas colonialistas e de racismo institucional, impactando desproporcionalmente as populações imigrantes racializadas. Essas dinâmicas reforçam a dependência das pessoas imigrantes em relação aos seus empregadores, aumentando sua vulnerabilidade e limitando seus direitos sociais à duração de seus contratos de trabalho. As exigências de condições de trabalho específicas não só aumentam a instabilidade na vida das pessoas imigrantes, mas também alimentam um ciclo contínuo de exclusão, discriminação e criminalização baseado em critérios econômicos e raciais (Basso, 2018).

O quadro 8 oferece uma análise complexa das políticas migratórias de Brasil e Chile, permitindo tanto uma leitura diacrônica, que compara diferentes

períodos históricos, quanto uma análise sincrônica, que examina as políticas de ambos os países em cada momento específico. Essa dupla abordagem revela como a exigência de solvência econômica e de inserção laboral formal tem sido um critério central para a concessão de permanência em ambos os países, reforçando uma lógica de exclusão racial e socioeconômica ao longo do tempo.

O aspecto racial dessas políticas migratórias é especialmente evidente no sistema de discriminação que afeta estruturalmente a vida das pessoas imigrantes. Esse sistema é reforçado por mecanismos que selecionam, precarizam e exploram as pessoas trabalhadoras imigrantes, criando uma categoria especial de direitos para esses indivíduos. Segundo Saraceno et al. (2013), essa discriminação é multidimensional, impactando todas as esferas da vida social — desde o trabalho e saúde até a moradia e educação — e intensificada pelo racismo estatal, que, conforme Basso (2018), desempenha um papel central na perpetuação dessas desigualdades.

Quadro 8. Restrição financeira de permanência

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que se pretenda fixar, definitivamente no Brasil. Para obter visto permanente o estrangeiro deverá satisfazer as exigências de caráter especial, previstas nas normas de seleção de imigrantes, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração, e apresentar: [..]VII - **contrato de trabalho visado pela Secretaria de Imigração do Ministério do Trabalho** (Art. 26 e 27, Brasil, 1981).
	Chile	Los que no tengan o **no puedan ejercer profesión u oficio, o carezcan de recursos que les permitan vivir en Chile sin constituir carga socia**l; Los que sufran enfermedades respecto de las cuales la autoridad sanitaria chilena determine que constituyen causal de impedimento para ingresar al territorio nacional (Art.15, Chile, 1975).
Contemporâneo (2012-2022)	Brasil	O imigrante poderá requerer em uma das unidades da Polícia Federal [...] autorização de residência com prazo de validade indeterminado, desde que [...]IV - **comprove meios de subsistência (**Brasil, 2019a, 2020, 2021, 2022).
	Chile	Las atribuciones que correspondan al Ministerio del Interior y Seguridad Pública, a través del Departamento de Extranjería y Migración, **para el otorgamiento de esas visaciones dentro del**

		territorio nacional, para las prórrogas de las mismas y para la concesión de la permanencia definitiva, las cuales serán ejercidas por éste, en los términos y vigencia establecidos en el referido decreto ley Nº 1.094 y de su Reglamento (Chile, 2021b).

Fonte: elaboração própria, negrita minha.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1990), o Decreto nº 86.715 de 1981 exigia que o estrangeiro apresentasse um "contrato de trabalho visado pela Secretaria de Imigração do Ministério do Trabalho" para obter o visto permanente (Brasil, 1981). Essa política, claramente alinhada à lógica de *jus laboris*, condicionava o direito de permanência à capacidade de inserção no mercado de trabalho formal, criminalizando a pobreza e marginalizando aqueles considerados "improdutivos". De maneira sincrônica, a legislação chilena da ditadura, expressa no Art. 15 da Ley de Extranjería de 1975**,** impedia o ingresso de pessoas que "não tivessem profissão ou ofício, ou carecessem de recursos que lhes permitissem viver sem constituir carga social" (Chile, 1975). Em ambos os contextos, essas normativas reforçaram hierarquias raciais e econômicas, excluindo os mais vulneráveis da possibilidade de residência legal.

Como observado por Perocco (2019), essas políticas exemplificam o conceito de *jus laboris*, no qual o direito de residir está condicionado à capacidade de manter um emprego formal ou de comprovar solvência econômica. Essa prática, longe de promover a dignidade do trabalho, cria um ciclo de exclusão que transforma as pessoas imigrantes em meros objetos de controle econômico e racial. A ausência de recursos suficientes coloca as pessoas em situação de irregularidade, aumentando sua vulnerabilidade à exploração laboral e à precarização de suas condições de vida.

No período contemporâneo, a política migratória brasileira mantém essa lógica excludente. As Portarias Interministeriais de 2019 a 2022 estabelecem que a pessoa imigrante pode solicitar a residência com prazo de validade indeterminado "desde que comprove meios de subsistência" (Brasil, 2019a, 2020, 2021, 2022). A análise sincrônica com o Chile contemporâneo revela uma convergência significativa: o Decreto Lei Nº 1.094 de 2021 estipula que a concessão de permanência definitiva depende do cumprimento de critérios

econômicos estabelecidos pelo Ministério do Interior e Segurança Pública (Chile, 2021a). Assim como no Brasil, o sistema chileno contemporâneo perpetua a exclusão das pessoas imigrantes economicamente vulneráveis.

Segundo Basso (2018), essas políticas de exclusão são um reflexo do racismo estatal, que reproduz as mesmas dinâmicas colonialistas que historicamente justificaram a exploração e a marginalização de grupos racializados. Ao condicionar o direito de permanência à solvência econômica, Brasil e Chile institucionalizam uma lógica que transforma a migração em um privilégio, acessível apenas àqueles que atendem aos requisitos econômicos do Estado, e não como um direito universal.

Portanto, ao adotar essa abordagem diacrônica e sincrônica, a análise permite perceber uma continuidade nas políticas de criminalização da pobreza. Tanto no Chile de 1975 quanto no Brasil contemporâneo, o foco na produtividade e solvência econômica não só perpetua a exclusão social, mas também criminaliza a vulnerabilidade econômica das pessoas imigrantes. Essa prática reflete a lógica do *jus laboris*, onde o direito de permanência está intrinsecamente vinculado à capacidade econômica, perpetuando desigualdades raciais e estruturais. Conforme argumenta Perocco (2019), a ausência de um emprego formal ou de recursos financeiros adequados coloca as pessoas imigrantes em uma posição de irregularidade ou clandestinidade, ampliando sua marginalização e expondo-as à exploração.

Dessa forma, essas políticas migratórias não apenas reproduzem desigualdades sistêmicas, mas também reforçam uma lógica de controle econômico e racial, em que a exclusão das pessoas imigrantes vulneráveis se torna uma ferramenta de dominação estatal, legitimada por um aparato jurídico que perpetua o racismo institucional (Saraceno et al., 2013; Basso, 2018).

Tendo destacado como a legalidade da estadia da pessoa imigrante é condicionada à sua ocupação laboral formal, e como isso agrava a vulnerabilidade, analiso a seguir a terceira categoria de restrição de mobilidade territorial. Para refletir sobre a criminalização que resulta da exigência de entrada no país por locais específicos, é essencial compreender a instrumentalização e a transformação histórica do conceito de fronteira. Historicamente, as fronteiras não são apenas limites geográficos, mas também constituem um elemento central na definição política dos estados-nação, sendo diretamente ligadas à

hegemonia territorial. Essa hegemonia territorial representa uma condição interna que define quem é ou não cidadão dentro dessa comunidade política, criando um espaço de inclusão e exclusão onde se formulam os direitos de cidadania.

As fronteiras, portanto, não apenas delimitam o território de um Estado, mas também determinam quem está no centro ou na periferia do poder político (Balibar, 2014). Essa delimitação espacial é utilizada pelos estados-nação para estabelecer quem pertence ao corpo político e quem é excluído, funcionando como uma ferramenta de gestão e controle social. Nesse contexto, a pessoa imigrante, ao cruzar a fronteira, é muitas vezes reduzida à figura de um "inimigo" potencial, o que justifica o uso de medidas hostis de controle migratório.

A presença de diversas inseguranças, como terrorismo, guerra, instabilidade econômica, pobreza e destruição ambiental, é frequentemente utilizada como justificativa para a implementação de medidas severas de controle fronteiriço. No entanto, essas medidas tendem a hierarquizar os direitos dos cidadãos nacionais em detrimento dos direitos das pessoas imigrantes (Balibar, 2014). A ideia de que a segurança nacional depende do controle rigoroso das fronteiras cria uma narrativa em que a pessoa imigrante é vista como uma ameaça à integridade do Estado, legitimando a aplicação de restrições de mobilidade e a criminalização daqueles que tentam atravessar as fronteiras por locais não designados.

Além disso, existe uma dimensão racial que permeia esse processo de exclusão de pessoas imigrantes na fronteira, derivada de um entendimento de cidadania que privilegia racialmente certos grupos. Esse privilégio racial incorpora as pessoas nacionais, que são entendidas como legítimas portadoras de cidadania, enquanto exclui as pessoas imigrantes, especialmente aquelas subalternamente racializadas. Nesse sentido, há uma distinção clara entre as pessoas imigrantes racialmente privilegiadas, que mantêm certos direitos e status social, e as pessoas imigrantes subalternamente racializadas, que enfrentam racismo institucional e cultural (Honig, 2001).

Essa exclusão racializada na fronteira reflete uma continuidade das dinâmicas colonialistas, onde a identidade nacional e a cidadania são construídas em oposição ao "outro," que é racializado e marginalizado. As políticas de controle fronteiriço, ao exigir que as pessoas imigrantes entrem no

país por locais designados, institucionalizam essa exclusão e reforçam as hierarquias raciais e sociais, tratando as pessoas imigrantes subalternamente racializadas como uma ameaça à ordem social e política estabelecida.

Portanto, a criminalização das pessoas imigrantes que tentam atravessar a fronteira por locais não designados deve ser entendida como parte de um sistema mais amplo de exclusão e controle que utiliza a fronteira como uma ferramenta para reforçar a hegemonia territorial e racial dos estados-nação. Essa prática não apenas limita a mobilidade das pessoas imigrantes, mas também perpetua a marginalização e a desigualdade, ao estabelecer barreiras físicas e simbólicas que definem quem tem o direito de pertencer e quem é excluído do corpo político.

Quadro 9. Ingresso por local designado

Período histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	A **entrada** no território nacional ocorra **somente pelos locais onde houver fiscalização** dos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda (Art. 22, Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	El **ingreso y el egreso de los extranjeros deberá hacerse por lugares habilitados del territorio nacional,** los cuales serán determinados por el presidente de la República mediante decreto supremo […] Los **lugares habilitados podrán ser cerrados al tránsito de personas** en forma **temporal o indefinidamente** […] (Chile, 1984, negrita minha).
		Las solicitudes de ampliaciones y prórrogas del permiso de turismo, visaciones, cambio y prórrogas [...] deberán contener […] 2. **Fecha y lugar de ingreso a Chile, con indicación del medio de transporte empleado** (Art., 125, Chile, 1984, negrita minha).
Período Contemporâneo (2012-2022)	Chile	**La entrada de personas al territorio nacional y salida de él deberá efectuarse por pasos habilitados** (Art.24, Chile, 2021a, negrita minha).
	Brasil	O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. (Art. 2º, Brasil, 2012) § 2º O visto temporário para acolhida humanitária será concedido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. (Art. 2º, Brasil, 2016) O visto temporário previsto nesta Portaria terá prazo de validade de noventa dias e será concedido exclusivamente

		pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. (Art. 2º, Brasil, 2019a) O visto temporário previsto nesta Portaria terá prazo de validade de cento e oitenta dias e será concedido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe (Art. 2º, Brasil, 2020, 2021, 2022).

Fonte: elaboração própria, negrita minha.

O quadro 9 examina a exigência de ingresso por locais designados em diferentes períodos históricos no Brasil e no Chile, destacando como essa prática tem sido utilizada como uma ferramenta de controle e criminalização das pessoas imigrantes. Essa exigência reflete a instrumentalização da fronteira, não apenas como um limite geográfico, mas como um mecanismo de exclusão social e racial, que define quem pode ingressar e sob quais condições.

No contexto brasileiro durante o regime militar, o artigo 22 do Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) estipulava que a entrada no território nacional só poderia ocorrer pelos “locais com fiscalização dos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda”. Essa norma pautada na (in)capacidade de fiscalização estatal impunha uma limitação física e legal à mobilidade das pessoas imigrantes, submetendo-as a um controle rigoroso e burocrático.

A exigência de ingresso por locais designados funcionava como uma forma de manter as pessoas imigrantes em uma posição de vulnerabilidade legal. Como Basso (2018) argumenta, a irregularidade muitas vezes é produzida deliberadamente por políticas que dificultam o acesso legal e seguro às fronteiras, resultando na criminalização das pessoas imigrantes devido ao status de irregularidade. Essa condição não só reforça a exclusão social, mas também perpetua a percepção das pessoas imigrantes como "outros" perigosos e/ou “indesejáveis”.

De forma semelhante, no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet, o Decreto nº 597 de 1984 determinava que o ingresso e a saída de pessoas imigrantes deveriam ocorrer por locais habilitados do território nacional, determinados pelo Presidente da República por meio de decreto supremo. Essa legislação, além de restringir o acesso, permitia que esses locais de entrada

fossem fechados temporária ou indefinidamente, agravando ainda mais as condições de acesso legal ao país.

Essa prática de restringir o acesso a determinados pontos de entrada é uma estratégia para hierarquizar os direitos entre cidadãos nacionais e pessoas imigrantes, criando uma "exceção normalizada" onde as pessoas imigrantes são tratadas como perpetuamente à margem da plena participação social e política. As discrepâncias nos direitos concedidos a diferentes categorias de pessoas imigrantes exacerbam as desigualdades, promovendo um racismo institucional que discrimina com base na nacionalidade e na origem étnica.

As operações policiais violentas e a militarização das fronteiras, amplamente debatidas no contexto das políticas de fronteira da União Europeia e dos Estados Unidos, também são pertinentes para o contexto latino-americano. Essas políticas reforçam a imagem das pessoas imigrantes como inimigas, justificando práticas extremas como detenções prolongadas e deportações em massa, muitas vezes em detrimento dos direitos humanos fundamentais dessas pessoas.

No período contemporâneo, a Lei de migração nº 21.325 de 2021 do Chile mantém a exigência de que a entrada e a saída de pessoas do território nacional se realizem por "locais habilitados". Embora o contexto político tenha mudado, a continuidade dessa exigência reflete a persistência de uma lógica de controle que visa regular a mobilidade das pessoas imigrantes de maneira a garantir que o Estado mantenha o poder de decidir quem pode atravessar suas fronteiras.

Conforme a entrevista concedida pelo presidente do CNIg, no contexto da migração haitiana após o terremoto de 2010 (Pedrozo, 2012), a presença de 5 mil pessoas haitianas no Brasil em 2012, que haviam entrado no Brasil através das fronteiras com a Bolívia ou o Peru. A emissão de vistos humanitários especiais pelo governo brasileiro exclusivamente em Porto Príncipe teve o objetivo explícito de desencorajar a imigração pelas fronteiras terrestres. A exigência de que os vistos fossem emitidos exclusivamente na capital haitiana, Porto Príncipe, impôs uma barreira significativa para quem enfrentava situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além de dificultar a mobilidade, ao mesmo tempo, criminaliza quem tenta ingressar no Brasil por rotas terrestres. Além disso, a normativa do VHH, ao se concentrar na emissão de vistos na embaixada

brasileira em Porto Príncipe (Haiti), externaliza as fronteiras para dificultar o acesso ao território brasileiro e limita as opções legais de entrada.

No Chile, o ofício circular nº 96 de 2018 (Chile, 2018a) também externaliza as fronteiras estabelecendo que o VDR somente poderia ser solicitado exclusivamente nos consulados chilenos na Venezuela[36]. Essa medida, similar à política brasileira do VHH, é incoerente com a retórica de reconhecimento da crise humanitária na Venezuela e no Haiti. A exigência de obtenção de visto fora do Chile, assim como no caso brasileiro, cria condições que favorecem a criminalização das pessoas imigrantes venezuelanas e haitianas, respectivamente.

A determinação de pontos excludentes de entrada no Brasil e no Chile e a restrição de entrada terrestre no território brasileiro reforça o controle territorial e a hegemonia desses Estados-nações sobre suas fronteiras, conceito que Perocco (2019) articula ao processo de criminalização da imigração internacional a quem não consegue cumprir com esses requisitos formais devido a vulnerabilidade social. Ao restringir a entrada a determinados locais, os Estados brasileiro e chileno intensificam a situação de marginalização das pessoas imigrantes subalternamente racializadas e em vulnerabilidade socioeconômica, sendo compelidas a rotas não autorizadas e perigosas.

A prática de fechar temporária ou indefinidamente certos pontos de entrada, como observado no Decreto nº 597 (Chile, 1984), denota a discricionariedade do Estado chileno para gerar incerteza nas regras e potencializar a irregularidade. Trata-se de racismo de Estado (Basso, 2018) mediante políticas que consolidam a diferenciação e exclusão racializadas para configurar as pessoas imigrantes como ameaça potencial e "estrangeiros perpétuos".

O quadro 10 foca na análise da restrição de ingresso por via terrestre, com destaque para as normativas brasileiras aplicadas no VHH. A restrição ao ingresso por fronteiras terrestres emerge como um instrumento de criminalização das pessoas imigrantes haitianas, revelando como essa política foi mais do que

[36] Os consulados chilenos na Venezuela são representações diplomáticas localizadas em diferentes cidades, que prestam serviços consulares e de assistência aos cidadãos chilenos e estrangeiros. Entre eles estão o Consulado General de Chile em Caracas e os Consulados Honorários em Maracaibo, Barquisimeto, Porlamar, Valencia e Curaçao. Essas unidades oferecem serviços como emissão de documentos e apoio em questões migratórias (Chile, 2024)

uma simples medida administrativa, tornando-se uma expressão da hegemonia territorial do Estado brasileiro. Ao obstaculizar a entrada pelas fronteiras terrestres, a normativa do VHH visa limitar a mobilidade de populações vulneráveis, ao mesmo tempo em que reforça o controle estatal sobre os fluxos migratórios.

Quadro 10. Restrição de ingresso por via terrestre

Período Histórico	Citações chave
Período Contemporâneo (2012-2022)	Existem no Brasil hoje aproximadamente 5 mil haitianos. Parte desse contingente de imigrantes foi regularizado no país depois de **entrar ilegalmente pelas fronteiras com a Bolívia ou com o Peru.** Cerca de 800 obtiveram, entre janeiro e setembro passados, visto por cinco anos, emitidos na capital haitiana, Porto Príncipe, dentro de uma política do governo brasileiro firmada em janeiro deste ano para tentar **frear a entrada por via terrestre** (Pedrozo, 2012, negrita minha).
	Até janeiro deste ano houve uma grande chegada de haitianos pela **via terrestre, principalmente pelo Acre e Amazonas.** Em janeiro, houve o estabelecimento de uma política específica – a expedição de vistos humanitários especiais emitidos em Porto Príncipe – para que eles pudessem vir **direto para as cidades que escolhessem para viver**. (Pedrozo, 2012, negrita minha).
	A resolução foi eficaz em desincentivar a imigração **via fronteira terrestre** (Pedrozo, 2012, negrita minha).

Fonte: elaboração própria.

No Brasil, a política de restrição ao ingresso por via terrestre demonstrou-se particularmente eficaz em desincentivar a dita entrada irregular, como evidenciado pela emissão de vistos em Porto Príncipe, capital do Haiti. Entre janeiro e setembro de 2012, aproximadamente 800 pessoas haitianas obtiveram vistos de permanência com duração de cinco anos, um número relativamente pequeno quando comparado ao contingente dessa população, 5 mil pessoas, que havia ingressado no país de forma irregular pelas fronteiras com Bolívia e Peru (Pedrozo, 2012).

Essa mudança estratégica na política migratória brasileira, que passou a emitir vistos exclusivamente em Porto Príncipe, visava "frear a entrada por via terrestre" (Pedrozo, 2012), impondo uma barreira significativa àquelas que buscavam acessar o país através dessas rotas. Dessa forma, as pessoas

haitianas teriam entrada permitida no Brasil apenas mediante a obtenção de visto previamente emitido no exterior.

Essa política reflete um processo de criminalização da mobilidade das pessoas imigrantes, conforme os quadros 9 e 10, que não somente restringe o acesso ao território brasileiro, mas também reforça a exclusão daquelas que, por razões econômicas ou logísticas, não conseguem cumprir com as exigências formais de solicitação de vistos. A restrição à mobilidade dessas populações vulneráveis intensifica sua condição de precariedade, ao passo que privilegia indivíduos que possuem os recursos necessários para acessar os canais oficiais e burocráticos para obter vistos.

No caso das normativas chilenas referentes ao VDR, a análise revela uma estratégia similar, mas com uma abordagem distinta. O quadro 10.1 expõe como o governo executa o controle de mobilidade e acesso por meio de um processo de externalização das fronteiras.

Quadro 10.1 Externalização de fronteiras

Período Histórico	Citações chave
Período Contemporâneo (2012-2022)	En el caso de ciudadanos venezolanos, y tomando en consideración la grave crisis democrática que actualmente afecta Venezuela [...] se crea una Visa de Responsabilidad Democrática, la que **deberá ser solicitada en el Consulado Chileno en Caracas u otros en Venezuela** (Chile, 2018a, negrita minha).
	Dichos visados serán otorgados por la autoridad consular chilena en la República Bolivariana de Venezuela o por quien se designe a tal efecto par el Ministerio de Relaciones Exteriores (Chile, 2018a, negrita minha).
	Cabe reiterar a US. que la visa de responsabilidad democrática para dependiente será **otorgada exclusivamente por la autoridad consular chilena en la República Bolivariana de Venezuela** o por quien se designe a tal efecto por el Ministerio de Relaciones Exteriores (Chile, 2019a, negrita minha).

Fonte: elaboração própria.

A decisão de fornecer o visto exclusivamente nos consulados chilenos localizados na Venezuela – situados em Caracas, Maracaibo, Barquisimeto, Ciudad Guayana e Porlamar – limita drasticamente as possibilidades de ingresso para as pessoas venezuelanas. Ao restringir a concessão de vistos apenas a esses locais, o Chile impede que as pessoas imigrantes possam solicitar sua

entrada ao chegarem diretamente ao país, criando uma barreira inicial que exclui uma parcela significativa da população que já se encontra em situação de extrema vulnerabilidade.

Além disso, o processo de solicitação de visto, como já destacado, com suas exigências burocráticas e custos associados, impõe um fardo financeiro muitas vezes inatingível para essas pessoas, dificultando ainda mais o acesso ao território chileno e perpetuando um ciclo de exclusão. Essa estratégia de externalização das fronteiras, portanto, reforça o controle migratório ao limitar o acesso de pessoas imigrantes ao território soberano, dificultando a concretização de políticas humanitárias que visem de fato a proteção dos direitos humanos dessas populações.

O desenho desta política migratória chilena, que pretende o ingresso de pessoas imigrantes com status migratório irregular, favorece, de maneira paradoxal, por causa de seu caráter restritivo a facilitação ou geração da irregularidade que diz pretender combater. Esse processo reflete a atuação do racismo institucional, ao criar barreiras que, sob o pretexto de segurança e controle, perpetuam a criminalização de grupos subalternamente racializados, reforçando desigualdades históricas.

A externalização das fronteiras no Chile, portanto, segue uma lógica similar àquela observada no Brasil, em que as políticas migratórias são formuladas para limitar o acesso ao território de maneira seletiva. Essas normativas demonstram como as políticas de ingresso são podem ser expressões de um controle mais amplo, que criminaliza as populações imigrantes mais vulneráveis, em ambos os casos, subalternamente racializadas.

De outra parte, a categoria de sanção e punição fica mais explícita nas políticas migratórias implementadas no Brasil e no Chile durante os regimes ditatoriais das décadas de 1960 e 1970. A perspectiva punitiva, alinhada ao controle autoritário e a supressão da dissidência se utilizou do aparato legal e burocrático dos Estados brasileiro e chileno para, além de regulamentar a entrada e permanência de pessoas imigrantes, transformar as fronteiras em ferramentas de repressão sociopolítica.

Durante esses períodos, as políticas migratórias não apenas controlavam quem podia entrar ou permanecer nos países, mas também impunham sanções punitivas àqueles que eram considerados indesejáveis ou ameaças potenciais à

ordem estabelecida. A criminalização da imigração, nesse contexto, serviu como um mecanismo para marginalizar e excluir pessoas imigrantes, muitas vezes com base em critérios arbitrários e discricionários, que refletiam as agendas políticas e ideológicas dos regimes autoritários.

A sanção e a punição aplicadas às pessoas imigrantes se manifestaram de várias formas, desde a demissão do emprego, detenção e deportação até a restrição de direitos civis e sociais. Essas medidas punitivas justificadas sob o pretexto da segurança e a ordem pública reforçam o controle sob a população e as estruturas de poder dos regimes ditatoriais.

Quadro 11. Regulamentação de registros e sanções migratórias

Período Histórico	País	Citações chave
Período ditatorial (964-1990)	Brasil	Art. 30 O estrangeiro admitido na condição de permanente, de temporário [...] ou de asilado é **obrigado a registrar-se no Ministério da Justiça,** dentro dos trinta dias seguintes à entrada ou à concessão do asilo, e a **identificar-se pelo sistema datiloscópico**, observadas as disposições regulamentares (Brasil, 1980, negrita minha).
		Art. 38 **É vedada a legalização da estada de clandestino e de irregular**, e a transformação em permanente, dos vistos de trânsito, de turista, temporário e de cortesia (Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	Art. 3. El Ministerio del Interior determinará […] la suficiencia de los documentos […] y aprobará o rechazará las solicitudes, apreciando los antecedentes en conciencia. En caso de rechazarlas, **podrá ordenar el abandono o expulsión del territorio** nacional del peticionario [...] **Los extranjeros en situación irregular que no presenten solicitudes para regularizar su condición […] deberán ser despedidos de su empleo u ocupación. Esta circunstancia se considerará como causal legal de despido para todos los efectos, sin que pueda el afectado impetrar indemnización, cualquiera que sean las estipulaciones del respectivo contrato de trabajo.** Además, se dispondrá su expulsión del territorio nacional (Chile, 1975, negrita minha).
		Art.72 Los extranjeros que durante su permanencia en el país no dieren cumplimiento oportuno a **la obligación de registrarse, de obtener cédula de identidad, de comunicar a la autoridad, cuando corresponda, el cambio de domicilio o actividades, serán sancionados con multas** [..], sin perjuicio de disponerse **en caso de infracciones graves o reiteradas a las disposiciones de este decreto ley, el abandono del país o su expulsión** (Chile, 1975).

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima examina as políticas de regulamentação de registros e sanções migratórias no Brasil e no Chile durante os regimes ditatoriais (1964-1990). Essas citações refletem a abordagem autoritária e punitiva das políticas de controle da mobilidade migratória. Os trechos destacados demonstram a institucionalização da restrição da entrada nesses países por meio de requisitos de registro e sanções severas para quem descumprisse essas normas.

As disposições dos artigos 30 do Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) exige o registro das pessoas imigrantes admitidas como permanentes, temporárias ou asiladas no Ministério da Justiça 30 dias após a entrada no país ou da concessão do asilo, incluindo a identificação datiloscópica. Essa exigência de registro e identificação impõe o controle rigoroso sobre a identidade e a localização, alinhando-se com a lógica de vigilância dos regimes autoritários. O artigo 38 proíbe expressamente a legalização da estada de pessoas imigrantes em situação irregular ou clandestina, bem como a transformação de vistos temporários, de trânsito, de turista e de cortesia em vistos permanentes. Essa disposição nega a regularização e cria um limbo ou armadilha legal ancorada em prerrogativas jurídicas.

Essa intersecção entre as leis de migração e as leis penais favorece a criminalização (Stumpf, 2006) e a abordagem punitiva sobre grupos e sujeitos "indesejáveis" (Goldberg, 2002). Tal articulação é funcional ao racismo institucional que se utiliza da regulamentação de registros e sanções migratórias para atualizar hierarquias sociais e marginalizar pessoas imigrantes com base em estereótipos, estigmas e critérios discriminatórios, conforme discutido nos capítulos anteriores.

No Chile, as disposições dos artigos 3º e 72 da *Ley de Extranjería* (Chile, 1975) incorporam uma lógica punitiva semelhante ao definir medidas específicas para pessoas imigrantes que não atendem às exigências de registro e identidade. O artigo 3º (Chile, 1975) confere ao Ministério do Interior a autoridade para determinar a suficiência dos documentos apresentados e para aprovar ou rejeitar as solicitações de regularização. Em casos de rejeição, o Ministério pode "ordenar o abandono ou a expulsão" do território nacional. As pessoas imigrantes

em situação irregular que não apresentem solicitações de regularização eram sujeitas à “demissão imediata, sem direito a indenização”, e à expulsão do país.

O artigo 72 (Chile, 1975) complementa essa abordagem ao prever sanções como multas e expulsão para as pessoas imigrantes que não cumprirem com as obrigações de registro, obtenção de identidade chilena ou comunicação de mudança de domicílio. Essa regulamentação reflete o uso do direito trabalhista como mecanismo de controle, precarizando ainda mais a situação das pessoas imigrantes e tornando sua permanência no país altamente condicionada ao cumprimento de critérios burocráticos.

Essas disposições legais ilustram como o Estado chileno utilizou um arsenal de medidas repressivas para garantir o cumprimento das normas migratórias, associando a presença das pessoas imigrantes a uma ameaça à ordem pública e à segurança nacional. Ao criminalizar a migração e instrumentalizar o direito trabalhista como uma forma de controle, o Estado chileno reforçava a exclusão e a marginalização das pessoas imigrantes, mantendo-as em uma posição de constante vulnerabilidade. Essas abordagens criminalizantes da migração irregular utilizaram a regulamentação migratória para a repressão ideológica e sociopolítica.

Os mecanismos de punição nas políticas migratórias associadas ao Visto Humanitário Permanente (VHH) no Brasil e ao Visto de Responsabilidade Democrática (VDR) no Chile, conforme ilustrado nos trechos das normativas selecionadas no quadro nº 12 abrangem também a deportação, a detenção e aplicação de multas. Essas práticas do racismo institucionalizado observadas em ambos os países durante os regimes ditatoriais constituem sistemáticas direcionadas a pessoas imigrantes subalternamente racializadas e em vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a criminalização, a punição e sanção não são apenas resposta jurídico-administrativa a infrações migratórias (De Genova, 2004), mas continuidade de políticas de exclusão enraizadas no colonialismo e na construção das nações modernas.

No controle migratório punitivo da "deportabilidade" (De Genova, 2002), a constante ameaça de detenção e deportação serve ao propósito deliberado de vulnerabilidade, medo e condicionamento da vida que limitam as oportunidades de integração social. Assim como o racismo institucional das políticas de imigração para grupos e sujeitos subalternamente racializados e em situação de

vulnerabilidade socioeconômica, legitima a exclusão sob alegação de periculosidade e risco.

Quadro 12. Controle migratório punitivo em regimes ditatoriais

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	É passível de **expulsão** estrangeiro que de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais (Art. 65, Brasil, 1980, negrita minha).
		O ministro da justiça [...] a qualquer tempo, poderá determinar a **prisão** do estrangeiro submetido a processo de expulsão (Art.69, Brasil, 1980, negrita minha).
		É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. (Art.71, Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	Los extranjeros que ingresen al país o intenten egresar de él clandestinamente, serán sancionados con la **pena de presídio** (Art. 69, Chile, 1975, negrita minha).
		Los extranjeros que continuaren residiendo en el país después de haberse vencido sus plazos de residencia legal, serán **sancionados con multa** […]no obligado o expulsión (Art. 71, Chile, 1975, negrita minha).
		Los extranjeros en situación irregular que no presenten solicitudes para regularizar su condición […]deberán ser **despedidos de su empleo u ocupación.** Esta circunstancia se considerará como causal legal de despido para todos los efectos, **sin que pueda el afectado impetrar indemnización** […] Además, se dispondrá su **expulsión** del territorio nacional (Art.3, Chile, 1975, negrita minha).

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima demonstra as medidas das políticas de deportação, detenção e outras sanções aplicadas no Brasil e no Chile durante os regimes ditatoriais. Essas políticas, justificadas sob a pretensão de proteger a sociedade e dissuadir futuras infrações, ignoram as complexas realidades enfrentadas pelas pessoas imigrantes.

No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro de 1980 concedia às autoridades um poder discricionário amplamente definido para determinar o que constituía uma ameaça à "segurança nacional" e à "ordem pública". O artigo 65 (Brasil, 1980)

estabelecia que qualquer pessoa imigrante que, de qualquer forma, atentasse contra esses conceitos, ou cujo comportamento fosse considerado "nocivo" aos interesses nacionais, poderia ser expulsa do país. Essa falta de definições claras permitia interpretações subjetivas e arbitrárias, legitimando práticas racistas e abrindo espaço para abusos de poder, onde decisões podiam ser tomadas com base em estereótipos raciais ou agendas políticas, sem garantir o devido processo legal.

Além disso, o Artigo 69 (Brasil, 1980) autorizava o Ministro da Justiça a ordenar a prisão de qualquer pessoa imigrante submetida a processo de expulsão "a qualquer tempo." Essa disposição além de violar o princípio da presunção de inocência também refletia uma política de vigilância e repressão que tratava as pessoas imigrantes como suspeitas permanentes, sujeitas a sanções severas sem a necessidade de um julgamento justo. Como argumenta Hasselberg (2014), tais políticas punitivas, ao invés de proteger a sociedade, acabam por desconsiderar os laços familiares e sociais das pessoas imigrantes, causando impactos profundos e duradouros em suas vidas e nas comunidades em que estão inseridas.

No Chile, a política migratória adotou uma abordagem igualmente punitiva e desproporcional. O Artigo 69 da Ley de Extranjería (Chile, 1975) previa o encarceramento de pessoas imigrantes que entrassem ou tentassem sair do país clandestinamente. Essa criminalização excessiva de infrações essencialmente administrativas revela uma política que não leva em consideração as razões subjacentes à migração dita irregular, como a incapacidade de pessoas venezuelanas em obter a documentação necessária para solicitar o VDR (Stefoni, 2019).

O Artigo 71 (Chile, 1975) reforça também essa abordagem, estabelecendo multas ou expulsão para pessoas imigrantes que permanecessem no país após o vencimento de seus prazos de residência legal. Essa política tratava a permanência irregular como uma grave infração, ignorando as circunstâncias que muitas vezes forçam as pessoas a permanecerem no país em busca de segurança ou oportunidades de vida. Além disso, a disposição do Artigo 3 (Chile, 1975), que obrigava empregadores a verificar o status migratório de seus empregados e a reportar irregularidades que

poderiam levar à demissão e expulsão, transformava os empregadores em agentes secundários de um controle migratório repressivo.

Essa medida, ao transferir parte da responsabilidade do controle migratório para os empregadores, ampliava o impacto socioeconômico das políticas punitivas. A demissão compulsória de pessoas imigrantes em situação migratória não regularizada prejudicava diretamente as pessoas afetadas contribuindo para a exclusão econômica e social de suas comunidades, reforçando um ciclo de vulnerabilidade e criminalização. Como destacam De Genova e Peutz (2010), essas práticas punitivas não refletem uma estratégia eficaz de proteção nacional, mas sim uma forma de gerenciar populações consideradas indesejáveis, perpetuando vulnerabilidades em vez de abordá-las de maneira significativa.

Assim, a análise do Quadro 12 evidencia como as políticas migratórias punitivas no Brasil e no Chile, durante os regimes ditatoriais, foram implementadas como mecanismos de controle que criminalizavam as pessoas imigrantes e reforçavam sua exclusão social. Justificadas sob o pretexto de proteger a sociedade, essas políticas ignoravam as realidades complexas das pessoas afetadas, muitas das quais possuíam laços familiares e sociais significativos nos países de destino. Em vez de resolver as causas subjacentes da migração irregular, essas políticas punitivas contribuíam para a perpetuação de vulnerabilidades e marginalização.

Essas políticas refletem uma visão das pessoas imigrantes como ameaças à segurança nacional e à ordem pública, utilizando sanções severas como deportação, detenção e multas para manter o controle sobre populações racialmente subalternizadas. A falta de definições claras e a aplicação arbitrária dessas sanções abriam espaço para práticas discriminatórias e abusos de poder, que reforçavam as hierarquias sociais e raciais.

4.2. O potencial invisibilizador das normas instituídas pelo o VHH e o VDR

Enquanto dimensão social e política, a noção de visibilidade é essencial para a garantia de direitos como acesso à saúde, educação, segurança, direito ao desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho, e para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e pessoais. A visibilidade se

manifesta quando as reivindicações de um grupo são reconhecidas como legítimas e paradigmáticas, implicando o reconhecimento social de indivíduos e grupos a partir de marcadores de diferença como raça, gênero, classe social, nacionalidade e status migratório. Nesse contexto, a branquitude, enquanto categoria racial hegemônica, opera como um marcador universalista, conferindo poder e privilégios, e contribuindo para a invisibilização de grupos racializados de forma subalterna (Villégas, 2010).

Por outro lado, a invisibilidade é funcional aos empecilhos no acesso a direitos e ao desenvolvimento de habilidades. Conforme Ortiz (1986) é uma forma de dominação que elimina a presença social de indivíduos e grupos, mesmo quando fisicamente presentes. Não apenas marginaliza, mas expõe à vulnerabilidade, evidenciando que não é somente uma questão de representação, mas também de poder.

Conforme discutido nas páginas anteriores, as práticas institucionais das políticas migratórias obstaculizam o acesso à migração legal e assim contribuem com a vulnerabilidade e criminalização de pessoas migrantes. Ao contribuir com situações que conduzem para ilegalizar a situação migratória, essas práticas fomentam também a invisibilidade social. Desse modo, a invisibilização se conecta à biopolítica da alteridade (Fassin, 2001), onde corpos subalternamente racializados e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica são objetificados e desumanizados.

A biopolítica da alteridade, conforme discutida por Agamben (1998), evidencia a desumanização nas políticas dos Estados modernos. Nesse caso, as pessoas imigrantes como corpos administrados sobre os quais recaem o controle biopolítico e a exclusão. Essa perspectiva desumanizadora não é nova, dá continuidade às práticas coloniais e escravocratas que moldaram as políticas imigratórias em análise. Giralda Seyferth (2002) destaca como a assimilação e a mestiçagem foram promovidas como ideais biopolíticos no Brasil, sublinhando o branqueamento na valorização de certas pessoas imigrantes sobre outras, subalternamente racializadas. O "imigrante ideal" no Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) exemplifica a priorização explícita de fluxos de imigração oriundos de países europeus sob o argumento do desenvolvimento econômico do país.

Foucault (1993) argumenta que a biopolítica é uma forma de poder que se exerce sobre as populações, onde o Estado intervém na vida das pessoas

para promover a saúde, a segurança e o bem-estar da nação, mas, ao mesmo tempo, utiliza esse controle para excluir e marginalizar aqueles que são considerados indesejáveis ou inconvenientes. No contexto das políticas migratórias, a biopolítica se manifesta através da regulamentação da entrada e permanência de pessoas imigrantes, em que o Estado decide quem pode ou não fazer parte do corpo social com base em critérios por vezes arbitrários.

A categoria de análise "limitação de ingresso" permite questionar se a restrição no montante de vistos decorre da institucionalização da invisibilidade de indivíduos e grupos indesejados pelos Estados-nação de destino dos fluxos migratórios em questão. Nos contextos do VHH e do VDR, o número reduzido de vistos a serem concedidos frente ao volume do fluxo de pessoas solicitantes, limita a quantidade de pessoas imigrantes com status regular.

O Art. 2 da Resolução Nº 97 de 2012 estabelece que “Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês” (Brasil, 2012). Essa limitação numérica falha em atender a demanda de cinco mil pessoas haitianas que entraram no Brasil em 2012 (Pedrozo, 2012), criando uma barreira significativa para aqueles que buscam proteção humanitária. O número restrito de vistos contribui para a invisibilização dessas pessoas, deixando-as invisíveis, sem o amparo jurídico necessário para se regularizarem e, consequentemente, vulneráveis à criminalização e exploração.

No caso do Chile, o Ofício Circular nº 96 de 2018, que institui o VDR, não faz menção alguma sobre o número de vistos que serão concedidos, o que reforça a arbitrariedade e a incerteza no processo migratório. A ausência de clareza no número de vistos não apenas cria instabilidade, mas também invisibiliza as pessoas migrantes, pois a falta de regulamentação clara aumenta a vulnerabilidade dessas populações e diminui suas chances de inserção social e laboral. A falta de clareza e a possibilidade de arbitrariedade na concessão de vistos dialogam com as reflexões de Ortiz (1986), que explora como o não reconhecimento formal contribui para a eliminação simbólica e física de indivíduos e grupos vulneráveis.

É importante destacar também, que a burocratização na concessão de vistos, como argumenta Le Blanc (2010), transforma a existência das pessoas imigrantes em uma mera formalidade documental. Nesse contexto, o controle

rigoroso do Estado sobre quem pode ingressar e permanecer em seu território acaba por objetificar essas pessoas, dissociando sua identidade de sua humanidade, isto é, invisibilizando-a.

O processo de concessão de vistos, em vez de reconhecer a complexidade das experiências humanas envolvidas na migração, trata as pessoas imigrantes como meros recursos a serem geridos ou explorados economicamente. Essa abordagem revela uma desumanização institucional, característica central do racismo institucional que permeia as políticas migratórias contemporâneas. A pessoa imigrante, ao ser reduzida a um número ou a um formulário, perde sua agência e sua dignidade, tornando-se invisível aos olhos do sistema.

Deste modo, a raça é um diferenciador social que pode reforçar a discriminação, principalmente em um cenário de crescimento da ultra direita que utiliza a racialização política e social como uma ferramenta para alimentar divisões e exclusões (Simpson, 2000). O discurso migratório do presidente chileno Sebastián Piñera (Chile, 2018c) é um exemplo claro dessa instrumentalização que reforça as divisões sociais ao tratar as pessoas migrantes como uma ameaça à segurança nacional.

Com isso, o processo de invisibilização das pessoas migrantes não decorre apenas da falta de reconhecimento direto, mas se identifica também pela ausência de dados ou menções adequadas em documentos oficiais, o que reflete uma falta de vontade política em incluir essas populações de forma eficaz nas políticas públicas. A próxima categoria de análise, "foco unilateral da inserção laboral," conecta-se diretamente a essa invisibilização. Ela questiona a maneira como as políticas migratórias reduzem a complexidade da experiência humana à utilidade econômica das pessoas imigrantes, reforçando uma lógica de descartabilidade e de exclusão.

A categoria de “foco unilateral da inserção laboral” problematiza o condicionamento histórico das pessoas imigrantes aos interesses econômicos dos países de destino, especificamente no que diz respeito à inserção laboral e complemento da força de trabalho nativa. Dita inserção, sob a ótica exclusiva da utilidade econômica, contribui com a invisibilização e descartabilidade de sujeitos e grupos tidos como indesejáveis. Como apontam Weil (1991) e Sayad (1999), as pessoas imigrantes sem qualificação para o mercado de trabalho na

sociedade de destino são assimiladas como mão de obra essencial. Tornam-se "suspeito" e potencialmente descartável quem não consegue inserir-se no mercado de trabalho ou quem adoece no emprego. Como o estatuto de legalidade da permanência é diretamente subordinado à inserção no mercado de trabalho, quem não alcança tal inserção vira também refém da invisibilidade.

Os artigos 50 e 83 do Decreto nº 597 (Chile, 1984) também refletem a utilização da segurança nacional para regular as pessoas imigrantes no país. Destaca-se que a concessão de vistos estava condicionada à avaliação de que a profissão, atividade ou trabalho da pessoa imigrante fosse indispensável ou necessária para o desenvolvimento do Chile. Além disso, as atividades que as pessoas imigrantes desempenhariam não poderiam ser consideradas perigosas ou atentatórias à segurança nacional.

Essa determinação reflete uma visão utilitarista da imigração, onde as pessoas imigrantes são valorizadas principalmente por sua contribuição econômica e são excluídas se não forem consideradas úteis ou se forem percebidas como uma ameaça. O artigo 83 (Chile, 984) estabelece que vistos de imigração poderiam ser concedidos apenas àquelas pessoas que desejassem trabalhar e que fossem consideradas "técnicos, colonos agrícolas, profissionais ou artesãos altamente qualificados, idôneos para contribuir ao progresso e desenvolvimento do país".

Por outro lado, o artigo 42 (Chile, 1984) oferece isenções para artistas, cientistas e pessoas de relevância cultural, demonstrando a seletividade daquelas pessoas imigrantes consideradas com "prestígio notório". Essas disposições refletem a preferência por determinados perfis imigrantes, baseada em critérios hierarquizantes e excludentes.

Os vetos presidenciais à reforma da Lei migratória (Brasil, 2017), que teve a intenção de aderir ao paradigma dos direitos humanos, refletem o racismo institucional. Os vetos presidenciais (Agência Senado, 2017). O veto ao §3º do art. 4º, por exemplo, que assegurava o direito das pessoas imigrantes de acessar cargos públicos sem comprovação excessiva de documentação (Brasil, 2017b), reflete o racismo institucional que permeia essas políticas. Ao negar a ampliação do direito ao trabalho para pessoas migrantes sem residência prévia no país, o veto reitera a visão de que sua permanência e aceitação dependem exclusivamente de sua utilidade econômica.

Portanto, a priorização da inserção laboral na regularização da situação migratória não apenas reduz a complexidade das experiências das pessoas imigrantes à sua utilidade econômica, mas também invisibiliza quem constrangido pelas estruturas sociais e políticas da desigualdade não consegue um emprego formal. Cumpre salientar também que essa abordagem além de invisibilizar relativiza as possibilidades de agência das pessoas imigrantes.

Quadro 13. Foco unilateral na inserção laboral

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	**A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional,** visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (Art.16, Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	La inmigración será libre o dirigida [...] Es Inmigración dirigida aquella que se efectúa con la ayuda económica de instituciones nacionales, extranjeras o internacionales y con el objeto de **radicar el inmigrante en una zona determinada del país**, para que se dedique a **labores agrícolas, forestales, ganaderas, mineras, pesqueras, industriales u otras** que para cada caso determine el Ministerio de Relaciones Exteriores (Chile, 1953, negrita minha).
		Para el otorgamiento de la visación sujeta a contrato deberán tener presente las siguientes condiciones: d) **Que el ejercicio de la profesión, actividad o trabajo del contratado, sea indispensable o necesario para el desarrollo del país[...]** (Chile, 1984, negrita minha).
Período Contemporâneo (2012-2022)	Brasil	Antes do término do prazo previsto (5 anos) [...] o nacional do Haiti deverá **comprovar sua situação laboral** para fins da convalidação da permanência no Brasil (Art.3, Brasil, 2012, negrita minha).

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima revela a priorização da inserção laboral de pessoas imigrantes nas políticas migratórias do Brasil e do Chile, na legislação de origem ditatorial e que é reproduzida na normativa brasileira do VHH. No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro de 1980 determinou que a imigração deveria ter como objetivo primordial fornecer mão-de-obra especializada para setores chave da economia, com ênfase no aumento da produtividade (Art. 16, Brasil 1980). Enfoque similar foi trazido na Resolução Normativa nº 97 de 2017, que condicionou a permanência das pessoas imigrantes haitianas no Brasil a comprovação de sua situação laboral (Art. 3, Brasil, 2012). Essa exigência, em

contexto de crise humanitária, também priorizou a inserção laboral para a convalidação do visto permanente.

De maneira semelhante, o Chile também adotou uma abordagem utilitarista da imigração. A normativa chilena de 1953 estabelecia que a imigração poderia ser "livre" ou "dirigida", sendo a última voltada para integrar as pessoas imigrantes em setores específicos como agricultura, mineração, pecuária, entre outros (Chile, 1953). No Decreto nº 597 de 1984, o Chile reforçou essa visão ao condicionar a concessão de vistos a contratos de trabalho e a indispensabilidade ou necessidade da profissão ou atividade do contratado para o desenvolvimento do país.

Essa hierarquia despreza habilidades que não são essenciais aos interesses dos países de destino, sem acesso à regularização se abre a possibilidade de invisibilização. Essa invisibilização migratória constitui uma manifestação do racismo institucional, são as políticas de imigração que determinam quem pode entrar em um país e como são posicionadas socioeconomicamente no país de destino. Conforme discutido por Agamben (1998), a instrumentalização da pessoa imigrante desconsiderando sua humanidade constitui uma prática biopolítica.

O processo de racialização nas políticas migratórias não se limita à seleção de quem é permitido entrar, mas também se estende à maneira como as pessoas imigrantes são canalizadas para setores específicos do mercado de trabalho, muitas vezes precários, mal remunerados ou altamente exploratórios. Como argumenta Cavalcanti *et al*., (2017), essas expectativas racializadas sobre o lugar das pessoas imigrantes na sociedade refletem e reforçam desigualdades estruturais que perpetuam a exclusão e marginalização. Segundo Bonilla-Silva (2010), essa visão utilitarista da imigração perpetua a desigualdade racial e mantém as pessoas imigrantes em posições subalternas. A proibição de atividades remuneradas as força a inserir-se em subempregos em setores informais.

O quadro 13 aborda a exclusão laboral e política das pessoas imigrantes, durante o período ditatorial. No Brasil, o artigo 98 do Estatuto do Estrangeiro de 1980 impôs a proibição do exercício de atividades remuneradas para pessoas imigrantes que estavam no país com vistos de turista, trânsito ou temporário. Essa restrição não apenas limitava as oportunidades econômicas dessas

pessoas, mas também as forçava a depender de fontes informais de renda ou a operar em setores subempregados, aumentando sua precariedade e invisibilidade.

Quadro 14. **Exclusão laboral**[37]

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Chile	**Se otorgará visación de residente sujeto a contrato o los extranjeros que viajen al país con el objeto de dar cumplimiento a un contrato de trabajo** […] Igual clase de visación se otorgará al **cónyuge, padre e hijos de ambos o de uno de ellos**, siempre que vivan a expensas del titular de la visa. **Estos beneficiarios en la condición de dependientes no están habilitados para realizar actividades remuneradas** en el país (Art.35, Chile, 1984).
		El extranjero que, **sin** contar con la competente **autorización**, fuese **sorprendido desarrollando actividades remuneradas, será sancionado con multa de 0,22 a 11,14 ingresos mínimos** (Art., 147, Chile, 1984, negrita minha).
Período Contemporâneo (2012-2022)	Chile	Establecer un sistema flexible de categorías migratorias sucesivas a medida que se va produciendo ese mayor arraigo e integración a nuestra sociedad, que autorizará a los migrantes a permanecer en Chile por un período de 90 días, **con prohibición de realizar actividades remuneradas y que no permitirá el paso a otras categorías en materia de VISA** (Chile, 2018b).

Fonte: elaboração própria.

A política migratória chilena, particularmente em relação à participação no mercado de trabalho, revela uma estratégia de exclusão que aprofunda as vulnerabilidades das pessoas imigrantes. O decreto nº 597 de 1984, por exemplo, impõe barreiras substanciais ao permitir que apenas pessoas imigrantes com contratos formais pudessem exercer atividades remuneradas, excluindo familiares dependentes e reforçando a dependência econômica

[37] O artigo 107 do Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980, negrita minha) determinou que a pessoa estrangeira admitida no território nacional "**não poderia exercer atividade de natureza política**, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político[...]; III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar. Essas restrições políticas excluem das esferas cívicas e políticas reforçando a marginalização das pessoas imigrantes, criando uma cidadania de segunda classe (Shachar, 2009) ou cidadania estratificada.

dessas famílias. A norma reflete uma visão restritiva que desconsidera as complexas realidades sociais e familiares, sustentando uma divisão estrutural baseada em papéis tradicionais de gênero e uma visão utilitarista da pessoa imigrante como mero recurso de mão-de-obra.

Em análise diacrônica, na contemporaneidade, o Chile perpetua essa lógica de exclusão por meio de normativas que mantêm a proibição de atividades remuneradas para pessoas com vistos temporários, como destacado no discurso do presidente Piñera em 2018. Ao vedar a participação no mercado de trabalho, essas políticas criam um ciclo de vulnerabilidade e precarização.

A impossibilidade de exercer atividades formais gera uma lógica de expulsabilidade, onde as pessoas que migram em busca de melhores condições de vida se veem impossibilitadas de se manter financeiramente e, consequentemente, forçadas a abandonar o território. Ao dificultar a integração dessas populações no mercado de trabalho, o Estado chileno cria uma "zona de exclusão," na qual as pessoas imigrantes, desprovidas de direitos e oportunidades, são invisibilizadas e transformadas em "vidas nuas" (Agamben, 1998), sujeitas a um sistema que perpetua a marginalização. Essa política de exclusão é uma expressão clara do racismo institucional, que disfarça sua discriminação por meio de normas burocráticas aparentemente neutras, mas que, de fato, perpetuam as desigualdades socioeconômicas e a marginalização de grupos subalternamente racializados.

Essa dinâmica de exclusão se intensifica quando o Estado falha em priorizar a integração social e econômica das pessoas imigrantes, o que resulta em marginalização estrutural. Há uma diferença sutil entre a problemática forma de vislumbrar o ingresso de pessoas imigrantes como meio de suprir mão-de-obra, geralmente em postos de trabalho precarizados, que as próprias pessoas nacionais não querem ocupar, e entre inviabilizar ou dificultar a integração dessas pessoas no mercado de trabalho por meio de mecanismos burocráticos que exprimem o desinteresse institucional na integração da pessoa, o que reforça a manifestação da invisibilidade.

Aqui, o racismo institucional se manifesta por meio de uma lógica de burocratização exacerbada, criando barreiras econômicas e legais que inviabilizam as contribuições e apagam as necessidades dessas pessoas. O mecanismo de exclusão passa a operar em uma zona de exceção, como descrito por Agamben (1998), na qual os direitos dos indivíduos são suspensos em nome da soberania do Estado.

Em outro aspecto, a categoria de redução simplista - crise democrática na análise da invisibilização no VHH e no VDR se constrói em diálogo com Eduardo Bonilla-Silva (2010). Esse autor argumenta que o racismo institucional contemporâneo transcendeu as formas explícitas e abertas de discriminação, evoluindo para um "racismo sem racistas", que não invoca explicitamente a raça para discriminar, no entanto mantêm e reproduzem sutilmente práticas vexatórias. No contexto das políticas migratórias estudadas, critérios ditos "objetivos" ou "neutros" como segurança nacional ou integração laboral mostraram-se enraizadas em processos históricos de racialização subalterna e exclusão de indivíduos e grupos vulneráveis socioeconomicamente.

Quadro 15. Redução simplista - crise democrática

Chile (VDR)
Cúmpleme informar a US. que en consideración a **la crisis democrática por la que actualmente atraviesa la República Bolivariana de Venezuela,** se ha producido un éxodo masivo de nacionales de ese país, aumentando considerablemente el número de venezolanos que ingresan a Chile en calidad de turistas y que solicitan cambios de su categoría migratoria (Chile, 2018a, negrita minha). En el caso de ciudadanos venezolanos, y tomando en consideración la **grave crisis democrática que actualmente afecta Venezuel**a, y recordando la política humanitaria que tuvo Venezuela que acogió a muchos chilenos en tiempos en que ellos lo necesitaban y que buscaban refugio en sus fronteras, se crea una Visa de Responsabilidad Democrática (Chile, 2018b, negrita minha). Como es de conocimiento de US., mediante los Oficios circulares de la referencia. El Gobierno de Chile creó el programa de "Visas de Responsabilidad Democráticas" de los nacionales venezolanos de que abandonaban su páis debido a **la crisis democrática** por la que atraviesa la República Bolivariana de Venezuela (Chile, 2019a, negrita minha).

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima exemplifica a instrumentalização da expressão "crise democrática" pelo governo chileno de Sebastián Piñera, na implementação do VDR. O conceito de construção social da realidade, desenvolvido por Peter Berger e Thomas Luckmann (1966) é útil para problematizar a dita instrumentalização. O conhecimento e a compreensão da realidade são continuamente produzidos e reproduzidos através das interações sociais. A realidade é mediada pela sociedade e as instituições podem moldar a percepção e o comportamento humano.

Ao rotular a migração venezuelana como uma "crise democrática" (Chile, 2018a; Chile, 2018b; Chile, 2019a), o governo chileno define as pessoas imigrantes venezuelanas como imigração política fugindo de um regime autoritário e assim justificar o recuo de direitos nas modificações políticas migratórias. Essa construção da realidade não é neutra; ela serve aos interesses do governo chileno de cunho neoliberal após uma década de governos progressistas.

A repetição desse enquadramento da migração venezuelana estritamente em termos políticos em comunicados oficiais do governo chileno (2018a, 2018b, 2019), simplifica a complexidade do fenômeno e, ao fazê-lo, invisibiliza as múltiplas dimensões das experiências migratórias. Essa narrativa implicitamente coloca o Chile em condição de superioridade enquanto nação democrática, o que pode influenciar a percepção pública e legitimar práticas discriminatórias contra as pessoas migrantes venezuelanas. Além disso, ao destacar a "crise democrática" como justificativa principal para a implementação do VDR, o governo chileno contribui para equiparar essa migração como solicitantes de refúgio político, o que invisibiliza quem migra por razões econômicas, sociais ou por outras formas de violência. Esse viés governamental chileno, pode incidir negligenciando necessidades de suporte econômico, assistência social e integração cultural.

A biopolítica (Foucault, 1993) descreve que o poder dos Estados modernos sobre as populações se expressa no controle e regulação da vida de indivíduos e grupos através de mecanismos de vigilância, regulamentação e exclusão. As políticas migratórias estudadas mostram-se como ferramentas de controle social, por vezes, atreladas ao argumento da segurança ou aos interesses nacionais e em contramão dos direitos e da dignidade das pessoas

imigrantes. O artigo 26 do Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980), confere ao Ministério da Justiça o poder discricionário de impedir a entrada, estadia ou registro de pessoas imigrantes com base na "inconveniência" para o Brasil. O rótulo de "inconveniente" justificou a exclusão de indivíduos e grupos.

Quadro 16. Interesses nacionais

Período Histórico	País	Citações chave
Ditatorial (1964-1990)	Brasil	O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º, ou a **inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça** (Art. 26, Brasil, 1980, negrita minha).
	Chile	[…] **Que las actividades que desempeñará el extranjero en Chile no sean consideradas como peligrosas o atentatorias para la seguridad nacional** (Art. 50 Chile, 1984, negrita minha).
		La Visación de Inmigración se […] otorgará a los extranjeros que deseen emigrar, al país con el objeto de radicarse y trabajar, que sean técnicos, colonos agrícolas, profesionales o artesanos altamente calificados, idóneos para **contribuir al progreso y desarrollo del país** (Art. 83, Chile,1984, negrita minha).
		Podrá concederse **visación de residente sujeto en forma gratuita**, y prescindirse de la presentación del contrato escrito, cuando se cumplan los siguientes requisitos: a) Que se trate de artistas, científicos, profesores, escritores y, en general, personas de especial relevancia en el ámbito cultural o figuras de notorio prestigio (Art.42, Chile, 1984)

Fonte: elaboração própria, negrita minha.

A invisibilização institucional observada nas normativas do VHH e do VDR é manifestação biopolítica, pois amparada na legislação migratória determina quem pode ter seus direitos negados. A invisibilização das pessoas imigrantes é, portanto, uma extensão do poder estatal que se manifesta nas políticas migratórias, e que reflete uma ordem sociopolítica que valoriza certas vidas enquanto desconsidera sujeitos e grupos subalternamente racializados e vulnerabilizados socioeconomicamente.

A invisibilização garante privilégios a alguns, vulnerabiliza e criminaliza com base na racialização e subordinação de classe social. As políticas migratórias que limitam o ingresso e restringem a mobilidade das pessoas imigrantes servem para reforçar as hierarquias, mantendo na invisibilidade quem se considera indesejável. Assim, o racismo institucional criminaliza para

invisibilizar e solidifica o padrão de poder capitalista que legitima as desigualdades sociais.

Conclusão

O objetivo desta tese foi comparar as políticas migratórias do Visto Humanitário para pessoas Haitianas (VHH) no Brasil e do Visto de Responsabilidade Democrática para pessoas venezuelanas (VDR) no Chile, à luz do conceito de racismo institucional que se refere à discriminação sistemática que ocorre à partir das instituições e que cooperam para a perpetuação da desigualdade racial de maneira estrutural e velada. O racismo institucional opera através de normas, políticas e práticas que marginalizam grupos, sem a necessidade de uma intenção declarada de discriminação.

No século XX, a dinâmica dos movimentos migratórios mais volumosos ocorreria predominantemente do Sul Global para o Norte Global, em um contexto de hegemonia política, econômica e bélica dos Estados Unidos e da Europa. Contudo, as crises de governança global desdobraram-se em mudanças no sistema internacional que redefiniram a lógica de distribuição de poder e culminou no surgimento de novas potências globais. Além disso, desafios contemporâneos como conflitos bélicos, crises econômicas, insegurança alimentar e mudanças climáticas, interferem diretamente no deslocamento dos fluxos migratórios, exacerbado pelo endurecimento das políticas migratórias nos países do Norte Global.

Esse cenário fortaleceu o redirecionamento dos fluxos migratórios no sentido Sul-Sul. E, a análise desse contexto não poderia ignorar a questão racial como um eixo central, e é nesse sentido que a pesquisa avança, revelando as práticas discriminatórias racistas embutidas no aparato legal e administrativo que compõem as políticas migratórias do Brasil e do Chile, especialmente em relação a populações subalternamente racializadas, como a haitiana e a venezuelana.

Ao examinar as similaridades e diferenças entre as políticas migratórias de Brasil e Chile, torna-se evidente a continuidade de processos históricos. Ambos os países compartilham um legado colonial de opressão racista, o que moldou identidades nacionais que não integraram de forma inclusiva as identidades raciais subalternizadas.

Nos regimes ditatoriais de Brasil e Chile, o racismo institucional foi intensificado por um discurso que apagava as diversidades, afetando tanto as identidades raciais quanto os dissidentes políticos. Esse apagamento serviu para

fortalecer a ideologia da segurança nacional, legitimando a violência e a repressão. De outra parte, a categoria de sanção e punição se torna ainda mais evidente nas políticas migratórias implementadas nos regimes ditatoriais das décadas de 1960 e 1970. Sanção e punição se referem à aplicação de penalidades severas contra pessoas imigrantes que violavam normas migratórias, o que reforçava a criminalização e invisibilização desses grupos.

Nesse contexto, a perspectiva punitiva foi incorporada ao aparato legal e burocrático dos Estados brasileiro e chileno, não apenas para regulamentar a entrada e permanência de pessoas imigrantes, mas também para transformar as fronteiras em ferramentas de repressão sociopolítica. As políticas migratórias desses regimes ditatoriais, ao invés de se limitarem à gestão migratória, foram estruturadas como mecanismos de controle sobre corpos subalternamente racializados e subalternizados, visando tanto à exclusão quanto à intimidação.

O controle rígido sobre a imigração passou a ser utilizado como um instrumento de coerção política, eliminando qualquer possibilidade de dissidência ao considerar pessoas imigrantes não apenas como "estrangeiros", mas como potenciais inimigos do Estado. Essa lógica punitiva serviu para reforçar a narrativa de ameaça interna e externa, justificando a aplicação de sanções severas contra aqueles que não se adequassem ao regime, utilizando o medo da criminalização como método para manter o controle sobre as populações marginalizadas. As fronteiras, nesse sentido, assumiram um papel duplo: de barreira física e de ferramenta simbólica para a exclusão e supressão de qualquer oposição política ou racial.

No período contemporâneo, tanto Brasil quanto Chile passaram por processos de redemocratização, mas o racismo institucional persiste, ainda que de maneira menos explícita. O VHH foi instituído no governo de centro-esquerda de Dilma Rousseff, em 2012, enquanto o VDR foi implementado no governo de direita conservadora de Sebastián Piñera, em um contexto antimigratório. Apesar das diferenças ideológicas entre os dois governos, ambos propuseram políticas ditas de caráter humanitário para o ingresso de haitianos e venezuelanos, mas uma análise mais aprofundada revelou que essas medidas visavam, em grande parte, controlar e limitar os fluxos dessas populações.

As políticas migratórias que instituíram o VHH e o VDR alegadamente continham um caráter humanitário também impuseram requisitos rigorosos, que,

em muitos casos, estavam enraizados em dispositivos legais que remontam ao período ditatorial. Isso expõe a coexistência de políticas humanitárias com uma institucionalidade racista e discriminatória. O aparato conceitual desenvolvido nesta tese é composto por quatro dimensões de análise: estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilidade. Essas categorias emergiram da análise documental, que, embora não apresentasse formas explícitas de discriminação racial, revelou mecanismos sutis de exclusão.

A estereotipização atua como um mecanismo de controle simbólico, desumanizando as populações migrantes ao reduzir suas experiências a categorias simplistas e preconceituosas, reforçando uma visão distorcida que as coloca em posição de inferioridade. A estigmatização associada às pessoas migrantes a desvantagens sociais e morais, posicionando-as como ameaças à ordem pública, enquanto a criminalização as associa ao crime ou à desordem social, reforçando o paradigma da segurança pública migratória. A invisibilidade é o apagamento das complexidades das populações imigrantes nos marcos institucionais, tratando-as como não sujeitos de direitos, o que perpetua um sistema de exclusão e desigualdade.

A aplicação das dimensões de análise — estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilidade — permitiram uma compreensão mais profunda das políticas migratórias do Brasil e do Chile como ferramentas de exclusão racial e socioeconômica. No caso do VHH no Brasil, a dimensão da estereotipização é evidente na associação das pessoas imigrantes haitianas à pobreza e à baixa formação educacional, categorizando-as como mão-de-obra de baixa especialização.

Esse processo desumaniza essas populações, reduzindo suas experiências a uma única narrativa econômica, o que contribui para a estigmatização, outra dimensão fundamental. A estigmatização no VHH associava a irregularidade migratória ao crime, reforçando o estigma de que as pessoas haitianas representavam uma ameaça à estabilidade social, política e econômica do país. De maneira similar, no VDR no Chile, o governo Piñera pessoas imigrantes venezuelanas ao vinculá-las estigmatizou pessoas imigrantes venezuelanas a à desordem e ao crime, justificando a política com o pretexto de "proteger a democracia".

Nesse contexto, a dimensão da criminalização também emerge claramente, ao transformar as pessoas imigrantes venezuelanas em símbolos de desordem e ameaça ao Estado, enquanto a narrativa de restauração da ordem representava um retrocesso nos direitos das pessoas imigrantes, anteriormente alcançados durante o governo de Michelle Bachelet (2006-2010; 2014-2018). Essa política também expõe a invisibilidade das complexas realidades que essas pessoas enfrentam, ignorando as motivações legítimas por trás de sua migração e tratando-as apenas como elementos perturbadores da estabilidade social e política.

Essas categorias de análise evidenciam como as políticas migratórias, tanto no Brasil quanto no Chile, reforçam dinâmicas de discriminação fundamentadas pela dinâmica racial de discriminação em uma perspectiva racial. Ambas as normativas, ao priorizarem a solvência econômica e o controle da mão-de-obra imigrante, tratam essas populações como subordinadas aos interesses dos países receptores, ignorando suas necessidades e direitos. A estigmatização dessas nacionalidades, baseada em atributos depreciativos como a pobreza, revela como as identidades haitianas e venezuelanas foram instrumentalizadas politicamente, reforçando estereótipos negativos que justificam medidas repressivas.

A análise das normativas revela, ainda, que a criminalização da imigração, tanto no Brasil quanto no Chile, funcionou como um mecanismo central de marginalização e exclusão. Durante os regimes autoritários e no período contemporâneo, as fronteiras foram transformadas em ferramentas de repressão sociopolítica. A imposição de sanções punitivas e o controle de quem poderia entrar ou permanecer nos países revelam como as políticas migratórias se baseavam em critérios arbitrários, refletindo agendas políticas e ideológicas que perpetuam racismo institucional. Tanto no VHH quanto no VDR, a dimensão da criminalização evidenciou como as políticas de controle migratório foram construídas para marginalizar pessoas racializadas, legitimando o uso da imigração como uma questão de segurança pública e, ao mesmo tempo, consolidando o poder autoritário.

Dessa forma, a aplicação das dimensões de estereotipização, estigmatização, criminalização e invisibilidade nas políticas migratórias brasileiras e chilenas revela um padrão claro de medidas discriminatórias

racistas, que operam por meio da exclusão e marginalização das pessoas imigrantes haitianas e venezuelanas. Ao utilizar essas dimensões, esta pesquisa conseguiu desvelar como o racismo institucional se manifesta nas normativas migratórias, transformando a política de controle de fronteiras em uma ferramenta de repressão e controle social, consolidando as hierarquias raciais e sociais nesses países.

Assim, essa tese demonstra que políticas de caráter humanitário e medidas discriminatórias racistas podem coexistir e, muitas vezes, se sobrepõem, como observado nos casos do VHH e do VDR. Isso revela a sofisticação do racismo institucional, que se adapta aos novos contextos históricos, políticos, sociais e econômicos, ocultando-se nas raízes das instituições. A capacidade do racismo institucional de se atualizar e se esconder sob políticas públicas exige um aparato conceitual robusto para desvelar as maneiras pelas quais ele se manifesta, especialmente nas políticas migratórias que, ao invés de promover inclusão, atualizam a exclusão.

Referências

AAS, K; BOSWORTH, M.**The borders of punishment: migrations, citizenship and social exclusion.**Oxford: OxfordUniversity Press, 2013.

ABELLA, L. **Forward**. In: B. ROBERTS (Ed.).*Whence They Came: Deportations from Canada 1900-1935*. Ottawa: University of Ottawa Press, 1988.
ABREU, C. **Um Guia Prático sobre a Hierarquia das Leis**. Gesif, Porto Alegre, julho, 2022. Disponível em: https://www.gesif.com.br/2018/07/02/guia-pratico-sobre-a-hierarquia-das-leis/

ACNUR. **Declaración de Nueva York para os Refugiados y los Imigrantes.**19 de setembro de 2016.

ACOSTA, D. **The National versus the Foreigner in South America. 200 Years of Migration and Citizenship Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ACOSTA, D; BLOUIN, C; FELINE, L. **La emigración venezolana: respuestas latinoamericanas.** Fundación Carolina. Documentos de Trabajo, n. 3, 2019.

ACUNHA, F. J. G. **Têmis e o sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos**. 2012. 173 f. Dissertação(Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWILK, E.; LEVINSON, D.J.; SANFORD. R. N. **The authoritarian personality.**Novalorque: Harper and Row, 1950.

AGAMBEN, G**. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGÊNCIA SENADO. **Senadores pedem pressa ao governo para tirar imigrantes haitianos do 'limbo'.**Brasília, 13 de fevereiro de 2012.

AGÊNCIA SENADO. **Brasil aumenta emissão de vistos e deve continuar a receber os haitianos.**Brasília, 3 de agosto de 2015.

AGÊNCIA SENADO. **Nova Lei de Migração é sancionada com vetos**. Brasília, 25 de maio de 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos. Acesso em: 18.10.2021

AGUIAR, C. **Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

AGUILAR, V. Luis F. **El estudio de las políticas públicas.** Colección Antologías de Política Pública, primera antología. México, 2003.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVA, F. S.; EDWARDS, A. L.; MORENO, M. A. **Retórica humanitaria y expulsabilidad: migrantes haitianos y gobernabilidad migratoria en Chile**. Si Somos Americanos vol.20 no.1 Santiago jun. 2020

ALBUQUERQUE, J.L.; SALMUNI, M. F. **Entrada e saída pela direita: o filtro migratório no governo de Jair Bolsonaro**. Revista Lua Nova nº 117, 2022

ALLISON, G. **Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis**. American Political Science Review, 1969.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **O Brasil italiano (1880-1920**). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América-Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000.

AMBRIZ, A.A. ***Estrategias de reinserciónlaboral de migrantes de retornoen dos municipios de Zacatecas.*** Colegio de la Frontera Norte, 2016.

ANDENA, Emerson Alves. **Transformações na legislação imigratória brasileira: os (des)caminhos rumo aos direitos humanos.** 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

ARADAU, C.; TAZZIOLI, M. **Biopolitics Multiple: Migration, Extraction, Subtraction.** Millennium, *48*(2), 198-220, 2020

ARAÚJO, J.; PEREIRA, P.; RODAS, B. **Ações estatais ou políticas públicas? Fronteiras, fluxos migratórios e políticas migratórias.** Dossiê Dinâmicas Territoriais e gestão de Políticas Públicas – Confins- Revista Franco-brasileira de geografia. N.39, 2019.

ARIZA, M.; VELASCO, L. (coord.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional.** México: Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

ARON SAID, V.; CASTILLO JARA, S. **Reacting to Change within Change: Adaptive Leadership and the Peruvian Response to Venezuelan Immigration.** International Migration, v. n/a, n. n/a, 2020. Disponível em: https://doi.org/https://doi.org/10.1111/imig.12761

ARRIAGADA LUCO, C. (2014). **Inmigrantes internacionales. Emprendimientos en Barrios comerciales de Iquique, Gran Valparaíso y Gran Santiago**. Camilo Arriagada Luco (Org.), Nelson Carroza y Rubén Kaztman. Ceibo Ediciones. Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2014.

ASCHER, W. **La evolución de las Ciencias de Políticas**. In: AGUILLAR, L. *El estudio de las políticas públicas*. México: MAP, 1994. .

ATRIA, F.; LARRAÍN, G.; BENAVENTE, JM; COUSO, J; JOIGNANT, A. ***El otro modelo, delorden neoliberal al régimen de lo público.***Debate. Santiago*,* 2013*.*

AUDEBERT, C. **The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants?**Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 34, n. 1, p. 55- 71, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00055.pdf

AUGUSTÍN, L. **Sex at the margins: migration, labor markets and the rescue industry.**London, ZedBooks, 2007.

ASHMORE, R. & DEL BOCA, F. **Conceptual Approaches to Stereotypes and Stereotyping**. In D.Hamilton (ed.) *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behaviour,* Hillsdale: Erlbaum, 1-35, 1981.

BACKGROUND ON HAITI. **Haitian Health Culture**. A Cultural Competence Primer from Cook Ross Inc. 2010.Disponívelem: https://www.cookross.com/docs/haiti.pdf

BAENINGER, R.; LEONCY, C. **Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas da Polícia Federal.** In: CNPD. *Migrações internacionais* - Contribuições para políticas. Brasília, DF: 2001.

BAENINGER, R. **Contribuição da academia para o pacto global da migração: o olhar do Sul.** In: BAENINGER, R. et al. (org.). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018, p. 17-22.

BAENINGER, R. **Migração Internacional na América Latina: o caso dos brasileiros. In.: Políticas Migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI.** Org. Carlos Eduardo de Abreu Boucault; Teresa Malatian. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. Baeninger, Rosana; Patarra, Neide (2004). Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no Mercosul. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Caxambu- MG, Brasil, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. **Cotação dólar estadunidense**. 16 de maio de 2024.

BALÁN, J. **International migration in Latin America: Trends and consequences.** In: International migration today, vol.I,Trends and prospects. ed. Reginald, T. Appleyard, 210–59. Paris: UNESCO, 1988.

BALIBAR, É. **At the Borders of Europe: From Cosmopolitanism to Cosmopolitics**. Translation / Spring, 2014.

BALIBAR, E., WALLERSTEIN, I. ***Raza, nación y classe***. Madrid, 1991.

BARBIERI, N. **Respuestas de los países del Pacífico suramericano ante la migración venezolana: estudio comparado de políticas migratorias en Colombia, Ecuador y Perú.** Diálogo Andino, n. 63, p.219-23, 2020.
BARBOSA, V. O. **Políticas sociais e legislação no apartheid sul-africano.** Outros Tempos, vol. 12, n.19, 2015.

BARKER, M. **The New Racism**. Junction Books, Londres, 1981.

BASSO P. **La grande crisidella 'civiltà del denaro'**. In: BASSO P., CHIARETTI G. (cur.). *Le grandiquestionisociali del nostro tempo.* Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2018. Disponível em: https://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni/libri/978-88-6969-274-1/.

BBC NEWS. **Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU.** Política. 08/01/2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/08/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu.ghtml

BEARD, C. A., & BEARD, M. R. **A Basic History of the United States***.* New York: Doubleday, Doran & Co, 1944.
BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.**São Paulo: Hucitec, 1999.

BELLOLIO, A.; ERRAZURIZ, H. **Migraciones en Chile: oportunidad ignorada, Libertad y Desarrollo**. Santiago, 2014.

BEOZZO, José Oscar. **Brasil 500 anos de migrações**. São Paulo: Paulinas, 1992.

BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. Anchor Books, 1966.

BERMÚDEZ, A. **Venezuela: 5 sinais de recuperação – com limites da economia da Venezuela.** BBC News Brasil. 21 de junho de 2022.

BHATTACHARYA, R; SHENAI, N. **Lessons from Haiti's recent Exchange rate developments.**InternationalMonetary Fund, 2022.

BIJOS, L.; SILVA, P. A. **Análise da primavera árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito**. Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.

BIRENBAUM, A; SAGARIN, E. **Norms and Human Behavior**. Praeger university series. Viewpoints in sociology. New York: Praeger, 1976.

BIRKLAND, T. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making.** Second Edition. New Cork: M.E Sharpe, 2005.

BIRRELL, R. **An Issue of People: Population and Australian Society**. Melbourne: Longman Cheshire, 1981.

BLATTER, J; HAVERLAND, M. **Case studies and (causal-) process tracing.***In: Engeli I, Allison CR (eds).* Comparative Policy Studies: Conceptual and Methodological Challenges.London: Palgrave Macmillan, 2014.

BONHOMME, M. **Mestizaje, "blanquitud" y racismo en Chile.** TerceraDosis, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Macarena-Bonhomme/publication/363581650_Columna_Tercera_Dosis_Mestizaje_blanquitud_y_racismo_en_Chile_DOSIS_ACADEMICA/links/6323678b873eca0c008d33f3/Columna-Tercera-Dosis-Mestizaje-blanquitud-y-racismo-en-Chile-DOSIS-ACADEMICA, consultado em 08/02/2023.

BONILLA-SILVA, E. **Racismo sem Racistas**. Tradução de Ricardo Valente. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOTELHO, H. **A Relação de intercâmbio entre desemprego e a inflação, e a política de interveniência.** Brasília: Ipea, 1966.

BOVENKERK, F., MILES, R., & VERBUNT, G. **Comparative Studies of Migration and Exclusion on the Grounds of "Race" and Ethnic Background in Western Europe: A Critical Appraisal.** International Migration Review, 1991.

BRAGA, A G M; ANGOTTI, B; MATSUDA, F. **Das violências reais e simbólicas: violência sexual contra as mulheres no Brasil**. Boletim IBCCRIM, v. 254, p. 7-8, 2014.

BRASIL. **Decreto de 25 de novembro de 1808. Rio de Janeiro,** 1808. Disponível em: http://www2. camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458- publicacaooriginal-95562-pe.html.

BRASIL. **Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889. Providencia sobre a naturalização dos estrangeiros residentes na Republica.** Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 251, 1889. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introducção e localisação de immigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935- publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.** Rio de Janeiro, 1981. Disponível_em:_http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91. HTML

BRASIL. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro, 1907.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html.

BRASIL. **Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: http://www2.camara.leg. br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe. html.

BRASIL. **Decreto n° 7.614, de 12 de dezembro de 1938. Provê sobre o ensino primário. Rio de Janeiro, 1938**. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/125330/DECRETO%20 7614%20DE%201938.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Subchefia de Assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Subchefia de Assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República, 1967 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional (DCN)**, 27 de maio de 1980a.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração. Subchefia de Assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República, 1980b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm

BRASIL. **Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981**. Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 231, 11 dez. 1981. Revogado pelo Decreto nº 9.757, de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Subchefia de Assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 840 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.** Brasília, 22

de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840impressao.htm

BRASIL. **Define os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Subchefia de Assuntos jurídicos. Casa Civil.** Presidência da República, 1997.

BRASIL. **Resolução Normativa nº 27, de 1998 - Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 dez 1998. Disponível: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=96401 consultado em: 02.04.2022.

BRASIL. **Legislação Informatizada - Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 – Veto.** Câmara dos Deputados, 2017b. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html

BRASIL. **Decreto 6975/09**, 2009**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htmhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm.

BRASIL. **Quadro Geral de Regime de Vistos para a Entrada de Estrangeiros no Brasil.** Ministério das Relações Exteriores, 2009. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/35377567/quadro-geral-de-regime-de-vistos-para-o-brasil

BRASIL. **Decreto nº 7.257 de 04 de agosto de 2010.** Regulamenta a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre e sobre a prestação de contas e fiscalização dos recursos transferidos. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7257&ano=2010&ato=727kXQq5EMVpWT377#:~:text=REGULAMENTA%20A%20MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA,%C3%80S%20V%C3%8DTIMAS%2C%20RESTABELECIMENTO%20DO%20SERVI%C3%87OS

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 97 de 12/01/2012 - Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no artigo.**Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 102 de 26/04/2013 - Dispõe sobre a prorrogação da concessão do visto permanente previsto no artigo.** 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 113 de 09/12/2014 - Prorroga a vigência da Normativa nº97 de 12 de janeiro de 2012.**

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 117 de 12/08/2015 - Prorroga a vigência da Normativa nº97 de 12 de janeiro de 2012.**

BRASIL. **Resolução Normativa CNIg nº 123 de 13/09/2016 - Prorroga a vigência da Normativa nº97 de 12 de janeiro de 2012.**

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a lei de migração, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm#:~:text=L13445&text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%202017.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20o%20emigrante.

BRASIL. **Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017.** Regulamenta a lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Subchefia de Assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República, 2017b. Disponível emhttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 10 de 6/04/2018 -** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, 2018a.

BRASIL. **Portaria nº 218, de 27 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. Ministério do Estado e da Justiça, 2018b.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 12 de 20/12/2019.** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, 2019a.

BRASIL. **Portaria do ministro nº 666/2019**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2019b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>.

BRASIL. **Decreto nº 9.873 – Dispõe sobre o Conselho Nacional de Imigração.** Brasília, 27 de junho de 2019, 2019c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019_2022/2019/Decreto/D9873.htm#art11

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 13 de 16/12/2020.** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

BRASIL. **Portaria Interministerial MJSP/MRE nº27 de 30/12/2021.** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti.

BRASIL. **Portaria Interministerial MJSP/MRE nº29 de 25/04/2022.** Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos**. Brasília, DF, 30 de junho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRITO, F. **A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional.** Revista brasileira de estudos populacionais, vol.30, 2013.

BROWN, L. **Redefining National Security**. Worldwatch Paper n. 14. Washington: Worldwatch Institute, 1977.

BROWN, W. **Walled States, Waning Sovereignty.** Cambridge, Mass.: Zone Books, 2010.

BRUBAKER, R. W. **Citizenship and Nationhood in France and Germany.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

BUCCI, M. P. D (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo, Saraiva, 2006.

BUENO, G. **Realpolitik**. Glossário de Relações Exteriores, 2019. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/glossario/realpolitik/

BULCOURF, P.; CARDOZO, N. D. **¿Por qué comparar políticas públicas?.** Documento de Trabajo de Política Comparada, Dec 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/1610987/_Por_qu%C3%A9_comparar_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas?from=cover_page Acesso em: 05.05.2022

BULLOCK, C; RODGERS, H. **Institutional Racism: Prerequisites, Freezing, and Mapping.** Phylon, vol. 37, 1976, pp. 212-223.

BUTLER, J. **Vida precária**. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, n. 1, p. 13-33, 2011.

CADEMARTORI, S. U.; BARRETO, W. S. J. **Ius migrandi como direito fundamental e racismo institucional.** Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v.37, n.2, 2021. Disponível em: https://revista.fdsm.edu.br/index.php/revistafdsm/article/view/418/334

CALAZANS, Márcia Esteves de; MALOMALO, Bas'Ilele; PIÑEIRO, Emilia da Silva. Apresentação. In: Márcia Esteves de Calazans; Bas'Ilele Malomalo; Emilia da Silva Piñeiro (Orgs.) **As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

CALAVITA, K. **Inside the State: The Bracero Program, Immigration, and the I.N.S.** London: Routledge, 1992.

CALDERÓN, F; CASTELLS, M. **La nueva América Latina.** Fondo de Cultura Económica, 2019.

CAMPBELL, C., & DEACON, H. **Unravelling the contexts of stigma:From internalization to resistance to change.** Journal of Community& Applied Social Psychology, 2006.

CAMPOS DELGADO, A. **Planeando el futuro: imaginarios de frontera y sus expresiones en la construcción de los proyectos de vida de l@s jóvenes de Tijuana, México y Tecún Umán, Guatemala.** Colegio de la Frontera Norte, 2010

CAMUS, A. **O estrangeiro**. Tradução de Valerie Rumjanek. 30ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

.

CANALES, A. **El malestar con las migraciones: Perspectivas desde el Sur**. Anthropos, Editorial. Barcelona, 2021.

CANALES, A; ROJAS, M. **Panorama de la migración internacional en México y Centroamérica.** Serie Población y Desarrollo 124. Santiago: CEPAL, 2018.

CANO, M., SOFFIA, M., & MARTÍNEZ, J. **Conocer para legislar y hacer política: los desafíos de Chile ante un nuevo escenario migratorio**. (Serie población y desarrollo, No. 88, Santiago, 2009.

CAPONI, S. Trópicos**, microbios e vectores. História, Ciência e Saúde** – Manguinhos 9 (suplemento): 111-138, 2002,

CARRARA, S. **Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARDOSO, F FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CARDOSO, L. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista.**Revistalatinoamericana de ciências sociales, 2010.

CARMICHAEL, S; HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America.** New York, Vintage, 1967.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cumplicidade secreta: o Brasil diante da questão dos refugiados judeus (1933-1948).** In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de A.; MALATIAN, Teresa (Orgs.). Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARNEIRO, C. S. **Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos "indesejados": a construção histórica de um estado de exceção para estrangeiros**. Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, n. 22, 2018.

CARVALHO, A. **Estado e Políticas Públicas de Habitação Social - Um Estudo Comparativo do Brasil e Chile.** 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução de Dinah Klevej. São Paulo: Summus, 1996.

CASTELLS, M. **Immigrant Workers and Class Struggles in Advanced Capitalis: The Western European Experience**. Politics and Society, 1975.
CASTLES, S.; KOSACK, G. **Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe.** New York: Oxford University Press, 1985.

CASTLES, M. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,** Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 11-43, 2010.

CASTRO, Paulo. A B. **Alguns dilemas da comparação como método das ciências sociais: em busca da compreensão ou da explicação?** In: Revista do Ceam, ISSN 1519-6968, Brasília, v. 4, n. 1, set./dez. 2018.

CAVALCANTE, A. **Políticas afirmativas no Mercosul: um estudo em Salvador-Bahia-Brasil e Caracas-Venezuela.** Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, p. 171. 2013.

CAVALCANTI, L. **A movimentação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro a partir do CAGED.** In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho*

brasileiro. Relatório Anual – Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais, Brasília, 2017.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Petrópolis, Vozes, 2008.

CERRUTTI, M; MAGUID, A. **Inserción Laboral e Ingresos de los Migrantes Limítrofes y Peruanos en el Gran Buenos Aires**. Notas de Población, 2007.

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAGUACEDA, Armando & VIVES SEGL, Horacio (coords.). **Las ciencias sociales en contexto autoritarios: Producción académica censura y represión en los scenarios post Guerra Fría**. Buenos Aires; México; Miami: CADAL/FHRC/ITAM/Universidad de Guanajuato, 2018.

CHALHOUB, S. **A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARRY, C., PEDEMONTE, N.R. **La Era de los Individuos. Actores, política y teoría en la sociedad actual.** Santiago de Chile: LOM, 2013.

CHAVEZ, L. **Shadowed lives: undocumented migrants in American society.** Case studies in Cultural Anthropology. Fort Worth, TX: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1992.

CHILE. **Ley S/N – Se autoriza al ejecutivo para establecer -Colonias de naturales i estranjeros.** No especificado, 1845. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=1062510

CHILE. **Decreto con fuerza de ley nº 69 – Sobre inmigración y el departamento respectivo dependiente del Ministerio de Relaciones Exteriores.** Santiago, 27 de abril de 1953.

CHILE. **Decreto ley n° 1.094 establece normas sobre extranjeros en chile,** 1975. Disponível em: https://www.oas.org/dil/Migrants/Chile/Decreto-Ley%20N%C2%B0%201.094,%20estableciendo%20normas%20sobre%20extranjeros%20en%20Chile%20-%201975.pdf

CHILE. **Decreto nº 172 - Sustituye texto Del reglamento consular**. Ministerio de Relaciones Exteriores. Santiago, 23 de março de 1977.

CHILE. **Decreto n° 597 – Apuebra Novo Reglamento de Extranjería.** Ministerio del interior**,** 1984. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=14516&idParte=

CHILE. **Ley 20.603 – modifica la ley nº18.216 que establece medidas alternativas a lãs penas privativas o restrictivas de libertad**. Ministerio de justicia. 13 de junio de 2012. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1040510.

CHILE. **Ofício-circular nº96 – Instruye sobre la visa de responsabilidad democrática para venezolanos**. Subsecretário de relaciones exteriores, 2018a.

CHILE. **Minuta – Bases y componentes de la nueva política y reforma migratoria en Chile**. Subdirección de migraciones internacionales, 2018b.

CHILE. Sebastián Piñera (2018-2021): Sebastián Piñera Echenique). **Discurso de S.E. el presidente de la República, Sebastián Piñera Echenique, al presentar la iniciativa de Ley de Reforma Migratoria**. Santiago, 9 de abril. 2018c.

CHILE. **Ofício-circular nº 274 – Instruye sobre otorgamiento de Visa de responsabilidad Democrática para dependientes de nacionales de la República Bolivariana de Venezuela**. Subsecretaria de relaciones exteriores. Santiago, 26 de outubro de 2018d.

CHILE. Chile no va a adherir a nada que pueda ser usado en su contra y que atente contra nuestra soberanía. Ministério das Relações Exteriores. 10 de dezembro de 2018., 2018e. Disponível em: https://minrel.gob.cl/minrel/noticias-anteriores/chile-no-va-a-adherir-a-nada-que-pueda-ser-usado-en-su-contra-y-que

CHILE. **Resolución Exenta nº 2087 – Califica documentos de viaje vencidos de nacionales venezolanos como documentos de viaje de análoga naturaleza em los términos y vigencia que se indican e imparte instrucciones generales que señala.** Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Santiago, 18 de abril, 2019a.

CHILE. **Ofício-circular nº 160 – Modifica ofícios circulares nº96/2018 y nº 274/2018, sobre Visa de Responsabilidad Democrática en términos que indica.** Subsecretaria de relaciones exteriores. Santiago, 5 de junho, 2019b.

CHILE. **Decreto 237 - Establece visto consular de turismo a nacionales de la república bolivariana de Venezuela** - Ministerio del interior y seguridad pública; subsecretaría del interior, 2019c. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1133025

CHILE. **Resolución Exenta nº 395– Modifica resolución nº2087 de 2019, del Ministerio del Interior y Seguridad Pública, por los motivos que indica.** Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Santiago, 2 de fevereiro de 2021a.

CHILE. **Oficio-circular nº17 – Instrucciones para priorización en el otorgamiento de las visaciones de residencia temporaria de reunificación familiar y de responsabilidad democrática.** Subsecretaria de relaciones exteriores. Santiago, 29 janeiro de 2021b.

CHILE. **Ley de migración y extranjería.** Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Santiago, 11 de abril de 2021c.

CHILE. **Oficio-circular nº212 – Modificaciones en el oficio-circular nº17 de 29 de enero de 2021.** Subsecretaria de relaciones exteriores. Santiago, 4 de outubro de 2021d.

CHILE. **Constitución Política de la República de Chile**. Santiago, 17 de septiembre de 2005. Texto actualizado a 28 de abril de 2021. Disponible en: https://www.bcn.cl/leychile.

CHILE. **Nueva serie año 2021. Canasta básica de alimentos y líneas de pobreza.** Observatorio social. Ministério de desarollo social y família, 2021f. Disponível em: https://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/nueva-serie-cba-2021

CHILE. **Acerca de Ley Chile**. Biblioteca do Congresso Nacional, 2022a. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/acerca-de-ley-chile

CHILE. Biblioteca do Congresso Nacional do Chile. **Partidos, movimientos y coaliciones: Concertación de Partidos por la Democracia. Biblioteca do Congresso Nacional do Chile,** 2022b. Disponível em: https://www.google.com/search?q=como+citar+site+abnt&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR829BR829&oq=como+citar+s&aqs=chrome.1.69i57j0i512l9.3779j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. [Acesso em: 12.04.2022]

CHILE. **Consulados de Chile en Venezuela –** 2024a. Disponível em: https://www.chile.gob.cl/venezuela/consulados-de-chile-en-venezuela.

CHILE. **Información para ciudadanos venezolanos sobre Visto de Turismo y Visa de Responsabilidad Democrática.** Sección Consular de Chile en Washington DC, 2024b. Disponível em: https://www.chile.gob.cl/washington/noticias/informacion-para-ciudadanos-venezolanos-sobre-visto-de-turismo-y-visa-de

CHRISTINY, M; CONTRUCCI, M; PIZARRO, J. **Conocer para legislar y hacer política: los desafios de Chile ante um nuevo escenario migratório**. Serie: Población y desarrollo. CEPAL, Santiago, 2008.

CLARO, C**. O Conceito de Refugiados Ambientais**. Em Coletânea sobre Refugiados Ambientais, organizado por Liliana Lyra Jubilut, Érika Pires Ramos, Carolina de Abreu Batista Claro, Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville, 69-110. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2018.

COCINA-CHOLAKY, Martina. Contradicciones de la política migratoria chilena (2018-2022). **Derecho**, Lima, n. 89, p. 229-260, nov. 2022. Disponible en http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0251-34202022000200229&lng=es&nrm=iso

COELHO, E.M.B.; SILVA, A. **Ser africano e negro no Brasil.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, São Luís, 2015. Disponível em:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/ser-africano-e-negro-no-brasil-estudantes-africanos-na-ufma.pdf

COLOMBO, S.**O Princípio da Soberania dos Estados Face ao Direito Internacional do Ambiente.** UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres., Londrina,v. 9, n. 1, p. 5-12, Mar. 2008.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. Ministério da Justiça do Brasil, 2012. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2012/01/governo_vai-regularizar-situacao-de-haitianos-no-pais-e-restringir-novas-imigracoes

CONVENÇÃO relativa ao Estatuto dos refugiados. Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137. 28 de julho de 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf, consultado em: 12.03.2022

CONVENÇÃO DE GENEBRA. **Relativa ao Estatuto dos refugiados. Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas.**Série Tratados da ONU, nº 2545, v. 189, p. 137. 28 de julho de 1951. Disponível em:<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados>. Acesso em: 12.03.2022

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Escola Superior de Relações Internacionais.

CORREA ÁLVAREZ, A**. Del Caribe a la mitad del mundo. Migración cubana en Ecuador.** Ediciones Abya-Yala, 2014.

CORRÊA, H. B. **Cultura e instituições: relações entre cultura política e políticas públicas no Brasil, no Chile e no México**. 2012. xiii, 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CORRIGAN, P., & LAM, C. **Challenging the structural discrimina-tion of psychiatric disabilities: Lessons learned from the American disability community.** Rehabilitation Education, 2007.

COSTA, J. D. **Brasil e Chile: riquezas e pobrezas.** 2014. 363 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, A. **Entre a Lei e a Ordem: Violência e Reforma nas Polícias do Rio de Janeiro e Nova York.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, L. R. **Ius migrandi: o direito previsto, mas não reconhecido. Revista Videre**. Dourados, v. 12, n. 23, pp. 213-225,jan./abr., 2020

COSTA, Pe. G. **Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora!** Travessia. Revista do Migrante, nº 70, São Paulo. 66, 2012.

COSTA, J D. **Brasil e Chile: riquezas e pobrezas.** 2014. 363 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014

CRAIG, R. B. **The Bracero Program: Interest Groups and Foreign Policy.** Austin: University of Texas Press, 1971.

CRUSH, J. et al. **Diasporas on the web: new networks, new methodologies**. *In:* VARGAS-SILVA, C. *Handbook of research methods in migration.* Cheltenham, UK: Edward Elgar; Cheltenham, 2012. p. 117-136.

CUNHA, C. **Migrações - governo de Bolsonaro abandona pacto mundial das migrações da ONU.** Atualidades. UOL, 2019. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/migracoes---governo-de-bolsonaro-abandona-pacto-mundial-das-migracoes-da-onu.htm

CUNHA, J. S. et al. **Crise mundial e a trajetória do Brasil, entre 2008 e 2015.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 234, p. 4-46, 2015.

DA MATTA, R. **Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira.** In: DA MATTA, R. "Relativizando: uma introdução à antropologia social". 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DEI, G. **Anti-Racism Education : Theory and Practice**. Halifax, Fernwood Pub, 1996.

DEL CONT, V. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade**. Scientia e Studia, São Paulo, SP, v.6, 2008

DE GENOVA, N. **The legal production of Mexican/migrant "illegality"**. Latino Studies, New York, v. 2, p. 160-185, 2004. Disponível em: <www.palgrave-journals.com/lst>. Acesso em: 29 abr. 2024.

DEMARCHE, E. **Brazil's Bolsonaro talks controversial tweet, mysterious killing in Fox News exclusive**. Fox News online, ed. 18.03.2019. Íntegra da entrevista. Disponível em:<https://www.foxnews.com/politics/brazils-bolsonaro-talks-controversial-tweet-mysterious-killing-in-fox-news-exclusive

DENZIN, K. **The Research Act.** Chicago: Aldine, 1970.

DENZIN, K. **El punto de vista interpretativo**. In: DENMAN C.; HARO J. A. Compiladores. *Por los rincones. Antología de métodos cualitativos en la investigación social*. Hermosillo: El Colegio de la Sonora, 2000.

DENZIN, K.; LINCOLN, S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed, 2006.

DEPARTAMENTO DE EXTRANJERÍA Y MIGRACIÓN. **Estructura interna del DEM.** Acessado em 12/04/2022. Disponível em: http://www.extranjeria.gob.cl/estructura-interna-del-dem/

DIAMOND, J. **Colapso - Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso.** Editora RCB, 2005.

DIEHL, F. **A construção social do racismo e a sua ressignificação contra os imigrantes haitianos.** Revista Movimentação v.03, n.04, pp. 119-133, 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/4633/3406

DOMENECH, E. **O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul**. Cienc. Cult. [online], v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015.

DOMENECH, E. **Contested spaces of mobility**: the South American migration and border regime. *In*: *First international workshop on contested territories, Escola de Geografia*, Universidade de Leeds, Leeds, Reino Unido, 2019.

DOMENECH, E; BOITO, M. **Luchas migrantes en Sudamérica: reflexiones críticas desde la mirada de la autonomía de las migraciones.** *In*: CORDERO, Blanca; MEZZADRA, Sandro; VARELA, Amarela (orgs.). *América Latina en movimiento: migraciones, límites a la movilidad y sus desbordamientos*. Madrid: Traficantes de Sueños / Tinta Limón / UACM, 2019. p. 159-190.

DOMENECH, E. **La política de la hostilidad en Argentina: detención, expulsión y rechazo en frontera.** Estudios Fronterizos, v. 21, e057, 2020.

DÖPCKE, W. **Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 - 1998**. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (1): 133-161 1998.

DOMENECH, E; DIAS, G. **Regimes de fronteira e "ilegalidade" migrante na América Latina e no Caribe**. Sociologias, Porto Alegre, ano 22, n. 55, set-dez 2020.

DOMENICONI, J. O. S. **Migrações internacionais qualificadas:** o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI. 2021. 477f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, SP, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1165799?guid=1635516757447&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1635516757447%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1165799%231165799&i=1. Acesso em: 20 out. 2021.

DOÑA-REVECO, C.; GOUVEIA, L. **What do immigrants make of immigration policies? Insights from interviews with Venezuelans in Chile**. International Migration, v. 60, n. 1, p. 77–91, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1111/imig.12824

DORNELLES, João Ricardo W. **O que é crime**. São Paulo: Brasiliense Escolas fechadas pela violência, 1988.

DUFRAIX, R., RAMOS, R., & QUINTEROS, D. **"Ordenar la casa": securitización y producción de irregularidad en el norte de Chile.** Sociologias, (55), 172-196, 2020.

DUNN, W. **Public Policy Analysis. An Introduction**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2004.

DURAND, J.; MASSEY, D. **Crossing the border: research from the mexican migration project.**New York, NY: Russell Sage Foundation, 2004.

_____. **New World Orders: continuities and changes in Latin America migration.** The ANNALS of the American Academy of Political and Social ScienceVolume 630, Issue 1: Continental Divides: International Migration in the Americas, 2010.

DÜVELL, F. **The globalisation of migration control**. Open Democracy, 2015. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/people-migrationeurope/article_1274.jsp>.
» http://www.opendemocracy.net/people-migrationeurope/article_1274.jsp

DUTRA, D. **Marcas de uma origem e uma profissão: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília**. Caderno C R H, Salvador, v. 28, n. 73, p. 181-197, Jan./Abr. 2015.

DYE, T. **Understanding Public Policy.** Tenth Edition. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

ELFENBEIN, A. **Women on the Color Line**. Charlottesville:Virginia UP, 1989.

EL-HINNAWI, E. 1985. **Environmental Refugees**. Nairobi: UNEP.

ENTMAN, Robert M. **Framing: toward a clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, 43 (4): 51-58, 1993.

ESCOBAR, J. K.; ROMERO, C. **Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos.** Caracas: El Nacional, 2005

ESTRANGEIRO. In: PRIBERAM, Dicionário online da Língua Portuguesa. Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/estrangeiro>. Acesso em: 15.04.2022.

EPP, C. R.; STEVEN, M.; DONALD P. **Pulled Over: How Police Stops Define Race and Citizenship**. Chicago, 2014.

ESPEIT, E. **¿Somos racistas? Valores solidarios y racismo latente**. Barcelona: Icaria, 2009.

ESPOSITO, R. **Bios: Biopolitica e filosofia.** Torino: Einaudi, 2004.

Estado de Minas. Chile muda política migratória e cresce a hostilidade com imigrantes. Internacional, 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/02/24/interna_internacional,1240509/chile-muda-politica-migratoria-e-cresce-a-hostilidade-com-imigrantes.shtml#google_vignette.

Estrangeiro. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/estrangeiro [consultado em 15-04-2022].

FARGUES, P**. International Migration and The Demographic Transition: A Two-Way Interaction.** International Migration Review, v. 45, n. 3, p. 588-614, 2011.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

FASSIN, D. The **Biopolitics of Otherness: Undocumented Foreigners and Racial Discrimination in French Public Debate**.Anthropology Today, Vol. 17, 2001.

FAUSER, M. **Mixed methods and multisited migration research: innovations from a transnational perspective**. Journal of Mixed Methods Research**.**New York, NY, v. 12, n. 4, p. 394-412, 2018.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. **Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. 29 (63), Sep-Dec 2021.

FAVA, F. **Banlieue de palerme: déconstruire les estigmates, semiótiser autrement.** In: TURPIN, B (Ed.) *Discours et sémiotisation de l'espace; lês representations de labanlieue et de as jeunesse*. Paris: L'harmattan, 2012.

FELDMAN-BIANCO, B. **O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências**. TRAVESSIA - Revista do Migrante, 2018.

FERNANDES, D. **O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias**. In: PRADO, E.J.P.; COELHO, R. (Org.). *Migrações e trabalho.* Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Disponível em:http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87/Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1BO0K89D40AM2L613R2000-2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87-kXzEWbQ

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, L. A. **Criminalização da pobreza no Brasil e na América Latina.** In: FERREIRA, L. A.; FONSECA, T. A.; SANTOS, T. A. *Políticas públicas de juventude na América Latina: análises e perspectivas.* Curitiba: CRV, 2018.

FERREIRA, A; BITTAR, M. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar.** Caderno Cedes, Campinas, vol.28, 2008.

FEITLOWITZ, M. **A Lexicon of Terror: Argentina and the Legacies of torture**. A New York Times notebook, 1999.

FERRY, L.; RENAUT, A. **Filosofía política. De los derechos del hombre a la idea republicana.** México: Fundo de Cultura Econômica, v. 3, 1997.

FERNANDES, D; FARIA, A**. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos.** Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 34, n1, 2016.

FERNANDES, D; MILESI, R; PIMENTA, B; DO CARMO, V. **Migração dos haitianos para o Brasil a RN nº 97/2012: uma avaliação preliminar**. Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, vol. 8 n° 8. IMDH/ACNUR. Brasília, 2013.

FELLET, J. **Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU.**BBC News Brasil online, ed. 08.01.2019

FINN V., UMPIERREZ DE REGUERO S.**Inclusive Language for Exclusive Policies: Restrictive Migration Governance in Chile - 2018** .Latin American Policy , 2020.

FITZGERALD, K. **The Face of the Nation: Immigration, the State, and the National Identity.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1996.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FORBES. **Hyperinflation Has Crippled The Venezuelan Economy: Here's The IMF's Outlook For 2019**, 2020. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2020/02/13/hyperinflation-has-crippled-the-venezuelan-economy-heres-the-imfs-outlook-for-2019-infographic/#37f2044d614a

FORMIGA, D. **A escola de genética Dreyfus - Dobzhansky: a institucionalização da genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934 -1956).** São Paulo, 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo**. Tradução do francês para o espanhol de Alfredo Tzveibel. Buenos Aires: Editorial Allamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, 1993.

FREEMAN, G. P. ***Modes of Immigration Politics in Liberal Democratic States, and "Rejoinder".*** International Migration Review, 1995.
FREEMAN, G. P. **The Decline of Sovereignty?** In: C. JOPPKE (Ed.). *Challenge to the Nation-State: Immigration in Western Europe and the United States*. New York: Oxford University Press, 1998.

GANDINI, L; PRIETO, V; LOZANO, F. **El éxodo venezolano: migración en contexto de crisis y respuestas de los países latinoamericanos**. In: *GANDINI, L; LOZANO, F; PRIETO, V.* (coord). Crisis y migración de población venezolana. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

GARCÍA GÓMEZ, J. **Estructura del ingreso y gasto familiar de los hogares receptores deremesas: los que invierten. El caso de Guanajuato.**. Colegio de la Frontera Norte, 2014.

GARCÍA, C. A. C. **La crisis política en Venezuela y el papel del Grupo de Lima: balance y desafíos de su acción diplomática.** Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, v. 15, n. 1, p. 177–193, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/927/92764558012/html/

GARNER, S. **Crimmigration When Criminology (Nearly) Met the Sociology of Race and Ethnicity**. Sociology of Race and Ethnicity, 2015.

GLOBO. **Terremoto no Haiti.** Memória Globo, 2021. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/terremoto-no-haiti/noticia/terremoto-no-haiti.ghtml

GILROY, P. **Entre campos: Nações, culturas e o fascínio de raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOLASH-BOZA, T. M. ***Immigration nation*: *Raids*, *detentions, and deportations in post-9/11 America***. London: Routledge. *Golash-Boza*, T. M. (2016).

GOLDBERG, D. **In/Visibility and Super/Vision: Fanon on Race, Resistance**. In: *Fanon: A Critical Reader*, edited by Lewis R. Gordo Whiting and Renee T. White, 179-202. Oxford: Blackwell critical readers series, 1996.

_____ **The Racial State**. Oxford,UK: Blackwell, 2002.

GOLDSTEIN, J. **The Impact of Ideas on Trade Policies: The Origins of U.S. Agricultural and Manufacturing Policies**. International Organization, 1989.

GOMES, R. et al. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação**. In: MINAYO, M.; ASSIS, S.; SOUZA, E. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 185-221.

GOMES, A. **Presunção de inocência e prisão cautelar.** São Paulo: Saraiva, 1991.

GONÇALVES, C. **Bolsonaro confirma revogação da adesão ao Pacto Global para Migração.** Agência Brasil, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao

GONÇALVES, F.; LOUREIRO, G.; ORNELLAS, F. **A política externa brasileira para refugiados: entre a lógica das consequências e a lógica da adequação**. Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-25, 2018.

GONZÁLES, J. A. **Desde la influencia del darwinismo social hasta el imperio de los derechos humanos. Inmigración en Chile entre 1907 y 2018**. Estudios de Derecho. Universidad de Antioquia, 2019a.

GONZALES, J. A. **Por que a escravidão foi praticamente apagada da história de Chile e Argentina: 'Aqui não há negros'.** BBC News Mundo, 2019b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48600318

GONZÁLEZ, M. **Ecuador y Venezuela amplían la distancia en relaciones diplomáticas.** El Comercio, 2019. Disponível em: https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador-venezueladiplomacia-posesion-maduro.html

GOUVEIA, Regiane. **América Latina enferma: Racismo, positivismo e hispanidad no pensamento político latino-americano de fins do século XIX e início do XX.** Fiocruz, 2016.

GRANADA, D.; CARRENO, I., RAMOS, N., & RAMOS, M. **Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 2017.

GRANDIN, G. **The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War.** University of Chicago Press, 2004.

GRAJALES, M.; GALLEGOS, J. **Disputa política y decisiones gubernamentales sobre migración: el giro a la derecha em Argentina, Brasil y Ecuador**. Revista Izquierdas, n.50, 2021.

GUIA, Maria João. **A insustentável resposta da "crimigração" face à irregularidade dos migrantes: uma perspetiva da união europeia**. Remhu - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, 2015.

GUIMARÃES, A.S.A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HALL, S. **Raça, o significante flutuante**. Liv Sovik (Trad.) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII, 2, 2015.

HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying practices.** Great Britain: The open university, 1997. Liv Sovik (Trad.) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII, 2, 2015.

HAITI AQUI. **Conseguir um visto.** 2023. Disponível em: http://haitiaqui.com/conseguir-um-visto/#:~:text=1%C2%B0%20GRU%3A%20C%C3%B3digo%20140120,Uni%C3%A3o%20(GRU)%20clique%20aqui.

HANDERSON, J. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** Tese (Doutorado em antropologia social) – Museu Nacional, UFRJ - RJ, 2015.b

HANDERSON, J. **Racismo**. In: CAVALCANTI, L. et al (Org). *Dicionário crítico de migrações internacionais.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

_____. *La negrización de las migraciones*. In: (TRANS)FRONTERIZA: movilidades y diásporas negras en las Américas. Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 76-84. Disponível em: https://www.clacso.org.

HANKE, S. H., & KRUS, N. J. **World Hyperinflations.** Cato Institute, 2019.

HARRIS MOYA, P. **La impugnación administrativa en la nueva ley migratoria chilena**. *Derecho*, 2022. Disponible en:

<http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0251-34202022000200205&lng=es&nr =iso>.

HASENBALG, C. **Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal (2 ed. 2005, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj/Ucam).

HANSENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASSELBERG, I. **Whose Security? The Deportation of Foreign national Offenders from the UK**. In: MAGUIRE, M.; FROIS, C.; ZURAWSKI, N. (Eds.). *The Anthropology of Security: Perspectives from the Frontline of Policing, Counter-terrorism and Border Control.* London: Pluto Press, 2014. Disponível em: https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/54125

HERNANDEZ MAR, R. **La política pública comparada: alcances y perspectivas de unescenario global.**Distrito Federal (México): Universidad Autónoma Metropolitana, 2013.

HIGHAM, J. **Strangers in the Land: Patterns of American Nativism, 1860-1925**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1955.

HIRSCH, O. N. **Hoje eu me sinto africana: processos de (re)construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro.** 2007. 220f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2007.

HOFFMANN-NOWOTNY, H. J. **Switzerland.** In: T. HAMMAR (Ed.). *European Immigration Policy: A Comparative Study* (pp. 206-236). Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HOLLIFIELD, J. F. **Migration, Trade, and the Nation-State: The Myth of Globalization**. Paper delivered at the 39th Annual Meeting of the International Studies Association, Minneapolis, Minnesota, March, 1998.

HOLLIFIELD, J. F. **Immigration and Republicanism in France: The Hidden Consensus.** In: CORNELIUS, P. L. MARTIN & J. F. HOLLIFIELD (Eds.). *Controlling Immigration: A Global Perspective* (pp. x-xi). Stanford, CA: Stanford University Press, 1994.

HOLLIFIELD, J. F. **Immigrants, Markets and States.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

HOLLIFIELD, J. F. **The politics of international migration: how can we bring the state back in?** In: Migration theory: talking across disciplines. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000.

HOMO SACER. In: Oxford - A Dictionary of Critical Theory. Disponível em: https://www.oxfordreference.com/display/10.1093/oi/authority.20110803095943431

HONIG, B. **Democracy and the Foreigner**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying Public Policy. Policy Cycles and Policy Subsystems**. Canadá: Oxford University Press, 2003.

HUJO, K.; PIPER, N. South–South migration: challenges for development and social policy. **Development,** Washington, DC, v. 50, n. 4, p. 19-25, 2007.
IHSI-Instituto Haitiano de Estatística e de Informática. **Recensements de La population et Du logement– 20018.** Port-au-Prince, 2018.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** 41. ed. Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital, 2019.

INE – Instituto Nacional de Estatística da Venezuela. **Censo Venezuelano de 2011**. Caracas: INE, 2011.
INE - Instituto Nacional de Estatística da Venezuela. **Características Sociodemográficas de la inmigración internacional en Chile – Censo 2017.** Instituto Nacional de Estadísticas. Novembro, 2018. Disponível em: http://www.censo2017.cl/descargas/inmigracion/181126-sintesis.pdf. Acesso em: 14.04.2022

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Haiti: article IV consultation – press release; staff report; and statement by the executive director for Haiti.** Country report No. 20/121, (2020).

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JACKSON, R. **Les espaces haitiens: remapping the geography of the Haitian diaspora. In geographies of the Haitian diaspora**. Routledge.New York, 2011.

JASPER, M. **Emotions and the Micro-foundations of Politics: Rethinking Ends and Means.** In: *Emotions, Politics and Society*, edited by Clarke S., Hoggett P., Thompson S. Basingstoke, UK: Palgrave, 2006.

JOFFÉ, G. **A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro.** Rev.Relações Internacionais, Vol.30, p.85-116,junho: 2011

JONES, C. **Confronting institutional racism.** Phylon (1960-), 2002.

JONES, E. E., FARINA, A., HASTORF, A. H., MARKUS, H., MILLER, D. T., & SCOTT, R. A. **Social stigma: The psychology of marked relationships**. New York, USA: Freeman, 1984.

JUSTUS, P. **Brasil é a sexta maior economia do mundo**. O Globo, São Paulo. 06 mar, 2012. Economia [Online]. Disponível em:https://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033

KALY, A. P. **O Ser Preto africano no "paraíso Terrestre" brasileiro, Um sociólogo senegalês no Brasil**.Lusotopie, 2001.

KATZENSTEIN, P. J. **Between Power and Plenty.** Madison: University of Wisconsin Press, 1978.

KNOWLES, C. **Nas trilhas de um chinelo: uma jornada pelas vias secundárias da globalização.** São Paulo: Annablume Editora, 2017.

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal: o ministério da justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

KOSLOWSKI, R. & KRATOCHWIL, F. V. **Understanding Change in International Politics: The Soviet Empire's Demise and The International System.** International Organization, 1994.

KRAFT, M.; FURLONG, S. **Public Policy: Politics, Analysis and Alternatives**. Washington DC: CQC Press, 2004.

KRAUSE, K., AND M. WILLIAMS. **From strategy to security: foundations of critical studies.** In: *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, UCL Press, London, 1997.

KURTHEN, H. **Germany at the Crossroads: National Identity and the Challenges of Immigration.** International Migration Review, 1995.

LAHERA, E. **Introducción a las políticas públicas**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LAFAYE, J. **A Literatura e a Vida Intelectual na América Colonial**. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial*. v.2. São Paulo: EDUSP, 1998.

LAMONT, M., WELBURN, J. S., FLEMING, C. S. **Responses to Discriminationand Social Resilience Under Neoliberalism: The United States Compared**. Pp. 129-157. En Hall, P.A y Lamont, M. (eds.) "*Social Resilience in the Neoliberal Age, Social Resilience in the Neoliberal Age".*Cambridge University Press, Cambridge, 2013.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANDER, E. **Notas sobre a implosão da Venezuela rentista**. In: CORREA, J; UEMURA, J; SIQUEIRA, F. *O Eclipse do progressismo. A esquerda latino-americana em debate*. São Paulo: Editora Elefante2018, p. 233-240.

LANDER, L. **Petróleo y Democracia en Venezuela: del fortalecimento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta**. Revista Galega de Economía, v. 14, n. 1-2, p. 1-14, 2005.

LANDMAN, T; ROBINSON, N. **The SAGE Handbook of Comparative Politics.** Los Angeles, Sage Publications, 2009.

LANGOSKI, D. T. **A hospitalidade como política pública ao iusmigrandi.** Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v.5, 2019. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1101/675

LASSWELL, H.D. **The policy orientation**. In: LERNER, D; LASSWELL, H. D. (eds.). *The Policy Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2003a.

LASSWELL, Harold D. **La concepción emergente de las ciencias de políticas, Policy Sciences.**In: LERNER, D; LASSWELL, H. D. (eds.). *The Policy Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2003b.

LATTES, A. e LATTES, Z. **Internacional Migration in Latin América: patterns, determinants and policies**. In: Patarra, N (coord). Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI, FNUAP, 1997.

LAYTON-HENRY, Z. **The Politics of Immigration: Immigration, Race and "Race" Relations in Post-war Britain**. Oxford: Blackwell, 1992.

LE BLANC, G. **La condition d'étranger.**Paris: Éditions du Seuil, 2010.

LEBOWITZ, M. A. **Following Marx: Method, critique and crisis**.Leiden, Brill, 2009.

LEFORT, C. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LEITNER, H. **International Migration and the Politics of Admission and Exclusion in Postwar Europe**. Political Geography, 1995.

LEPE-CARRION, P. **El contrato decolonial de Chile: ciencia, racismo y nación**. Ecuador: AbyaYala, 2016.

LEUN, J.; WOUDE, M. **Uma reflexão sobre a Crimigração na Holanda: o complexo da segurança cultural e o impacto do enquadramento.***In: GUIA, Maria. (org.). A emergência da Crimigração.* Coimbra: CINETS, 2012, p. 104-144, p. 109

LEVI-STRAUSS, C. **Raça e história.** In: LEVI-STRAUSS, C. "Antropologia estrutural II". Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.

LIMA, M. **A migrações e suas perspectivas: uma análise comparativa das políticas migratórias da Argentina e do Brasil no período pós-ditadura.** Cadernos Prolam, vol.19, 2019.

LIMA, T e MIOTO, R. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Katálysis, v. 10, n. esp. 2007. pp. 37-45.

LINDBLOM, C. **El proceso de elaboración de políticas públicas**. México: MAP 1991.

LINK, B; PHELAN, J. **Conceptualizing stigma**. Annu Rev Sociol. 2001.

LIPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOIS, C. C.; RODRIGUES, J. S. **A construção de uma resposta à imigração irregular haitiana: uma análise sobre a formulação da Resolução Normativa nº 97/12 no Conselho Nacional de Imigração (CNIg).** In: PACÍFICO, A.; VIEIRA, S. *Direito Internacional dos Direitos humanos*. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB, 2014. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=196

LOPES, C. **Comentários à Lei 13.445/2017: a Lei de Migração**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: https://www.editorafi.org/15comentarios

_____. **Direito de imigração: o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de Direitos Humanos.** Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

_____. **Inmigración y Derechos Humanos: un análisis crítico del caso brasileño.** Curitiba: Juruá, 2013. 288 p.

_____ **Menos nacionalismo e mais Direitos Humanos: o papel do MPT diante do trabalho do estrangeiro em situação irregular.** Revista do Ministério Público do Trabalho, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 202-219, mar. 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: EPU, 1986

MACEDO, M. M. K. **A (In)visibilidade do Outro: Reflexões sobre Refúgio e Migração**. Psicologia: Ciência E Profissão, 2022.

MCDONALD, M. **The Construction of Difference: An Anthropological Approach to Stereotypes.** in S.Macdonald (ed.) Inside European Identities, Oxford: Berg, 1993.

MAGUID, A. **Sistemas de Información Migratoria en America Latina; un desafío todavia pendiente a inicios del nuevo milenio**. Simpósio sobre Migraciones Internacionales em las Américas. OIM/CEPAl-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

MALO, G. **Between liberal legislation and preventive political practice: Ecuador's political reactions to Venezuelan forced migration**. International Migration, v. 60, n. 1, p. 92–112, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1111/imig.12895

MARCONDES, N. A.; BRISOLA, E. **M. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas**. Revista Univap. São José dos Campos, v. 20, n. 35, jul.2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINUCCI, R. **Racismo e migrações**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. 26 (53) May-Aug 2018.

MARQUES, N. **Venezuela: os benefícios da Revolução Bolivariana para a saúde, educação e esporte**. Rebela – revista brasileira de estudos latino-americanos, v. 9, 2019.

MARSHALL, A. **The Import of Labor: The Case of the Netherlands.** Rotterdam: Rotterdam University Press, 1973

MARTÍN, L. J.; AÑON, M.; SAURA, A.; GARCÍA, J.; MESTRE, R.; MIRAVET, M.; RUIZ, M.; SIMÓ, C. SOLANES, A.; TORRES, F. **Los derechos de participación como elemento de integración de los inmigrantes**. Informes 2008 – Economía y Sociedad .Rubes Editorial, Espanha, 2008.

MARTINS, K. S. **O racismo nas páginas de x-men: críticas à segregação racial e à intolerância.** Revista Hydra vol. 6, número 10, AGOSTO DE 2021.

MARTÍNEZ, J; CANO, V; SOFFIA, M. **Tendencias y patrones de la migración latinoamericana y caribeña hacia 2010 y desafíos para una agenda regional.** Serie Población y Desarrollo, n. 109. Santiago: CEPAL, 2014.

MARX, K. **Posfácio da segunda edição de O Capital.** In: Os Economistas. Ed. Nova Cultura. São Paulo. 1996.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo, Boitempo, 2011

MARTÍNEZ, J; ORREGO, C. **Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe.** Serie Población y Desarrollo, n. 114. Santiago: CEPAL, OIM, 2016.

MASSEY, D. **Why does Migration occur? A theoretical synthesis. In: The Handbook of International Migration.** New York: Russel Sage Foundation, 1999.

MASSEY, S. KAREN, A. **Origins of the New Latino Underclass**. Race and Social Problems, 2012.

MATTAR, M. **Deslocamentos ambientais: o caso dos pequenos países insulares**. Universitas: Relações Internacionais 10, 2012.

MEJÍA, W. **Panorama de la migración internacional en el Caribe**. Serie Población y Desarrollo, n. 122, Santiago: CEPAL, 2018.

MELDE, S. et al. **Introduction: the South–South migration and development nexus.** In: ANICH, R. et al. (ed.). *A new perspective on human mobility in the South.* New York, NY: Springer, 2014.

MELLO, P. **Moro manteve portaria de deportação sumária apesar de advertência da AGU**. Folha de S. Paulo on-line, ed. 14.09.2019.

MEMMI, A. **What is racism?** In: S. MARTINOT (Ed.). *Racism*. University of Minnesota Press, 2000.

MENDES, J; MENEZES, F. **Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: "perigo estrangeiro" e retorno à ideologia de segurança nacional.** Revista crítica de humanidade, Cadernos ceas, 2019.

MEUNIER, I. **O Estado em Interação: o Conselho Nacional de Imigração e a coordenação na política migratória brasileira**. Revista brasileira de políticas públicas e internacionais. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI/UFPB), 2019.

MEZZADRA, S. **Derecho de fuga**: migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

MIALHE, J. L. "Imigração e dupla nacionalidade: aspectos histórico-jurídicos". In: BOUCAULT, C. E.A.; MALATIAN, T. (Orgs.). **Políticas migratórias**: **fronteiras dos direitos humanos no século XXI.**Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MIGLIARDI, C., THAYER, L. (2020). **Ciudadanía precaria: Hacia una definición conceptual para la caracterización de los procesos migratorios contemporáneos**. Revista Republicana, 28(28), 97-117. (2020).

MIGNOLO, W. D. **The Idea of Latin America**. Malden,. MA: Blackwell, 2005

MILES, R. **Racism**. London: Routledge, 1989.

MINAYO, C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

MINAYO, M. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

MINAYO, M. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 9-29.

MOLINA, P. V., GONZÁLES, C., SILVA, R., AGÜERO, C., SELAME, N. **Neoliberalismo y neodesarrollismo en Latinoamérica: encuentros y desencuentros ideológicos entre los gobiernos de Bachelet-Piñera y Lula-Dilma.** In: Neoliberalismo, neodesarrollismo y socialismo bolivariano – Modelos de desarrollo y políticas públicas en América Latina (Paula Vidal Molina Org). Santiago, Chile, 2019.

MONEY, J. **Fences and Neighbors: The Political Geography of Immigration Control**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 30. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, M. Z. **Presunção de Inocência no Processo Penal Brasileiro: análise de sua estrutura normativa para elaboração legislativa e para a decisão judicial.** Rio de Janeiro: Lamen Juris, 2010.
MORAIS, S. S.; SILVA, K. C. **Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas indenitárias.** In: "Congresso lusoafrobrasileiro de ciências sociais" Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA. J. **Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53, 2010.

MOREIRA, V. **Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei.** Cadernos de gênero e Diversidade, 2018.

MOREIRO, A. **Economia venezuelana dá primeiros sinais de vida após 8 anos. O Globo.** Sessão mundo. 16 de outubro de 2021.

MORIN, E. **É hora de mudarmos de via: Lições do coronavírus**. Bertrand Brasil, 2020.

MOULIN, C., MEDEIROS, M. M. **As políticas de proteção humanitária: o caso da Cruz Vermelha no Haiti pós-terremoto.** PUC-RIO: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/IRI/IRI-Mariana%20Marques%20de%20Medeiros.pdf

MULLER, J. **Sebastián piñera: "Los dias deldictador Nicolás Maduro están contados".** El mundo, internaciona, 2019. Disponível em:

https://www.elmundo.es/internacional/2019/03/17/5c8d1c8221efa0d05f8b46a4.html

MULLER, M.L.R., SILVA, A.G.S. **A experiência de estudantes africanos no Brasil.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 55-70, jan./abr. 2016.

MUNGOI, D. M. **O Mito Atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas.** (Dissertação de Mestrado) UFRGS: PortoAlegre, 2006.

MUNIZ, R. P. **Crimes decorrentes de preconceito - lei nº 7.716/89 análise dos princípios e dos mandados de criminalização.** Revista Jurídica da Toledo. Vol. 12, 2015.

MUNUNGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), UFF, Rio de Janeiro, 2004.

MURAKAWA, N; BECKETT, K. **The Penology of Racial Innocence: The Erasure of Racism in the Study and Practice of Punishment**. Law & Society Review, 2010.

MYERS, N., KENT, J. **Environmental Exodus: An Emergent Crisis in the Global Arena.** Washington: The Climate Institute, 1995.

NATTER, K. **Rethinking immigration policy theory beyond 'Western liberal democracies'**. CMS 6, 2018. Disponível em: https://comparativemigrationstudies.springeropen.com/articles/10.1186/s40878-018-0071-9#citeas

NAVARRETE YANEZ, B. **Percepciones sobre inmigración en Chile: Lecciones para una política migratoria**. Migr. Inter, Tijuana, v. 9, n. 1, p. 179-209, jun. 2017

NEGRI, C. **Restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NEGRI, Camilo. **A não consolidação de propostas de esquerda na democracia latino-americana: um estudo comparativo entre Brasil e Chile**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NOHLEN, D. **El método comparativo.** In: NOHLEN, Dieter; Schultze, Rainer-Olaf. Diccionario de ciencia política. Xalapa-Ciudad de México, El Colegio de Veracruz-Porrúa, 2006. Disponível em:

<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/ libros/13/6180/5.pdf>. Acesso em: abril de 2021.

NORAMBUENA, C.; BRAVO, G. **Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830-1930.** Revista de Historia de América (N°109), 1990.

NORAMBUENA, C., NAVARRETE, B., MATAMOROS, R. **Entre continuidades y rupturas, mejor la continuidad. Política migratória chilena desde comienzo Del siglo XX**. Revista austral de ciências sociales, n. 34, 217-237, 2018.

NOYMAN, E. **Spiral of Silence: Public Opinion - Our Social Skin.** Chicago: University of Chicago Press, 1984.

NUNES, M. M. **As construções de identidades entre estudantes guineenses, cabo-verdianos e são tomenses do Programa Estudante de Convênio de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 2013.

ODEH, L. E. **A comparative analysis of global north and global south economies.** Journal of Sustainable Development in Africa.Vol. 12, No.3, 2010.

O GLOBO. **Chile é o primeiro país Sul-americano a rejeitar o pacto migratório da ONU.** Online, 9 de dezembro de 2018.

OLIVEIRA, A. T. R. 2017. **Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças.** Revista Brasileira De Estudos De População, 2017.

OLIVEIRA, C. R., PEIXOTO, J., & GÓIS, P. **A nova crise dos refugiados na Europa: O modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias**. Revista Brasileira de Estudos de População, 2017.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos

ORTIZ, R. **A Escola de Frankfurt e a questão da cultura**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), nº 1, vol. 1, junho de 1986.

OSZLAK, O.; O´DONNELL, G. **Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación.** Revista Venezolana de Desarrollo Administrativo, Nro. 1, Caracas, 1982.

PAIVA, A; DAINESE, F. CHESSA, **F. Exigência de antecedentes criminais de candidatos gera danos morais.** Migalhas, 20 dez. 2021. Disponível em:

https://www.migalhas.com.br/depeso/355356/exigencia-de-antecedentes-criminais-de-candidatos-gera-danos-morais.

PALOMBO, L. **Racial penal governance in Australia and moments of appearance: disrupting disappearance and visibilizing women on the inside**. Globalizations, 2020.

PAPASTERGIADIS, N. **Hospitality and the Zombification of the Other.** In: CLAVIEZ, T (ed.), *The Conditions of Hospitality: Ethics, Politics, and Aesthetics on the Threshold of the Possible.* Fordham University Press. 2013.

PAVEZ-SOTO, Iskra; COLOMES, Sofía. **Derechos humanos y política migratoria. Discriminación arbitraria en el control de fronteras en Chile.** Polis, Santiago , v. 17, n. 51, p. 113-136, dic. 2018.

PEDEMONTE, N.R., AMODE, N., RENCORET, J.V. **Racismo y matrices de "inclusión" de la migración haitiana en Chile: elementos conceptuales y contextuales para la discusión.** POLIS: Revista Latinoamericana, 2015. Disponível em: https://journals.openedition.org/polis/11341https://journals.openedition.org/polis/11341

PEDEMONTE, N. R., DITTBORN, C.S. **La migración en Chile: breve reporte y caracterización.** Informe do Observatorio Iberoamericano sobre Movilidad Humana, Migraciones y desarrollo – BIMID, 2016: Disponível em: https://www.extranjeria.gob.cl/media/2016/08/informe_julio_agosto_2016.pdf

PEDREIRA, R. S. **Os interesses do empresariado industrial : uma análise comparada da relação entre o Estado e a elite industrial nas políticas industriais recentes no Brasil e no Chile (2001-2012).** 2012. 275 f. il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PEDROZO, E. **Com legalização e emprego, haitianos trocam o Norte pelo Sul do Brasil.** Rede Brasil Atual, 2012. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/haitiano-no-brasil-tem-bom-nivel-de-instrucao-e-e-bom-de-trabalho/

Plataforma de coordenação interagencial para refugiados e migrantes da Venezuela. R4VSituations. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>.Acesso em:15set.2019

PELLEGRINO, A. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Serie Población y Desarrollo, n. 35. Santiago: CEPAL, 2003

PENNA FILHO, Pio. **A África contemporânea** – do colonialismo aos dias atuais. Brasília, DF: Hinterlândia, 2009.

PEREIRA, C. A. **Do Haiti ao Brasil: um olhar analítico sobre a constante reconstrução do projeto migratório dos haitianos no Brasil.** Dissertação

(mestrado) - Estudos Comparados sobre as Américas (Ela), Universidade de Brasília. Brasília, 2019. 140fl.

PERERA LÓPEZ, A. **Rooted to an Island. Tracing la cubanidad in future.** MA Migration and Mobility. Goldsmiths, 2020.

PEREIRA, C. A. **Do Haiti ao Brasil: um olhar analítico sobre a constante reconstrução do projeto migratório dos haitianos no Brasil.** Dissertação (mestrado) - Estudos Comparados sobre as Américas (Ela), Universidade de Brasília. Brasília, 2019. 140fl.

PEROCCO, F. **Guerra contra os imigrantes e as novas políticas de exclusão: o caso da lei italiana 'Segurança e imigração'**. Travessia - Revista do Migrante, Setembro-Dezembro 2019.

PETTIGREW, T. **Extending the Stereotype Concept**. In: D.Hamilton (ed.) Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behaviour, Hillsdale:Erlbaum, 303-3, 1981.

PFUHL, E. **The Deviance Process**. 10. ed. ilustrada. New York: Van Nostrand, 1980.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

PLAZA, C. Y MUÑOZ, V. **La ley de residencia de 1918 y la persecución a los extranjeros subversivos.** Revista de Derechos Fundamentales, 2013.

PNUD.**Informe de Desarrollo Humano en Chile, "Nosotros los chilenos: um desafio cultural"**.PNUD, Santiago de Chile, 2002.

POUTIGNAT, P.;STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo, Unesp, 2011.

PRADO, E.; COELHO, R. **Migração e trabalho.** Ministério público do trabalho, Brasília, 2015.

PRZEWORSKI, A; TEUNE, H. ***The Logic of Comparative Social inquiry*.** New York: John Wiley& Sons, 1970. p. 03-46.

PROCESO de Quito. **Declaración de Quito sobre Movilidad humana de ciudadanos venezolanos en la región**. 4 de setembro de 2018.

PRONKO, Marcela. **A comparação como ferramenta de conhecimento e os processos de integração supra-nacional: desafio para as Ciências Sociais**. In:
FAUSTO, A.; PRONKO, M.; YANNOULAS, S. (orgs.). "Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e no Caribe". Tomo I, Brasília, Abaré, 2003.

PROSPERE, R.; MARTIN, A. **A questão ambiental no Haiti: um desafio na reconstrução do País.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. REGET-CT/UFSM. v.3, n.3, 2011.

PROVINE, D.; DOTY, R. **The Criminalization of Immigrants as a Racial Project.** Journal of Contemporary Criminal Justice, 2011.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina**. LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social.** Journal of World-Systems Research, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.

R4V. **Análisis del conjunto de necesidades para el plan de respuesta para refugiados y migrantes – 2022.** Plataforma de coordinación interagencial para refugiados y migrantes de Venezuela. Plataforma Nacional Chile, 2022.

RAGIN, Charles C. **La construcción de la investigación social: introducción a los métodos y su diversidad**. Siglo del ed. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2007.

RAMÍREZ, J. **De la ciudadanía suramericana al humanitarismo: el giro en la política y diplomacia migratoria ecuatoriana.** Estudios Fronterizos, v. 21, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21670/ref.2019061

RAMOS, N.**Saúde, migração e direitos humanos.** Revista Mudanças – Psicologia e saúde, 2009.

RATHA, D.; SHAW, W. **South-South migration and remittances.** Washington, DC: World Bank, 2007. (World Bank Working Paper, n. 102).

RAVETLLAT BALLESTE, I. **Niños, niñas y adolescentes migrantes en Chile. Comentarios críticos a la Ley de Migración y Extranjería**. *Anu. Mex. Der. Inter*. 2022. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-46542022000100647&lng=es&nrm=iso>. .

REBELO, G.; ROSA, G. **Princípio constitucional da presunção de inocência: presunção técnico-jurídica ou presunção política?.** Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro – RECONTO, v. 3, n. 2, Jul./Dez. 2020.

REIS, R. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais.** Revista brasileira de ciencias sociais, vol.19, 2004.

RIEDEMANN, A.; STEFONI, C. **Sobre el racismo, su negación, y las consecuencias para una educación anti-racista en la enseñanza secundaria chilena.**Polis, Revista Latinoamericana. Vol.42, 2015.

RIVERS, M. **La Visa de Responsabilidad Democrática: un (imperfecto) faro de esperanza para migrantes venezolanos**. Independent Study Project (ISP) Collection, 2019.

ROCHA, A. P. **A gramática das polícias militarizadas: estudo comparado entre a polícia militar do Estado de São Paulo - Brasil e carabineros - Chile, em regimes políticos autoritários e democráticos.** 2013. x, 303 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RODRÍGUEZ, O. A. **La introducción Del estatuto jurídico de irregularidad inmutable en la legislación chilena sobre extranjería o la profundización del proceso de criminalización de la inmigración.** In: ARAÚJO, S.;

ROGER, K. **("Making") White Women through the Privatization of Education on Health and Weil-Being in the Context of Psychotherapy.** In: *Anti-Racist Feminism* , edited by Agnes Calliste and George J. Sefa Dei, 123-42. Halifax, Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2000

ROMÁN, C. **A Convenção Constitucional do Chile finalmente entra em ritmo frenétic**o. Santiago, 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/pt/convencao-chilena-ritmo-frenetico-tempo-suficiente/Acesso em: 08.05.2022

ROSSA, L. MENEZES, M.**Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias**. In: BAENINGER, R. BOGUS, L. MOREIRA, J.

RUIZ, C; BOCCARDO, G. ***Los chilenos bajo el neoliberalismo. Clases y conflicto social.*** Santiago: Editorial El Desconcierto, 2014.
SÁ, J. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH**. Tese (doutorado). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. 243fl.

SALAS, M. T. Venezuela: **What everyone need to know**. New York: Oxford University Press, 2015.

SALAS, M. **The Enduring Legacy: Oil, Culture, and Society in Venezuela.** Duke University Press, 2009.

SALATIEL, J. **Tragédia no Haiti: terremoto arrasa país mais pobre das Américas**. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação. UOL, 2012. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/tragedia-no-haiti-terremoto-arrasa-pais-mais-pobre-das-americas.htm

SANCHÉZ, V. E. B. **El uso político de la medida de expulsión: análisis histórico y normativo de su régimen jurídico y su aplicación reciente contra las personas migrantes**. Memoria para optar al grado de licenciado en ciencias jurídicas y sociales. Faculdade de Direito – Universidade do Chile, 147 p. 2021.

SANSONE, L. **Racismo sem Etnicidade. Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada**. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400003.

SANTINHO, C. **Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde.** Alto-Comissariado para as Migrações, 2016.

SANTOS, S. **Hospitalidade.** In: CAVALCANTI, Leonardo et al *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais Brasília*: EdUnb, 2017, p. 379-384.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, Julho, 2009.

SARACENO, C. **Stranieri e disuguali**. Bologna: ilMulino, 2013.

SASSEN, S**. Sociologia da globalização.** Porto Alegre, RS. Artmed, 2010

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução: Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3950109/mod_resource/content/1/Sassen%20Caps%202%20e%203

SCHNEIDER, S; SCHIMITT, C. J. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCHUCMAN, L. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, p. 122. 2012.

SCHULTZ, J. **White Man's Country: Canada and the West Indian Immigration**. American Review of Canadian Studies, 1982.

SCHUR, E. **Labeling Women Deviant: Gender, Stigma, and Social Control**. Philadelphia: Temple University Press, 1983.

SCHUSTER, S; MORALES, F. **La dimensión ideológica de las políticas públicas en el gobierno de Sebastián Piñera.** Revista Uruguaya de Ciencia Política - Vol. 24 N°1 - ICP – Montevideo, 2015.

SCHWARCZ, L. **Espetáculo da miscigenação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research**. In: Evans, P; Rueschmeyer, D & T. Skocpol, T (Eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SERRANO, L.; ARANDA, G.; GISSI, N. **Migración internacional y política migratoria en Chile: tensiones entre la soberanía estatal y las ciudadanías emergentes.** Colombia Internacional, 2021.

SERVICIO JESUÍTA A MIGRANTES. **Migración en Chile. Visas e ingresos, 2022.**Disponível em: https://www.migracionenchile.cl/visas-e-ingresos/

SEYFERTH, G. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. In: *Revista USP. São Paulo*, n.53, 2002. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192

SHACHAR, A. **The Birthright Lottery: Citizenship and Global Inequality**. Harvard University Press, 2009.

SHUGHART, W., TOLLISON, R., & KIMENYI, M. **The Political Economy of Immigration Restrictions**. Yale Journal of Regulation, 1986.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIMON, R. **O Brasil contra a democracia.** Coleção arquivos da repressão do Brasil. Companhia das letras, 2021.

SIERRA, F. **Pensar el espacio, pensar los sujetos migrantes. Para una teoría de la apropiación subjetiva del espacio**. Argumentos, v. 15, n. 1, p. 37-67, 2018.

SILVA, J. **América Barroca: temas e variações**. São Paulo: EDUSP – Nova Fronteira, 1992.

SILVA, S. **Brazil, a new eldorado for immigrants?: the case of haitians and the Brazilian immigration policy.**Urbanities, Vol. 3 nº 2 Novembre, 2013.

SILVA, F. M. **A educação no contexto da dependência brasileira**. Disponível em: https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/06/a-educa-cao-no-contexto-da-dependencia-brasileira-por-felipe-montiel-da-sil-va/. Sul 21

SILVA, K. G. G. **Pluralismo Jurídico e o Desastre Socioambiental de Mariana/MG: A Resolução de conflitos decorrente do Extrativismo Mineral no Brasil.** Ano de Obtenção: 2019. (165 f.) Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade La Salle (Canoas/RS), 2019.

SILVA, K; SÁ, M. **Do Haitianismo à nova Lei de Migração: direito, raça e política migratória brasileira em perspectiva histórica**. Rev. Nuestramérica, vol.9, núm.17, 2021.

SILVÉRIO, V. **Multiculturalismo e metamorfose na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira**. In: BONELLI, Maria da Gloria; LANDA, Martha Diaz Villegas de (orgs.). S*ociologia e mudança social no Brasil e na Argentina* São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2013, p. 33-60.

SIMMONS, A. B., & KEOHANE, K. **Canadian Immigration Policy: State Strategies and the Quest for Legitimacy**. Canadian Review of Sociology and Anthropology, 1992.

SHOHAT, E; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SIMON, J. **Governing through crime: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear**. Oxford: oxford University press, 2007.

SINGH, B.; COHEN, Marc J. **Climate change resilience the case of Haiti**. University of Montréal/Oxfam America. Oxfam Research Reports. 2014.

SZNAJDER, M.; RONIGER, L. **Exile Communities and Their Differential Institutional Dynamics: A Comparative Analysis of the Chilean and Uruguayan Political Diasporas.** Revista de Ciencia Política, Santiago – Chile, 2007.

SOARES, F.M.; OLIVEIRA, T. B. G; MACIEL, C. T (Org.). **Regimentos parlamentares do mundo Sistemas jurídicos e Ação legislativa.** Assembleia legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, M. B., HOFF, T. S. R. **O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular**. Urbe – Revista brasileira de gestão urbana, vol. 11, 2019.

SOUZA, V. **Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciencia, raça e imigração no movimiento eugênico brasileiro (1920-1930).** Revista brasileira de história. São Paulo, 2022.

SOTO, I. P.; COLOMÉS, S. **Derechos humanos y política migratoria. Discriminación arbitraria en el control de fronteras en Chile.** Polis vol.17 no.51, 2018.

Sovik, L. **Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil**. In: V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, trad., pp. 363-386.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SPRANDEL, M. **Marcos Legais e Políticas Migratórias no Brasil.** In: PRADO, E.; COELHO, R. *Migração e trabalho. Ministério público do trabalho*, Brasília, 2015.

SUBERCASEAUX, B. ***Historia de lasideas y de la cultura en Chile. Tomo IV: Nacionalismo y cultura.*** Editorial Universitaria, Santiago, 1997.

SUBUHANA, C. **O estudante convênio: a experiência sócio-cultural de universitários da África Lusófona em São Paulo, Brasil.** Texto apresentado na 26° Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro-BA, 2008.

_____. **Estudar no Brasil: Imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro.** (Doutorado em Serviço Social). USP, 2005.

SUYAMA, N. **Canada's Immigration Policy: A Statist Perspective.** Paper presented at Canadian Ethnic Studies Association Conference, Winnipeg, October. Quoted in Hardcastle et al., 1991.

STANG, M.F. **De la Doctrina de la Seguridad Nacional a la gobernabilidad migratoria: la idea de seguridad en la normativa migratoria chilena, 1975-2014.** Revista Latinoamericana (vol. 15 N°44), 2016.

STANG, M.F. Y STEFONI, C. **La microfísica de las fronteras. Criminalización, racialización y expulsabilidad de los migrantes colombianos en Antofagasta, Chile**. Atrolabio Nueva Época, 2016.

STEFONI, C. **Ley y política migratória em Chile**. La ambivalência em la comprensión Del migrante. In: FELDMAN-BIANCO, B; SANCHÉZ, L. R.; STEFONI, C. MARTÍNEZ, M.(Compiladoras). La construcción social Del sujeto migrante em América Latina. Prácticas, representaciones y categorias. Quito: FLACSO, sede Ecuador: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2011.

STEFONI, C., SILVA, C., BRITO, S. **Migración venezolana em Chile. La (des)esperanza de los jóvenes**. In: GANDINI, L. ASCENCIO, F., PRIETO, V. (Org.) *Crisis y migración de la población venezolana. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica.* Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2019.

STEFONI, C.; BRITO, S. **Migraciones y Migrantes en los Medios de Prensa en Chile: la Delicada Relación entre las Políticas de Control y los Procesos de Racialización**. Revista de Historia Social y de las Mentalidades, v. 23, n. 2, p. 1–28, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.35588/rhsm.v23i2.4099

STEFONI, C.; SILVA, C.; BRITO, S. **Migración venezolana en Chile. La (des)esperanza de los jóvenes.** In: GANDINI, L.; LOZANO ASCENCIO, F.; PRIETO, V. (org.). Crisis y migración de población venezolana: entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 259–284. E-book. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=775609

STEFONI, C., JARAMILLO, M., PALMA, C., & ROESSLER, P. **A pie por Colchane: cómo la política de gobierno forzó um ingreso desesperado de migrantes a Chile.**Centro de Investigación Periodística, 2021.

STERN, S. M. **The Secret History of Torture.**Universityof Pennsylvania Press, 2011.

STUMPF, J. **The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime, and Sovereign Power.** American University Law Review, 2006.

SUTTER, C., KING, A.M. **Vivendo sobre escombros: qualidade de vida no Haiti pós-terremoto.** Salud & Sociedad. v. 3, n. 3, pp. 235-249. Setembro – dezembro, 2012. Disponível em; http://pepsic.bvsalud.org/pdf/salsoc/v3n3/3n3a01.pdf

TAGUIEFF, P**. Racismo. Preconceito, teoria e comportamento**. Milão: Raffaello Cortina, 1999.

TAVARES, E**. Chile: começam os trabalhos da Constituinte. Santa Catarina, 5 de julho de 2021.** Disponível em: https://iela.ufsc.br/noticia/chile-comecam-os-trabalhos-da-constituinte Acesso em: 08.05.2022

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica.** Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania – Dilemas do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18793/12163

TEIXEIRA, E, MARCOLINO, A. **Entenda a origem e o significado de 'Sul Global'.** Poder 360, 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-a-origem-e-o-significado-de-sul-global/.

TEIXEIRA, G. H. **Crimigração e controle migratório no contexto da justiça atuarial**. Uniceub. Dissertação, 140f, 2013.

THAYER, L.E. **Condiciones y desafíos para la construcción de una política de reconocimiento y la inclusión de los migrantes en Chile**. In: *Migración y trabajo en Arica*. ROJAS, N.; VICUÑA, J. T. OIM - Ciudadano Global, 2014.

THAYER, L.E. Y DURÁN, C. **Los migrantes frente a la ley: continuidades y rupturas en la legislación migratoria del Estado chileno (1824-1975)**. Revista Historia, 2017.

THAYER, E.; SANTI, S. **Las políticas migratorias y el control de poblaciones en el siglo XXI: debates, prácticas y normativas en América Del Sur.** Périplos – Revista de investigación sobre migraciones, vol.3, n.1, 2019.

THAYER, L. E.; MIGLIARDI, C.; CORREA, S.; CORTÉS, C. **Discursos sobre política migratoria en el campo político chileno.** Revista de Estúdios Políticos, nº190, 2020.

THE WORLD BANK. **Venezuela Economic Update.** 2020. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34016/147305-REVISED-PUBLIC

THEODORO, M. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

THE RACE QUESTION. UNESCO, 1950. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128291

THOMAZ, O. **Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti**. Revista Cadernos de Campo, São Paulo, n.20, 2011.

TILLY, C. **Big structures, large processes, huge comparisons.** New York: Russell Sage Foundation. 1984.

TIJOUX, M.; RIVERA, M. **Racismo en Chile: colonialismo, nacionalismo e capitalismo**. Polis, Revista Latinoamericana. Vol.42, 2015.

TRABALÓN, C. **Política de visado y regulación de las fronteras. Un análisis desde la movilidad de haitianos en Sudamérica.***Polis* [En línea], 51 | 2018, Publicado el 05 agosto 2019.

TOLEDO, A; BRAGA, L. **Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH.** Revista Estudos Feministas, n.28, 2020.

TRAPP, Rafael. **A sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977)**. Revista de História (São Paulo), 180, 2021.

TRPIN, V; JARDIM, D. **Tendencias de los estúdios migratórios en Brasil e Argentina: desafios actuales.** Odisea. Revista de Estudios Migratorios Nº 2, 8 de octubre de 2015.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Reformulações na política imigratória do Brasil e Argentina nos anos 1930: um enfoque comparativo**. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de A.; MALATIAN, Teresa (Orgs.). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI.* Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 233-256.

TUZZO, S. A. **Os sentidos do impresso**. 1.ed. Goiânia: gráfica UFG, 2016.

UEBEL, R. R. G; RANINCHESKI (IN MEMORIAM), S. **Política Externa Migratória do Brasil: a política imigratória brasileira.** Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 2, n. 3, p. 87–112, 2021. DOI: 10.14295/cn.v2i3.12219.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Urbanisation Prospects: The 2014 Revision.** 2015. Disponível em: http://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf.

VALDES, R. et al. C**ontribuciones y limitaciones de los protocolos de acogida para estudiantes extranjeros: Recomendaciones para su mejoramiento**. *Psicoperspectivas*, 2002. Disponible en: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242022000100029&lng=es&nrm=iso>.

VAN CLEVE, N.; GONZALEZ, N, MAYES, L. **Criminal Justice Through 'Colorblind' Lenses: A Call to Examine the Mutual Constitution of Race and Criminal Justice.** Law & Social Inquiry, 2015.

VAN DIJK, T. **Discurso de elite e a reprodução do racismo.** DELTA: Documentação e Estudos em lingüística teórica. v. 8 n. 3 (1992): número especial

VAN KLAVEREN, Al. **El eterno retorno del regionalismo latinoamericano.** Nueva Sociedad, n. 275, p. 62-72, 2018.

_____ **La crisis del multilateralismo y América Latina**. Análisis de la Fundación Carolina, n.10, 2020.

VASCONCELOS, I; MACHADO, I. **Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista- RR**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. 29 (63) • Sep-Dec 2021

VALENTE, L. **Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VEDOVATO, L. FERNANDES, D (Org.). **Migrações sul-sul.** Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, Campinas, 2018.

VILLA, M. e MARTÍNEZ, J. **Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe**. Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas. OIM/CEPAl-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

VILLANUEVA, S. **Propuestas para regular las migraciones en Chile y la obstinación del securitismo.** Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad. No.23. Quito, dezembro, 2018.

VILLARREAL, M. **Regionalismos e migrações internacionais na América do Sul: contexto e perspectivas futuras sobre as experiências da Comunidade Andina, do Mercosul e da Unasul.** Revista Espaço Aberto, v. 8, n.2, 2018, pp.131-148.

_____. **La cooperación regional ante la migración venezolana: el Grupo de Lima y el Proceso de Quito en perspectiva comparada.** I Congreso Internacional de Movilidades Humanas Colombo-Venezolanas, Cúcuta, 2019a.

VILLÉGAS, F. **Strategic In/Visibility and Undocumented Migrants**. Counterpoints, 2010.

VILLEN, P. **Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil**. In: "Seminário do trabalho: trabalho e políticas sociais no século XXI". Anais. Marília: Unesp, 2012.

UNISINOS**. Migração haitiana para o Brasil.** Entrevista concedida por Ir. Rosita Milesi ao Jornal IHU, da Unisinos, 16 de janeiro de 2012.

WACQUANT, L. **Punishing the Poor. The Neoliberal Government of Social Insecurity.** Durham: Duke University Press, 2009.

WADE, P. **Raza y etnicidad en Latinoamérica.**Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

WALLERSTEIN, I; BALIBAR, E. **Raza, nación y classe**. Madrid, 1991.

WEBB, A; RADCLIFFE, S. **La blanquitud en liceos segregados: El racismo institucional en el sur de Chile.** Revista Antropologías del Sur, año 4, 2017.

WENDEN, C. **Atlas des Migrations - Un Équilibre Mondial à Inventer.** 4. ed. Paris: Autrement, 2016.

_____ **Les Nouvelles Migrations - Lieux, Hommes, Politiques.** Paris: Ellipses, 2013.

WERMUTH, M. Â. D. **As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo**. Revista Direito E Práxis, 11(4), 2330–2358, 2020.

WERMUTH, M. **A lei 13.445/2017 e a ruptura paradigmática rumo à proteção dos Direitos Humanos dos migrantes no Brasil: avanços e retrocessos**. In: "Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos". RAMOS, A; VEDOVATO, L; BAENINGER, R.(Coordenadores).Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo; Unicamp-Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020.

WERMUTH, M. A. D. **As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo.** Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, 2020.

WHITAKER, R. **Double Standard: The Secret History of Canadian Immigration.** Toronto: Lester and Orpen Dennys, 1987.

WIEVIORKA, M. **La Différence**. Paris: Les Éditions Balland, 2001. **http://dx.doi.org/doi:10.1522/03007880**

WIMMER, A; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond. **Global Networks,** [*S. l.*], v. 2, n. 43, p. 301-334, 2002.

WOLFERS, M. **Discord and Collaboration.** Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1962.

WORTLEY, S. **The Immigration-Crime Connection: Competing Theoretical Perspectives.** Migration & Integration, 2009.

XAVIER, F. C. C. A **interiorização como um direito social universalizável**. Revista Direito GV, No. 17, 2021.

ZAMBERLAM, J. **Os novos rostos da imigração no Brasil - Haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Solidus, 2014.

ZAVASCKI, T. **Direitos fundamentais de Terceira geração**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, v.15, 1998.

ZIBECHI, R; MACHADO, D. **Os limites do progressismo**: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

ZOLBERG, A. R. **Labor Migration and International Economic Regimes: Bretton Woods and After**. In: *International Migration Systems.* Ed. M. M. Krits, L. L. Lim and H. Zlotnik. Oxford: Clarendon Press, 1992.

ANEXOS

Anexo I

Quadro 19. Fontes documentais VHH Brasil 2012 – 2022

Nome	Data	Quem Produziu	Natureza	Contexto	Observações
1. Resolução normativa nº 97 de 2012.	19/08/2012	Conselho Nacional de Imigração (CNIg) órgão integrante do Ministério do Trabalho e Emprego	Resolução administrativa	Visto permanente de caráter humanitário concedido a pessoas imigrantes haitianas em vista dos desdobramentos catastróficos do Terremoto ocorrido em 10 de janeiro de 2010.	
2. Resolução normativa nº 102 de 2013.	26/04/2013	CNIg	Resolução administrativa	Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012 estabelecendo que o visto tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores.	
3. Resolução normativa nº 113 de 2014.	9/12/2014	CNIg	Resolução administrativa	Prorroga a duração da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012 em 12 meses.	

Nome	Data	Quem Produziu	Natureza	Contexto	Observações
4.Resolução normativa nº 117 de 2015.	12/08/2015	CNIg	Resolução administrativa	Prorroga a duração da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012 por 12 meses.	
5. Resolução normativa nº 123 de 2016.	13/09/2016	CNIg	Resolução administrativa	Prorroga a duração da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012 por 12 meses.	
6. Portaria interministerial nº 10 de 2018	6/04/2018	Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do ministro	Portaria de natureza administrativa	A normativa traz modificações em relação a Resolução normativa nº 123 de 2016. Podem ser reflexos na mudança de governo e da vigência da nova lei de imigração promulgada em 2017.	Em 2017 não foi autorizada nenhuma diretriz administrativa que tratasse sobre o tema do visto. A resolução normativa nº 123 de 2016 teve vigência até 30 de outubro de 2017. Desta data até a data da publicação desta portaria, a matéria ficou sem nenhuma normativa que a regulasse.
7. Portaria interministerial nº 12 de 2019	20/12/2019	Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do ministro e Ministério das Relações Exteriores	Portaria de natureza administrativa		
8. Portaria interministerial nº 13 de 2020	16/12/2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do ministro e Ministério das Relações Exteriores	Portaria de natureza administrativa		
9. Portaria interministerial nº 27 de 2021	30/12/2021	Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do ministro e	Portaria de natureza administrativa		

Nome	Data	Quem Produziu	Natureza	Contexto	Observações
		Ministério das Relações Exteriores			
10. Portaria interministerial nº 29 de 2022	25/04/2022	Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do ministro e Ministério das Relações Exteriores	Portaria de natureza administrativa		
11.Entrevista do Presidente do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida, ao jornal Rede Brasil Atual.	21/11/2012	Rede Brasil Atual	Entrevista – disponível *online*	O visto humanitário para pessoas haitianas havia sido criado há 3 meses. Na entrevista, Paulo Sérgio de Almeida apresentava um balanço dos resultados alcançados pela implementação dessa política.	
12. Artigos 5, 13 e 22 da Constituição brasileira de 1988	5/10/1988	Presidência da Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos	Constituição	A Constituição Federal (CF) de 1988 é também conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro atualmente. É a sexta constituição brasileira desde a proclamação da república em 1822. Promulgada ao final da ditadura militar, a CF/88 é um marco dos direitos cidadãos por garantir liberdades civis e os deveres do Estado.	
13. Estatuto do Estrangeiro	19/08/1980	Presidência da Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos	Lei 6.815 de 1980	Ditadura	

Nome	Data	Quem Produziu	Natureza	Contexto	Observações
14. Portaria 218 de 2018	27/02/2018	Ministério da Justiça	Administrativa	Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas.	
15. Portaria 666 de 2019	18/06/2018	Ministério da Justiça	Administrativa	Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.	

Fonte: Elaboração Própria

Anexo II

Quadro 20. Fontes documentais VDR Chile 2018 -2022

Nome	Data	Quem Produziu	Natureza	Contexto	Observações
1.Ofício-circular nº 96 de 2018	9/04/2018	Ministério das Relações Exteriores – Subsecretaria de Relações Exteriores	Circular administrativa	O ofício instituiu o visto temporário para pessoas imigrantes venezuelanas, em face do que o governo chileno considerou um "êxodo massivo de pessoas" ocasionado pela "crise da democracia".	

2. Resolução exenta nº 2087 de 2019	18/04/2019	Ministério do Interior e da Segurança Pública – Subsecretaria do Interior	Circular administrativa	Qualifica documentos de viagens vencidos de pessoas imigrantes venezuelanas como documentos válidos.	Essa resolução surgiu em um contexto político de questionamento. Entendeu-se que diante da crise venezuelana, a requisição de apresentação de documentos dentro do prazo de vencimento, excluiria grande parcela de pessoas venezuelanas de ingressar no Chile.
3. Resolução exenta nº 395 de 2021	03/02/2021	Ministério do Interior e da Segurança Pública – Subsecretaria do Interior	Circular administrativa	Reverteu a consideração realizada pela resolução 2037 exenta de 2019, ao passar a considerar válidos os documentos de viagens de pessoas venezuelanas por apenas 4 anos.	A alteração teria sido feita com a intenção de controlar os casos de covid-19, já que no Chile havia sido decretado estado de calamidade pública.
4. Ofício-circular nº 17 de 2021	29/01/2021	Ministério das Relações Exteriores – Subsecretaria de Relações Exteriores	Circular administrativa	Instruções para a priorização no outorgamento dos vistos de residência temporária, reunião familiar e responsabilidade democrática.	
5. Ofício-circular nº 212 de 2021	08/08/2019	Ministério das Relações Exteriores – Subsecretaria de Relações Exteriores	Circular administrativa	Instruções para a priorização no outorgamento dos vistos de responsabilidade democrática. Modificações no trâmite de solicitação do VDR.	

6. Lei de migração e extranjería nº 21.325 de 2021	20/04/2021	Ministério do Interior e Segurança Pública	Lei		
7. Lei de extranjería nº 1084 de 1975	19/07/1975	Ministério do Interior e Segurança Pública	Decreto-lei	Contexto do regime ditatorial	
8. Decreto nº 597 de 1984	14/06/1984	Ministério do Interior e Segurança Pública	Lei	Modifica regulamento sobre valores de taxas de turismo.	
9. Artigos 2 e 42 da Constituição chilena de 1980 (decreto nº 3464)	8/08/1980	Ministério do Interior e Segurança Pública	Constituição		
10. Discurso do Presidente Sebastián Piñera	09/04/2018	Senado Federal	Discurso - online	O presidente apresentou as "bases de componentes" da nova política migratória que seu governo iria empreender. Duas das medidas foram a instituição do visto de responsabilidade democrática para pessoas venezuelanas e visto humanitário para pessoas haitianas.	
11.Minuta	09/04/2018	Ministério das Relações Exteriores	Circular administrativa	O subsecretário do Ministério das relações exteriores apresentou as "bases de componentes" da nova política migratória que o governo de Sebastián Piñera iria empreender. Duas das medidas foram a instituição do visto de responsabilidade democrática para pessoas venezuelanas e visto humanitário para pessoas haitianas.	

Fonte: Elaboração própria